



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RONILSON BARBOZA DE SOUSA

**A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA - UMA
PERSPECTIVA DE CARACTERIZAÇÃO ESTRATÉGICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia - área de Concentração Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais, linha de pesquisa Produção do Espaço Agrário.

Orientador: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho.

**SÃO CRISTÓVÃO - SE
FEVEREIRO DE 2020**

RONILSON BARBOZA DE SOUSA

**A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA - UMA
PERSPECTIVA DE CARACTERIZAÇÃO ESTRATÉGICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia - área de Concentração Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais, linha de pesquisa Produção do Espaço Agrário.

Orientador: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho.

**SÃO CRISTÓVÃO - SE
FEVEREIRO DE 2020**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S725q Sousa, Ronilson Barboza de
 A questão agrária na formação territorial brasileira - uma
 perspectiva de caracterização estratégica / Ronilson Barboza de
 Sousa ; orientador Eraldo da Silva Ramos Filho. – São Cristóvão,
 SE, 2020.
 247 f. ; il.

 Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de
 Sergipe, 2020.

 1. Geografia. 2. Agricultura e Estado (Brasil). 3. Política
 econômica. I. Ramos Filho, Eraldo da Silva, orient. II. Título.

CDU 911.3:338.43.02(81)

RONILSON BARBOZA DE SOUSA

**A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA - UMA
PERSPECTIVA DE CARACTERIZAÇÃO ESTRATÉGICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia - área de Concentração Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais, linha de pesquisa Produção do Espaço Agrário. Orientador: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe)

1ª Examinadora: Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe)

2ª Examinador: Prof. Dr. Lucas Gama Lima (Universidade Federal de Alagoas)

3ª Examinador: Profa. Dra. Marleide Maria Santos Sergio (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe)

4ª Examinador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

*A toda a militância da classe trabalhadora empenhada na
luta pela superação do capital.*

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as dificuldades enfrentadas durante a realização da pesquisa, especialmente em meio aos ataques dos governos Dilma, Temer e Bolsonaro, as ameaças constantes de cortes de bolsa, tendo que conciliar os estudos para a pesquisa e para concurso público, além da perda de parentes e amigos durante o doutorado. Mas, também, foram muitos os apoios que recebi. Nesse sentido, gostaria de agradecer:

Aos meus pais, Luciene e Onilson; a minha tia, Marlene; e a todos os meus familiares.

Ao meu orientador, Professor Eraldo, principalmente por ter aceitado a orientação e pelas contribuições ao trabalho.

Aos membros da banca, as professoras: Christiane Campos e Marleide Santos; e aos professores: Lucas Gama e João Edmilson Fabrini, pela disponibilidade e pelas contribuições.

Agradeço às professoras Áurea e Alexandrina, por todo o apoio e por toda a contribuição na minha formação.

Ao professor Kleber e à professora Yolanda, pelas correções de português e, principalmente, por ajudar sempre.

Agradeço aos meus camaradas de organização, especialmente a Lucas Gama, Leonardo, Débora, Pedro, Matheus, Rodrigo, Lucas Oliveira, Gabriel.

Aos amigos Natanael, Evanilson, Leandro, Priscila, Alyson, Vanilza, Sidclay, Millena, Douglas, Dinho, Léo, Karllos, Diego, Edjane, Thiago, Yadla, Gildevan, Tatiane, Rosi, Erica, Chiquinho, Jean, Gelza, Arianna, Daniel, Dani, Damião, Vanessa, Angely, Eclessiano, Jerônimo, Edinha.

Agradeço aos professores, técnico-administrativos e estudantes, que trabalham no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Agradeço, ainda, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.

"Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário."

Lenin

RESUMO

O golpe que destituiu Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), da presidência da república do Brasil, em 2016, impulsionou, entre outras questões, uma avaliação sobre a experiência petista de hegemonia da classe trabalhadora, e (re)colocou, no centro do debate, entre as organizações de esquerda e os intelectuais, a questão da estratégia da revolução brasileira. Buscou-se contribuir com esse debate, a partir da análise da questão agrária – compreendida como expressão de uma relação sociedade-espço, como a sociedade se relaciona e se apropria da terra, seu controle e o da produção, e como isso é colocado em questão no movimento real de classes sociais. Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi analisar a questão agrária na formação territorial brasileira desde uma perspectiva de caracterização estratégica, dialogando com as estratégias da esquerda brasileira, que hegemonizaram a classe trabalhadora, em diferentes momentos. A análise está orientada na perspectiva do método do materialismo histórico e dialético e, portanto, na teoria marxista, por viabilizar o entendimento da essência do modo de produção capitalista, dos problemas sociais gerados pela sua dinâmica, e apontar o caminho da sua superação, da superação da sociedade de classes. Desse modo, o marxismo possui uma dimensão teórica estratégica: é a estratégia da revolução comunista (internacional). Nessa perspectiva, a Geografia torna-se fundamental, pela compreensão da dinâmica da produção capitalista do espaço, da formação territorial brasileira e, desse modo, da questão agrária. Por outro lado, a importância para a Geografia ocorre na medida em que, apesar da diversidade e da relevância das pesquisas sobre a questão agrária, não há tantos estudos com a preocupação de entendê-la a partir de uma perspectiva de caracterização estratégica. Muitas organizações e intelectuais, ainda, analisam a formação territorial brasileira pelo suposto dualismo de setores independentes, do “atraso” e da “modernidade”. Um considerado moderno, porque percorreu um caminho capitalista; e o outro atrasado (ainda que, em alguns casos, não utilize explicitamente essa palavra), em que predomina a economia de base agrária, que atrasa o seu desenvolvimento e o do setor moderno. A conclusão dessas análises é não apontar diretamente para uma estratégia e uma revolução de caráter socialista. É preciso uma mediação democrática, para, só em seguida, realizar o socialismo. Na configuração atual da questão agrária no Brasil, há uma integração de capitais de vários setores e origem (nacional e internacional): aquisições, fusões e associações entre capitais; além do controle de empresas estrangeiras sobre terras no Brasil. Houve uma articulação do capital monopolista na grande propriedade fundiária, conhecido como agronegócio, e que tem provocado mudanças estruturais, com a sua expansão sobre o campo brasileiro. A expansão do agronegócio, a combinação de capitais no campo, a exploração capitalista do trabalho, não pode ser considerada tarefa democrática em atraso, pois, não apenas faz parte da forma como o capitalismo se expande no país, como, também, se coloca diretamente num terreno socialista. Todavia, além dessa realidade, temos a utilização da terra para especulação, reserva de valor, a integração subalterna de agricultores familiares e camponeses ao capital, povos indígenas, quilombolas e camponeses, que reivindicam terras e recursos para produzir alimentos e garantir a reprodução do seu modo de vida. Todas essas questões estão articuladas, no entanto, essa última realidade não coloca diretamente a contradição capital-trabalho e a socialização do trabalho e, por isso, podem ser consideradas como tarefas e/ou reivindicações democráticas. Todavia, ela também se choca com o capital e a sua forma de se expandir no campo. Nessa perspectiva, avaliamos que a questão agrária no Brasil constitui uma combinação entre tarefa democrática e socialista, que, ao se chocar com o capital, aponta a necessidade de sua superação.

Palavras-chave: Questão agrária; Formação territorial brasileira; Estratégia.

ABSTRACT

The coup that ousted Dilma Rousseff, from the Workers Party (PT), the presidency of the republic of Brazil, in 2016, prompted, among other issues, an assessment of the petist working class hegemony experience, and (re) placed, in the center of the debate, between leftist organizations and intellectuals, is the question of the strategy of the Brazilian revolution. We sought to contribute to this debate by analyzing the agrarian question - understood as an expression of a society-space relationship, how society relates and appropriates land, its control and production, and how it is put into issue in the actual movement of social classes. Thus, the objective of the present study was to analyze the agrarian issue in the Brazilian territorial formation from a strategic characterization perspective, communicating with the strategies of the Brazilian left, which hegemonized the working class, at different times. The analysis is oriented in the perspective of the method of historical and dialectical materialism and, therefore, in Marxist theory, by enabling the understanding of the essence of the capitalist mode of production, of the social problems generated by its dynamics, and pointing the way of its overcoming, of the overcoming class society. Hence, Marxism has a strategic theoretical dimension: the strategy of the communist (international) revolution. In this perspective, geography becomes fundamental, by understanding the dynamics of the capitalist production of space, the Brazilian territorial formation and, in this way, the agrarian question. On the other hand, the importance for geography comes from the fact that, despite the diversity and relevance of research on the agrarian question, there are not so many studies concerned with understanding it from a strategic characterization perspective. Many organizations and intellectuals also analyze Brazilian territorial formation through the supposed dualism of independent sectors, “backwardness” and “modernity”. Considered modern because it has traveled a capitalist path; and the backwardness one (although in some cases it does not explicitly use this word), where predominates the agrarian based economy, which delays their development and the modern sector. The conclusion of these analyzes is not to point directly to a socialist strategy and revolution. Democratic mediation is needed to achieve socialism only then. In the current configuration of the agrarian question in Brazil, there is an integration of capital from various sectors and origin (national and international): acquisitions, mergers and associations between capitals; In addition to the control of foreign companies over land in Brazil. There was an articulation of monopoly capital in large land ownership, known as agribusiness, which has caused structural changes with its expansion over the Brazilian countryside. The expansion of agribusiness, the combination of capital in the countryside, the capitalist exploitation of labor, cannot be considered a backward democratic task, as it is not only part of the way capitalism expands in the country, but also places itself directly in a socialist ground. However, beyond this reality, we have the use of land for speculation, reserve of value, subaltern integration of family farmers and peasants into the capital, indigenous peoples, quilombolas and peasants, who claim land and resources to produce food and ensure the reproduction of their way of life. All these questions are articulated, however, this last reality does not directly place the capital-labor contradiction and the socialization of labor, and therefore can be considered as democratic tasks and / or claims. Nevertheless, it also clashes with capital and its way of expanding in the countryside. From this perspective, we consider that the agrarian question in Brazil is a combination of a democratic and socialist task, which, by colliding with capital, points to the need for its overcoming.

Key words: Agrarian issue; Brazilian territorial formation; Strategy.

RESUMEN

El golpe que ha destituido Dilma Rousseff, del Partido dos Trabalhadores (PT), de la presidencia de la república de Brasil, en 2016, impulsó, entre otras cuestiones, un diagnóstico acerca de la experiencia petista de hegemonía de la clase obrera, y ha (re)posicionado, en el centro del debate, entre las organizaciones de izquierda y los intelectuales, la cuestión de estrategia de la revolución brasileña. Se ha buscado contribuir con este debate, desde el análisis de la cuestión agraria – comprendida como expresión de una relación sociedad-espacio, como se relaciona la sociedad y se apropia de la tierra, su control y el de la producción, y como eso es puesto en cuestión en el movimiento real de las clases sociales. De esa forma, el objetivo de ese estudio fue analizar la cuestión agraria en la formación territorial brasileña desde la perspectiva de caracterización estratégica, dialogando con las estrategias de la izquierda brasileña, que han hegemonizado la clase obrera en diferentes momentos. La análisis es orientada desde el método del materialismo histórico y dialéctico y, por esto, en la teoría marxista, ya que esta viabiliza la comprensión de la esencia del modo de producción capitalista, de los problemas sociales generados por su dinámica, y apunta el camino a su superación, la superación de la sociedad de clases. Así, el marxismo posee una dimensión teórica estratégica: la estrategia de revolución comunista (internacional). En esta perspectiva, la geografía se hace fundamental, por la comprensión de la dinámica de producción capitalista del espacio, de la formación territorial brasileña y, por eso, de la cuestión agraria. Por otro lado, la importancia para la geografía ocurre en medida que, apesar de la diversidad y relevancia de las investigaciones acerca de la cuestión agraria, no hay tantos estudios que busquen entenderla desde la perspectiva de una caracterización estratégica. Muchas organizaciones y intelectuales aún analizan la formación territorial brasileña desde el supuesto dualismo de sectores independientes, de el “retraso” y de la “modernidad”. Uno considerado moderno, porque fue por el camino capitalista; y el otro retrasado (aún que, en algunos casos, no utiliza explícitamente esta caracterización), en que ha predominado la economía de base agraria, que retrasa su desarrollo y del sector moderno. La conclusión de estos análisis es no apuntar directamente para la estrategia revolucionaria socialista. Se hace necesaria la mediación democrática, para, justo entonces, realizar el socialismo. En la configuración actual de la cuestión agraria en Brasil, hay una integración de los más variados sectores y orígenes de capitales (nacional y internacional): adquisiciones, fusiones y asociaciones entre capitales; además del control de empresas extranjeras de tierras en Brasil. Hubo una articulación del capital monopolista en la gran propiedad de tierra, conocida como agronegocio, y que ha causado cambios estructurales con su expansión sobre el campo brasileño. La expansión del agronegocio, la combinación de capitales en el campo, la explotación capitalista del trabajo, no puede ser considerada una tarea democrática en retraso, porque no apenas hace parte de la forma que el capitalismo se ha expandido en el país, como, también, se puso directamente en el terreno socialista. Todavía, además de esa realidad, tenemos la utilización de la tierra para especulación, reserva de valor, la integración subordinada de agricultores familiares y campesinos al capital, pueblos indígenas, quilombolas y campesinos, que han reivindicado tierras y recursos para producir alimentos y garantizar la reproducción de su modo de vida. Todas esas cuestiones se han articulado, sin embargo, esa última realidad no ha puesto directamente la contradicción capital-trabajo y la socialización del trabajo, y, por eso, pueden ser consideradas como tareas y/o reivindicaciones democráticas. Todavía, también choca con el capital y su forma de expansión en el campo. En esa perspectiva, evaluamos que la cuestión agraria en Brasil constituye una combinación de tarea democrática y socialista, que, chocando con el capital, apunta la necesidad de su superación.

Palabras clave: Cuestión agraria; Formación territorial brasileña; Estrategia.

LISTA DE SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANOTER – Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terras

APS – Ação Popular Socialista

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH - Banco Nacional de Habitação

CadÚnico - Cadastro Único

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CS - Conspiração Socialista

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEM - Democratas

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EUA – Estados Unidos da América

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos,

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

Funrural - Fundo de Assistência do Trabalhador Rural

GEE – Grau de Eficiência na Exploração

GUT – Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Internacional Comunista

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IRPF - Imposto de Renda de Pessoa Física

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LSR - Liberdade, Socialismo e Revolução
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MP - Medida Provisória
MPRJ - Ministério Público do Rio de Janeiro
MPV - Medida Provisória
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NOS - Nova Organização Socialista
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PESA - Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PL - Projeto de Lei
PLC - Projeto de Lei da Câmara
PLP - Projeto de Lei Complementar
PLS - Projeto de Lei do Senado
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PP – Partido Progressista
PR – Partido da República
PRA - Programa de Regularização Ambiental
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI - Programa Universidade Para Todos
PRP - Partido Republicano Progressista
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido Social Democrata Brasileiro

PSL - Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

RFB - Receita Federal do Brasil

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SOB - Socialismo ou Barbárie

STF - Superior Tribunal Federal

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

LISTA DE TABELAS

TABELA 01:	Famílias Assentadas no Governo Lula (2003-2010).....	87
TABELA 02:	Famílias Assentadas no Governo Dilma (2011-2014).....	87
TABELA 03:	Relação entre famílias acampadas e famílias assentadas durante os governos de Lula.....	90
TABELA 04:	Relação entre famílias acampadas e famílias assentadas durante os governos de Dilma.....	90
TABELA 05:	Brasil – Estrutura Fundiária - 2016.....	92
TABELA 06:	Mudanças da estrutura fundiária por classe de área 1998, 2003, 2010, 2012 e 2014.....	93
TABELA 07:	Grandes propriedades (15 módulos fiscais e mais).....	97
TABELA 08:	Propriedades Produtivas e Improdutivas no Brasil.....	98
TABELA 09:	Distribuição de Recursos.....	100
TABELA 10:	Grandes propriedades no período de 1967 a 1978.....	153
TABELA 11:	Pequenas propriedades no período de 1967 a 1978.....	153
TABELA 12:	Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil.....	190
TABELA 13:	Área ocupada pelos imóveis de estrangeiros no Brasil.....	190
TABELA 14:	Comparação dos conflitos no campo Brasil (2009-2018).....	205

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01:	Gráfico do Número de ocupações no Brasil (1988-2016).....	88
FIGURA 02:	Gráfico do Número de famílias em ocupações no Brasil (1988-2016)..	89
FIGURA 03:	Gráfico do Número de famílias em conflitos por terra no Brasil (2001-2015).....	90
FIGURA 04:	Brasil - Gráfico do número de propriedades de empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais por países sede (2013-2017).....	193

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
EPÍGRAFE.....	IV
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
RESUMEN.....	VII
LISTA DE SIGLAS.....	VIII
LISTA DE TABELAS.....	XI
LISTA DE FIGURAS.....	XII
INTRODUÇÃO.....	16
1ª PARTE – AS ANÁLISES ESTRATÉGICAS DA ESQUERDA BRASILEIRA, QUE HEGEMONIZARAM A CLASSE TRABALHADORA, SOBRE O CAMPO – UMA AVALIAÇÃO.....	30
CAPÍTULO 1 - A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-BURGUESA DO PCB.....	31
1.1 A relação entre Geografia, questão agrária e estratégia.....	31
1.2 A análise estratégica do PCB.....	37
1.3 A atuação do PCB no campo, especialmente junto aos camponeses.....	47
1.4 A inserção do Brasil na economia mundial, o caráter da colonização brasileira e a concentração de terras.....	53
CAPÍTULO 2 - A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR DO PT.....	66
2.1 A análise estratégica do PT.....	66
2.2 A moderação programática do PT.....	78
2.3 O PT no governo.....	84
CAPÍTULO 3 - O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E A REVOLUÇÃO PERMANENTE.....	113
3.1 A Revolução Permanente.....	120
2ª PARTE - O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	130
CAPÍTULO 4 - A TERRA E A EXPANSÃO DE RELAÇÕES CAPITALISTAS....	131
4.1 A Transição do Trabalho Escravo para o Livre e a Concentração da Propriedade da Terra no Brasil.....	134

4.2 A Questão Agrária nas Diferentes Formas de Expansão do Capitalismo – A Expansão de Relações Capitalistas de Produção e a Mediação Terra-Capital-Trabalho no Brasil.....	138
4.2.1. O CASO DA RÚSSIA.....	143
4.2.2 O CASO BRASILEIRO.....	148
4.3 O Desenvolvimento Geográfico Desigual do Capitalismo.....	157
4.3.1 A ANÁLISE DE KAUTSKY.....	164
4.4 O estágio imperialista do desenvolvimento do capitalismo.....	168
4.4.1 DA CRÍTICA DE RUY MAURO MARINI AO IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO.....	175
CAPÍTULO 5 - OS GOVERNOS DA DIREITA E DA EXTREMA DIREITA E SUAS AGENDAS PARA O CAMPO BRASILEIRO.....	199
5.1 O governo Temer.....	199
5.2 A eleição de Bolsonaro.....	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

O golpe que destituiu Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), da Presidência da República do Brasil, em 2016, impulsionou, entre outras questões e os intelectuais, uma avaliação sobre a experiência petista de hegemonia da classe trabalhadora, e (re)colocou, no centro do debate, entre as organizações de esquerda e os intelectuais, a questão da estratégia da revolução brasileira (CHEGA DE SUFOCO-METROVIÁRIOS; CS; INSURGÊNCIA –PSOL; LSR-PSOL; et. al., 2016); (APS, 2016); (CONSULTA POPULAR, 2016); (PCB, 2016); (ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA, 2016); (MARXISMO21, 2016); (MATTOS, 2017); (IASI, 2017); (IASI; FIGUEIREDO; NEVES, 2019).

Entre as organizações, que fazem uma avaliação de que o golpe contra o governo Dilma e a derrota da classe trabalhadora não significou a derrota da estratégia democrático popular, estão, por exemplo, a Consulta Popular (2016) – que chegou a declarar que: “A derrota não é de um projeto democrático popular que não chegou a se efetivar, mas de uma experiência que paga o preço de não ter tido centralidade no poder político, nas reformas estruturais e por não ter apostado na mobilização popular” (CONSULTA POPULAR, 2016) – e a APS (2016), que afirmou que a necessidade de constituição de ações unitárias de defesa dos direitos do povo e da legalidade democrática, mas que isso não deveria “ser confundido com submissão ao PT e à agenda eleitoral de Lula, que não são alternativas para um novo projeto político de caráter democrático e popular que acumule para uma construção socialista.” (APS, 2016).

Já o Mauro Iasi (2017) considera que uma estratégia não pode ser confundida com um programa ou a afirmação da ação imediata. Ele explica que há descaracterizações e deformações, mas são distinções entre a intenção política original e sua objetivação madura na situação de governo: o pragmatismo, as alianças com o capital monopolista, o abandono dos eixos centrais do programa democrático popular em nome da democratização da sociedade e do Estado, além da restrição do horizonte governamental nos marcos da ordem burguesa são expressões da adequação – e consequente deformação – da Estratégia democrática popular às condições reais de exercício do poder governamental (IASI, 2017).

A Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores (PT), defendeu que era preciso dotar o PT de uma estratégia adequada às batalhas futuras, pois depois de um longo período de priorização eleitoral e de ação institucional, o PT e boa parte da esquerda brasileira atrofiam sua capacidade de fazer luta social, de construir

organizações de massa, de travar a batalha cultural. “E isso afetou, inclusive, a imaginação estratégica e programática, habituando as pessoas a confundirem programa como plataforma eleitoral, estratégia com planejamento de sucessivas eleições, tática com artimanhas legislativas, partido com agência de candidaturas.”

Assim, é essencial recuperar o significado de determinados termos, conceitos e categorias. Quando dizemos que o Partido precisa mudar de estratégia, isto começa por reafirmar ideias que frequentam há muito as resoluções partidárias, especialmente aquelas dos anos 1980 e parte dos anos 1990. (...) Reformular a estratégia do Partido passa, ainda, por realizar um balanço de nossa trajetória desde 1980, especialmente o período a partir de 2003. Balanço que deve ser crítico e autocrítico, especialmente frente as posições de ilusão e conciliação de classe, social-liberais, social-democratas, "republicanas" e neo-desenvolvimentistas que colonizaram amplos setores do PT. Trata-se, no lugar disto, de formular uma orientação de curto, médio e longo prazo para a atuação do PT, como parte da luta da classe trabalhadora. Orientação que deve estar baseada numa análise da formação social brasileira, da história das classes e da luta de classes, especialmente das transformações pelas quais o Brasil passou desde a crise dos anos 1980, que construíram um país sob vários aspectos diferente daquele que foi objeto das interpretações clássicas (ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA-PT, 2016).

Naquela conjuntura, as organizações: Coletivo “Chega de Sufoco”-Metroviários, Conspiração Socialista – CS, Insurgência (PSOL), Liberdade, Socialismo e Revolução – LSR (PSOL), Nova Organização Socialista – NOS (PSOL), Partido Comunista Brasileiro – PCB, Socialismo ou Barbárie – SoB (PSOL) avaliaram que uma nova alternativa de esquerda é urgentemente necessária, e apontaram:

(...) buscaremos promover a discussão política sobre programa, políticas, táticas e estratégia, além de uma intervenção organizada em todos os espaços de luta da classe trabalhadora. Não somos aqueles que já têm as respostas prontas, mas sim aqueles que querem, a partir do debate franco e aberto e da atuação concreta na luta, ajudar na construção de novas sínteses e alternativas para os trabalhadores e a juventude. (CHEGA DE SUFOCO-METROVIÁRIOS; CS; INSURGÊNCIA –PSOL; LSR-PSOL; et. al., 2016).

O conceito de estratégia e o conceito a ele associado, de tática, são de origem militar. Enquanto a tática se refere às ações organizadas em função das batalhas, a estratégia se refere à organização dessas ações nas batalhas em função da guerra, em função do alcance do objetivo final (CLAUSEWITZ, apud, GEBRIM, 2012); (IASI; FIGUEIREDO; NEVES, 2019); (MARTINS; PRADO; FIGUEIREDO; MOTTA; SOUZA, 2018). Uma estratégia, portanto, refere-se à forma como as organizações da classe interpretam e dirigem os diferentes

enfrentamentos particulares no sentido da revolução (MARTINS, PRADO, FIGUEIREDO, et. al., 2018). Mas ela (a estratégia) não pode ser compreendida como resultado de intencionalidade dos sujeitos. Ela é produto, dentre outros aspectos, do desenvolvimento das forças produtivas e da sua relação com as relações sociais de produção; da dinâmica da luta de classes; do caráter do Estado; e de como isso tudo se expressa na consciência social de uma época (IASI, 2014).

A forma como aconteceu a expansão do capitalismo no Brasil contribuiu para que as estratégias que predominaram na esquerda brasileira não apontassem para uma revolução de caráter socialista, e sim democrático nacional (ou democrático burguesa) e democrático popular.

A estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa predominou entre os anos de 1940 e 1960, quando do golpe empresarial militar e o período da Ditadura de 1964 a 1985. Sua principal expressão, no Brasil, foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que considerava que o capitalismo no Brasil estava obstaculizado pela dependência ao imperialismo e pela economia agrária baseada no latifúndio e relações feudais. Desse modo, apontava a estratégia de caráter democrático-burguesa, para desenvolver o capitalismo, realizar as tarefas democráticas (como a reforma agrária), desenvolver as forças produtivas, e, só em seguida, realizar a revolução socialista.

Em outro momento, a partir dos anos de 1980, do final da Ditadura Empresarial Militar aos dias atuais, predominou, na esquerda brasileira, a estratégia democrático-popular, cuja principal expressão foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Tal estratégia foi apresentada na perspectiva de ser uma alternativa à estratégia democrático-burguesa e avaliava que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil era desigual e desequilibrado regionalmente, com a superexploração, dependente do imperialismo; incompleto com o latifúndio, pequenos produtores; pequenas e médias empresas. Uma formação territorial dividida em duas: o Sul e o Centro Sul do país, com uma formação moderna, avançada do ponto de vista capitalista, com o predomínio do capital monopolista (mas, mesmo essa região, ainda, não completou a centralização), e o restante do país, que é atrasado, com o predomínio de pequenas e médias empresas e, no campo, o latifúndio e os pequenos produtores. Nesse sentido, o caráter da estratégia é democrático e popular, para acumular forças, superar esses entraves e avançar na consciência da importância do socialismo.

Apesar das diferenças nas alianças para a execução das respectivas estratégias (uma, a do PCB, envolvendo a chamada burguesia nacional, e a outra, do PT, excluindo-a) - e de, ao contrário do PCB, o PT não falar em feudalismo -, há uma grande semelhança na análise da

formação territorial: ambos analisam entraves ao desenvolvimento do capitalismo no país, a dependência ao imperialismo, o latifúndio, os pequenos produtores, a desigualdade regional, e, por isso mesmo, ambos não apontam diretamente para uma estratégia socialista. É preciso uma mediação democrática (no caso do PCB, democrático-nacional; no caso do PT, democrático-popular) para resolver as tarefas em atraso.

Vale a pena registrar que muitas organizações permanecem vinculadas à estratégia democrático-burguesa e a estratégia democrático-popular. É o caso d'A Nova Democracia (2018a) (2018b) (2018c), do Partido Comunista do Brasil – PCdoB (2019), vinculados à estratégia democrático-burguesa; E o caso da Consulta Popular, do MST; de correntes do PSOL, a exemplo da sua corrente majoritária Ação Popular Socialista – APS, das Brigadas Populares (2016). Além dessas organizações, o próprio PT continua reafirmando a estratégia democrático-popular nas suas resoluções. Já o PCB (2009), (2014), (2016) alterou a sua concepção estratégica e, especialmente nos últimos congressos, vem apontando para uma estratégia de caráter socialista, a partir de uma análise de que o Brasil possui uma formação capitalista completa, com o predomínio de relações assalariadas; a propriedade privada burguesa dos meios de produção; a consolidação de monopólios que atuam de maneira interligada e inseparável da forma imperialista; a capitalização do campo; o monopólio moderno da agricultura; a eliminação do latifúndio improdutivo, utilizado como reserva de valor; e que, portanto, no caso da luta pela terra e pela Reforma Agrária, é uma tarefa que ficou para trás na pauta burguesa e passa a ser incompatível com o monopólio capitalista na agricultura.

Tanto na estratégia democrático-burguesa como na estratégia democrático-popular, a questão agrária aparece como um dos principais aspectos para a não apresentação de uma estratégia de revolução de caráter socialista. Ela (a questão agrária) foi e continua sendo tratada como algo em atraso, um entrave, um obstáculo para a acumulação do capital no país e para a transição socialista. Desse modo, a nossa questão central de pesquisa é entender se é correto caracterizar questão agrária dessa forma - como uma tarefa democrática em atraso, um obstáculo para a acumulação do capital e pré-condição para uma estratégia e uma revolução socialista? A partir dela, surgem outros questionamentos, tais como: O que são tarefas democráticas? Qual a relação que se estabelece entre a expansão do capital e a questão agrária no Brasil? Nesse sentido, buscou-se contribuir com o debate de estratégia, a partir da análise da questão agrária.

Dessa maneira, o objetivo da presente pesquisa foi analisar a questão agrária na formação territorial brasileira, desde uma perspectiva de caracterização estratégica,

dialogando com as estratégias da esquerda brasileira, que hegemonizaram a classe trabalhadora, em diferentes momentos. Para tanto, os objetivos específicos analisados foram: a) A caracterização da questão agrária em tais formulações estratégicas; bem como as suas experiências concretas; b) O processo histórico de expansão do capitalismo e sua relação com a concentração da terra no Brasil; c) O estágio atual do capitalismo e as tendências do capital no campo; d) A estrutura e a luta de classes no campo brasileiro.

A pesquisa está centrada no método do materialismo histórico e dialético e, portanto, na teoria marxista, por não se prender às análises das organizações partidárias - que hegemonizaram a classe trabalhadora – sobre a questão agrária, e analisar a própria questão agrária; por verificar a correspondência entre o que se analisa sobre a questão agrária e o que ela é de fato, uma vez que se compreende que a questão agrária possui uma existência objetiva, independente do que se diz sobre ela. Concordando com José Paulo Netto (2011), a teoria, na concepção marxista, tem uma instância de verificação de sua verdade, que é a prática social e histórica.

Quando Marx (2011) diferencia o seu método do método de Hegel, ele considera que, para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas manifestação externa. No entanto, para Marx (2011) é ao contrário, “o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (MARX, 2011, p. 28). Desse modo, para Marx (1845), a questão de saber se ao pensamento humano pertence à verdade objetiva, não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. Marx supera Hegel afirmando a primazia da matéria sobre a ideia ao mesmo tempo em que reconhece o papel ativo da ideia sobre a matéria.

Nesse sentido, é importante registrar que uma determinada análise estratégica implica uma determinada forma de ação. Por isso mesmo, além de analisar as formulações estratégicas sobre a questão agrária (além da própria questão agrária), analisamos as suas experiências históricas.

No trato com o objeto de pesquisa, José Paulo Netto (2011) explica que a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto de pesquisa. No entanto, o autor ressalta que ser fiel ao objeto não significa fazer uma mera descrição do aparente, do que é observado de forma mais imediata, mas procurar entender a essência do objeto, sua estrutura e dinâmica.

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não

descartável -, é apreender a essência (ou seja: a sua estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico partido da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano ideal, a essência do objeto que investigou (PAULO NETTO, 2011, p. 22).

Isto é, o autor aponta a necessidade de ir além da aparência do fenômeno, sua imediatividade, por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, desse modo, importante, não descartável.

Quando Marx (2008) analisa o método para a compreensão da sociedade burguesa - cuja anatomia, ele considera que deve ser buscada na economia política -, ele considera que, à primeira vista, pode parecer correto começar pelo real, pelo concreto. No entanto, Marx (2008) ressalta que esse método seria falso. Para exemplificar, o autor utiliza a população – que é a base e sujeito de todo ato social da produção.

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõe a troca, a divisão do trabalho, o capital, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc. se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 2008, p. 258).

Essa viagem de modo inverso, isto é, o último método é método exato. Consiste em elevar-se do abstrato ao concreto; é a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, pois o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, é unidade do diverso (MARX, 2008). Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.

Marx (2008) analisa que a compreensão de determinada sociedade deve ter como fundamento a produção (dominante) das condições materiais de existência.

Parece muito natural, por exemplo, que se comece pela renda territorial, a propriedade rural, porque se encontra ligada à terra, fonte de toda produção e vida, e à agricultura, primeira forma de produção em todas as sociedades, por pouco solidificadas que se achem. E, contudo, nada mais falso do que

isso. Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras. É uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e às quais modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe em relevo. (MARX, 2008. 266).

Na sociedade burguesa, a agricultura transforma-se mais e mais em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital. A mesma coisa ocorre com a renda territorial. Em todas as formas em que domina a propriedade rural, a relação com a natureza é preponderante. Naquelas em que reina o capital, o que prevalece é o elemento social produzido historicamente. Não se compreende a renda territorial sem o capital; entretanto, compreende-se o capital sem a renda rural. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade rural. Depois de ter considerado separadamente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca. Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pela relação que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural ou do que corresponde à série da evolução histórica. Trata-se de sua conexão orgânica no interior da sociedade burguesa moderna (MARX, 2008).

Uma teoria social da sociedade burguesa, portanto, tem que possuir como fundamento análise teórica da produção das condições materiais da vida social. Este ponto de partida não expressa um juízo ou uma preferência pessoais do pesquisador: ele é uma exigência que decorre do próprio objeto de pesquisa - sua estrutura e dinâmica só serão reproduzidas com veracidade no plano, ideal a partir desse fundamento; o pesquisador só será fiel ao objeto se atender a tal imperativo (é evidente que o pesquisador é livre para encontrar e explorar outras vias de acesso ao objeto que é a sociedade e pode, inclusive, chegar a resultados interessantes; entretanto, tais resultados nunca permitirão articular uma teoria social que dê conta dos níveis decisivos e da dinâmica fundamental da sociedade burguesa) (JOSÉ PAULO NETTO, 2011, p. 40).

A Geografia torna-se fundamental pela compreensão da dinâmica da produção capitalista do espaço, da formação territorial brasileira e, desse modo, da questão agrária. Por outro lado, a importância para a Geografia ocorre na medida em que, apesar da diversidade e da relevância das pesquisas sobre a questão agrária, não há tantos estudos com a preocupação de entendê-la a partir de uma perspectiva de caracterização estratégica, de tal modo que o presente estudo contribui para ampliar o leque de possibilidades.

Segundo Alexandrina Luz Conceição (2005), ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, objetiva-se analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das relações.

A transformação da natureza, mediada pelo trabalho, foi consolidando uma realidade em que, nessa relação, a humanidade exerce maior influência sobre a natureza, joga um peso maior na produção do seu destino e, desse modo, nos colocou diante de um espaço produzido pela sociedade (CARLOS, 2011).

O espaço é uma produção humana, é produzido pelas relações sociais a partir da transformação da natureza. Toda ação humana se realiza no espaço e no tempo. As relações sociais se realizam como relações espaciais. As transformações da sociedade resultam em transformações espaciais. Nessa perspectiva, a Geografia tem a preocupação de compreender a relação sociedade-espaço, como a vida social se expressa em sua dimensão espacial (CARLOS, 2011), (MORAES, 2009). Dessa forma, é importante ressaltar que é, também, nesse sentido, que se compreende a questão agrária: como a expressão de uma relação sociedade-espaço, como a sociedade se relaciona e se apropria da terra, seu controle e o da produção, de modo geral, e como isso é colocado em questão no movimento real de classes sociais.

As relações de uma sociedade específica num espaço localizado variam de acordo com o uso, com a apropriação de um determinado espaço. É isso que qualifica uma determinada porção da terra como território. Essas relações se expressam por meio do território. A utilização desse conceito acontece pelo uso social. É a apropriação do espaço que o torna território. Assim, precisa ser estudado analisando o grupo social que o ocupa e explora (MORAES, 2005).

Nesse sentido, toda formação social é também territorial, uma vez que, necessariamente, se espacializa. Espacializar, por sua vez, significa particularizar. Desse modo, a formação territorial é pensada na escala das particularidades nacionais. Colocar o território como formação territorial sugere uma noção de território em movimento, compreendendo a relação entre o processo histórico, sua dinâmica e configuração (MORAES, 2005).

A Geografia, nessa perspectiva, busca entender a lógica que presidiu a construção dos arranjos territoriais e, dentro deles, portanto, a questão agrária. No nosso caso, buscamos analisar a questão agrária na formação territorial brasileira desde uma perspectiva de caracterização estratégica, dialogando com as estratégias (do PCB e do PT) que

hegemonizaram a classe trabalhadora, em diferentes momentos, entendendo a estruturação do espaço produzido com que se defronta a sociedade atualmente, a realidade da questão agrária no momento atual.

Para a melhor compreensão das estratégias do PCB e do PT e, portanto, das suas interpretações sobre a questão agrária na formação territorial brasileira, foram realizadas análises sobre os documentos das organizações, especialmente resoluções congressuais. Também, verificaram-se as experiências do PCB e do PT, de hegemonia da classe trabalhadora, analisando as trajetórias das estratégias democrático-burguesa e democrático-popular.

Ainda comparamos as duas estratégias com a concepção metodológica da teoria da revolução permanente e do desenvolvimento desigual e combinado, sistematizadas por Leon Trotsky, pelo fato de ter representado um contraponto à concepção metodológica da estratégia que predominou na Internacional Comunista e hegemonizou a esquerda mundial durante a maior parte do século XX (portanto, o PCB). Apesar das diferenças entre as estratégias adotadas pelo PCB e pelo PT, citadas anteriormente, principalmente no que se refere às alianças e à consideração de feudalismo na formação territorial brasileira, a estratégia democrático-popular não representou uma alternativa metodológica à estratégia democrático-burguesa, de tal modo que se considerou pertinente incluí-la na comparação. Analisaram-se as contribuições de Trotsky, ainda, especialmente a revolução permanente, pelo fato de terem sido confirmadas pela história, a exemplo da revolução russa (de 1917), chinesa (1949) e a cubana (1959) - revoluções em países considerados “atrasados”, que não pararam na etapa democrática. Todavia, analisou-se mais detidamente o processo revolucionário na Rússia, pelo fato de ter sido o caso concreto a partir do qual o Trotsky (2007) foi formulando a sua teoria da revolução permanente. Ressalta-se que as contribuições de Leon Trotsky chamaram a atenção, sobretudo, para a importância da escala mundial, da tendência de combinação das formas arcaicas e modernas, a queima de etapas históricas, das alianças e dos conflitos entre as classes sociais.

Na busca por entender a realidade que constitui a questão agrária no Brasil, as classes sociais envolvidas e como ela deve ser caracterizada numa perspectiva estratégica, precisamos entender a relação que se estabelece entre a expansão do capital e a concentração de terras no Brasil. Nesse sentido, tivemos que começar pelo fundamento da relação que constitui o capital e como ela se desenvolve. Dessa forma, sobretudo as obras de Marx (2011), (2005), (2004), (2008) foram fundamentais, por viabilizarem a compreensão da sua essência, da sua dinâmica, especialmente com a explicação sobre valor e a extração de mais-valia.

Analizamos, também, o caráter da colonização brasileira, no sentido de verificar a constituição ou não de um modo de produção feudal (ou mesmo de um modo de produção escravista que desembocaria no feudalismo) no Brasil. Destacaram-se as obras de Marx e Engels (2013), Marx (2008), Coggiola (2014), Moraes (2011), que, reafirmando a importância da escala mundial, ressaltam que o capitalismo unificou o mundo e integrou a trajetória de vários países numa mesma história mundial, inclusive o Brasil, que já surgiu inserido nesse processo - conforme análise de Prado Júnior (1998) -, eliminando a possibilidade de repetição isolada das etapas históricas, que foram vivenciadas por alguns países europeus. A forma de produção dominante articulava a concentração da terra com a monocultura e o trabalho escravo, tinha como destino o comércio europeu. Esse foi o fundamento econômico do Brasil no período colonial. Essa realidade elimina a possibilidade de feudalismo na formação territorial brasileira, analisada pela estratégia democrático-burguesa.

Na sociedade capitalista, a relação de produção que constitui o capital surgiu e se desenvolveu mediante a separação entre o trabalhador e a propriedade dos meios pelos quais realizam trabalho. O trabalhador precisa ser expropriado para vender-se ao capitalista. Os capitalistas exploram a força de trabalho do trabalhador com o objetivo de extrair mais-valia (o valor – tempo de trabalho - a mais, que foi produzido pelo trabalhador, mas que não é pago pelo capitalista) e acumularem riqueza. A relação capitalista de produção se baseia, portanto, na propriedade privada dos meios de produção, exploração da força de trabalho, na extração de mais-valia e sua acumulação privada. A acumulação pela acumulação impulsiona a expansão espacial do domínio do capital. Ele avança introduzindo relações especificamente capitalistas nas formações territoriais não capitalistas e/ou dominando e se apropriando de relações não capitalistas.

A mais-valia, extraída mediante a exploração do trabalho, pode ser dividida em várias partes, a exemplo da renda da terra, que é o preço cobrado pelos proprietários de terra pelo acesso aos seus frutos. Ainda que não coloque a terra para produzir, ela permite, ao seu proprietário, apropriar-se de uma parte da mais-valia social, uma vez que o trabalho que valoriza a propriedade não precisa, necessariamente, ser feito nela. As análises de Marx (2005), (2011), Martins (1981) e Oliveira (2005) (2004), foram de suma importância, sobretudo para entender os motivos pelos quais o capital se interessa por terra. Elas mostram a importância da propriedade da terra, sobretudo para a extração de renda da terra; as diferentes formas de o capital se apropriar da agricultura, por meio da combinação entre as relações capitalistas e não capitalistas de produção, da territorialização e da monopolização do território pelo capital.

Nesse sentido, os estudos de Mazzeo (1995), de Paulino e Almeida (2010) e de Francisco de Oliveira (2011) viabilizaram a compreensão de como a classe dominante conseguiu transitar de uma economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial, mantendo a concentração da terra, diferenciando-se dos processos históricos que ocorreram nos países da linha de frente do capitalismo. Principalmente o último autor, ressalta os mecanismos utilizados e a funcionalidade da concentração de terras e de uma produção de alimentos para o mercado interno, que não obstaculizaram o processo de acumulação urbano-industrial.

A produção do espaço sob o domínio do capital acontece de forma desigual. Os estudos de Smith (1988) e Moraes (2011) mostraram a produção desigual do espaço como algo próprio da dinâmica do capital e suas tendências para a igualização (com a universalização do trabalho abstrato na forma valor) e para a diferenciação (como expressão da divisão social e territorial do trabalho). Além disso, sobretudo, a análise do último autor evidencia que o capital exerce formas diferentes (e não idênticas/iguais) de dominação e, nesse sentido, as diferentes formações territoriais não seguem um modelo ideal de processo.

Analizamos, ainda, o estágio imperialista do desenvolvimento do capitalismo, no intuito de identificar as modificações que foram produzidas no sistema do capital – daí a importância das obras de Lenin (2012), Marini (2000), Fontes (2010) e Lima (2015) -; a configuração do capitalismo contemporâneo; a formação territorial brasileira e as alterações que foram produzidas no campo brasileiro. Sobre esse último aspecto, é necessário registrar a importância dos trabalhos de Delgado (2003), Campos (2011), (2009), Oliveira (2010) Stédile (2013), sobretudo pela análise da expansão do capital no campo; a consolidação do chamado agronegócio; a estrutura de classes e as tendências do capital no campo. Ainda sobre as tendências do capital no campo, analisamos a atuação do governo Temer (de 2016 a 2018) e o início do governo Bolsonaro (em 2019).

Para melhor compreensão da configuração atual da questão agrária no Brasil, utilizaram-se, ainda, informações fornecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) referentes à estrutura fundiária brasileira; pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente sobre as variações no índice de Gini; Pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), principalmente no que se refere à distribuição de Recursos entre a agricultura empresarial e agricultura familiar; bem como das informações fornecidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), sobretudo dados sobre os conflitos no campo; além de informações do Banco de dados da luta pela terra do DATALUTA (sobre acampamentos,

assentamentos, estrutura fundiárias, variações no índice de Gini) e das pesquisas de Campos (2011), (2009), Oliveira (2016), (2013), (2011), (2010), (2007), Girardi (2017), Stédile (2013), Lima (2015), entre outros.

É importante ressaltar que os dados do censo agropecuário do IBGE, que deveriam ser divulgados em 2017, até o início de setembro de 2019, foram divulgados apenas resultados preliminares, com poucas informações e sujeito a alterações. Por esse motivo, não utilizamos tantas informações do IBGE. No entanto, os seus dados (principalmente sobre a variação no índice de Gini) e as informações obtidas nas demais fontes mostraram a continuidade da concentração de terras e a persistência da luta por ela no Brasil, inclusive com um aumento no número de conflitos nos últimos anos – o que evidencia a existência de uma questão agrária no país.

Verificamos que, na configuração atual da questão agrária no Brasil, há uma integração de capitais de vários setores e origem (nacional e internacional): aquisições, fusões e associações entre capitais; além do controle de empresas estrangeiras sobre terras no Brasil. Houve uma articulação do capital monopolista na grande propriedade fundiária, conhecido como agronegócio, que tem provocado mudanças estruturais no campo brasileiro.

Há uma tendência de aumento da concentração de terras e de recursos, na medida em que o agronegócio se expande. Nos últimos anos, os governos (na verdade, uma política do Estado burguês) vêm promovendo uma intensa “flexibilização” das leis, principalmente ambientais e trabalhistas, para permitir a mais ampla liberdade de movimento para o capital, a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho, sobretudo por meio do agronegócio e da mineração.

Existe, ainda, uma tendência de maior controle do capital sobre a produção dos alimentos, destruindo a soberania e a segurança alimentar, sobretudo por meio da commoditização dos alimentos, da sua comercialização em bolsas de valores, dos transgênicos, dos agrocombustíveis, além do avanço dos agrotóxicos.

Há uma articulação entre a utilização da terra produtiva e improdutivamente. O agronegócio está colocando para produzir terras, que, antes, eram utilizadas como reserva de valor, de modo que tem contribuído para elevar o grau de utilização; o preço da terra; a especulação imobiliária; a especulação em torno do preço dos alimentos; a concentração fundiária. Nesse sentido, ao contrário das formulações atuais do PCB, muitas terras, ainda, são utilizadas como reserva de valor, para especulação. É importante registrar que grandes bancos estão entre os maiores proprietários de terras.

Tudo isso tem ocorrido mediante a diminuição e o combate aos assentamentos, a demarcação de terras indígenas e quilombolas; a entrega de títulos definitivos das terras destinadas à reforma agrária, com o objetivo de acelerar o processo de disponibilização dessas no mercado de terras; os cortes no orçamento, a desestruturação de programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, o combate à produção orgânica; a retirada de direitos trabalhistas e a exploração da força de trabalho em condições análogas a da escravidão; a tendência de maior repressão e criminalização da luta e dos movimentos sociais.

Nesse contexto, o campo brasileiro apresenta uma estrutura de classes formada por grandes empresários, com integração de vários setores e origem de capitais; trabalhadores assalariados no agronegócio, permanentes e temporários; aqueles que possuem terra, ainda que, em muitos casos, precariamente; e aqueles que foram expropriados e retornam ao campo, por meio da luta pela terra.

A expansão do agronegócio, a combinação de capitais no campo, a exploração capitalista do trabalho não podem ser consideradas tarefas democráticas em atraso, pois, não apenas fazem parte da forma como o capitalismo se expande no país, como também, se colocam diretamente num terreno socialista. Todavia, além dessa realidade, temos a utilização da terra para especulação, reserva de valor, a integração subalterna de agricultores familiares e camponeses ao capital, povos indígenas, quilombolas e camponeses, que reivindicam terras e recursos para produzir alimentos e garantir a reprodução do seu modo de vida. Todas essas questões estão articuladas, no entanto, essa última realidade não coloca diretamente a contradição capital-trabalho e a socialização do trabalho e, por isso, podem ser consideradas como tarefas e/ou reivindicações democráticas. Todavia, ela também se choca com o capital e a sua forma de se expandir no campo. Nessa perspectiva, avaliamos que a questão agrária no Brasil constitui uma combinação entre tarefa democrática e socialista, que, ao se chocar com o capital, aponta a necessidade de sua superação.

A presente pesquisa foi organizada em duas partes: Uma primeira parte, que trata de uma avaliação das estratégias da esquerda brasileira - democrático-burguesa e democrático-popular -, que hegemonizaram a classe trabalhadora, especialmente sobre o campo. E uma segunda parte, que trata do processo de expansão do capitalismo e a questão agrária no Brasil. O objetivo dessa organização foi, em primeiro lugar, analisar as formulações sobre a questão agrária no Brasil e, em seguida, verificar como ela é de fato.

Na primeira parte, encontram-se as análises sobre a relação que se estabelece entre Geografia, questão agrária e estratégia; Um balanço da estratégia democrático-burguesa do PCB, da sua atuação no campo, especialmente junto aos camponeses, e um debate sobre o

caráter da colonização brasileira. Na sequência, encontram-se as análises sobre a estratégia democrático-popular do PT e um balanço da experiência petista. Logo em seguida, está a comparação metodológica entre as estratégias democrático-burguesa, democrático-popular e as concepções teóricas de Leon Trotsky, do desenvolvimento desigual e combinado e da revolução permanente.

Já na segunda parte, encontram-se as análises sobre a expansão de relações capitalistas e a terra; sobre a transição do trabalho escravo para o livre e a concentração da propriedade da terra no Brasil; sobre a questão agrária nas diferentes formas de expansão do capitalismo; sobre o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo; sobre o estágio imperialista do desenvolvimento do capitalismo; sobre os governos da direita e da extrema direita e suas agendas para o campo brasileiro.

**1ª PARTE – AS ANÁLISES ESTRATÉGICAS DA ESQUERDA
BRASILEIRA, QUE HEGEMONIZARAM A CLASSE
TRABALHADORA, SOBRE O CAMPO – UMA AVALIAÇÃO**

CAPÍTULO 1 - A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-BURGUESA DO PCB

1.1 A relação entre Geografia, questão agrária e estratégia

Para sobreviverem, criarem e renovarem as condições de sua reprodução, os seres humanos precisam produzir, transformar, constantemente, a natureza pelo trabalho, pelo uso das capacidades físicas e mentais. E, nesse movimento, ao passo em que transformam a natureza, transformam a si mesmos e a sociedade. Para Marx (2004), o trabalho é, antes de tudo, “um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (p. 29).

Segundo Milton Santos (2008), não há produção humana que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é o processo de criação do espaço. Por isso, a Geografia estuda a ação do homem. (SANTOS, 2008, p. 96-97).

De acordo com Ana Fani Alessandri Carlos (2011):

A produção do espaço coloca-se como desafio para todos aqueles que querem entender o mundo moderno e a condição através da qual a vida se constitui e se desenvolve hoje, iluminando as novas contradições bem como o horizonte em que deverá se situar o projeto constitutivo de uma nova sociedade (CARLOS, 2011, p. 9).

A autora explica que toda ação social se realiza num espaço determinado, num período de tempo preciso. Nessa perspectiva, as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais, elas têm uma existência real na condição de uma existência espacial concreta, em que se inscreve e se realiza, o que significa que a análise geográfica revela o mundo como prática sócioespacial.

A relação inicial do homem com a natureza se encontra mediada pelo trabalho, e através dessa mediação supera os termos da relação e nos coloca diante de um espaço produzido pela sociedade como ato e ação de produção da própria existência. Nesse longo movimento, o homem cria-se através de um conjunto de produções, dentre as quais se situa a produção do espaço (CARLOS, 2011, p. 40).

Segundo a autora, nessa relação, os seres humanos foram transformando a natureza, ao longo da história em produção social. A sociedade se constitui como realidade prática, envolvendo um conjunto de produções e constituindo um mundo humano. Ao produzir sua

existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. Nesse processo, é o próprio homem que se produz enquanto tal e esse movimento abarca a produção do espaço, razão de ser da sociedade, pois, de acordo com Carlos (2011), a existência humana é espacial, e, portanto, nenhuma relação social realiza-se fora de um espaço real e concreto.

O processo histórico revela um movimento da práxis social que vai da transformação da natureza primeira à produção do espaço e deste à sua reprodução. Desse modo, o espaço é produto e expressão prática daquilo que a civilização, ao longo do processo histórico, foi capaz de criar. Assim, a natureza social do espaço só faz esclarecer o mundo moderno (CARLOS, 2011, p. 37).

Nesse sentido, a autora explica que a Geografia descobre o conteúdo social do espaço, longe de toda naturalidade. Assim, analisam-se as ações e seus sentidos no processo de produção do espaço. Compreende-se o ato de produção a partir da relação sociedade-espaço, não como dois termos separados, que se relacionam, mas como um se realizando no outro e por meio do outro, como campo da prática socioespacial.

Prática socioespacial, segundo Carlos (2011), sinaliza que as relações sociais se materializam enquanto relações espaciais. Significa dizer que a vida cotidiana se realiza num espaço/tempo passível de ser apropriado, vivido, representado. Enquanto modo de uso, o espaço varia ao longo do tempo específico e, sendo determinado pela realização da vida social, num determinado território, expressa-se por meio do território como produção humana em ato.

A autora tem insistido no fato de que existem várias possibilidades de compreender o mundo a partir da Geografia, e que a análise do que se entende por, especificamente, geográfico, baseia-se no raciocínio segundo o qual as relações se realizam concretamente enquanto relações espaciais. É por meio da e na prática socioespacial que os seres humanos se realizam enquanto tal ao longo da história, numa prática que revela a construção da humanidade do homem.

A Geografia tem como preocupação central a dimensão espacial da realidade. Aliás, segundo Antonio Carlos Robert de Moraes (2009), esse é o único consenso na Geografia: que ela tem a ver com espaço, refere-se a essa dimensão da realidade. A partir dessa compreensão, a Geografia é vista como uma ciência humana, que estuda a relação sociedade-espaço. Relações sociais nas quais a sociedade se relaciona com o espaço, isto é, a Geografia tem como questão central a espacialidade da vida social, como a vida social se expressa em sua dimensão espacial (MORAES, 2009).

Moraes (2005) parte do entendimento da Geografia como ciência social, que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história. O autor aponta que, do ponto de vista lógico-histórico, a relação mais elementar seria a apropriação dos meios naturais, sendo transformados, por meio do trabalho, em meios de produção, a exemplo do que ocorre com a terra. Tais relações, a partir de certo grau de intervenção humana, colocam novas relações. Essa relação da sociedade com o espaço é qualificada como segunda natureza (isto é, como meios naturais que contêm a marca de trabalhos pretéritos).

Moraes (2005) explica que a relação da sociedade com o espaço confunde-se com seu relacionamento com a natureza. No entanto, existem relações não naturais entre a sociedade e o espaço, pois os seres humanos constroem ambientes artificiais, cuja naturalidade se limita à origem dos materiais empregados. Tal fato objetiva o processo de produção do espaço (*stricto sensu*), que nomeia a criação destas formas eminentemente humanas (não naturais), que vão sendo depositadas na superfície do planeta ao longo da história.

Para o autor, captar o movimento interno da produção do espaço - entendendo a lógica que presidiu a execução dos arranjos territoriais e das construções - seria o objetivo primeiro dessa perspectiva geográfica. Outro objetivo seria apreender o resultado de tal processo em diferentes momentos, isto é, a estruturação do espaço produzido com que se defronta uma sociedade em dada conjuntura. Desse modo, o espaço produzido só é explicável em função do processo que o engendrou, e a forma criada só se revela pelo seu uso social a cada momento.

Nesse sentido, espacializar, de acordo com o autor, é, de imediato, particularizar. Pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas do lugar. Por isso, a formação econômico-social é vista, nesse sentido, sempre como realidade localizada temporal e espacialmente; o lugar, sendo posto, assim, como mediação e a espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos (MORAES, 2005).

Segundo Moraes (2005), a formação de um território envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial.

Ainda, de acordo com o autor, a utilização do conceito de território recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. É a apropriação que qualifica uma porção da terra como território. Nesse sentido, esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora determinado espaço, o território. Sua utilização

aponta para uma visão social do objeto geográfico, posto, diretamente, como a relação sociedade-espço em si. E mais, equacionado como entidade movente – formação – resgata também a unidade dialética entre forma e processo.

No processo de produção do território, as determinações econômicas se articulam ao universo da política. A historicidade dos processos singulares coloca a possibilidade de conhecermos os sujeitos dessa produção. Os usos do solo, os estabelecimentos humanos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares expressam os resultados de lutas, hegemonias, violências; enfim, os resultados de atos políticos. “A produção do espaço agora sendo vista como processo teleológico, isto é, sustentado em projetos e guiados por concepções de atores sociais específicos” (MORAES, 2005, p. 46). O território, nesse sentido, expressa combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais.

Para Moraes (2005), a constituição do território pode ser um rico caminho para a análise da formação histórica de um país, pois permite analisar, não apenas a questão de valores econômicos, mas também a expressão de projetos de sociedade em foco. A formação territorial é um dos elementos definidores da particularidade (agora pensada, por exemplo, na escala das particularidades nacionais). Enfim, o desenvolvimento histórico se faz sobre e com o espaço terrestre e, nesse sentido, toda formação social é também territorial, pois necessariamente se espacializa.

A transformação da natureza, mediada pelo trabalho, foi consolidando uma realidade em que, nessa relação, a humanidade exerce maior influência sobre a natureza, joga um peso maior na produção do seu destino e, desse modo, colocou-nos diante de um espaço produzido pela sociedade.

Nesse sentido, podemos sintetizar, a partir das ideias dos autores, que o espaço é uma produção humana, é produzido pelas relações sociais, a partir da transformação da natureza. Toda ação humana se realiza no espaço e no tempo. As relações sociais se realizam como relações espaciais. As transformações da sociedade resultam em transformações espaciais. Nessa perspectiva, a Geografia tem a preocupação de compreender a relação sociedade-espço, como a vida social se expressa em sua dimensão espacial. Dessa forma, é importante ressaltar que é, também, nesse sentido, que se compreende a questão agrária: como a expressão de uma relação sociedade-espço, como a sociedade se relaciona e se apropria da terra, seu controle e o da produção, de modo geral, e como isso é colocado em questão no movimento real de classes sociais.

As relações de uma sociedade específica num espaço localizado variam de acordo com o uso, com a apropriação de um determinado espaço. É isso que qualifica uma determinada

porção da terra como território. Essas relações se expressam por meio do território. A utilização desse conceito acontece pelo uso social. É a apropriação do espaço que o torna território. Assim, precisa ser estudado, analisando-se o grupo social que o ocupa e o explora.

Nesse sentido, toda formação social é também territorial, uma vez que, necessariamente, se espacializa. Espacializar, por sua vez, significa particularizar. Desse modo, a formação territorial é pensada na escala das particularidades nacionais. Colocar o território como formação territorial sugere uma noção de território em movimento, compreendendo a relação entre o processo histórico, sua dinâmica e configuração.

A Geografia, nessa perspectiva, busca entender a lógica que presidiu a sua construção, a construção dos arranjos territoriais e, dentro deles, portanto, a questão agrária. No nosso caso, buscamos analisar a questão agrária na formação territorial brasileira desde uma perspectiva de caracterização estratégica, dialogando com as estratégias que hegemonizaram a esquerda brasileira e a classe trabalhadora, entendendo a estruturação do espaço produzido com que se defronta a sociedade atualmente, a realidade da questão agrária no momento atual.

Tanto o conceito de estratégia, quanto o conceito a ele associado, de tática, são de origem militar (IASI; FIGUEIREDO; NEVES, 2019). Pode-se compreendê-los da seguinte forma: “a tática enquanto teoria relativa à utilização das forças armadas na ação bélica; enquanto atividade que consiste em ordenar e dirigir os diferentes choques que ocorrem no curso de uma guerra”. (CLAUSEWITZ, apud, GEBRIM, 2012, p. 8). E a estratégia, enquanto a atividade que consiste em coordenar entre si os diferentes choques bélicos, em função da guerra (CLAUSEWITZ, apud, GEBRIM, 2012, p. 8).

Também para Iasi, Figueiredo e Neves (2019), a tática refere-se às operações realizadas durante um combate ou na iminência dele, no campo de batalha, especialmente durante contato com o inimigo. Já a estratégia se refere ao planejamento e à execução de movimentos que visam a alcançar ou manter posições favoráveis a futuras ações táticas, ou seja, ao planejamento do conjunto das operações de guerra, visando ao objetivo final.

Na política, por extensão, a estratégia é a teorização da combinação entre as diversas formas particulares e momentos singulares de embate entre os blocos em presença, tendo em vista atingir seus objetivos. Dito de outro modo, estratégia é a teoria do emprego de cada embate como meio para atingir o objetivo final. Já a tática é a teoria da formação e da condução de cada um destes embates singulares tomado em si mesmo, ou seja, a teoria dos meios para vencer cada um dos embates tomado momentaneamente como fim (IASI; FIGUEIREDO; NEVES, 2019, p. 14).

Ainda nessa perspectiva, para Martins, Prado, Figueiredo, Motta e Souza (2018), uma estratégia refere-se à forma pela qual a classe – por meio dos seus instrumentos coletivos construídos para a luta – interpreta, combina, organiza e dirige os diferentes enfrentamentos particulares no sentido geral da revolução.

Contudo, Iasi (2014) explica que:

uma estratégia não pode ser compreendida como resultante da mera intencionalidade dos sujeitos políticos, ela é produto de todo um conjunto de fatores entre os quais o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e o grau de amadurecimento da contradição que daí deriva em relação às relações sociais de produção existentes, a dinâmica da luta de classes, o caráter do Estado e, naquilo que nos interessa diretamente, da expressão destas contradições na consciência social de uma época, no quadro cultural e teórico existente (IASI, 2014, p. 6).

A análise do estágio do capitalismo (mundial), da formação territorial brasileira e sua inserção na economia mundial são determinantes para a definição do caráter da revolução, do caminho a ser percorrido e das tarefas a serem realizadas no processo revolucionário, ou seja, da estratégia a ser adotada.

Nesse sentido, a relação entre Geografia e estratégia se estabelece, sobretudo, a partir do momento em que, conforme lembrou Ana Fani (2011), a produção do espaço, a dimensão espacial da realidade, torna-se fundamental para entender como a vida se constitui e se desenvolve, orientando o projeto constitutivo de uma nova sociedade, ou seja, a necessidade de compreender a dinâmica da produção capitalista do espaço, determinada formação territorial, torna a Geografia indispensável para os estudos sobre estratégia. No nosso caso, ela (a Geografia) torna-se fundamental para a compreensão da questão agrária na formação territorial brasileira numa perspectiva de caracterização estratégica.

É importante registrar que, nas estratégias da esquerda brasileira, que hegemonizaram a classe trabalhadora, em diferentes momentos - na estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa, com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), principalmente entre os anos de 1940 e 1960, e na estratégia democrático-popular, com o Partido dos Trabalhadores (PT), do final dos anos de 1980 aos dias atuais -, a questão agrária foi analisada como um dos principais aspectos para a não apresentação de uma estratégia e uma revolução de caráter socialista. Nessas formulações estratégicas (democrático-burguesa e democrático-popular), a questão agrária é tratada como algo em atraso, um entrave, um obstáculo para a acumulação do capital no país e para a transição socialista. São essas as questões que se pretende estudar

na presente pesquisa, a questão agrária na formação territorial brasileira, sua caracterização estratégica.

Vamos analisar, mais detidamente, essas formulações: primeiro, a estratégia democrático-burguesa com o PCB, sua avaliação sobre a questão agrária; e, em seguida, analisaremos a estratégia democrático-popular com o PT.

1.2 A análise estratégica do PCB

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em março de 1922, sob o impacto da revolução russa de 1917 e a influência da III Internacional, a Internacional Comunista (IC)¹, que, por sua vez, foi fundada em 1919. O partido surgiu como uma seção da IC.

De acordo com Pinheiro (2012), apesar de uma relativa autonomia nos anos de formação, a história do PCB é marcada por uma submissão e uma fidelidade não crítica à IC e a União Soviética, que se prolongou até o fim desta última e das experiências do Leste europeu, quando da contrarrevolução no final da década de 1980 (PINHEIRO, 2012). Segundo a análise do autor, a partir do seu VI congresso, realizado em setembro de 1928, a IC passa a direcionar o PCB, de tal modo que os primeiros anos do partido, que haviam sido marcados pelo esforço em analisar formação social brasileira, vão dar lugar - a partir do seu III congresso, realizado no final de 1928 e início de 1929, em Niterói-RJ - a uma forte submissão à IC, com interrupção desse ciclo político.

A IC acabou por criar uma classificação dos países em: coloniais, semicoloniais e dependentes, e por generalizar (ou transpor mecanicamente) formulações de Lenin, sobre a Rússia czarista, para esses países.

Em sua obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, ao analisar o processo de formação do mercado interno para o capitalismo nesse país, Lenin (1982) avaliava que o desenvolvimento do capitalismo era progressista, em relação ao antigo regime feudal, por motivos que poderiam ser resumidos em dois aspectos: “aumento das forças produtivas do trabalho social e socialização deste. Esses fatos, porém, manifestam-se em processos bastante diversos nos diferentes ramos da economia” (LENIN, 1982, p. 373).

Lenin (1982) explica que:

¹A III Internacional, ou Internacional Comunista, foi uma organização mundial dos comunistas, fundada em março de 1919, sob o impulso da revolução russa de 1917, reunindo e ajudando a organizar vários partidos comunistas no mundo inteiro. Acabou sendo dissolvida em 1943.

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social só se manifesta com plena relevância na época da grande indústria mecanizada. Antes dessa fase superior do capitalismo, a produção se funda no trabalho manual e numa técnica primitiva, cujos progressos são espontâneos e extremamente lentos (LENIN, 1982, p. 373).

Todavia, é importante ressaltar que, para Lenin (1982), o caráter progressista do desenvolvimento capitalista era compatível com o reconhecimento dos aspectos negativos e sombrios, com o pleno reconhecimento das profundas contradições sociais próprias desse modo de produção. Além disso, o processo de desenvolvimento ocorre em meio a uma série de desigualdades e desproporções: aos períodos de prosperidade sucedem os de crise, o desenvolvimento de um ramo industrial provoca o declínio de outro, etc. (LENIN, 1982).

No que se refere à socialização do trabalho pelo capitalismo², destacam-se alguns processos nos quais esse aspecto se manifesta:

1. O próprio crescimento da produção mercantil põe fim à dispersão das pequenas unidades econômicas, própria da economia natural, e reúne os pequenos mercados locais num grande mercado nacional (depois mundial). A produção para si se converte em produção para toda a sociedade e quanto mais alto é o desenvolvimento do capitalismo, tanto mais intensa se torna a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação (LENIN, 1982, p. 374).
2. O capitalismo substitui a antiga dispersão da produção por uma concentração sem precedentes, quer na agricultura, quer na indústria. Essa é a manifestação mais nítida e mais relevante, embora nem de longe a única, dessa particularidade do capitalismo (LENIN, 1982, p. 374).

²Ainda sobre esse aspecto, é importante destacar que Lenin colocava a necessidade de socialização do trabalho também no campo. Mesmo após a revolução, falando sobre a necessidade de superação das classes, Lenin (2005) analisa que subsistia ainda a divisão em operários e camponeses. Se um camponês instalado numa parcela de terra, apropriar-se do trigo excedente, isto é, do trigo que não precisa, nem ele nem o seu gado, enquanto os demais carecem de pão, converte-se num explorador. Quanto mais trigo retém, mais ganha, e não lhe importa que os outros passem fome: “Quanto mais fome tiverem, mais caro venderei o meu trigo”. É preciso que todos trabalhem de acordo com um plano comum numa terra comum, em fábricas comuns e de acordo com regras comuns. (...) Por conseguinte, a tarefa da luta do proletariado não terminou com o derrubamento do tsar e a expulsão dos proprietários de terras e capitalistas; levá-la ao termo é, precisamente, a missão do regime que denominamos ditadura do proletariado.(...) A luta de classes continua, somente mudaram as suas formas. É a luta de classe do proletariado para impedir o regresso dos antigos exploradores, para agrupar numa estreita união a massa dispersa do campesinato ignorante. A luta de classes continua, e a nossa missão é subordinar todos os interesses a esta luta.(...) E para evitar que se restaure o Poder dos capitalistas e da burguesia, é preciso proibir o mercantilismo, é preciso impedir que uns indivíduos se enriqueçam à custa dos outros, é preciso que os trabalhadores se unam estreitamente ao proletariado e constituam a sociedade comunista. (...) A sociedade comunista significa que tudo é comum: a terra, as fábricas, o trabalho. Isso é o comunismo.

3. O capitalismo elimina as formas de dependência pessoal que são parte inalienável dos antigos sistemas econômicos. (...) Confrontado com o trabalho do camponês dependente ou servo, em todos os setores da economia nacional, o trabalho assalariado livre constitui um fenômeno progressista (LENIN, 1982, p. 374).
4. O capitalismo cria necessariamente a mobilidade da população, que era desnecessária aos sistemas de economia social anteriores, sob os quais era impossível com a mínima amplitude sequer (LENIN, 1982, p. 374).
5. O capitalismo provoca uma redução constante da parte da população ocupada na agricultura (onde sempre predominam as formas mais atrasadas de relações econômicas e sociais) e um crescimento do número de grandes centros industriais (LENIN, 1982, p. 374).
6. A sociedade capitalista aumenta a necessidade de união e associação da população e dá às suas organizações um caráter peculiar, distinto em relação aos períodos anteriores. Destruindo as limitadas uniões corporativas locais da sociedade medieval e instaurando uma concorrência impiedosa, o capitalismo fratura simultaneamente o conjunto da sociedade em grandes grupos de pessoas que ocupam diferentes posições na produção, impulsionando vigorosamente a constituição de associações no interior de cada um desses grupos (LENIN, 1982, p. 374-375).

Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo representava um marco para aquele país, que possuía uma estrutura de classe constituída pela presença predominante do campesinato, além de ser necessário e inevitável (CONCEIÇÃO, 1991).

De acordo com Lenin (1982), a atualidade da revolução colocava em evidência uma dualidade do campesinato, tanto do ponto de vista da sua situação como do ponto de vista do seu papel: de um lado, os imensos remanescentes da economia baseada na corveia e os resíduos da servidão diante da pauperização e da ruína dos camponeses pobres explicam as raízes do movimento revolucionário camponês. De outro, a contraditória estrutura interna dessa classe, seu caráter pequeno-burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias.

As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contra-revolucionária e o proletariado revolucionário, são tão inevitáveis como este outro fenômeno que se observa em toda sociedade capitalista: uma insignificante minoria de pequenos produtores se enriquece, “sobe na vida” e se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruína completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária (LENIN, 1982, p. 9-10).

Sobre essa base econômica, Lenin (1982) compreendia que o caráter da revolução na Rússia era, inevitavelmente, uma revolução burguesa. No entanto, de acordo com o autor, duas eram as vias fundamentais possíveis para o desenvolvimento do capitalismo e seu desfecho. Ou a antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços de servidão, conserva-se e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker*³. Nesse caso, a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais. Ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida todos os vestígios de servidão. Em outras palavras: no primeiro caso, conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga superestrutura, enquanto que, no segundo caso, a grande propriedade fundiária e todos os principais pilares da antiga superestrutura que lhe correspondem são destruídos.

Na primeira via, o papel dirigente cabe ao burguês e ao latifúndio, com o apoio dos camponeses ricos, e o restante da massa camponesa verá deteriorada a sua situação, expropriada e explorada em enorme escala. Na segunda via, o papel dirigente é desempenhado pelo proletariado e pela massa camponesa, neutralizando a burguesia vacilante ou contrarrevolucionária; assegurando “o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sobre uma base capitalista com a situação das massas operárias e camponesas, sendo a melhor possível no limite do regime de produção mercantil” (LENIN, 1982, p. 11). E tudo isso cria as condições favoráveis para que a classe operária possa realizar a transformação socialista. Lenin optara por essa segunda via.

Com isso, segundo Lukács (2012, p. 39):

[...] segue-se que o reconhecimento da necessidade de um desenvolvimento capitalista na Rússia e do progresso histórico ligado a ele não significa em absoluto que o proletariado deva apoiar esse desenvolvimento. Ele tem de saudá-lo, sim, pois somente esse desenvolvimento cria o solo para o surgimento do proletariado como fator decisivo de poder. Mas também tem de saudá-lo como condição, como pressuposto de sua verdadeira e impiedosa luta contra o verdadeiro agente desse desenvolvimento: a burguesia.

Nesse sentido, Lenin chegava à conclusão de que, na Rússia, o caráter da revolução era burguês, mas esse processo deveria ser dirigido pelo proletariado em aliança com o campesinato. Para Lukács (2012), a proximidade da revolução proletária tornava possível, ainda que problemática, uma aliança entre a burguesia e o absolutismo feudal; problemática

³ Como eram denominados os grandes proprietários fundiários da nobreza, na Prússia (LENIN, 1982).

na medida em que essa aliança não se baseia em uma identidade positiva de interesses, mas num compromisso para evitar uma superação revolucionária da sociedade de classe.

É importante ressaltar que Lenin muda de posição, em abril de 1917 (a partir dos escritos conhecidos como as “Teses de Abril”), logo após a derrubada do czar e a formação do governo provisório capitalista. Lenin vai desenvolver melhor as ideias expressas nas “Teses de Abril” em outros textos (desse mesmo mês e ano), principalmente em “Sobre a Dualidade de Poderes” e “As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução (Projeto de Plataforma do Partido Proletário)”. Neste último, ele defende que: “O poder de Estado passou na Rússia para as mãos de uma nova classe, a saber: da burguesia e dos latifundiários aburguesados. Nessa medida, a revolução democrático-burguesa na Rússia está terminada.” (Lenin, 2017a). No texto “sobre a dualidade de poderes”, Lenin (2017b) defende que uma particularidade extremamente notável da revolução consiste em que ela gerou uma dualidade de poderes e que é preciso, antes de tudo, compreender esse fato; pois, sem isso, será impossível ir adiante. É necessário saber completar e corrigir as velhas fórmulas, como as do bolchevismo, porque, como se demonstrou, foram acertadas em geral, mas a sua realização concreta revelou-se diferente. Ninguém, antes, considerava Lenin (2017b), pensava, nem podia pensar na dualidade de poderes. Para ele, a dualidade de poderes não exprime senão um momento de transição no desenvolvimento da revolução, quando ela já foi além dos limites da revolução democrático-burguesa comum, mas não chegou, ainda, a uma ditadura pura do proletariado e do campesinato. Nos textos desse período, abril de 1917, Lenin defende ruptura completa com todos os interesses do capital, principalmente como a única via para acabar com a guerra imperialista. Porém, Lenin defende a não introdução imediata do socialismo, mas somente passar a produção social ao controle dos soviets, a formação de um Estado Comuna, a fundação da III Internacional, dentre outras medidas.

No entanto, a IC acabou generalizando para vários Partidos Comunistas, as antigas formulações de Lenin para a Rússia. Em seu IV congresso, em 1928, a IC analisava que:

Países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) possuindo um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal ou o «modo asiático de produção», tanto na vida económica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc., se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. Aqui têm uma importância primordial, por um lado, a luta contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a

consequente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional. A passagem à ditadura do proletariado só é possível nestes países, regra geral, depois de uma série de etapas preparatórias, esgotado todo um período de transformação da revolução burguesa-democrática em revolução socialista, sendo que o sucesso da edificação socialista é, na maior parte dos casos, condicionado pelo apoio directo dos países de ditadura proletária (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1928, p. 28-29).

Nos países coloniais, semicoloniais e dependentes, a IC considerava que, por conta da existência de resquícios feudais e a dependência ao imperialismo, o carácter da revolução, nesses países, era democrático-burguês, e a aliança de classe para realizar essa revolução seria entre o proletariado e os camponeses. Del Roio (2012) explica que era uma revolução democrática, no sentido de emancipação política, ou seja, de conquista das liberdades políticas; e revolução burguesa, no sentido do desenvolvimento das forças produtivas do capital/trabalho, da explicitação dessa contradição.

É importante ressaltar que “tarefas” se referem às questões, demandas ou reivindicações, apresentadas nos conflitos sociais, em busca de soluções, que podem ser dentro ou fora da ordem social estabelecida. É nesse sentido que se entende o significado de “tarefas democráticas”, como era, até então, sobretudo, nos processos de revolução burguesa clássica, o caso da solução da questão agrária, que eram tarefas de um processo onde não estava colocada diretamente a contradição capital-trabalho e, portanto, não se colocava, diretamente, a questão do socialismo, tornando-se “compatíveis” com o capitalismo.

A IC apontava que:

Aqui, a tarefa fundamental é a de formar organizações independentes de operários e de camponeses (partido comunista como partido de classe do proletariado, sindicatos, ligas e comitês de camponeses, soviets nas situações revolucionárias, etc.) e de as subtrair à influência da burguesia nacional com a qual não são admissíveis acordos temporários senão na medida em que esta não entrave a organização revolucionária dos operários e dos camponeses e combata efectivamente o imperialismo (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1928, p. 41).

Essa análise se apresenta também nas resoluções do III congresso do PCB, o qual elege como elementos fundamentais da formação social brasileira: “a) a dominação imperialista; b) a economia agrária; c) o problema da terra; d) a revolução democrático-burguesa” (PCB, 1929). O Partido considerava que: o Brasil era um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo; um país de economia predominantemente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração de grandes massas campesinas; a

burguesia nacional capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estavam no poder. Com essa avaliação, o PCB propunha a construção de um Bloco Operário e Camponês, para: “a) solução do problema agrário, confiscação da terra; b) supressão dos vestígios semifeudais; c) libertação do jugo do capital estrangeiro” (PCB, 1929).

Segundo Anita Prestes (2013), as tendências dogmáticas, tanto na IC quanto no PCB, propiciaram a transposição mecânica das teses leninistas para uma realidade distinta, como era o caso da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular.

Em vez de adotar-se como ponto de partida o exame da situação presente nesses países, identificava-se no campo um suposto feudalismo, que, juntamente com o imperialismo, constituiriam entraves ao desenvolvimento do capitalismo. Enquanto na realidade o capitalismo encontrava novas formas de expandir-se, nas condições de subordinação aos grandes grupos internacionais e de manutenção de relações de produção não capitalistas na agricultura, os comunistas pretendiam realizar a revolução agrária e anti-imperialista – a forma que a etapa democrático-burguesa deveria assumir nos países definidos como semicoloniais (PRESTES, 2013, p. 3).

Além da orientação da IC, Iasi (2009) destaca que a forma como o capitalismo se expandiu no país também influenciou na elaboração da estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa [com algumas exceções, como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), surgida em fevereiro de 1961, que questionava a análise do PCB e de outras organizações, apontando que a economia brasileira era plenamente capitalista e a burguesia nacional era associada ao imperialismo, não restando outro caminho ao proletariado senão a independência política e a revolução socialista (SALES, 2007)].

Segundo a avaliação das vanguardas de esquerda, neste momento hegemônicas principalmente pelo PCB, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da própria Nação estariam obstaculizados por entraves estruturais que no caso seriam o latifúndio, a dependência imperialista e a forma patrimonialista do Estado, ou em outra versão, seu caráter bonapartista (realização pelo alto da revolução burguesa) (IASI, 2007).

Outro fator que obstaculizava o desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil, além da dependência ao imperialismo, eram as relações feudais, devido à prevalência da economia agrária baseada no latifúndio e relações que transitaram do escravismo sem passar de imediato para relações capitalistas, permanecendo em formas de parcerias, o colonato e outras (PCB, 2009).

O PCB, durante mais de meio século, teve por certo que o Brasil era uma formação social de origem colonial e que articulava relações sociais de natureza escravista e feudal. À medida que as classes sociais do capitalismo começavam a se desenvolver, o tema da revolução burguesa ganhava atualidade e isso desde os anos de 1920 (precisamente quando surge o partido operário). Importante demais é então considerar que a formulação do PCB sobre a teoria da revolução brasileira, cuja natureza seria democrática e burguesa, acompanhou o próprio processo histórico de concretização da revolução burguesa no Brasil (DEL ROIO, 2012, p. 218).

Era partindo dessa constatação - sobre as relações escravista e feudais, que travavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil -, que os comunistas defendiam uma estratégia de revolução democrático-burguesa, na qual o proletariado deveria aliar-se a setores progressistas da chamada burguesia nacional contra o latifúndio e o imperialismo, para realizar uma etapa democrática, com o objetivo de acumular forças, para, depois, realizar uma revolução socialista. Essa avaliação sobre a aliança com a chamada burguesia nacional, que contraria a formulação do Lenin, pode ser evidenciada, principalmente, na declaração de 22 de março de 1958.

Nessa declaração, o partido reapresenta sua avaliação dos entraves na formação territorial brasileira, baseados no latifúndio, nas relações feudais, e na “dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação” (PCB, 1958). Todavia, considera que modificações importantes e progressistas ocorreram com um desenvolvimento capitalista nacional. “Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas.” (PCB, 1958).

Por sua própria natureza e ainda por se chocar com a resistência de elementos econômicos atrasados e sofrer a pressão do imperialismo, o desenvolvimento capitalista nacional vem-se realizando num ritmo bastante desigual, se bem que tenha se acelerado nos últimos vinte anos (PCB, 1958).

O resultado desse processo foi o crescimento do proletariado industrial e no surgimento e fortalecimento de uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país, contra o imperialismo e os latifundiários. Esse setor impulsiona a democratização do país e extensão de direitos políticos a amplos setores da sociedade. Existe a contradição entre o proletariado e a burguesia, mas essa contradição não exige uma solução radical na etapa atual. “Nas condições presentes de nosso país, o

desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.” (PCB, 1958).

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira (PCB, 1958).

Anita Prestes (2013) explica que:

Tal definição da revolução brasileira como nacional-libertadora significava a adoção da sua concepção etapista. Pretendia-se, primeiro, eliminar a dominação do imperialismo e a presença do latifúndio, propiciando assim o desenvolvimento de um capitalismo supostamente autônomo, para, num segundo momento, criar as condições que iriam permitir a realização das transformações socialistas. Dessa maneira, a luta contra o imperialismo e pela reforma agrária era separada artificialmente da luta pelo socialismo. Não se percebia que, para golpear efetivamente o imperialismo e seus aliados internos, seria necessário desfechar um golpe mortal no próprio sistema capitalista (PRESTES, 2013, p. 8).

É importante ressaltar que, durante o período em que o partido manteve essa formulação, houve variações na via pela qual se buscou desenvolver essa estratégia, passando por formas insurrecionais, acúmulo pacífico de força, luta sindical, luta armada, resistência democrática e outras (PCB, 2009).

O auge da formulação levou o PCB e a classe trabalhadora brasileira à derrota de 1964 e ao longo período da ditadura (IASI, 2007). No período de intensa mobilização social em torno das chamadas reformas de base (reforma agrária, reforma na educação, lei de remessas de lucro, entre outras), em 1964, durante o Governo João Goulart, a burguesia brasileira se aliou ao grande capital internacional para, com o auxílio das forças armadas, realizarem o golpe e garantirem os seus interesses, por meio de uma ditadura, que durou cerca de 20 anos, no Brasil. Esse golpe mostrou que, ao contrário das avaliações do partido, a burguesia preferia uma aliança com o capital monopolista internacional. Não tinha nenhum interesse em se aliar à classe trabalhadora em torno de outro projeto de sociedade. E entre as demandas que a classe dominante combateu e buscou evitar, estava, justamente, a solução da questão agrária.

É importante ressaltar que algumas organizações fazem uma avaliação de que a experiência do PCB não invalida a estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa, de modo que permanecem vinculadas a essa estratégia, como A Nova Democracia (2018a) (2018b) (2018c); o Partido Comunista do Brasil – PCdoB (2019), que também a chama de “Projeto Nacional de Desenvolvimento” e outras denominações. No entanto, o próprio PCB vem consolidando uma formulação estratégica de caráter socialista, especialmente nos últimos congressos.

Na análise atual do PCB (2009), o Brasil tornou-se um país capitalista completo, uma formação capitalista na qual predominam as relações assalariadas, a propriedade privada burguesa dos meios de produção, as formas de produção e acumulação ampliada de capitais que completaram seu caminho até a formação do monopólio, chegando a agir de maneira interligada e inseparável da forma imperialista, que hoje determina as relações econômicas mundiais. Mais do que um ponto através do qual o imperialismo opera sua reprodução ampliada da acumulação capitalista, o Brasil desenvolveu um parque industrial monopolista, setores de infraestrutura de mineração, energia, armazenagem, transporte, portos e aeroportos, malhas urbanas, um comércio nacional e internacional, capitalizou o campo, gerou o monopólio moderno da agricultura, um sistema financeiro moderno e interligado ao mercado financeiro mundial, estruturou uma malha logística de serviços e ações públicas necessárias à reprodução das relações burguesas de produção (PCB, 2009).

Para o PCB (2009), a luta pela terra e, dentro dela, seu fundamento, que é a Reforma agrária, é uma tarefa que ficou para trás na pauta burguesa e passa a ser incompatível com o monopólio capitalista na agricultura. A luta pela terra não encontra mais como adversário o latifúndio tradicional, mas o monopólio capitalista da terra. As “tarefas em atraso”, como a reforma agrária, não são mais tarefas em atraso, mas tarefas deixadas para trás e que não serão realizadas nos limites de uma sociedade capitalista. Qualquer luta específica tende a se chocar com a lógica do capital, como a luta pela terra.

No seu XV congresso, realizado em 2014, o Partido considera que:

Dada a consolidação do capitalismo brasileiro no campo, onde o agronegócio praticamente eliminou o latifúndio não produtivo como forma de reserva de valor, devemos empreender uma luta pela reforma agrária popular, com a substituição do latifúndio privado pela propriedade estatal e pela propriedade pública cooperativa com usufruto particular sem direito à revenda. Defendemos o direito dos pequenos agricultores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, pré-assentados e assentados da Reforma Agrária e iniciativas de produção agrícola que contribuam para um sistema com base nos princípios da Agroecologia (PCB, 2014, p.69).

O PCB (2014) avalia que o principal inimigo no campo hoje é o agronegócio transnacional e não mais o latifúndio improdutivo. A modernização conservadora do campo e o advento do agronegócio ampliaram as contradições e antagonismos no campo e na cidade. A monocultura, os agrotóxicos e organismos geneticamente modificados e o controle de sementes por grupos transnacionais comprometem a saúde das pessoas e o meio ambiente, sendo um dos principais componentes da quebra do equilíbrio ecológico em diferentes ecossistemas. Dessa forma, o combate à hegemonia dos agentes da grande propriedade fundiária (que diz respeito à propriedade do solo), com a luta pela coletivização e estatização de terras para a produção de alimentos, mas também no âmbito das definições relativas à política agrícola: crédito ao produtor, política de preços mínimos, assistência técnica e apoio à agricultura familiar. Assim como a bandeira da Reforma Agrária, considerada fundamental para garantir a segurança alimentar do povo brasileiro, e o apoio às ocupações de terra e a consolidação dos assentamentos, bem como as iniciativas orientadas no sentido da cooperativização dos assentados.

Todavia, o Partido reconhece que precisa aprofundar o debate sobre a caracterização da questão agrária na formação territorial brasileira e, portanto, na estratégia. Nesse sentido, foi aprovada uma proposta de organização de um Encontro Nacional do Gregório Bezerra, que é o coletivo do PCB, que atua nas lutas relativas à questão agrária, com o objetivo de lançar as bases de sua atuação “junto às lutas dos trabalhadores e movimentos do campo com um corte classista e na perspectiva do Poder Popular e da construção do socialismo” (PCB, 2016, p. 39). No entanto, até esse momento, o encontro ainda não aconteceu.

1.3 A atuação do PCB no campo, especialmente junto aos camponeses

Foi, principalmente, a partir dos anos de 1940, que o PCB se envolveu diretamente e de forma bastante intensa nas lutas no campo, destacando-se a atuação nas Ligas Camponesas; em Porecatu, no ano de 1950, na divisa dos estados de São Paulo e Paraná; e em Trombas e Formoso, no estado de Goiás, entre 1950 e 1957.

No caso das Ligas Camponesas, Jean Sales (2007) analisa que sua origem guarda um vínculo remoto com o período da redemocratização do país, após 1945, quando o PCB as fundou, em vários estados. De acordo com o autor, no período em que o Partido foi posto na ilegalidade, em 1947, sob a forte repressão do governo Dutra, essas Ligas foram quase todas extintas. Sua existência foi demasiado curta, apenas dois anos.

Foi com o objetivo de fortalecer sua posição, tanto no plano político-institucional quando dos movimentos organizados que, segundo Leonardo dos Santos (2005), o Partido colocava a questão camponesa como um dos pontos prioritários de sua pauta e considerava a classe camponesa como aliada fundamental da classe operária na revolução democrático-burguesa.

O Partido julgava que para cada setor dos trabalhadores do campo corresponderiam formas específicas de organização. As categorias não-assalariadas como “colonos”, “moradores”, “agregados”, “meeiros”, “posteiros” (vigias de gado), “posseiros”, “vaqueiros”, “peões de estância”, “trabalhadores do eito”, deveriam ser mobilizadas por meio de clubes, Ligas Camponesas, irmandades, células rurais, associações, cooperativas e “sociedades de amigos do povo do lugar”. Já os “trabalhadores do café, da cana, do algodão, do fumo, da borracha, da erva-mate, da castanha”, deveriam ser reunidos em sindicatos (L. SANTOS, 2005, p. 93).

De acordo com Marleide Santos (2008, p. 77-78), “mesmo não existindo uma proibição oficial a criação de sindicatos rurais existiam de fato, muitas restrições”. A autora considera que muitos sindicatos, nesse período, funcionavam de forma ilegal. Além disso, o registro de uma associação tornava-se desnecessário o reconhecimento do Ministério do Trabalho e garantia à legalidade da ação. Por isso, diante das dificuldades impostas pelo governo em aliança com latifundiários, a abertura de sindicatos, a saída era a criação de associações que não tinham um caráter especificamente trabalhista, além de exigir apenas registro em cartório.

Apesar da grande quantidade de Ligas Camponesas⁴, elas possuíam características gerais, principalmente no que se refere a sua atuação, por meio de formas de resistência que se davam prioritariamente por ações judiciais e formas de pressão, especialmente dirigidas aos poderes públicos, como o envio de memoriais a juízes, vereadores, deputados e senadores (SANTOS, 2005). Essa atuação, conforme avaliação de Leonardo Santos (2005), estava em clara sintonia com o lema do Partido, pelo qual a resolução de todo e qualquer tipo de conflito deveria se dar pela “via legal”. Isto é, essa prioridade de ação se dava muito em função da

⁴Liga Camponesa de Dumont (um distrito de Ribeirão Preto), de Escada, Goiana, Pau D’Alho e Iputinga (Pernambuco); Bauru, Cruzeiro, Fernandópolis, Suinama (São Paulo); Nova Iguaçu e São João de Meriti (Estado do Rio de Janeiro); Jacarepaguá, Vargem Grande e Distrito Federal (cidade do Rio-DF); Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira (Goiás). Há também informações que dão conta de sua forte incidência no Triângulo Mineiro, e no Paraná. Pode ser que tenha existido mais, pois é importante ressaltar que essas Ligas Camponesas são pouco estudadas (SANTOS, 2005).

postura do Partido, que, naquele momento, adotava a consigna de “União Nacional”, visando derrotar o fascismo e alcançar a democracia (ANITA PRESTES, 2013).

A partir de 1947, a intensa repressão do governo Dutra desencadeada sobre o Partido e sobre essas Ligas seria o principal motivo para que elas tenham durado tão pouco tempo. Mesmo com a cassação do registro eleitoral, o PCB continuou o seu trabalho. No entanto, no período entre 1948 e 1954, segundo análise de Jean Sales (2007), poucas associações rurais sobreviveram e as lutas no campo pareciam se restringir a alguns conflitos, envolvendo posseiros e grileiros. Para o autor, a continuidade entre as Ligas Camponesas dos anos de 1940 e as Ligas Camponesas da segunda metade dos anos de 1950 “se dá na medida em que muitos comunistas e militantes das antigas associações rurais dos anos 1940 estiveram presentes em ambos os movimentos” (SALES, 2007, p. 35-36).

Essas últimas Ligas surgiram no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco. “Nesse local, foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), que ficaria conhecida como a Liga Camponesa da Galiléia, numa clara alusão às antigas Ligas dirigidas pelo PCB” (SALES, 2005, p. 35).

José de Souza Martins (1995) avalia que:

É justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com mais clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado (MARTINS, 1995, p. 66).

É nessa situação que surgem as Ligas Camponesas em 1955; na mais recente situação de “restrições à roça do morador da usina, de aumento dos dias de serviço, que deve oferecer à usina, para permanecer na terra, de conversão em salário, que surgem os sindicatos pouco depois” (MARTINS, 1995, p. 66).

Paulo Cunha (1997) explica que a expansão das relações capitalistas, na década de 1950, evidenciou contradições que, no campo, apontavam uma situação de miséria face às condições de trabalho e à concentração da terra - um dos pilares inalterados do sistema político brasileiro. Com o agravamento da Guerra Fria, a partir de 1947, e com a consequente ilegalidade do PCB, bem como a cassação do registro de seus parlamentares, estava posta uma situação propícia a novas formas de intervenção. O Partido redirecionou sua linha

política inicial de conciliação de classes para uma explosiva proposta de tomada de poder via assalto direto, delineada pelo Manifesto de agosto de 1950.

Nesse manifesto, dizia o PCB:

É a guerra que nos bate às portas e ameaça a vida de nossos filhos e o futuro da nação. Sentimos em nossa própria carne, através do terror fascista, como avançam os imperialistas norte-americanos no caminho do crime, dos preparativos febris para a guerra, como passam eles à agressão aberta e à intervenção armada contra os povos que lutam pelo progresso e a independência Nacional (PCB, 1950).

O Partido acusava o governo e a chamada burguesia brasileira de traidores e assassinos dos que sempre lutaram pela liberdade, progresso e independência do país. E propunha a organização de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, constituída por Operários, Camponeses, e camadas médias, formadas por militares e civis, personalidades de prestígio popular, dirigentes políticos, democráticos, intelectuais antifascistas e anti-imperialistas (PCB, 1950).

Com o “Manifesto de Agosto de 1950”, os comunistas brasileiros abandonavam a política anterior de amplas alianças, incluindo setores burgueses, assim como a aposta na via eleitoral, para adotar o “caminho revolucionário” entendido como o recurso à “luta armada pela libertação nacional”. Mas a estratégia da revolução permanecia a mesma de antes – uma revolução democrático-burguesa ou agrária e anti-imperialista, definida como “revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social”, que só poderia ser realizada “sob a direção do proletariado”. Embora, nos documentos partidários a tática tivesse sofrido uma inflexão à esquerda com a adoção da consigna de “derrubada do atual governo”, o PCB mantinha-se fiel ao ideário nacional-libertador que sempre norteava suas ações. Continuava presente na agenda dos comunistas brasileiros a conquista de um capitalismo autônomo, objetivo a ser alcançado por meio da revolução nacional-libertadora (PRESTES, 2013, p. 7).

O Manifesto de Agosto, conforme José de Souza Martins (1995), definia a linha mais radical do partido em relação aos problemas no campo. “O caminho da luta e da ação seria, pois, o da revolução: substituição da ditadura feudal-burguesa serviçal do imperialismo por um governo revolucionário, democrático e popular” (MARTINS, 1995, p. 82). Com essa avaliação, o PCB envolveu-se em conflitos por terra no país, entre eles, um dos maiores: Trombas e Formoso, no estado de Goiás, entre 1950 e 1957.

Foi com esta perspectiva de revolução que setores do Partido, entusiasmados com a vitoriosa revolução chinesa e a possibilidade de implementar uma política a ser transposta naquele processo e norteada por uma concepção teórica revolucionária do campo cercando as cidades, lançaram-se ao reforço

dos movimentos sociais. Estavam, também, enriquecidos por outras experiências razoavelmente bem sucedidas (ainda que não totalmente vitoriosas) como a luta de Porecatu, e assim se gestou uma perspectiva de revolução imediata, processo alimentado por uma avaliação que considerava presentes tanto as condições objetivas como as subjetivas (vontade de mudar), necessitando apenas de um pequeno impulso para ser detonado (CUNHA, 1997, p. 83).

Em 1948, com a estrada Transbrasiliana, as terras do então município de Uruaçu valorizam-se. Essa estrada viria a fazer parte da futura Rodovia Belém-Brasília, iniciada a construção da capital em 1956. No ano de 1949, camponeses, vindos de outros estados (Maranhão e Piauí), mas que viviam no Norte de Goiás (em Pedro Afonso), chegaram à região e formaram posses numa área de terras devolutas. No entanto, essas terras foram griladas por um grupo de fazendeiros, além do juiz e dono do cartório local. Foram feitas propostas de compra das posses aos posseiros, e tentativas de transformá-los em parceiros, sem acordo, começaram os conflitos (MARTINS, 1995).

Na mesma época em que se iniciaram os problemas em Trombas e Formoso, José de Souza Martins (1995) relata que começou, também, o problema de terras que culminaria com a guerrilha de Porecatu, no Paraná, em 1950.

Desde 1946, 1500 famílias de posseiros, habitando terras devolutas em Jaguapitã, passaram a sofrer despejos, pelo fato de o governo do estado ceder terras, já ocupadas, a grandes proprietários. Os despejos levaram à formação de grupos armados de resistência. Essa situação agravou-se pelo motivo de o governador não ter cumprido a promessa feita aos camponeses, de transferi-los para terras no vale do rio Paranavaí, com casa e transporte (MARTINS, 1995).

Essa situação que acontecia em outras regiões do estado do Paraná veio a somar-se à revolta dos lavradores de Porecatu, do Norte do Paraná, não muito distante de Jaguapitã. Com a notícia de que o governo faria um projeto de colonização, muitos camponeses se deslocaram para o local, abrindo suas posses. No entanto, o governo havia traficando as terras, vendendo a outras pessoas. Nos últimos meses do ano de 1950, com ação do PCB, eclodiu a guerrilha de Porecatu. As lutas prosseguiram, com mortos e feridos, até janeiro de 1951 (MARTINS, 1995).

Outra fase se inicia na trajetória do PCB, com a Declaração de Março de 1958. Como vimos no tópico anterior, o Partido considera que haviam ocorrido modificações importantes, nas últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, no predomínio maciço da produção

agropecuária no conjunto da produção, na exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, por meio do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação. Nessa estrutura atrasada, foi se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui um elemento progressista na economia do país e, por sua vez, choca-se com a resistência dos elementos atrasados (PCB, 1958).

Esse desenvolvimento capitalista nacional progressista é inelutável e consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas (PCB, 1958).

O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido. Ao tempo em que se incrementam as forças produtivas e progridem as novas relações de produção capitalistas, conservam-se em vastas áreas as relações atrasadas e permanece a dependência diante do imperialismo, particularmente o norte-americano (PCB, 1958).

O Partido destaca que, apesar de, em questões essenciais, a política do governo não atender aos interesses nacionais e das massas populares, contém aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático. “Esta luta é apoiada pelo setor nacionalista do próprio governo e aprofunda as suas contradições com o setor entreguista” (PCB, 1958).

Nesse sentido, destacando a importância de setores nacionalistas e democráticos no governo, o PCB propõe a formação de uma Frente Única, constituída pelo proletariado, pelo campesinato, por camadas médias, pela pequena burguesia, pela burguesia e até setores latifundiários em contradição com o imperialismo (PCB, 1958).

“O partido entendia que um governo nacionalista e democrático podia ser conquistado nos quadros do regime então vigente. Seria o caminho pacífico para a revolução anti-imperialista e antifeudal” (MARTINS, 1995, p. 85). Como vimos, no tópico anterior, o golpe de 1964 significou a derrota dessa formulação, pois evidenciou que as avaliações do partido estavam equivocadas, e que a burguesia não tinha nenhum interesse em se aliar à classe trabalhadora em um projeto de sociedade.

O que marcou os anos de 1950 e o início dos anos de 1960 foi, principalmente, uma disputa entre o PCB e a Igreja Católica pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais. Nesse contexto, a Igreja estava mais preocupada em evitar o comunismo. No entanto, em determinados movimentos, aconteceram acordos entre as partes, como o que o autor considera como o resultado mais importante para os camponeses, nesse período, a

criação da CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a estrutura sindical que lhe corresponde, e que já veio em substituição da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB)⁵.

José de Souza Martins (1995) relata que, à medida que o PCB foi perdendo influência sobre os movimentos camponeses, cresceu a influência da Igreja e, ao mesmo tempo, consolidou-se a presença do sindicato no campo. Essa perda de influência do PCB, na visão do autor, não se explica apenas pelo advento da Ditadura Militar e pela perseguição movida aos militantes no campo. Para Martins (1995), essa perda de influência está marcada, de um lado, pela posição de descrédito com que a luta camponesa foi vista em relação à luta operária, em relação à superioridade política das lutas operárias sobre as lutas camponesas; e, de outro lado, pela progressiva alteração na concepção a respeito do lugar político do campesinato. Na avaliação do autor, isso aconteceu muito em função da comparação da realidade do campesinato russo com o campesinato brasileiro. Todavia, na Rússia, o camponês vinha de um modo de produção feudal, ele resistia à expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra, que resistia ao processo de expropriação, que queria desenraizá-lo. No Brasil, ao contrário, o camponês quer entrar na terra, ao ser expropriado e expulso, ele quer retornar à terra; o camponês aqui é desenraizado.

1.4 A inserção do Brasil na economia mundial, o caráter da colonização brasileira e a concentração de terras

O PCB analisava a questão agrária, no Brasil, como resultado de um modo de produção feudal, no país, e, nesse sentido, apresentou a necessidade de uma etapa democrático-burguesa (ou democrático-nacional), para solucionar essa questão, como pré-condição para uma revolução socialista.

A caracterização da questão agrária foi (e continua sendo) motivo de importantes debates. Esses debates remetem ao período colonial, mais precisamente ao caráter da colonização, porque a questão agrária, no país, tem a sua origem ainda nesse período.

Nesse sentido, depois de um período de desaparecimento, com o fim do Império Romano e do modo de produção escravista, a partir do século XI, houve uma retomada

⁵ Associação de camponeses e assalariados rurais, organizada pelo PCB, que era proibido criar sindicatos naquela época. Criada em 1954 e extinta pela ditadura. Segundo Martins (1995), a ULTAB seria o germe da futura CONTAG.

significativa da expansão do comércio, impulsionado pela burguesia, não apenas na Europa, mas para outras partes do mundo, para a África, Ásia e, em seguida, para as Américas, até conseguir articular um mercado mundial. (Esse processo foi tomando forma mais bem definida a partir do século XVI).

A descoberta da América, a circum-navegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição (MARX; ENGELS, 2013, p. 41).

O comércio realizado internacionalmente criou as bases de um mercado mundial e teve um efeito destrutivo sobre as relações de produção feudais, na Europa, ao introduzir as relações mercantis em larga escala, exigindo que a produção também ocorresse em uma escala qualitativamente mais ampla, para atender às necessidades do crescimento comercial interno e externo (COGGIOLA, 2014).

A organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não satisfazia as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina (MARX; ENGELS, 2013, p. 41).

Marx e Engels (2013) ressaltam que, com a constante ampliação dos mercados e a procura por mercadorias, até mesmo a manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura. A média burguesia manufatureira deu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos.

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média (MARX; ENGELS, 2013, p. 41).

A partir da segunda metade do século XVIII, segundo Paulo Netto (2015), todo esse processo, mobilizado por lutas de classes, sob a dinâmica engendrada pela Revolução Industrial, foi responsável por deflagrar mecanismos e dispositivos que ultrapassam os limites

de uma revolução apenas tecnológica (seja em sua primeira fase, no final do século XVIII até a sexta/sétima décadas do século XIX, seja em sua segunda fase, aberta por volta de 1870/1890). “À base do fenômeno industrial consolidado, estabelecem-se os traços fundamentais da nova sociedade, a sociedade burguesa, assentada no que Marx chamou de modo de produção capitalista⁶” (p. 57).

Segundo Marx e Engels (2013), cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente.

Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 2013, p. 41-42).

O capitalismo e os Estados nacionais surgiram no contexto da economia mundial. Antes mesmo da consolidação dos Estados modernos (Estados Nacionais, Estados burgueses), já havia um comércio internacional. No processo de expansão da burguesia, ela foi articulando, em seu benefício, a criação do Estado moderno. Todavia, as forças produtivas engendradas pelo capitalismo já não se confinavam nos territórios desses Estados. O

⁶Segundo Coggiola (2014), modo de produção é um conceito que, com Marx, passou a designar as formas sociais historicamente existentes para produzir e reproduzir as condições materiais de existência da sociedade. Cada modo de produção corresponde tanto ao nível de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade (meios de produção, técnicas de organização do trabalho, etc.) quanto às relações sociais que organizam as relações de trabalho (de produção). O capitalismo é um modo de produção da vida social, é uma sociedade marcada pela dominação da relação de produção que constitui o capital. Para Moraes (2011), a categoria modo de produção é uma *macro* periodização, que delineia formas prevalentes de reprodução social em uma época, uma sociedade ou uma civilização. Um delineamento histórico que deve ser entendido como resultado da consideração de múltiplos processos (de diferentes esferas da vida social: econômica, política, cultural), e que em suas articulações revela uma lógica. Um sentido histórico continuamente em movimento, captado integralmente apenas no pós festum. Grosso modo, esse sentido – ou essa lógica- pode ser sintetizado por meio de alguns indicadores genéricos: as relações básicas de trabalho e de propriedade, a forma de divisão do trabalho social, o arcabouço técnico das atividades produtivas, a forma de estratificação social, os meios de dominação de políticas básicas, as formas de legitimação das práticas vigentes, entre outros. Modo de produção designaria, assim, uma estrutura de funcionamento da vida social em dado período da história e num determinado âmbito espacial. Uma estrutura em movimento e em mutação constante. E, nesse sentido, ele pode ser equacionado também com uma dinâmica, um dado ritmo de manifestação e relação entre os processos humanos, cronologicamente datados. E ainda como um conteúdo, na medida em que seu movimento revela regularidades e finalidades bem identificadas e passíveis de explicação.

capitalismo foi se consolidando com um processo de industrialização, que consolidou também um mercado mundial e uma divisão internacional do trabalho (COGGIOLA, 2014).

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas de regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e Nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis. Das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal (MARX; ENGELS, 2013, p. 43).

De acordo com Coggiola (2014), foi por meio da relação com o mercado mundial que os Estados capitalistas nacionais adquiriram fisionomia específica, e que as áreas menos desenvolvidas, à medida que entravam em contato com o mercado mundial, assumiram uma posição de dependência.

Ao mesmo tempo, a burguesia, a classe dirigente capitalista, estabeleceu-se politicamente através do Estado Nacional, e assim surgiu um sistema de Estados que encarnavam diferentes interesses nacionais. O Estado se definiu na esfera econômica mediante suas próprias leis, sistema monetário, tarifas e restrições ao movimento dos fatores de produção. Havia, portanto, uma contradição entre as tendências internacionais unificadoras das novas tecnologias e a influência constritora do Estado Nacional. Isto se manifestou em rivalidades e tensões entre as principais potências, na expansão colonial, em alianças e preparativos de guerra e finalmente na própria guerra (COGGIOLA, 2014, p. 86).

De acordo com o autor, os Estados Nacionais já nasceram obrigados a terem uma política externa, e a aliarem-se uns contra outros, em função de seus interesses comerciais contraditórios, e em relação com a autodeterminação dos países atrasados, ou seja, nasceram com base em uma política mundial.

Moraes (2011) destaca que, antes do capitalismo, não era possível falar em um modo de produção dominante na escala global. “A história do capitalismo é, nessa ótica geográfica, em si mesma, a história da expansão de determinadas relações sociais, que avançaram até

abarcam todos os quadrantes do planeta” (MORAES, 2011, p. 17). Dessa forma, segundo o autor, com o domínio do modo de produção capitalista, emerge uma história empiricamente universal e, do ponto de vista geográfico, inaugura-se uma nova escala de análise dos fenômenos sociais: a escala planetária ou global. “Pode-se dizer que o capitalismo gerou uma economia-mundo de fato, mundializando as relações humanas e criando uma circulação mundial regular antes inexistente” (MORAES, 2011, p. 17).

O capitalismo unificou o mundo e integrou a trajetória dos países numa mesma história mundial, tendo a internacionalização da economia como um de seus pilares fundamentais.

O Brasil surgiu inserido nesse contexto, de expansão internacional do comércio, impulsionado pela burguesia, no século XVI. A concentração de terras, no Brasil, tem as suas origens nesse período, com a chegada dos colonizadores portugueses e as doações de terras, feitas pela Coroa portuguesa a membros da classe dominante (os donatários), por meio de capitanias hereditárias⁷, que, por sua vez, doavam sesmarias a outros colonizadores (GANCHO; LOPES; TOLEDO; 1991). A concentração da terra juntamente com a monocultura e o trabalho escravo (sobretudo de indígenas e negros africanos, formalmente cessadas em 1757 e 1888, respectivamente) serão o fundamento econômico do Brasil no período colonial. A agricultura no Brasil terá por objetivo destinar ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica e altamente lucrativos⁸ (PRADO JÚNIOR, 1998).

Todavia, a concentração de terras, no Brasil, foi considerada, por alguns intelectuais, principalmente intelectuais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), como resultado de relações feudais, e que, por isso mesmo, um obstáculo, ao desenvolvimento do capitalismo no país. Um dos fundamentos desta tese está no caráter da colonização brasileira (SOUSA, 2014).

⁷Nesse período, a costa brasileira foi dividida em enormes segmentos paralelos de terras, do litoral até a linha pouco precisa demarcada pelo Tratado de Tordesilhas (no interior), contabilizando um total de 15 capitanias entregues a 12 donatários que, por sua vez, as transmitiam hereditariamente ao filho mais velho, e assim por diante, não podendo ser vendidas ou arrendadas. Áreas que correspondem, aproximadamente, às de alguns estados atuais. Essas, por sua vez, poderiam doar porções menores de terras, uma média entre 10 a 13.000 hectares, que eram chamadas de sesmarias. Gancho, Lopes e Toledo (1991), explicam que, as doações de terras tiveram grandes proporções, porque, a princípio, não houve muitos interessados. Por isso, as doações tiveram que assumir grandes proporções, uma vez que interessava à metrópole, Portugal, garantir o domínio sobre a colônia, Brasil.

⁸No entanto, é importante ressaltar, que havia também a economia de subsistência, destinada à produção de alimentos para o consumo interno (PRADO JÚNIOR, 1998).

Um dos principais defensores do caráter feudal da concentração de terras, inclusive como um elemento de persistência do período da colonização, é Alberto Passos Guimarães. Segundo ele, sempre que a empresa colonial precisava utilizar processos econômicos mais adiantados, ela recorria, como contrapartida obrigatória, a instituições políticas e jurídicas mais atrasadas e opressivas. O exemplo brasileiro ilustra e confirma esse imperativo histórico. Para o autor, as metrópoles exportaram para as colônias processos econômicos e instituições políticas que asseguraram a perpetuação do seu domínio (GUIMARÃES, 2011).

Quando a Metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restava outra alternativa política senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante no além-mar. E o fez cônica de que a garantia do estabelecimento da ordem feudal deveria repousar no monopólio da terra. Uma vez assegurado o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos “homens de calidades” de confiança de el-rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados. (GUIMARÃES, 2011, p. 43).

Na análise de Guimarães (2011), o regime econômico instaurado no Brasil significou um recuo, um retrocesso de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na Metrópole, porque o capital comercial não pôde desfrutar, no Brasil, da mesma posição influente ou dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor, na colônia, as características fundamentais da economia mercantil e teve que se submeter e amoldar-se à estrutura nobiliárquica e ao poder feudal instituído. A concentração da terra assumiu, assim, um caráter de monopólio feudal e colonial. “O monopólio feudal da terra impôs soluções específicas para os problemas que teve de vencer, sem, contudo, perder as características essenciais da formação social que tomara por modelo” (GUIMARÃES, 2011, p. 43).

Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte, com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão de obra. Teve, ainda, de dar outros passos atrás, em relação ao estágio mercantil que correspondia ao seu modelo, restabelecendo muitos dos aspectos da economia natural. Mas, em compensação, pôde desenvolver o caráter comercial de sua produção, não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial. E com o açúcar, vinculou-se profundamente à manufatura (GUIMARÃES, 2011, p. 44).

Guimarães (2011) avaliava que as formas escravistas, daquela época, entrelaçavam-se com as formas servis de produção, uma vez que o escravo provia o seu sustento, dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos da terra que lhe eram

reservados. Assim, o regime escravista de exploração da força de trabalho se misturava com o regime feudal medieval da renda-trabalho e renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho.

O autor considerou que o monopólio feudal da terra resistiu às transformações democráticas e capitalistas ao longo do tempo. Não houve nenhuma alteração capaz de diluir o caráter feudal do latifúndio colonial no Brasil.

Outro intelectual, Nelson Werneck Sodré (1967) tem uma análise semelhante à análise Alberto Passos Guimarães, no sentido de que, para Sodré (1967), o colonizador, originário de uma área onde domina o modo de produção feudal, regrediu ao modo escravista, por imposição da finalidade da produção colonial (como em Alberto Passos Guimarães). Contudo, para esse autor (Sodré), a colonização brasileira significou a instauração de um modo de produção escravista (e não feudal que se entrelaça com relações escravistas como em Alberto Passos Guimarães).

Sodré (1967) apresenta uma análise linear e evolucionista, no sentido de acreditar que o Brasil passou (passaria) pelos mesmos processos por que passaram países como a Inglaterra, isto é, os países da linha de frente do capitalismo (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, para depois o socialismo).

De acordo com o autor, houve uma diferença entre o planejamento e a execução da colonização. Ele analisa que as Cartas de Doações de terras possuem traços feudais (peculiares da sociedade feudalizada, a portuguesa), pois o donatário é um rei, na Capitania; e tem, do rei, quase todos os poderes; a doação é transmissível por herança; a doação é inalienável, no todo ou em parte; distingue-se a doação da propriedade (SODRÉ, 1967).

A questão fundamental, para ele, é o do trabalho. O colonizador encontra, no Brasil, o regime de comunidade primitiva, onde não havia mercadorias, nem excedente de produção; a produção era consumida pela própria comunidade; nada era objeto de troca.

O colonizador não se transfere ao Brasil para produzir apenas o necessário à sua subsistência. Poderia fazer isto em melhores condições, sob muitos pontos de vista, em sua área de origem. Poderia fazer aqui, com o seu próprio esforço, com o esforço de seus braços. Mas não é para isso que se transfere à Colônia; transfere-se para enriquecer. Enriquecer, no caso, significa produzir, não para a própria subsistência, ou a da comunidade, mas para alcançar um excedente que se destina ao mercado, produzir mercadorias. A produção desse excedente está na própria finalidade da colonização. Ora, essa produção não poderia surgir do emprego apenas dos braços do colonizador, mas do emprego de outros braços, e de muitos outros. Daí o trabalho escravo, e trabalho escravo do africano, isto é, do elemento já afeito ao modo escravista de produção (SODRÉ, 1967, 69-70).

Sodré (1967) destaca três aspectos importantes do trabalho colonial:

a) a exigência de um investimento inicial, que exclui da colonização os elementos produtores mais avançados da época em Portugal, isto é, os artesãos e camponeses independentes;

b) a necessidade de produzir para o mercado externo destrói a comunidade primitiva indígena, impedindo que evolua para a forma social superior;

c) essa mesma necessidade gera o modo escravista de produção à base do africano.

No caso brasileiro, ainda de acordo com o autor, a criação de um sistema produtor importa na transplantação dos elementos humanos.

- o colonizador, senhor de escravos, que regride do modo de produção feudal ao escravista;
- o trabalho, escravo, que permanece no estado em que se encontrava ou evolui da servidão para a escravidão;
- o indígena, fugitivo, que é expulso da área de produção, mantendo o regime de comunidade natural pela fuga, ou sendo submetido em determinadas zonas ou determinadas fases (SODRÉ, 1967, p. 70-71).

Para Sodré (1967), a exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, são peças inseparáveis do mesmo processo. Ele considera, em seguida, que, pouco a pouco, o latifúndio vai se fragmentando, e os escravos vão sendo substituídos por trabalhadores livres, que pagam taxas ao senhor, vinculados à terra, mas não escravos. Assim, das ruínas do regime escravista, surge o colonato⁹, que engendra o feudalismo.

Caio Prado Júnior (1998) foi um dos autores que mais se destacaram na crítica a essas teses, que eram as majoritárias no PCB. Para ele, a grande propriedade fundiária, no Brasil, não deriva de nenhuma imposição de relações de produção de caráter feudal. Ao contrário, estava ligada ao caráter mercantil da colonização.

A colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 22-23).

⁹Constituído de relações de trabalho que foram historicamente criadas na substituição do trabalho escravo, conforme as necessidades do capital, sem que viesse a se definir como um trabalho assalariado. Foi um regime de trabalho que durou cerca de um século, de 1850 até fins dos anos 1950, sob o qual, foi realizada a maior parte das tarefas no interior da fazenda de café. Nesse período, “o país selecionaria a dedo, por meio de seus agentes na Europa, o imigrante pobre, desprovido de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio para um dia, eventualmente, tornar-se senhor de sua própria terra” (MARTINS, 2010, p. 9).

Segundo Prado Júnior (1998), a expansão marítima dos países da Europa, depois do século XV, deriva do desenvolvimento comercial continental europeu e se origina de simples empresas comerciais, levadas a efeito pelos navegadores dos países. A agricultura instalada no Brasil objetivava abastecer o comércio europeu de gêneros tropicais altamente lucrativos.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que, na realidade, nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 23).

Na análise de Prado Júnior (1998), as colônias tropicais se basearam em um acentuado caráter mercantil, sendo que a empresa colonial reunia a natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial e o trabalho escravo recrutado entre indígenas e negros africanos importados. Essa realidade, cujo caráter se manterá dominante ao longo dos séculos da formação brasileira, marcará, principalmente, a estrutura econômica do país.

Jacob Gorender (1980) também possui outra análise sobre a colonização, diferente das análises anteriores. Ele avalia que se formou um modo de produção diferente, conceituado como modo de produção escravista colonial. Ele analisa pela estrutura e dinâmica interna, pela relação entre base (ou estrutura, que, para Marx [2008], refere-se à totalidade das relações de produção) e superestrutura (as formas políticas, jurídicas, etc.), internamente.

Ele critica as interpretações anteriores, afirmando a necessidade de uma modificação metodológica, uma inversão no enfoque da análise, pois: “as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora para dentro” (p. 21). Para o autor, essa inversão do enfoque é que “permitirá correlacionar as relações de produção às forças produtivas em presença e elaborar a categoria de modo de produção escravista colonial na sua determinação plenamente específica” (GORENDER, 1980, p. 21).

Não é minha a idéia que a visão metodológica de fora para dentro seja inútil e, por si mesma, distorciva. Com ela foi possível estudar a colonização como ato de colonizar e tudo o que seu processo implicou para a economia

européia. (...) Mas, se (...) considerarmos que o ato de colonizar originou nas Américas modos de produção que precisam ser estudados em sua estrutura e dinâmicas próprias, então, a visão metodológica carecerá de uma volta de 180 graus para focalizar o seu objeto de dentro para fora (GORENDER, 1980, p. 21).

De acordo com Gorender (1980), surgiu um modo de produção historicamente novo, que ele denomina de modo de produção escravista colonial, e que não foi transferido de Portugal; não é uma evolução no sentido de um comunismo primitivo ao escravismo e nem uma síntese entre os modos de produção preexistentes em Portugal e no Brasil. A plantagem (também conhecida como plantation), entrelaçando escravidão, latifúndio e monocultura, foi, para o autor, a forma de organização dominante no escravismo colonial.

Dela o trabalho irradiou a outros setores da produção e se difundiu na generalidade da vida social. As unidades produtoras não-plantacionistas se modelaram conforme a plantagem e todas as formas econômicas, inclusive as não-escravistas, giraram em torno da economia de plantagem. Juntamente com a escravidão, a plantagem constitui categoria fundamental do modo de produção escravista colonial (GORENDER, 1980, p. 89).

Antonio Carlos Mazzeo (1995) possui uma análise semelhante à de Caio Prado Júnior. Considera a expansão mercantil e a colonização como integrantes do processo de acumulação originária de capitais, no processo de expansão e consolidação do capitalismo. O capitalismo chegou juntamente com os colonizadores, que irão explorar o Brasil com o objetivo de fornecer produtos aos mercados europeus. Nesse sentido, o regime de capitanias estabelecido consistia numa grande empresa de tipo mercantil.

Desse modo, podemos afirmar que os donatários que receberam do rei a concessão (essa, de fato, era a real estrutura das capitanias) de exploração das terras do Brasil constituem-se nos primeiros burgueses a explorar as riquezas brasileiras e a investir capitais numa atividade bastante rentável, que era a cultura da cana (MAZZEO, 1995, p. 7).

As doações de terras, para Mazzeo (1995), não tinham um caráter feudal, mas capitalista. O sistema colonial, que engendrava uma série de relações complexas entre a metrópole e as colônias, num período, que vai aproximadamente do século XVI a meados do século XVIII; é parte integrante da primeira fase do capitalismo.

A necessidade de produção de mercadorias, para um mercado que se alargava enormemente, é o aspecto determinante da ocupação das terras descobertas pela própria expansão comercial, destinando-as à produção em grande escala. Desse modo, é a expansão da economia de mercado e a utilização das colônias como centros produtores de mercadorias valiosas que

darão sentido à existência de um sistema colonial do mercantilismo, cabendo a ele o papel de integrar a produção colonial aos mercados europeus, articulando desenvolvimento da concentração de capitais a partir de múltiplas atividades que o capital cria (MAZZEO, 1995, p. 8).

O fato de não existir trabalho assalariado significa apenas que o capitalismo criou formas de apropriação de mais-valia que não as tipicamente de conteúdo capitalista, como na Europa; por isso, Mazzeo (1995) considera a relação de produção como escravidão capitalista. A introdução do regime de plantagem no Brasil - o escravismo das ilhas do Mediterrâneo (Sicília, Chipre etc.) - constitui o laboratório da escravidão do Novo Mundo, uma continuidade, ampliada e aprimorada das ilhas mediterrâneas, cuja produção se destina ao mercado mundial.

Concluimos, então, que a produção escravista instalada na América e, portanto, no Brasil, não se constitui em um modo de produção distinto do capitalista, mas, ao contrário, estrutura-se como um tipo específico de capitalismo. Um capitalismo de extração colonial e escravista que objetiva o mercado externo, grandes lucros e, fundamentalmente, que utiliza a mais-valia que expropria do escravo para investir na produção açucareira e agrária, em geral (MAZZEO, 1995, p. 11).

A expansão mercantil e a colonização do Brasil se inserem no bojo da acumulação de capital, ainda que numa fase inicial. O capitalismo nasceu a partir do processo de desagregação do feudalismo (por volta do século XIII) no continente europeu, quando situações específicas o pressionam em sua base, em suas relações de produção, alterando as relações de trabalho servis, desenvolvendo o comércio e a manufatura, promovendo o cercamento das terras e a expulsão dos camponeses, o crescimento e o surgimento das cidades (MAZZEO, 1995).

O Brasil se inseriu na expansão, em escala internacional, do comércio no século XVI, na transição do feudalismo para o capitalismo, da sociedade feudal em decomposição ao processo de expansão mercantil e acumulação primitiva de capitais.

De acordo com Marx (2008, p. 264), “certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas completamente esmaecidas, ou mesmo disfarçadas”; podem ser contidas, desenvolvidas, caricaturadas, mas sempre essencialmente distintas. Nesse sentido, considera-se que não constitui um modo de produção feudal (ainda que se articulando com relações escravista), como foi analisado por Guimarães (2011), nem um modo de produção escravista, que desembocaria no feudalismo, como analisado Nelson Werneck Sodré (1967). O Brasil já se insere na produção de mercadorias para exportação; portanto, ainda que contenha características semelhantes ao modo de produção feudal ou

escravista, não o é. Isso é válido também para o regime do colonato, o qual Martins (2010) caracteriza como uma relação de produção não capitalista de acumulação do capital.

Para Marx (2008, p. 266):

Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras. É uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe em relevo.

Essa análise de Marx (2008) pode ser utilizada em escala ampliada, para compreender a dominação que o capital exerce nas formações sociais em que predominam relações não capitalistas de produção. Dessa forma, considera-se que, no período da colonização, aquela era uma relação de produção escravista já hegemônica pelo capital. O escravo era uma mercadoria, e o Brasil se inseria no sistema capitalista via produção/circulação de mercadorias. Nesse sentido, o enfoque metodológico sugerido pelo Gorender (1980), “de dentro para fora”, pode perder essa dimensão da dominação que o capital exerce sobre formações sociais não capitalistas.

Além disso, Moraes (2011) destaca que, nessa polêmica, existem duas maneiras de compreender a categoria modo de produção: de um lado, os que a veem como um modelo analítico, isto é, como uma espécie de tipo-ideal de organização da sociedade; de outro lado, as interpretações que tomam a categoria modo de produção como uma teoria da história, uma imputação de sentido aos fatos ocorridos e à vida cotidiana. O autor compreende tal categoria a partir da segunda interpretação, que busca discutir o modo de produção capitalista – em sua estrutura, dinâmica e conteúdo – no seu relacionamento com o território geográfico. Ele explica que a caracterização do escravismo colonial evidencia a polêmica mencionada, pois, para as concepções que vão entender tal categoria como um modelo ou uma estrutura, as relações escravistas americanas constituem outro modo de produção em si (a exemplo das formulações de Jacob Gorender); para os que o entendem como uma teoria da história, o escravismo aparece como uma estratégia do capitalismo em face de novos espaços para conquistar (como na concepção de Caio Prado Jr).

A forma de produção dominante articulava a concentração da terra com a monocultura e o trabalho escravo, tinha como destino o comércio europeu. Esse foi o fundamento econômico do Brasil, no período colonial. Nesse sentido, essa realidade elimina a análise de feudalismo na formação territorial brasileira, realizada pelo PCB, para propor a estratégica

democrático-burguesa. O país já se inseria no sistema capitalista (ainda que num período inicial) por meio da produção/circulação de mercadorias.

CAPÍTULO 2 - A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR DO PT

2.1 A análise estratégica do PT

O Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu no contexto da luta de classes no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Como lembra Fernandes (2016), “depois de quinze anos de forte repressão política da ditadura militar, os trabalhadores do campo e da cidade lutaram intensamente para reconstruir a democracia e reconquistar direitos”. O PT foi fundado em 10 de fevereiro de 1980. Nesse mesmo contexto, também surgiram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essas organizações são as maiores expressões de um determinado momento da luta de classes, no Brasil, que confluiu para a formulação da Estratégia democrático-popular, que hegemonizou a classe trabalhadora na luta de classes, nas últimas décadas.

O ciclo histórico, caracterizado pela predominância da estratégia democrático-popular, cuja principal expressão organizativa foi o PT, segundo Martins, Prado, Figueiredo, Motta e Souza (2018), pauta-se no processo de alargamento da democracia, compreendido como a ampliação progressiva de um conjunto de direitos e de participação política, por meio da pressão dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços no Estado, que se chocaria contra os interesses das classes dominantes.

A estratégia democrático-popular do Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou contornos mais bem definidos a partir do seu V Encontro Nacional, realizado em Brasília, no ano de 1987. Nas resoluções desse Encontro, o PT (1987) introduz, fazendo uma avaliação do momento e as tarefas do Partido, considerando que há uma situação de crise de governo, de recessão e de ameaça às bandeiras populares na Constituinte que lhes impõe uma série de tarefas e, assim como nas resoluções anteriores, reafirma “que – embora reconheça não estarem colocadas na ordem do dia para a classe trabalhadora, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo – combate por uma alternativa democrática e popular.” (PT, 1987). Trata-se, portanto, na avaliação do partido, de uma conjuntura de acumulação de forças, na qual a política do PT precisa dar conta de três atividades centrais:

- a) a consolidação das diretas em 1988, com eleições gerais e presidencialismo, e a ocupação de espaços institucionais nas eleições, para as quais devemos lançar o maior número possível de candidatos. A candidatura do companheiro Lula à Presidência da República, ao mesmo tempo que encarna a posição de independência de classe defendida pelo

Partido, dará aos trabalhadores maior consciência e organicidade política nesta fase de acúmulo de forças. A candidatura Lula, que cresce nas pesquisas de opinião antes mesmo de as diretas estarem asseguradas, estará apoiada num programa que será mais que um simples rol de exigências e medidas isoladas: deverá sintetizar um novo discurso político e servir de instrumento de politização, de disputa ampla com outros setores e de atuação junto ao povo. O programa não se resume a um conjunto de reformas democráticas e populares pelas quais lutamos: envolve também uma crítica e uma disputa a partir de uma visão anticapitalista e socialista, em relação à ordem vigente e aos valores políticos e ideológicos dominantes na sociedade. Além do que, a candidatura Lula e nosso programa, de acordo com as exigências da tática eleitoral e as realidades locais, ajudarão a puxar as campanhas municipais em todo o País;

b) a organização do PT, como força política socialista, independente e de massas;

c) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente (PT, 1987).

Em síntese, as questões centrais levantadas são: a ocupação de espaços institucionais, mantendo a independência de classe; e a organização da CUT e do movimento popular.

Nesse contexto, o programa democrático-popular é apresentado, abrangendo, resumidamente, os seguintes pontos básicos:

- Diretas-Já para presidente da República, acompanhadas de eleições gerais em todos os níveis;
- Revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e da Lei de Imprensa;
- Fim de qualquer forma de censura;
- Revogação das salvaguardas, do estado de emergência, do estado de sítio, das medidas de emergência e supressão, no atual projeto de Constituição, do estado de defesa;
- Eliminação, na Constituição, do conceito de segurança nacional; caracterização do papel constitucional das Forças Armadas como exclusivamente de defesa contra eventual agressão de inimigo externo; desativação do SNI e do aparelho repressivo; desmilitarização das polícias militares e extinção dos tribunais especiais para o julgamento de crimes cometidos ao País*; fim da atribuição da repressão política à Polícia Federal; fim de competência dos tribunais militares para julgamentos civis;
- Reforma administrativa, saneando os serviços públicos, aumentando sua eficiência através de concurso público e de um plano de carreira e escala de vencimentos;
- Liberdade de associação, organização, manifestação de opinião, organização partidária e autonomia sindical com direito de greve;
- Pelo rompimento com o FMI; pela realização de auditoria interna e contra o pagamento da dívida externa;
- Sistema eleitoral proporcional, que garanta igualdade na proporção dos eleitos por Estado; controle do poder econômico; igualdade de acesso aos meios de comunicação;
- Controle das remessas de lucros ao Exterior;

- Desvalorização da dívida interna, criando assim uma nova fonte de investimentos em áreas sociais;
- Reforma tributária como instrumento para aumentar a arrecadação de impostos e distribuir a renda, gravando o capital, a grande propriedade territorial, as heranças e as doações;
- Exclusividade do Fundo Nacional de Desenvolvimento e dos fundos sociais para investimentos nas áreas sociais, com proibição de repasse desses recursos para empreendimentos privados;
- Direito ao ensino público e gratuito em todos os níveis para todos, com a proibição de o Estado destinar verbas para escolas privadas;
- Criação de um sistema único de saúde estatal, público, gratuito, de boa qualidade, com participação, em nível de decisão, da população, por meio de suas entidades representativas; estatização da indústria farmacêutica;
- Estatização dos serviços de transportes coletivos;
- Estatização da indústria do cimento, para viabilizar um vasto programa de construção de habitações populares;
- Estatização do sistema financeiro, garantindo crédito ao pequeno e médio produtor agrícola e industrial;
- **Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com fixação de módulo máximo da propriedade rural regional e definição de planos agrícolas com a participação dos trabalhadores;** [grifos meus]
- Reforma urbana que assegure o direito de todos à moradia, com desapropriação de terras ociosas a baixo custo e pagamento em longo prazo, além de financiamento da casa própria à população, sem juros e compatível com a renda familiar;
- Prioridade na destinação de recursos dos fundos sociais para o Nordeste, combate à indústria da seca e aos privilégios concedidos aos grandes proprietários e aplicação de investimentos capazes de gerar emprego na área;
- Devolução das prerrogativas do Legislativo, restituindo-lhe o direito de legislar sobre matéria econômica, financeira e orçamentária, e de criar despesas; direito de iniciativa popular para legislar e garantia de consultas e referendos populares;
- Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade sob controle popular e estabelecimento de critérios sociais para tarifas, taxas e serviços públicos;
- Direito aos trabalhadores de se organizarem em comissões de empresas e acesso dos trabalhadores às informações econômicas e contábeis das empresas;
- Política de elevação dos salários, buscando rapidamente repor as perdas salariais e devolver o poder de compra de acordo com os índices calculados pelo DIEESE;
- Definição de políticas urbanas claras, visando à melhoria da qualidade de vida da população e criando instrumentos de democratização do exercício do poder municipal;
- Reajuste mensal automático de salários e remunerações, pensões e proventos dos aposentados de acordo com os cálculos do DIEESE;
- Aposentadoria aos 30 anos de serviço para homens e aos 25 anos para mulheres, sem limite mínimo de idade e sem prejuízo para as aposentadorias especiais conquistadas por algumas categorias de trabalhadores;
- Jornada semanal máxima de 40 horas, sem redução de salários;

- Estabilidade no emprego;
- Contra o programa nuclear paralelo e todas as iniciativas que resultam em deterioração do meio ambiente e da ecologia.

Na avaliação do PT (1987), a resposta que o partido deveria dar aos problemas sociais, naquele contexto histórico, era a realização de eleições diretas gerais em 1988, qualificadas por um programa democrático e popular de mudanças e reformas econômico-sociais com garantia de liberdades políticas e sindical, para a construção de um amplo movimento sindical e socialista de trabalhadores, pois:

A crise da transição conservadora é a crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário. O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, anti-imperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade – tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo (PT, 1987).

O PT (1987) ressalta que é preciso “distinguir dois momentos estratégicos que, apesar de sua estreita relação de continuidade, são de natureza diferente” (PT, 1987): a conquista ou tomada do poder político e a construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc. deixadas pelo capitalismo.

É importante ressaltar que, diferente do PT (1987), considera-se a tomada do poder e a construção do socialismo como momentos da transição socialista. A própria tomada de poder por parte da classe trabalhadora, isto é; a destruição do Estado burguês e construção de um Estado dos trabalhadores representa o início dessa transição socialista (ao comunismo: uma sociedade sem classes e sem Estado, auto-organizada pelos trabalhadores internacionalmente).

Sobre a conquista do poder, o PT (1987) considera que, para extinguir o capitalismo e iniciar a construção do socialismo, é necessário que os trabalhadores se transformem em classe “hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço.” (PT, 1987).

O PT (1987) considera as formas de organização que surgem na luta cotidiana, no interior da sociedade burguesa, como fundamentais para a luta socialista, pois são as que nascem da auto-organização dos trabalhadores, as formas de luta pelo controle operário nas fábricas (a partir da generalização das comissões de fábrica e empresa) e de controle popular nos bairros.

Segundo as resoluções, alguns militantes não fazem distinção entre o momento em que as grandes massas da população, ainda, não estão convictas da necessidade de acabar com o domínio político da burguesia e o momento em que isso se inverte; bem como dos militantes que consideram inevitável a adoção de uma via revolucionária para a conquista do poder e contrapõem essa com a tática dos movimentos sociais por reformas, isto é, contrapõem Reforma e Revolução. Entretanto, ainda de acordo com as resoluções, para o PT (1987):

nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, através da própria experiência de luta, quando ela serve para demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta (PT, 1987).

As resoluções definem a burguesia como inimigo principal; no entanto, apontam outra polêmica interna, que reside no fato de que muitos militantes colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola¹⁰. “Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.” (PT, 1987)¹¹. Por outro lado, as resoluções, ainda, apontam que:

ao tomar a classe burguesa como inimiga principal, estratégica, muitos militantes são levados a se oporem a que se aproveitem as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia. Colocam-se contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores. Mas o que importa aqui é que tais posturas são reflexos também de um conhecimento insuficiente ou mesmo de um desconhecimento das contradições internas que movem as classes em sua luta, e que muitas vezes

¹⁰Iasi (2012, p. 419) chama atenção para o motivo pelo qual “uma formulação que, querendo chegar à extinção do capitalismo e à construção do socialismo, combinando lutas sociais por reformas com uma ruptura revolucionária, que afirma que o inimigo é a burguesia, não seria ela própria revolucionária? No que, então, se distinguiria do subgrupo que recebe a alcunha de vanguardista? Ocorre que a definição da burguesia como inimiga faz parte do consenso que mantém a unidade do grupo, mas somente isto não resolve o problema”.

¹¹ “inicialmente, tratava-se de setores de pequenos proprietários que faziam parte das classes trabalhadoras, ou seja, viviam de seu trabalho, ainda que não da venda da sua força de trabalho. Agora, como que querendo dizer a mesma coisa, aparece o termo microempresário. (...) A diferença essencial reside no fato de que os segundos estabelecem uma relação social na qual compram força de trabalho e a exploram” (IASI, 2012, p. 420).

podem colocar em oposição diferentes setores da própria burguesia. Esse conhecimento insuficiente é uma das razões principais que explicam por que o PT, como um todo, ainda não avançou suficientemente nas definições estratégicas (PT, 1987).

Segundo Iasi (2012), a independência de classe e a autonomia de classe, nas resoluções anteriores, partiam do princípio de que não havia alianças estratégicas com a burguesia. Mas as alianças não eram uma questão de princípios; eram vistas como momentos necessários e que dependiam da correlação de forças e dos momentos concretos da luta, de modo que seriam alianças táticas com a burguesia, ou, mais precisamente, com setores da burguesia¹².

Nessa perspectiva, as resoluções partem para a análise sobre a construção do socialismo, considerando que:

O desenvolvimento desigual e desequilibrado do capitalismo no Brasil coloca diante dos trabalhadores uma série de questões relacionadas com a construção socialista após a conquista do poder. Questões que aparecem, desde já, em função das propostas programáticas do PT e das alianças estratégicas que devem ser realizadas para obter a hegemonia contra a burguesia. Evidentemente, o desenvolvimento intenso do capitalismo nos últimos 30 anos colocou bases firmes para o estabelecimento de um sólido setor socialista na economia. Nas grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, grandes empresas comerciais e de serviços e bancos, a socialização com a apropriação privada dos resultados da produção permite sua transformação imediata em empresas socialistas, estatais ou coletivas (PT, 1987).

Todavia, analisa que subsiste, no Brasil, um vasto setor que, embora seja, em ampla medida, subordinado ao grande capital, procura desenvolver-se com absorção de mão de obra e com atendimento a uma série enorme de bens de serviços considerados secundários e de baixa rentabilidade. São milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos, que desempenham um papel econômico de grande importância no atual sistema capitalista brasileiro, o que obriga a um processo permanente de destruição e recriação desse setor – papel que deve continuar desempenhando mesmo depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil (PT, 1987).

¹²A ação concreta que servia como pano de fundo para este embate era a campanha das diretas. Setores políticos considerados burgueses se misturaram abertamente no movimento que isolava a ditadura. Os palanques eram um bom exemplo, pois conviviam lado a lado figuras como Lula, Brizola, Ulisses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Mário Covas, e até mesmo o vice do general Figueiredo, o senhor Aureliano Chaves. Existe aqui, evidentemente, uma certa confusão entre momentos em que as forças sociais caminham juntas, pois suas ações particulares confluem no mesmo sentido, e uma aliança propriamente dita (IASI, 2012, p. 421).

Nesse sentido, o Partido aponta que um dos aspectos-chave da construção do socialismo no Brasil, mesmo tendo como a parte essencial da economia o seu setor socialista, estatal ou coletivo, consiste em conhecer a capacidade do Estado em atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente, de forma integral, aquela capacidade para isso. “O único caminho, até hoje, consiste em permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em uma certa escala, e que seu próprio desenvolvimento natural e contraditório conduza à concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos” (PT, 1987).

A pequena produção serve para que a sociedade desenvolva suas forças produtivas, contribua para que não haja escassez de bens e serviços e permita incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa, sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho. Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo (PT, 1987).

O PT (1987) considera que essa é uma contradição própria do desenvolvimento das classes no Brasil, do mesmo modo que é impossível, dadas as atuais condições, que o socialismo possa extinguir todas as classes de imediato, pois a construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a exigência de diferentes desigualdades, herdadas pelo capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir, administrativamente, as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social da construção socialista geram diferentes contradições no terreno da política. Isso nos remete, basicamente, para a relação do socialismo com a democracia.

A permanência de diferentes classes e camadas sociais na construção socialista, por um tempo difícil de prever de antemão, coloca a necessidade de reconhecer a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista. É fundamental compreender que, mesmo que não se concretizem ingerências externas à coexistência de diferentes partidos e associações políticas, assim como de diferentes propostas para a construção socialista, torna extremamente aguçada a disputa política, que, na sua maior parte, estão dentro de um mesmo campo socialista, e não disputas entre inimigos (PT, 1987).

Além disso, é preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil, que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E de que o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (Forças Armadas, Serviços de Informação etc.) e de concessões e participação (Legislativos, assistência social, centros comunitários etc.) não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Ao contrário, a própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado¹³. E se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes (PT, 1987).

Nas reflexões do PT (1987), a expansão do capitalismo no Brasil desenvolveu um parque industrial moderno, expandiu a rede de serviços e criou as condições para que o capital financeiro e a economia mercantil penetrassem nas áreas rurais. No entanto, tal crescimento aconteceu por meio da ampliação da dependência do País em relação ao capitalismo internacional, bem como da superexploração do trabalho e da prevalência do capital monopolista nos segmentos econômicos mais importantes; acentuou as desigualdades históricas do País, tendo concentrado grande parte de seu parque industrial e o seu setor mais dinâmico nas regiões Sul e Centro-Sul.

Nas demais regiões, a produção industrial é relativamente dispersa em pequenas e médias empresas; a centralização da produção capitalista não se realizou de maneira plena, nem mesmo nas regiões mais desenvolvidas, onde sobrevive um grande número de pequenas empresas voltadas para a produção de serviços e de bens industriais. Isso vale, igualmente, para o campo no qual o latifúndio capitalista e a agroindústria convivem com milhões de pequenos produtores rurais (PT, 1987).

Ao contrário de outros países, entre nós o capitalismo tem-se desenvolvido respeitando o monopólio da propriedade da terra, recorrendo constantemente à força repressiva do Estado para mediar as relações entre o trabalho e o capital e integrando-se de modo subordinado ao mercado e ao sistema financeiro do imperialismo. A incapacidade do capitalismo brasileiro incorporar, ainda que minimamente, milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento limita a possibilidade da burguesia exercer a hegemonia política na sociedade, o que está na raiz das frequentes intervenções militares na vida do País (PT, 1987).

¹³ Há uma clara incompreensão, principalmente, sobre o caráter de classe de um Estado e sua composição pessoal, seja pela disputa eleitoral, seja pelos seus funcionários. A origem de classe de um funcionário não é capaz de alterar o caráter de classe do Estado burguês. O mesmo ocorre com as pessoas que disputam o seu governo. Também não compreende que a sociedade civil, ou sociedade burguesa, é uma expressão institucional de certa ordem de relações, no caso, a ordem do capital (IASI, 2012).

Dessa forma, avaliam que a tarefa que está colocada para o partido é a luta por uma alternativa democrática e popular, que exige uma política de acúmulo de forças, pois parte do reconhecimento de que não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. Essa política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais: a) sua organização como força política socialista, independente e de massas; b) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente; c) a ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos (PT, 1987).

Ressaltam que, embora a questão da tomada do poder não esteja colocada na ordem do dia, é fundamental que o PT não apenas se construa como um partido que tem por objetivo a construção do socialismo, mas que se apresente para toda a sociedade como um partido socialista. Isso significa que uma das nossas tarefas fundamentais é a luta pela constituição do movimento dos trabalhadores como um movimento claramente socialista, de generalização de uma consciência socialista entre os trabalhadores. Isso implica não apenas as tarefas de educação e formação política de massa, mas, principalmente, abordar as tarefas de conjuntura do ponto de vista da luta pelo socialismo, introduzindo, sempre, um componente de denúncia e crítica anticapitalista na atividade de massa do PT (PT, 1987).

As resoluções apresentam a alternativa Democrática e Popular e o socialismo rejeitando a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) defendeu durante décadas, e coloca, claramente, a questão do socialismo, porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia, que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo (PT, 1987).

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democráticopopular, e, o

que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular (PT, 1987).

O PT aponta que não está colocada a luta pelo socialismo (ou a construção do socialismo), por conta do desenvolvimento desigual e desequilibrado do capitalismo, sua incompletude, sua dependência, além de ressaltar a importância de pequenos empresários, pequenas empresas e negócios, que, na visão do PT, devem continuar desempenhando seu importante papel mesmo depois de iniciada a construção do socialismo no Brasil, pois, de acordo com o Partido, o único caminho consiste em permitir que a pequena economia mercantil se desenvolva até a concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos. Ao mesmo tempo, deve-se evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo.

Na verdade, embora o PT (1987) fale em “ruptura”, em “revolução” e afirme que o caráter democrático-popular da estratégia não pode ser compreendido como uma etapa ou fase, desde as resoluções do seu IV Encontro, realizado um ano antes (1986), em São Paulo, o PT (1986) afirmava que era preciso combater a imagem de que o mercado desapareceria no dia seguinte em que os trabalhadores estiverem no poder, pois, enquanto a produção social for limitada, e essa limitação obrigar que continue vigorando o ganho segundo o trabalho e não conforme as necessidades, isso significará que os trabalhadores continuarão tendo que trabalhar como uma obrigação de sobrevivência e significará que a sociedade ainda não pode se ver livre do mercado.

Contudo, a mudança nas formas de propriedade e nas relações de produção deveriam alterar o intercâmbio entre os produtos do trabalho humano. Por isso, Iasi (2012) critica essas resoluções, analisando que é preciso ter cuidado com as rupturas e continuidades, pois a comparação com a sociedade de mercadorias é apenas um paralelo. O risco da analogia é imaginar que, ainda, estaríamos falando de uma sociedade produtora de “mercadorias” quando, na verdade, não se trata disso, mas somente de uma analogia que nos permitiria identificar um elemento desta forma social que sobrevive ainda na nova forma. Esse elemento é o critério da equivalência entre a quantidade de trabalho oferecida e sua expressão em um conjunto de bens de consumo retirados do produto global do trabalho social. O critério ainda é o “valor”, quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário; no entanto, por mais paradoxal que possa parecer, nem o trabalho, nem o produto do trabalho continuam sendo mercadorias, portanto a distribuição não assume a forma histórica de “mercado”. Da forma como afirmado nas resoluções do PT, é uma transição para a transição (socialista).

Nas resoluções do VI Encontro, realizado em São Paulo, no ano de 1989, isso ficaria mais evidente. Não apenas pela afirmação de que “o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo [e não transição socialista] são elos do mesmo processo” (PT, 1989), mas porque considerava que

A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática e nem resultado da “retirada de cena” das minorias privilegiadas que, com base na força e negação da democracia, subjugaram historicamente os trabalhadores e o povo deste país. A implementação da globalidade de um programa democrático-popular só pode ocorrer com a revolução socialista. Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder por meio de um golpe de mão, de um putsch da vanguarda. Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação. Com este objetivo estamos preparando o Partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto (PT, 1989).

Iasi (2012) explica que afirmações como essas: de que essa passagem não seria automática, nem resultado da “retirada de cena” das minorias privilegiadas, com base na força, na negação da democracia, não são questões táticas, no sentido de não revelar as verdadeiras intenções ou não tocar em temas polêmicos às vésperas de uma eleição, mas uma forte convicção afirmada, desde a origem do Partido, esperando que o inimigo de classe fizesse o mesmo. Além disso, as diretrizes programáticas das resoluções do VI Encontro apontam uma moderação. Em 1979, o PT propunha nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras, e a estatização das grandes empresas e bancos, mas, em 1989, apontam que a presença do capital estrangeiro nas atividades produtivas deve-se subordinar às prioridades da política econômica. Da mesma forma, a intenção de estatizar o sistema financeiro, que mudou para tentar utilizar o setor bancário estatal para forçar o sistema privado a se adaptar às orientações propostas, utilizando, ativamente, variadas opções de aplicação de recursos e de créditos. De não pagamento da dívida externa, para suspensão do pagamento e auditoria da dívida. Ainda afirmam que a propriedade privada dos meios de produção e distribuição se subordinará aos objetivos sociais da atividade econômica (IASI, 2012).

Essas questões evidenciam uma incoerência com a afirmação de “ruptura”, de “revolução”, da compreensão do caráter democrático-popular da estratégia não como uma etapa ou fase. Apresenta uma estratégia gradualista e a necessidade de uma mediação democrática. O VI Encontro, que foi realizado (em 1989), dois anos depois do V Encontro

(realizado em 1987), ficou entre a radicalidade da estratégia (que adquiriu contornos mais definidos em 1987) e uma moderação programática.

Em linhas gerais, a avaliação do PT, para propor a estratégia democrático-popular, pode ser resumida da seguinte maneira:

Não estão colocadas nem a luta pela tomada do poder (pelo fato de que as massas da população não estão convictas da necessidade de acabar com o domínio político da burguesia), nem a luta pelo socialismo (ou a construção do socialismo), por conta do desenvolvimento desigual e desequilibrado do capitalismo, sua incompletude, sua dependência.

O caráter desigual do capitalismo brasileiro é atribuído a fatores como a dependência em relação ao capitalismo internacional, a superexploração, a prevalência do capital monopolista nos segmentos econômicos mais importantes. Apesar dessas questões, o capitalismo brasileiro, nos últimos anos, passou por um desenvolvimento intenso, que colocou bases firmes para o estabelecimento de um sólido setor socialista na economia. Ainda, o capitalismo deixou por resolver os problemas das desigualdades regionais e a predominância do latifúndio.

A formação territorial brasileira é dividida em duas: uma é o Sul e Centro Sul do país, com formação moderna, avançada do ponto de vista capitalista, e o restante do país, onde existe o predomínio de pequenas e médias empresas e, no campo, o latifúndio capitalista, a agroindústria, convivendo com pequenos produtores. A centralização da produção capitalista não se realizou plenamente nem mesmo nas regiões mais desenvolvidas. Ainda, o capitalismo tem-se desenvolvido respeitando o monopólio da propriedade da terra.

Dessa maneira - com o desenvolvimento desigual e desequilibrado do capitalismo (com a dependência, a superexploração, o domínio do capital monopolista nos segmentos mais importantes, a desigualdade regional e entre os setores da atividade econômica), sua incompletude, a manutenção do latifúndio e das pequenas e médias empresas e produtores -, tudo isso é considerado uma anomalia no capitalismo que necessita ser corrigido antes mesmo da realização do socialismo, ou seja, precisa de um momento democrático, para a realização dessas tarefas, para, só em seguida, a implantação do socialismo.

O problema seria que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, apesar de uma acelerada expansão, mantém o latifúndio, subordina-se ao imperialismo, é incapaz de incorporar “milhões de pessoas” em seu desenvolvimento, o que impede a burguesia de hegemonizar a sociedade fazendo com que o fator repressivo mantenha-se em destaque no último período histórico. (IASI, 2012).

Dessa forma, na ordem do dia, estaria superar esses entraves, as desigualdades regionais, incluir milhões nos frutos do desenvolvimento, permitir que a pequena economia mercantil se desenvolva em certa escala (desenvolvendo as forças produtivas até que conduza à concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos), superar o caráter coercitivo do Estado por um Estado moderno democrático, inserção não subordinada na ordem econômica internacional, romper a política de endividamento financeiro, fazer reforma agrária e substituir a dificuldade de estabelecimento de uma hegemonia burguesa por uma hegemonia popular (IASI, 2012).

Por isso, é preciso acumular forças com uma estratégia democrática e popular – que, segundo as resoluções anteriores, será um longo e dificultoso processo de acúmulo de forças, para superar os entraves ao desenvolvimento e impulsionar a consciência da necessidade do socialismo. Dessa forma, o partido apresenta três questões centrais: a organização do partido, da CUT e dos movimentos populares e a ocupação dos espaços institucionais.

Ao apresentar como prioridade a constituição de um governo (que, conforme analisado anteriormente, é possível supor que seja a própria conquista do poder, já que altera o caráter de classe do Estado burguês) para a realização dessas tarefas ou reformas (democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista), parte-se de uma avaliação de que existem tarefas inconclusas ou em atraso; portanto, não constitui uma luta de caráter anticapitalista, de tal modo que, não sendo possível uma estratégia e um programa de caráter socialista, é preciso uma mediação democrática, um longo e dificultoso processo de acúmulo de forças, para superar os entraves ao desenvolvimento e impulsionar a consciência da necessidade do socialismo.

2.2 A moderação programática do PT

Como vimos, a estratégia democrático-popular, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi formulada buscando se apresentar como alternativa à estratégia democrático-burguesa (ou democrático-nacional) do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e hegemonizou a classe trabalhadora nas últimas décadas.

Tal estratégia apresentava uma análise de que a formação territorial brasileira possuía um capitalismo incompleto, com setores atrasados, com o predomínio de pequenas e médias empresas e, no campo, o latifúndio e os pequenos produtores, e, nesse sentido, uma avaliação

de que o caráter da estratégia seria democrático e popular, pela necessidade de acumular forças, superar esses entraves e avançar na consciência da importância do socialismo.

A diferença entre as análises do PT e do PCB está no fato de que, ao contrário do PCB, o PT não apontava feudalismo na formação territorial brasileira e rejeitava aliança com a chamada burguesia nacional. Contudo, ambos não apontam diretamente para uma estratégia socialista; consideravam que era preciso uma mediação democrática.

Na formulação do PT, o acúmulo de forças nos movimentos sociais abriria a possibilidade de um governo que, realizando as reformas (democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista), ou a execução de tarefas em atraso, superando os entraves, poderia levar a passagem para o socialismo.

Entretanto, Iasi (2007) explica que as derrotas da classe trabalhadora no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX, com a queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética e avanço do chamado neoliberalismo, as derrotas eleitorais nas disputas pela Presidência da República, em 1989 (para Fernando Collor de Melo), 1994 e 1998 (para Fernando Henrique Cardoso), além da manutenção prolongada de movimentos reivindicatórios, foram desenvolvendo uma tendência de burocratização e o amoldamento à ordem capitalista, por parte do PT e outras organizações. O PT vai, gradativamente, moderando o programa e ampliando as alianças, para que fosse possível vencer nas eleições.

Até que, no XII Encontro nacional, realizado no ano 2001, em Olinda-PE, o PT (2001) apresentaria o programa democrático e popular, articulando três eixos estruturantes: o social, o democrático e o nacional, como uma necessidade de romper com o modelo neoliberal e superar a inserção dependente do país à globalização capitalista. Para tanto, precisaria um amplo movimento nacional capaz de reerguer o país, resgatar sua soberania, implementar um programa de reformas e fortalecer a autoestima do povo. O enfraquecimento do neoliberalismo abriria uma oportunidade histórica para a esquerda em todo o mundo, especialmente para o PT, de aprofundar a defesa dos valores do socialismo democrático.

Para o PT (2001), tal projeto, que deveria incorporar o combate à dependência externa e a defesa da autonomia nacional, teria o social como referência central do desenvolvimento, baseado no mercado de consumo de massas, que promovesse a inclusão dos brasileiros pobres e universalizasse as políticas sociais básicas, na distribuição de renda e de riqueza, a geração de emprego, a inclusão social e o uso dos recursos naturais com sustentabilidade.

Na avaliação do PT (2001), para avançar em direção a esses objetivos, seria preciso crescimento econômico, geração de emprego, expansão e redirecionamento do gasto público e de democratização dos direitos de propriedade e utilização da terra e do capital, no campo e

nas cidades. A estrutura produtiva deveria ser mudada, assegurando ao Estado a capacidade de dispor de parcela do excedente econômico, para que pudesse financiar políticas sociais e de desenvolvimento.

De acordo com o PT (2001), a construção do novo modelo de desenvolvimento se daria nos marcos do Estado de direito. As mudanças profundas nos rumos do país seriam transparentes e previsíveis, marcadas pela disposição permanente ao diálogo, respeitando sempre os princípios do seu projeto: desenvolvimento autônomo, justiça social, participação democrática. Por outro lado, a implementação desse novo modelo teria que equacionar limitações legais e institucionais importantes. Isso significaria que as reformas políticas e institucionais tenderiam a assumir um papel decisivo, exigindo intensa mobilização e pressão popular e base de sustentação parlamentar.

Ou seja, é preciso um amplo movimento nacional, capaz de reerguer o país com reformas, resgatar sua soberania e fortalecer a autoestima do povo. Esse programa é baseado no crescimento econômico, geração de emprego, expansão e redirecionamento do gasto público, no mercado de consumo de massas e democratização dos direitos de propriedade e utilização da terra e do capital, no campo e nas cidades. Isso se dá nos marcos do Estado de direito.

Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que dêem suporte ao Estado-nação brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover a inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social e serão penalizados. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo (PT, 2001, p, 39).

Como podemos verificar, amplia-se o leque de alianças, incluindo empresários produtivos de qualquer porte, que serão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas. Os adversários de classe, nesse momento, limitam-se aos grandes rentistas e especuladores. A ruptura com o modelo neoliberal e a superação da inserção dependente do país à globalização capitalista é apresentada em substituição às tarefas antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário - apesar de indicarem a necessidade de uma reforma agrária, que, na avaliação do PT (2001):

deve se constituir num instrumento básico para a viabilização do novo modelo de desenvolvimento econômico do país, sendo fundamental para o enfrentamento da crise social e para o fomento da agricultura familiar. A implantação de um verdadeiro Programa de Reforma Agrária deverá contar, entre outros instrumentos, com o concurso da desapropriação da grande propriedade rural improdutiva, nos termos da Constituição Federal. Sua aceleração permitirá, no curto prazo, elevar o emprego na agricultura com investimento relativamente baixo e com reduzidos gastos de divisas, proporcionando segurança alimentar a trabalhadores sem terra e suas famílias. A posterior expansão e integração da produção de alimentos, em paralelo à consolidação das diversas formas de organização produtiva dos beneficiários, desempenhará papel relevante na regulação dos fluxos de abastecimento nas esferas local e regional. A maior eficácia da reforma será alcançada pela ampliação da participação dos beneficiários em todas as suas fases e pela implantação de esquemas de financiamento e comercialização que contribuam para a viabilização econômica das unidades produtivas criadas. É importante registrar, por fim, que o fim da violência e da impunidade no campo é um compromisso de governo (PT, 2001, p. 28-29).

Apesar de apontar a necessidade de uma reforma agrária, ela também expressa a moderação programática, pois, já no Manifesto de Fundação do Partido, em 1980, a grande empresa capitalista é incluída na questão agrária, como um dos fundamentos da estrutura fundiária. O PT (1980) anunciava o combate à estrutura fundiária, que era baseada no latifúndio e na grande empresa capitalista. E indicava o combate pelo fim da expropriação das terras pelas grandes empresas capitalistas nacionais e estrangeiras.

No ano seguinte, 1981, foi realizada a I Convenção Nacional do PT. O documento que aponta as análises do Partido é o discurso de Luís Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, a principal liderança pública do PT. Apesar de o PT (1981) apresentar o problema da terra como o mais grave na conjuntura, porque provoca ciclos migratórios, inchação das favelas nas cidades, aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, gastos com a importação de produtos, não há menção sobre o que deve ser feito para resolver o problema no campo, bem como os adversários a serem enfrentados. Mas, no II Encontro Nacional, realizado no ano seguinte, 1982, cujo principal objetivo era apresentar uma plataforma eleitoral nacional e uma carta eleitoral para orientar o partido, o PT (1982) volta a citar grandes empresas agrícolas e multinacionais. O PT (1982) destacava a necessidade de um governo que se colocasse ao lado dos que trabalham na terra, e não ao lado das multinacionais, dos latifundiários, dos grileiros e dos atravessadores, e apontava a necessidade de acabar com os grandes latifundiários e terras devolutas, que nada produziam, e apresentava o objetivo de intervenção nas grandes empresas agrícolas, de modo a orientar a política agrícola conforme os interesses dos trabalhadores. Ainda, reafirmava o apoio e financiamento,

destacados no Manifesto de fundação, por meio da garantia de crédito aos camponeses para a compra de equipamentos e adubos (1982).

No III Encontro Nacional, realizado no ano de 1984, o PT (1984) reafirma muitas questões levantadas nas resoluções anteriores: o apoio financeiro, por meio da garantia de crédito aos trabalhadores, para a compra de equipamentos e adubos; o combate ao grileiro, ao atravessador, o fim do grande latifúndio e da especulação, mas não menciona a grande empresa capitalista. No IV Encontro, no ano de 1986, ela volta a ser mencionada, ainda que apenas excluindo-a de uma política de crédito com juros favorecidos. O PT (1986) reapresenta a necessidade de terra para os camponeses sem-terra, apoio por meio de compra da produção e do financiamento, com uma política de créditos que os beneficie, excluindo dos juros favorecidos aos grandes produtores rurais e capitalistas.

Já no V Encontro, como vimos (na seção 2.1), realizado no ano de 1987, onde a Estratégia aparece de maneira mais consolidada, o PT defendia uma “Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com fixação de módulo máximo da propriedade rural regional e definição de planos agrícolas com a participação dos trabalhadores”. O PT chegou a identificar setores no campo, que se colocavam diretamente como tarefa socialista (grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, grandes empresas comerciais e de serviços e bancos), embora considerasse que o latifúndio, o monopólio da propriedade da terra e pequenos produtores, inviabilizavam uma estratégia diretamente socialista. Era preciso uma mediação democrática. E, no XII Encontro, em 2001, que antecede a vitória do Lula nas eleições presidenciais de outubro de 2002, os adversários no campo foram limitados à grande propriedade improdutiva, que deveria ser desapropriada nos termos da constituição.

É importante registrar que, em 22 junho de 2002, ainda antes das eleições presidenciais desse ano, o PT (2002) lança um documento, assinado pelo Lula, chamado “Carta ao povo brasileiro”, reafirmando as análises das resoluções do XII Encontro.

O PT (2002) avaliava que havia uma poderosa vontade popular de encerrar o então ciclo econômico e político, e que o Brasil queria mudar, para crescer, incluir e pacificar, para conquistar o desenvolvimento econômico e a justiça social almejada.

Afirmava que a adesão à candidatura, inclusive por parcela significativa do empresariado, assumia um caráter de movimento em defesa do Brasil, dos direitos e anseios de nação independente, querendo trilhar o caminho da redução da vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Da atividade econômica com políticas sociais. Das reformas estruturais, que democratizassem e modernizassem o país, tornando-o mais justo, eficiente e mais competitivo

no mercado internacional. Da reforma tributária, que desonerasse a produção. Da reforma agrária, que assegurasse a paz no campo. Da redução das carências energéticas e do déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública (PT, 2002).

O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo. Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas (PT, 2002).

Todavia, o PT (2002) e seus parceiros estão convencidos de que a superação do atual modelo não se fará de um dia para o outro. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que se tem e aquilo que a sociedade reivindica, respeitando os contratos e as obrigações do país.

Conclui afirmando um compromisso de combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

Em síntese, o PT (2002) propunha uma política de conciliação de classes, a partir de uma avaliação de que havia um amplo desejo de encerrar o então ciclo econômico e político, e que deveria adotar um programa que incluísse todas as classes, com exceção dos rentistas e especuladores; superar a fragilidade das finanças públicas a partir do aumento e melhoria da qualidade das exportações, criando um amplo mercado interno, valorizando o agronegócio e a agricultura familiar; além da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública. Isso para crescer, incluir e pacificar.

De fato, o desgaste social gerado pelos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, com a sua agenda “neoliberal” de ataques contra a classe trabalhadora, contribuíram para a vitória eleitoral do Lula, em 2002. No caso do campo, por exemplo, foi no período do governo FHC que ocorreram os massacres de Corumbiara, no estado de Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em 1996. O governo desenvolveu uma política de criminalização da luta e de mercantilização da terra. Criou duas medidas provisórias: uma que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos quando ocupada mais de uma vez. Ainda implantou o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e

criação de assentamentos, e destruiu a política de assistência técnica e de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney (FERNANDES, 2016). O resultado foi o represamento, com o crescimento do número de famílias acampadas, chegando a 120 mil famílias, em 2003, e a precarização dos assentamentos implantados. Esses e vários outros desgastes contribuíram para a vitória eleitoral do Lula, em 2002.

2.3 O PT no governo

O PT, no governo, buscou conciliar uma política de desenvolvimento do capitalismo com uma política assistencialista. Tentou forjar um consenso baseado no princípio de que o crescimento da economia capitalista gerava as condições para atender as demandas dos trabalhadores, conforme anunciado na “Carta ao povo brasileiro”.

Essa política teve por base a busca da confiança do capital financeiro - inclusive entregando a direção do Banco Central a Henrique Meirelles, um ex-servidor do *Bank of Boston* (portanto, de confiança do “mercado” e dos “investidores”) – e a continuidade da macropolítica-econômica do governo anterior, dirigido por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), não apenas não revogando medidas adotadas no governo anterior, a exemplo das privatizações, mas também adotando medidas como a reforma da previdência e a manutenção de uma política econômica baseada no sistema tributário regressivo (onde os impostos incidem com maior peso sobre o consumo, e não sobre a produção de mercadorias), nos juros altos¹⁴ (para atrair investimentos, para o capital financeiro) e, fundamentalmente, no superávit primário para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública (interna e externa) – consumindo quase metade do orçamento federal, em detrimento dos investimentos nos serviços públicos (PAULO NETTO, 2010), (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2014), (LESBAUPIN, 2011).

A política de superávit primário é muito voltada para a exportação, uma vez que o governo necessita de dólares para o pagamento de juros da dívida e, portanto, voltada, para os grandes proprietários no campo, contra os pequenos produtores e qualquer política que altere a estrutura fundiária do país. Nesse sentido, a política de crescimento econômico foi viabilizada pela elevação dos preços das *commodities*, principalmente no período de 2002 a

¹⁴ Genro (2003) explica que, na verdade, mesmo uma queda na taxa de juros não representa uma mudança qualitativa na política econômica, que exige uma política de superávit primário brutal, restritiva aos investimentos públicos e voltada para a exportação.

2014 (BREDOW; LÉLIS; CUNHA, 2016), e pela atração de trilhões de dólares do sistema financeiro, diante dessas medidas econômicas adotadas, o que tornou o país atraente para o grande capital (LESSA, 2016). A economia brasileira chegou a crescer 7,5% em 2010, com uma média de 4% ao ano, durante o governo Lula (ANDERSON, 2016), (CRUZ; et. al., 2020), (CURADO, 2020).

Esse contexto externo foi a base do “sucesso” dos governos do PT, principalmente durante o governo Lula, permitindo a adoção de políticas que garantiram, sobretudo ao Lula, popularidade entre os trabalhadores mais pobres, a exemplo do Programa Bolsa Família - que unificou outros programas sociais, como o Cartão Alimentação, o Auxílio Gás e o Bolsa Escola, e consiste em distribuir mensalmente um benefício monetário a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (ainda que com um baixo custo, quando comparado ao conjunto orçamentário da União. Em 2009, não passou da casa dos 12,4 bilhões de reais, enquanto as despesas relacionadas à dívida pública consumiram 380 bilhões de reais) (PAULO NETTO, 2010) -; por uma recuperação do salário mínimo, com reajustes acima da inflação, sem redução da taxa de lucro (ARCARY, 2017) e ainda muito distante dos valores estabelecidos pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos); ampliação do crédito, que estimulou o mercado interno.

Além disso, houveram outras políticas, que atenderam aos interesses dos empresários, às demandas da sociedade capitalista e que, em parte, atenderam a interesses imediatos de uma parcela dos trabalhadores, conquistando o seu apoio, como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), que garantem investimento público e renúncia fiscal a instituições privadas, promovendo uma enorme expansão do setor privado na educação) e o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que expande a Universidade sem aumentar o investimento, portanto, sem garantir infraestrutura, programa efetivo de assistência estudantil, e impulsionando o avanço da lógica privada no interior da Universidade pública; O Programa Minha Casa, Minha Vida (e outras obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), que foi fundamental para enfrentar a crise, que eclodiu publicamente em 2008, e para o processo de acumulação do capital via financiamento habitacional, com subsídios e créditos para a produção e aquisição de habitações, entre outras.

O PAC contribuiu para reverter a curva descendente (que vinha do primeiro governo FHC) do crescimento econômico até então verificável, malgrado os impactos da crise internacional de 2008, que se manifestaram no país no ano seguinte e, sobretudo por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo bancou um

forte processo de concentração e centralização do capital, oferecendo recursos financeiros a grandes grupos capitalistas para investimentos no país e no exterior - garantindo, inclusive, notável expansão de corporações brasileiras que já operavam no estrangeiro (PAULO NETTO, 2010).

No campo, a principal opção dos governos do PT foi pelo agronegócio. Com a conjuntura econômica internacional favorável à exportação de *commodities*, por conta da alta nos preços, o governo estimulou a produção do agronegócio, que é voltada para a exportação, em detrimento dos pequenos produtores e do mercado interno, fazendo com que o Brasil se tornasse um dos maiores exportadores mundiais e o agronegócio fosse considerado “um modelo de sucesso” (BARREIRA, 2018).

Logo no início do governo Lula, em 2003, segundo Cosme (2016), no contexto de elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a pressão dos movimentos sociais e apoiadores da candidatura do Lula, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) formou uma equipe de especialistas, coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, militante de esquerda com histórico de luta em defesa da reforma agrária, para a elaboração do Plano. Foi apresentado um Plano, que tinha como proposta assentar um milhão de famílias em quatro anos. Esse Plano foi recusado pelo governo Lula. Na sequência, o MDA, dirigido por Miguel Rosseto (do PT), apresentou outro Plano, intitulado “II PNRA: paz, produção e qualidade de vida no meio rural”, reduzindo para 400 mil, o número de novas famílias a serem assentadas, durante o seu primeiro mandato (COSME, 2016). É importante registrar que a legislação brasileira obriga os governos a elaborarem o PNRA, mas esse só foi feito duas vezes: uma no governo Sarney e outra no primeiro mandato de Lula (OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Oliveira (2016), o governo Lula afirmou, no primeiro mandato (2003-2006), ter assentado 381.419 famílias, mas, na verdade, assentou apenas 150.493 famílias em novos assentamentos. Já no segundo mandato (2007-2010), o governo Lula afirmou ter assentado 232.674 famílias, mas assentou apenas 78.605 famílias. O governo Dilma afirmou ter assentado, em seu primeiro mandato (2011-2014), 105.354 famílias, mas assentou apenas 31.402 famílias em novos assentamentos. Isso acontece porque, segundo o autor, o INCRA soma aos novos assentamentos aqueles da regularização fundiária, reconhecimento de assentamentos antigos, reassentamentos, etc., que são metas diferentes, as formas de obtenção das terras são diferentes. Essa, inclusive, é uma prática herdada do anterior. As tabelas a seguir mostram um comparativo entre o dado oficial do INCRA e o dado desagregado, organizado por Oliveira (2016), sobre o número de famílias assentadas nos governos do PT:

Tabela 01: Famílias Assentadas no Governo Lula (2003-2010)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
INCRA – Dado oficial	36.301	81.254	127.506	136.358	67.535	70.157	54.540	40.442	614.093
INCRA – Dado desagregado	24.020	35.185	45.509	45.779	31.446	20.117	13.773	13.269	229.098

Fonte: INCRA apud Oliveira (2016).

Tabela 02: Famílias Assentadas no Governo Dilma (2011-2014)

	2011	2012	2013	2014	Total
INCRA – Dado oficial	20.021	23.075	30.239	32.019	105.354
INCRA – Dado desagregado	6.961	6.307	9.809	8.325	31.402

Fonte: INCRA apud Oliveira (2016).

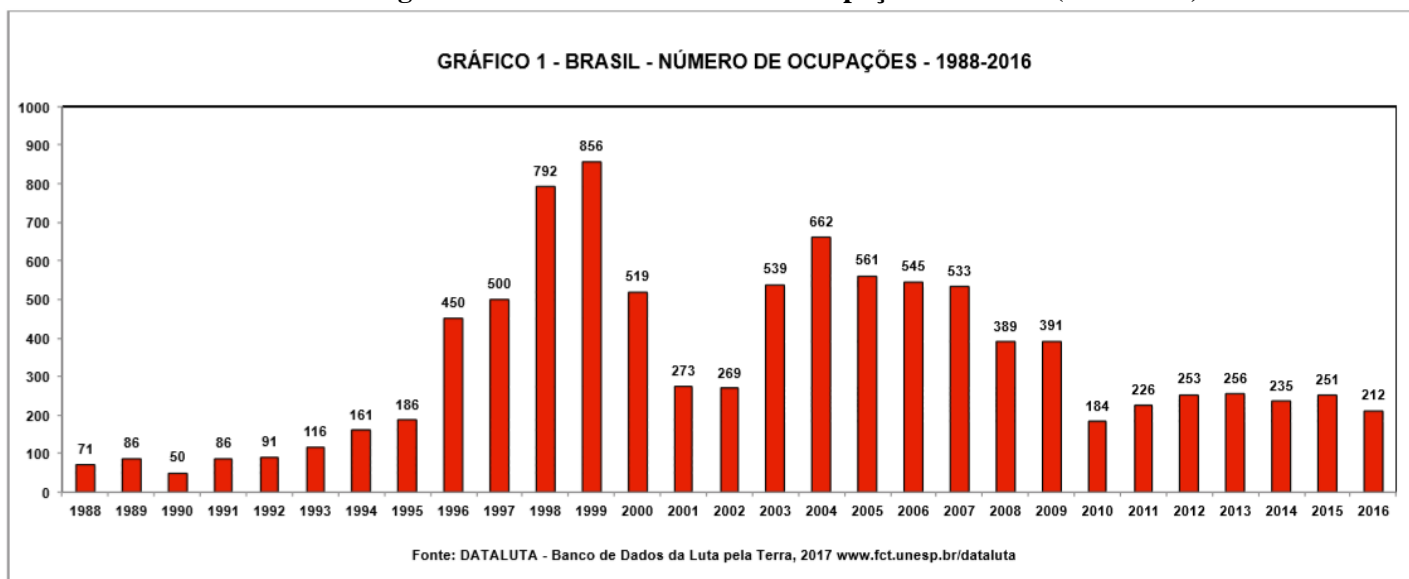
Nesse sentido, ao todo, nos três mandatos, embora os governos do PT tenham afirmado ter assentado 719.447 famílias, na verdade, assentou apenas 489.598 famílias, e em tendência decrescente de um mandato para o outro. No governo Lula, o número de famílias assentadas foi em escala crescente, passando de 24.020, em 2003, para 45.779 famílias assentadas, em 2006. A partir desse ano (2006), o número foi em escala decrescente, caindo de 31.446, em 2007, para 13.269 famílias assentadas, em 2010. Já no governo Dilma, houve uma oscilação maior no número, mas, no geral, o número de famílias assentadas, a cada ano, nesse governo, foi muito inferior aos números de famílias assentadas no governo Lula.

Ainda de acordo com Oliveira (2016), no ano de 2015, em outubro, no início do segundo mandato do governo Dilma, havia apenas 13 mil famílias assentadas, quando a meta era chegar a 30 mil. Esse número deriva do total de 120 mil famílias proposto para os quatro anos de mandato, embora o cadastro dos acampados, feito pelo INCRA, indicasse um total de 129 mil famílias acampadas (OLIVEIRA, 2016). Nos dados do INCRA (2016), entre 2003 e 2014, foram assentadas 721.442 famílias. E 599.021 no período FHC (1995-2002). Já o banco

de dados da luta pela terra do DATALUTA (2017) registra 892.384 famílias assentadas¹⁵ entre 2003 e 2014.

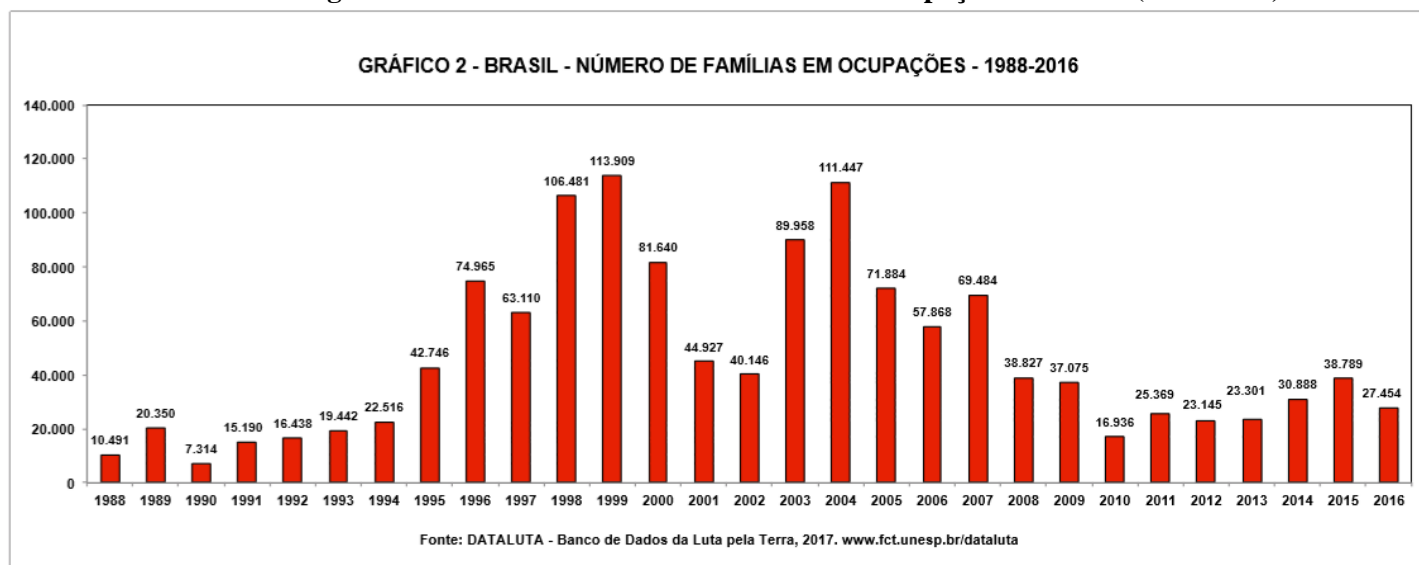
A quantidade diminuta de assentamentos, informada principalmente por Oliveira (2016), não se deu por falta de luta e de famílias acampadas, como podemos verificar nos gráficos abaixo, do DATALUTA (2017), sobre o número de ocupações e de famílias acampadas, respectivamente:

Figura 01: Gráfico do Número de ocupações no Brasil (1988-2016)



Fonte: DATALUTA (2017).

¹⁵ O DATALUTA (2017) explica que os dados sobre assentamentos rurais apresentados em seu relatório são do INCRA. Até o relatório 2011 os dados de assentamentos eram provenientes do INCRA, da Fundação ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e da ANOTER – Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terras, que eram adicionados e confrontados anualmente. Contudo, em 2013, foi realizada uma confrontação de todo o período de 1979 até 2012 e verificou-se que o banco do INCRA compreende todos os dados dos outros órgãos. Dessa forma, tomar como referência os dados do INCRA permite atualizar anualmente a situação dos assentamentos no Brasil de maneira mais abrangente. Porém, nesta confrontação detectou-se também que nos estados de AL, BA, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PI, SC e TO, 115 assentamentos apresentados em relatórios de anos anteriores do INCRA e que estavam no banco de dados do DATALUTA não mais constavam no cadastro atualizado do INCRA para o ano de 2012. Por isso, enquanto se realiza um estudo junto ao INCRA para verificar o motivo da supressão desses dados, optou-se por manter os 115 assentamentos na base de dados do DATALUTA, apresentada no relatório de 2016, bem como nos relatórios anteriores. Assim, os dados de assentamentos do DATALUTA consistem no Cadastro do INCRA no ano de referência do relatório mais os 115 assentamentos acima mencionados. Os dados da estrutura fundiária são do SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA na situação do dia 31 de dezembro dos anos apresentados.

Figura 02: Gráfico do Número de famílias em ocupações no Brasil (1988-2016)

Fonte: DATALUTA (2017)

Os gráficos mostram uma maior concentração, tanto no número de ocupações quanto no número de famílias envolvidas em ocupações, nos períodos entre 1996 a 2000, no governo FHC, e de 2003 a 2007, no governo Lula. O número de ocupações, como mostra o gráfico 1, realizadas no início do governo Lula, em 2003 (539 ocupações), é, praticamente, o dobro do número de ocupações realizadas em 2002 (269 ocupações). Da mesma forma, o número de famílias acampadas, como mostra o gráfico 2, em 2003 (89.958 famílias), é mais do que o dobro do número de famílias acampadas em 2002 (40.148 famílias).

Em linhas gerais, no que se refere aos governos do PT, durante todo o primeiro mandato de Lula (2003-2006) e no início do seu segundo mandato, em 2007, o número de ocupações e de famílias acampadas foi muito grande, com pico em 2004, registrando os maiores números de ocupações e famílias acampadas (662 ocupações e 111.447 famílias acampadas). Os números foram altos, nesse período, sobretudo porque, além dessa demanda por terra, havia, ainda, uma esperança de que o governo Lula faria uma reforma agrária, que alterasse a realidade da concentração fundiária no país, e a tentativa de disputar os rumos do governo eleito. Já o governo Dilma, principalmente o seu primeiro mandato (2011-2014), é marcado por um período de refluxo dessas lutas. Ainda assim, o número de famílias acampadas, segundo os dados do DATALUTA (2017), foi maior do que o número de famílias assentadas no período: 25.369 famílias acampadas, contra 9.649 famílias assentadas, em 2011; 23.145 famílias acampadas, contra 7.751 famílias assentadas, em 2012; 23.301 famílias acampadas, contra 13.164 famílias assentadas, em 2013; 30.888 famílias acampadas, contra

10.850 famílias assentadas, em 2014. Podemos verificar mais dados, nas tabelas abaixo, sobre a relação entre o número de famílias acampadas e assentadas, durante os governos do PT:

Tabela 03: Relação entre famílias acampadas e famílias assentadas durante os governos de Lula

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Famílias acampadas	89.598	111.447	71.884	57.868	69.484	38.827	37.075	16.936	493.119
Famílias assentadas	33.769	42.288	117.484	113.693	35.977	34.513	32.225	15.536	425.485

Fonte: DATALUTA (2017).

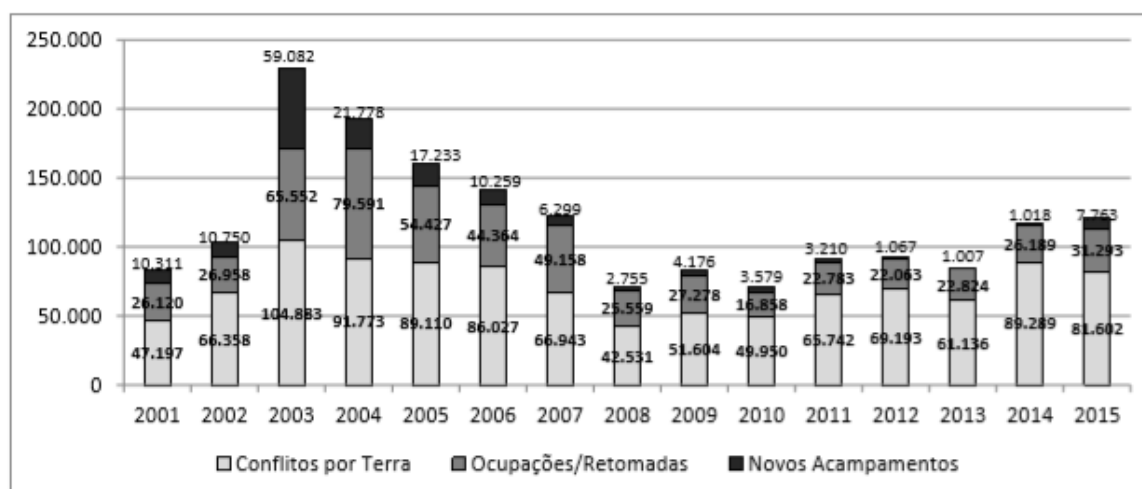
Tabela 04: Relação entre famílias acampadas e famílias assentadas durante os governos de Dilma

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Número de famílias acampadas	25.369	23.145	23.301	30.888	38.789	27.454	168.946
Número de famílias assentadas	9.649	7.751	13.164	10.850	5.490	1.012	46.916

Fonte: DATALUTA (2017).

Segundo os dados do DATALUTA (2017), foram 662.065 famílias acampadas contra 472.041 famílias assentadas. Todavia, é importante ressaltar que o DATALUTA utiliza dados sobre assentamentos do INCRA, criticados por Ariovaldo de Oliveira (2016), conforme já destacamos, por juntar metas diferentes, que possuem diferentes formas de obtenção das terras. O autor, também, apresenta outros dados sobre o número de ocupações, mas que, no geral, segue a mesma tendência do gráfico, como podemos observar no gráfico abaixo:

Figura 03: Gráfico do Número de famílias em conflitos por terra no Brasil (2001-2015)



Fonte: CPT apud Oliveira (2016)

Se somarmos o número de famílias em ocupações¹⁶ retomadas com o número de famílias acampadas¹⁷, no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), foram 352.286 famílias acampadas, contra 150.493 famílias assentadas. Ou seja, o número de famílias acampadas foi mais do que o dobro do número de famílias assentadas. Já no segundo mandato do governo Lula (2007-2010), foram 135.662 famílias acampadas, contra 78.605 famílias assentadas. E no primeiro governo Dilma (2011-2014), foram 100.141 famílias acampadas, contra 31.402 famílias assentadas, isto é, o número de famílias acampadas foi mais do que o triplo de famílias assentadas.

Segundo Mafort (2018), da coordenação nacional do MST, em março de 2018, no Brasil, havia 150 mil famílias acampadas. Nos dados do INCRA (2015), na relação de famílias acampadas em situação de insegurança alimentar, inscritas no cadastro único para programas do governo federal (Cadúnico para o recebimento de cestas alimentos), consta 83.269 famílias.

Apesar dessa distorção nos números do INCRA, sobre a quantidade de famílias assentadas, conforme apresentado por Oliveira (2016), mesmo os dados do próprio INCRA (2016) evidenciam a continuidade da concentração de terras no país, como podemos analisar na tabela a seguir:

¹⁶ “Ocupações e ou retomadas são ações coletivas das famílias sem terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito” (CPT, 2016, p. 14).

¹⁷ “Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar” (CPT, 2016, p. 14).

Tabela 05: Brasil – Estrutura Fundiária - 2016

Total de Imóveis rurais		5.766.542
Total de área cadastrada (em hectares)		521.837.119,00

Classes de Área Total (ha) Classes de N° de MF (ha) Categoria de Imóvel Rural	TOTAL DE IMÓVEIS	TOTAL DE ÁREA (ha)
31 Mais de 0 a 0,5 MF	2.567.015	21.907.675,09
32 Mais de 0,5 a menos de 1 MF	1.239.636	32.917.469,12
33 De 1 a 2 MF	913.443	46.264.600,69
34 Mais de 2 a 3 MF	329.495	28.505.356,00
35 Mais de 3 a 4 MF	182.430	23.335.136,86
36 Mais de 4 a 5 MF	101.327	17.717.984,81
37 Mais de 5 a 6 MF	67.169	14.256.475,06
38 Mais de 6 a 10 MF	153.276	47.745.512,89
39 Mais de 10 a 15 MF	81.357	41.515.708,94
40 Mais de 15 a 20 MF	38.394	28.238.540,87
41 Mais de 20 a 50 MF	69.550	101.255.661,09
42 Mais de 50 a 100 MF	16.918	57.004.441,86
43 Mais de 100 a 200 MF	4.975	30.818.040,72
44 Mais de 200 a 400 MF	1.167	14.037.879,26
45 Mais de 400 a 600 MF	216	4.794.328,12
46 Mais de 600 MF	174	11.522.307,62

Fonte: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro rural, 2016.

A classificação definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 leva em conta o **módulo fiscal**, que varia de acordo com cada município. Em relação ao **tamanho** da área, os imóveis rurais são classificados em:

Minifúndio - o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; **Pequena Propriedade** - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; **Média Propriedade** - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; **Grande Propriedade** - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais.

Podemos verificar, nos números disponíveis na Tabela 05, que as pequenas propriedades e os minifúndios possuem um número de imóveis de 5.232.019, e correspondem a 90,7 % do número total de imóveis, com uma área de 152.930.237,76 ha, que correspondem a 29,3% do total da área.

As **médias propriedades** possuem um número de 403.129 de imóveis, que correspondem a 6,9% do total de imóveis, possuem uma área de 121.235.681,7 ha, que equivale a 23,2% da área total.

Já as **grandes propriedades** possuem um número de 131.394 imóveis, que correspondem a 2,2% do total de imóveis, com área correspondente a 247.671.199,54 há, cerca de 47,4% da área total, ou seja, a maioria dos imóveis, que classificados como minifúndios e pequenas propriedades, ocupam pouca terra, enquanto que a minoria dos imóveis, que é de grandes proprietários, ocupa muita terra.

De acordo com o DATALUTA (2015), em linhas gerais, houve uma estabilidade nos dados referentes à pequena e à grande propriedade, entre 1998 e 2012. No entanto, no ano de 2014, foi registrado crescimento nessas duas pontas do processo, como podemos verificar na tabela 06:

Tabela 06: Mudanças da estrutura fundiária por classe de área 1998, 2003, 2010, 2012 e 2014

Classes de Área (ha)	1998		2003		2010		2011	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
TOTAL	3.586.525	415.548.886,60	4.290.531	418.483.332,30	5.181.645	571.740.919,42	5.356.425	590.716.875,33
Menos de 1	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10	107.572	54.516,68	113.160	57.066,67
1 a menos de 2	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50	161.313	218.441,69	165.560	224.511,20
2 a menos de 5	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80	702.979	2.357.993,06	734.298	2.465.145,60
5 a menos de 10	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20	772.676	5.584.385,37	805.588	5.821.439,70
10 a menos de 25	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20	1.316.237	21.345.231,82	1.358.537	22.022.892,37
25 a menos de 50	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60	814.138	28.563.707,07	838.694	29.435.561,05
50 a menos de 100	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20	578.783	40.096.597,35	595.961	41.306.259,46
100 a menos de 200	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80	332.817	44.898.322,02	342.041	46.171.314,37
200 a menos de 500	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20	230.529	71.258.207,77	237.231	73.317.570,54
500 a menos de 1.000	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80	85.305	59.299.369,71	85.218	59.287.289,60
1.000 a menos de 2.000	30.325	41.651.744,70	35.281	48.711.363,10	40.046	55.269.002,25	40.454	55.876.890,16
2.000 a menos de 5.000	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90	31.218	91.775.306,94	31.566	92.893.149,58
5.000 a menos de 10.000	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40	6.084	43.642.939,54	6.099	43.730.865,46
10.000 a menos de 20.000	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20	1.026	14.088.771,59	1.067	14.650.668,60
20.000 a menos de 50.000	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60	595	17.742.882,69	608	18.008.767,32
50.000 a menos de 100.000	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40	131	9.131.626,72	135	9.513.092,82
100.000 e mais	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30	196	66.413.617,15	208	75.934.390,83
ÍNDICE DE GINI	0,838		0,816		0,838		0,839	
Classes de Área (ha)	2012		2014					
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)				
TOTAL	5.498.451	597.018.808,73	6.140.118	740.401.645,78				
Menos de 1	117.301	58.875,48	274.671	68.179,10				
1 a menos de 2	168.738	229.075,39	183.693	250.433,37				
2 a menos de 5	759.005	2.549.567,34	841.217	2.827.508,40				
5 a menos de 10	829.862	5.996.899,20	908.886	6.566.924,32				
10 a menos de 25	1.391.712	22.560.429,52	1.499.140	24.305.032,47				
25 a menos de 50	860.300	30.210.990,87	932.481	32.802.217,70				
50 a menos de 100	611.745	42.414.477,17	665.642	46.170.133,05				
100 a menos de 500	593.026	122.332.189,00	645.700	133.446.464,51				
500 a menos de 1.000	85.437	59.426.508,45	93.658	65.276.368,53				
1.000 a menos de 2.000	41.206	56.933.642,14	48.234	66.717.495,31				
2.000 a menos de 5.000	31.865	93.781.039,50	36.639	108.793.966,83				
5.000 a menos de 10.000	6.157	44.106.421,27	7.100	50.696.144,66				
10.000 a menos de 20.000	1.113	15.263.453,08	1.591	21.770.955,74				
20.000 a menos de 50.000	627	18.502.428,82	879	26.261.973,04				
50.000 a menos de 100.000	138	9.701.272,64	222	15.806.316,49				
100.000 e mais	219	72.951.538,86	365	138.641.532,26				
ÍNDICE DE GINI	0,833		0,860					

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. www.fct.unesp.br/nera

Fonte: DATALUTA (2015).

De acordo com os dados do DATALUTA (2015), em 1998, os imóveis com até 100 ha eram 3.060.096, que correspondiam a 85,3% do total de imóveis, equivalente a uma área de 68.656.590,10ha, cerca de 16,5% da área total, enquanto as propriedades maiores de 1000 ha eram 57.881, que correspondiam a 1,6% do total de imóveis, equivalente a uma área de 219.824.528,10ha, cerca de 52,9% do total da área.

Em 2003, os imóveis com até 100 ha eram de 3.698.811, 86,2% do total de imóveis, com uma área 82.421.008,6, equivalente a 19,7% da área total. Já os imóveis, acima de 1000 ha, eram 68.385, 1,6% do total de imóveis, possuíam uma área de 195.700.087,90ha, 46,7% do total da área.

Em 2010, os imóveis, com até 100 ha, 4.453.698, 85,9% do total dos imóveis, representavam cerca de 98.220.873,04 das terras (17,17% do total da área). E os imóveis, a partir de 1000 ha, eram 79.296 (1,5% dos imóveis), representando uma área de 298.064.146,88ha (52,13% da área total).

Em 2011, eram cerca de 4.611.798 imóveis até 100 ha, que correspondiam a 86% do total de imóveis, com área de 101.332.876,05 ha (17,1% da área total). Os imóveis, a partir de 1000 ha, 80.137 (1,5% do total de imóveis), representavam 310.607.824,77ha, 52,5% do total da área.

Já em 2012, eram 4.738.663 propriedades até 100 ha (86,1% do total de propriedades) com área de 104.020.314,49ha, 17,42% do total da área. Os imóveis, a partir de 1000 ha, eram 81.325 (1,47% do número total de imóveis), com 311.239.796,31ha (52,13% da área total).

Em 2014, as propriedades, com até 100 ha, eram 5.951.430 (96,9% do total de imóveis) com 246.436.892,92ha (33,28% da área total). As propriedades, a partir de 1000 ha, eram 95.030 (1,5% do total de imóveis) com área de 428.688.384,33ha (57,9% da área total).

Podemos verificar, analisando as propriedades até 100 ha, que - 85,3% dos imóveis com 16,5% da área, em 1998; 86,2% com 19,7% da área, em 2003; 85,9% com 17,17% da área, em 2010; 86% com 17,1% da área total, em 2011; 86,1% com 17,42% da área total, em 2012; 96,9% com 33,28% da área total, em 2014 - a variação mais significativa foi o percentual referente a 2014, com um aumento do percentual de imóveis nessa faixa e um aumento da participação desses imóveis na área total, algo que pode confirmar a tendência, analisada por Ariovaldo de Oliveira, da recriação do campesinato.

Já as propriedades, a partir de 1000 ha: 1,6% do total de imóveis com 52,9% do total da área, em 1998; 1,6% com 46,7% da área, em 2003; 1,5% com 52,13% da área, em 2010; 1,5% com 52,5% da área, em 2011; 1,47% com 52,13% da área, em 2012; 1,5% com 57,9% da área. Os dados são estáveis. Podemos verificar que, no ano de 2014, houve um aumento na participação dos imóveis dessa faixa na área total. Os imóveis até 100 ha cresceram (em quantidade e no total da área) nesse período, de 2014, certamente a partir da redução dos imóveis na faixa intermediária, pois os imóveis, a partir de 1000 ha, também cresceram. Isso caracteriza a tendência, analisada por Ariovaldo de Oliveira, de crescimento nas duas pontas do processo, da grande e da pequena propriedade.

Para analisar os tamanhos das unidades produtivas no campo, utilizam-se dados disponíveis no Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Girardi (2017) explica que, diferente dos dados do INCRA, os dados do IBGE apresentam finalidade censitária, de modo que há menos interesse dos produtores em fornecer informações falsas, embora eles também não estejam livres de desvios. Contudo, o último censo do IBGE, cujos dados foram divulgados, foi realizado em 2006. Os dados do censo agropecuário, que deveriam ser divulgados em 2017, até o início de setembro de 2019, foram divulgados apenas resultados preliminares, com poucas informações e sujeito a alterações, conforme destacado pelo IBGE (2017).

Segundo nota da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), tiveram 60% das informações reduzidas na quantidade e na qualidade.

a) a perda histórica de dados que já vem sendo consumada com o comprometimento da regularidade na periodicidade de 10 anos para a realização do Censo, e que, se concretizada tal redução, perde ainda mais a capacidade de análise espacial e temporal comparativas, bem como dos resultados sociais produzidos pelas inúmeras políticas públicas realizadas pelo Estado brasileiro;

b) a impossibilidade de análise dos processos de desenvolvimento da produção familiar, eliminando as informações relativas ao maior universo social do campo brasileiro, os camponeses (agricultores familiares), considerando que estes sujeitos sociais respondem por mais de 70% da produção nacional de alimentos e mais de 80% do pessoal ocupado no campo brasileiro e foram beneficiários das várias políticas públicas voltadas para a produção, a assistência técnica, a comercialização e a distribuição de alimentos, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outras, que consolidaram a rede Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e que também colherá prejuízos de acompanhamento de seus resultados;

c) o não reconhecimento da importância de dados sobre a produção agroecológica e uso de agrotóxicos, uma vez que a retirada das questões sobre os processos produtivos impossibilitam identificar as mudanças nas práticas de manejo ambientalmente corretas e o reconhecimento do pluralismo social e tecnológico da produção agrícola brasileira, e,

d) a obtusa leitura do espaço rural, no que diz respeito às informações acerca do uso e da disponibilidade dos recursos hídricos que, atualmente, não mais se coloca como um problema isolado das áreas semiáridas do país, mas se revela num problema central de abastecimento e na produção agrícola e agroindustrial em todas as regiões, atingindo drasticamente os grandes centros urbanos e suas áreas limítrofes, concorrendo com a utilização das águas subterrâneas e produzindo quadros generalizados de baixa disponibilidade hídrica. Neste caso, perde-se, inclusive, os resultados das políticas de construção de cisternas e tecnologias sociais de abastecimento público. Considera-se, ainda, que a ausência de tais questões, obscurece à sociedade brasileira o peso que a produção agrícola e agroindustrial de

commodities têm sobre o consumo de água, e continua-se a colocar sobre cada cidadão individualmente a responsabilidade sobre a crise hídrica nacional.

Trata-se de uma medida que representa a omissão de informações e a busca de invisibilização social, econômica e produtiva da maior parte dos produtores agrícolas brasileiros (AGB, 2017).

Por esses motivos, os dados do IBGE não foram utilizados. No entanto, é importante registrar que o último dado, disponibilizado pelo IBGE (2006), sobre o índice de Gini, apontava uma variação entre: 0,857, em 1985; 0,856, em 1996, e 0,872 em 2006. De acordo com o banco de dados da luta pela terra, do DATALUTA, que realizou uma periodicidade diferente do IBGE, o índice de Gini variou entre 0,838, em 1998, caiu para 0,816, em 2003, voltou para 0,838, em 2010, aumentou para 0,839, em 2011, diminuiu para 0,833, em 2012, e voltou a crescer para 0,860, em 2014 (DATALUTA, 2015). Podemos ver que a variação foi pequena. O índice manteve-se praticamente estável. No entanto, o último dado, de 2014, foi o maior, inclusive desde 1998.

Oliveira (2013) explica que as pequenas propriedades, desde que seu proprietário possua apenas uma, não poderão ser desapropriadas para a reforma agrária, mesmo sendo improdutivas (parágrafo único do artigo 4º da lei n. 8.629 de 1993). O mesmo acontece com a média propriedade (se o proprietário não possuir outra, ela também não pode ser desapropriada para reforma agrária, ainda que seja improdutiva). Entretanto, as grandes, caso sejam classificadas como improdutivas, poderão ser desapropriadas para fins de reforma agrária (artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal de 1988).

Campos (2011) analisa que uma das conquistas dos movimentos sociais, na constituição de 1988, foi a introdução do conceito de função social da propriedade, que implicava a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras que não cumprissem uma série de exigências socioeconômicas, entre as quais um índice mínimo de produtividade agropecuária e o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental. Todavia, Paulino e Almeida (2010) explicam que, com a Constituição de 1988 e a regulação dos dispositivos relativos à Reforma Agrária (Lei 8.629/1993), as propriedades poderiam ser classificadas como produtivas ou improdutivas, tendo em vista o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE). A Lei 8.629/1993 determina a atualização periódica dos índices de produtividade, como forma de garantir a observância do cumprimento da função social da propriedade. Entretanto, os dados que estão em vigor e que permitem definir se uma terra é ou não improdutiva, estão defasados. Os índices utilizados pelo INCRA foram

elaborados em 1980, levando-se em conta o nível técnico da agropecuária, segundo dados do censo agropecuário de 1975 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a classe dominante tem se articulado, por meio do Estado, para não atualizar os índices de produtividade. As autoras ressaltam que não querem criar generalizações a ponto de indicar que todas as grandes propriedades são improdutivas, mas que apenas uma parte da área, das grandes e médias propriedades é colocada para produzir.

Segundo Oliveira (2013), o cadastro do INCRA, já em agosto de 2003, apresentava os dados sobre o uso da terra e sua função social (artigo 184 da Constituição Federal). Os dados sobre a função social da propriedade, nessa época, indicavam que apenas 30% das áreas das grandes propriedades eram classificadas como produtivas, enquanto que 70% foram classificadas como não produtivas. Dessa forma, o próprio cadastro do INCRA, que é declarado pelos proprietários, indicava a presença da maioria das terras das grandes propriedades sem uso produtivo. Os dados da tabela abaixo, sobre a grande propriedade, definida segundo a lei n. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, eram os seguintes em agosto de 2003:

Tabela 07: Grandes propriedades (15 módulos fiscais e mais)

Total		Improdutivo	
N. imóveis	Área (ha)	N. imóveis	Área (ha)
111.495	209.245.470	54.781	120.436.202

Fonte: INCRA (2003) apud Oliveira (2013).

Um percentual de 49,13% dos imóveis, que equivale a uma área de 57,55% do total da área, foi classificado como improdutivo.

O autor afirma que, a rigor, se cumprisse a Constituição de 1988 e a lei nº 8.629, o INCRA deveria ter declarado, já em 2003, 120.436.202 ha das grandes propriedades improdutivas, disponíveis para a reforma agrária, mas não é o que vem acontecendo. As leis de reforma agrária não são cumpridas pelo Estado. Como avalia Oliveira (2013), é o oposto do que ocorre com as propriedades ocupadas pelos movimentos sociais, que o Estado, por meio de algum juiz, declara imediatamente a reintegração de posse ao proprietário da terra improdutiva. Além disso, não é o INCRA que tem que provar que uma propriedade é improdutiva, mas o proprietário é que tem que provar que ela é produtiva. Ele não vai declarar no cadastro, sob pena da lei, se o seu imóvel é classificado como improdutivo, para não se tornar réu confesso. Essa é uma das fragilidades dos dados do INCRA. Segundo Girardi (2017), o cadastro é abastecido com dados de maneira declaratória, não havendo conferências

com informações dos cartórios de registro de imóveis. “A declaração de uma área superior ou inferior à área real do imóvel pode ter como objetivo a redução de impostos, omissão de terras improdutivas, ampliação de crédito rural e grilagem de terras”, o que pode levar a desvios, sobretudo no tamanho da área dos imóveis. No entanto, o autor considera que “esses possíveis desvios nos dados do INCRA não os inutilizam, pois essas práticas ilegais, por mais numerosas que possam ser, não se aplicam à maioria dos detentores” (GIRARDI, 2017).

Dados abaixo, apresentados por Ariovaldo de Oliveira (2012), mostram uma realidade na qual em todos os estratos, as propriedades improdutivas predominam.

Tabela 08: Propriedades Produtivas e Improdutivas no Brasil

	PROPRIETÁRIOS		POSSEIROS / GRILEIROS	
	IMÓVEIS	ÁREA (ha)	IMÓVEIS	ÁREA (ha)
TOTAL	3.630.679	444.410.712,03	1.550.966	127.330.207,39
Minifúndio	2.122.336	27.811.665,47	1.195.741	18.872.991,95
Pequena Prop. Produtiva	309.441	17.166.817,64	47.068	2.970.314,37
Pequena Propriedade IMPRODUTIVA	421.172	28.817.851,52	155.335	13.209.365,07
Pequena Propriedade	338.011	21.286.936,89	67.273	5.338.519,76
Média Prop Produtiva	153.912	40.372.293,82	17.505	4.678.973,80
Média Propriedade IMPRODUTIVA	167.961	53.350.528,65	40.613	15.195.461,67
Média Propriedade	195	102.915,19	398	179367,28
Grande Prop. Produtiva	54.492	80.623.364,53	6.790	9.772.864,35
Grande Propriedade IMPRODUTIVA	50.996	136.830.956,62	15.097	39.094.313,92
Grande Propriedade	1.248	35.145.867,28	1892	17.437.372,09
Não Classificada	10.913	2.891.955,14	3253	580.167,74
N Classific. Art.7 Lei 8629	2	9.559,30	1	0

Fonte: INCRA (2010) apud OLIVEIRA (2012).

Podemos verificar, no caso da grande propriedade, que, embora o número de imóveis considerados produtivos seja, declaradamente, maior do que os imóveis improdutivos, estes últimos possuem uma área bem maior do que aquela controlada pelos imóveis produtivos: cerca de 136.830.956,62 ha. O número de imóveis diminuiu, e a quantidade de terras aumentou, no geral e nessa faixa, em relação a 2003: a área das grandes propriedades improdutivas passou de 120.436.202 ha, em 2003, para 136.830.956,62 ha, em 2010. Mas o número de imóveis improdutivos é 47,77% do número total de imóveis e correspondem a 54,16% do total das terras das grandes propriedades. É um percentual menor do que o de 2003, analisado pelo autor: caiu de 49,13% do número de imóveis, equivalente a uma área de 57,55%, em 2003, para 47,77% do número de imóveis, equivalente a uma área de 54,16% da área. Todavia, esses dados contrariam as análises mais recentes do PCB, de que o

agronegócio, praticamente, eliminou o latifúndio não produtivo como forma de reserva de valor.

Nesse sentido, embora o agronegócio tenha colocado para produzir, grande quantidade de terras, que antes eram utilizadas como reserva de valor, grande parte das terras ainda são utilizadas dessa forma, são especulativas e rentistas. Nessa análise de Oliveira (2012), realizada no terceiro mandato do PT, grandes bancos se encontram entre os grandes proprietários de terra, como o Banco do Brasil S/A e o Banco Bradesco S/A, em 4º e 6º lugares, com 164.974 ha e 131.347 ha, respectivamente, possuindo terras em todos os estados do país. Grandes bancos também fazem parte da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a exemplo Banco Itaú BBA S/A, Banco Santander S/A, Banco Rabobank International Brasil S/A, Banco Cooperativo Sicredi, além do Banco do Brasil S/A (ABAG, 2020). Vale lembrar, ainda, que os índices de produtividade utilizados pelo INCRA foram elaborados em 1980, levando-se em consideração o nível técnico da agropecuária, segundo dados do censo agropecuário do IBGE de 1975, e os ruralistas têm se articulado, por meio do Estado, para evitar a atualização desses índices, mesmo com a luta dos movimentos sociais, inclusive nos governos do PT.

Os capitalistas aproveitaram o *boom* das *commodities* e colocaram parte das terras que eram classificadas como latifúndios improdutivos, utilizados como reserva de valor, para produzir, mas, ao mesmo tempo, aumentaram o preço da terra e a demanda de terras no mercado. De acordo com Campos (2011), “isso se verifica principalmente nos chamados novos fronts de produção de grãos para exportação, como é o caso da região dos cerrados piauienses” (CAMPOS, 2011, p. 125). Segundo a autora, um dos fatores que contribui para elevar o grau de utilização e, por conseguinte, o preço das terras é a instalação de grandes empresas de segmentos do agronegócio. Ela (a autora) menciona o caso do estado Piauí, com a instalação de uma fábrica de esmagamento de soja da empresa transnacional Bunge, entre 2002 e 2003, intensificou esse processo. Isso também ocorreu no Sul do Rio Grande do Sul, com empresas da área de celulose, como a Aracruz, Votorantim e Stora Enzo. A autora ainda informa que um levantamento dos preços das terras, no Brasil, feito pela Agra Informa, no primeiro bimestre de 2008, constatou um aumento de 16% em relação a 2007, e explicou que isso aconteceu devido à grande procura por áreas para o cultivo de soja, demanda que era aquecida por grupos multinacionais (CAMPOS, 2011).

Dessa forma, Campos (2011) explica que, à medida que o agronegócio se expande territorialmente, há uma tendência de aumento da especulação imobiliária e da concentração fundiária. E, em muitos casos, tudo isso acontece por meio da atuação do Estado, tanto por

meio de investimentos para equipar o território e viabilizar os processos de produção e circulação de *commodities*, como por meio de isenções de impostos, concessão de áreas para implantação de agroindústrias ou de experimentos agropecuários; aprovação de leis, como a liberação dos transgênicos, mais flexibilidade nas regras ambientais e, inclusive, por meio de investimento direto, a exemplo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do governo federal, que é um dos grandes financiadores e, em alguns casos, é sócio dos investimentos de expansão, que resultam em aumento da concentração de terras. Além do financiamento de grandes projetos, por meio dos bancos de desenvolvimento nacional e/ou regional, o Banco do Brasil também é uma importante fonte de capitalização de grandes empresas do agronegócio por meio do crédito rural.

A distribuição dos recursos é outro indicativo da prioridade dos governos do PT ao agronegócio, como podemos observar na tabela abaixo, comparando os recursos destinados à agricultura empresarial e à agricultura familiar e camponesa.

Tabela 09: Distribuição de Recursos

Safra	Agricultura empresarial (bilhões)	Agricultura familiar (bilhões)
2016/2017	202,88	30
2015/2016	187,7	28,9
2014/2015	156,1	24,1
2013/2014	136	20,7
2012/2013	115,25	18
2011/2012	107,2	16
2010/2011	100	16 (estimativa)
2009/2010	92,5	13 (estimativa)
2008/2009	65	10,8
2007/2008	57,2	9,1
2006/2007	50	8,4
2005/2006	43,5	7,6
2004/2005	38,85	5,1
2003/2004	21,7	4,5
2002/2003	20,5	2,4

MAPA (2003), (2004), (2005), (2006), (2007), (2008), (2009), (2010), (2011), (2012), (2013), (2014), (2015), (2016); MDA (2010), (2011), (2012), (2015), (2016); (2017).

Há uma enorme desigualdade na distribuição de recursos. Os investimentos foram realizados em escala crescente nas duas pontas do processo. No entanto, o agronegócio, em todos os anos, recebeu uma quantia muito superior à quantia destinada para a agricultura familiar. Na safra 2015/2016, por exemplo, foram destinados 187,7 bilhões para o agronegócio, contra 28,9 bilhões destinados para a agricultura familiar. Mais do que 6 vezes mais para o agronegócio.

Ainda no governo Lula, os transgênicos foram liberados (por meio da Medida Provisória MPV 223/2004, transformada na Lei Ordinária 11092/2005) e o Brasil foi transformado em um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo: 1 bilhão de litros de agrotóxicos (cinco litros por habitante) na safra de 2009 (STÉDILE, 2010). Foram realizadas alterações no código florestal, concretizadas em 2012, prevendo, entre outras questões: *a)* redução do patamar de proteção ambiental, com diminuição das Áreas de Reserva Legal, de Preservação Permanente e reflorestamento; *b)* redução da obrigatoriedade de terreno destinado à mata ciliar; *c)* anistia para aqueles que cometeram crimes até 22 de julho de 2008; *d)* criação de mercado de compensações ambientais como forma de resolver o restante do passivo ambiental que não foi anulado (CARDOSO, 2017) (PARDAL, 2016), tudo para fazer o agronegócio avançar, em detrimento da vida, de modo geral.

Em síntese, o PT foi coerente com os eixos centrais da “Carta ao povo brasileiro”, de “crescer, incluir e pacificar”, no sentido de focar no crescimento da economia capitalista, combinando com políticas assistencialistas, no aumento das exportações e no estímulo ao mercado interno, na perspectiva da colaboração de classes, na busca de uma política de conciliação entre o agronegócio e a agricultura familiar. Não houve, no governo do PT, uma reforma agrária com alterações profundas na estrutura fundiária e o fim da concentração de terras, mesmo com a pressão dos movimentos sociais, especialmente no início do governo Lula. Ao contrário, mesmo com o rebaixamento programático, o PT não conseguiu atender a reivindicações democráticas, e houve, conforme já destacamos, a partir dos dados do DATALUTA (2015), continuidade da concentração de terras, com variação positiva no índice de Gini, saltando de 0,816, em 2003, para 0,860, em 2014 – o maior desde 1998. Além disso, apesar de os capitalistas terem aproveitado a alta nos preços das *commodities* e colocado para produzir terras que eram classificadas como latifúndios improdutivos, houve uma persistência das grandes propriedades improdutivas, contrariando a perspectiva apresentada na “Carta ao povo brasileiro”, e contrariando, também, a luta dos movimentos sociais pela atualização dos índices de produtividade. A rigor, os grandes proprietários foram os grandes beneficiados, com o *boom* das *commodities*, a concentração de terras e recursos, a flexibilização na legislação, para viabilizar a utilização dos transgênicos, os “benefícios” da alteração no código florestal, entre outras medidas, enquanto o número de famílias assentadas foi diminuindo de um mandato para o outro.

Nesse sentido, no que se refere à caracterização da questão agrária na formação territorial brasileira, ao contrário da análise que propõe a estratégia democrático-popular, essa realidade aponta que ela (a questão agrária) não pode ser considerada um entrave para o

processo de acumulação de capitais, especialmente pela política de exportação de *commodities*, que contribuiu para viabilizar a política de colaboração de classes do PT.

2.4 O desfecho da estratégia petista e o golpe

A crise do capital, em escala mundial, que explodiu publicamente em 2008, incidiu sobre o Brasil de maneira contraditória. De acordo com Iasi (2017),

Em um primeiro momento, pelo movimento de fuga dos investimentos no centro do sistema, beneficiou as formações sociais da periferia do capital imperialista para, em um segundo momento, arrasá-las no altar do sacrifício da queima de capitais. O PT aproveitou-se dessa janela para produzir uma aparência de estabilidade sustentada num precário crescimento que serviu de base material para o pacto social e o governo de conciliação de classes (IASI, 2017, p. 421-422).

Os dois mandatos de Lula (de 2003 a 2006, e de 2007 a 2010) coincidem com a abertura e o fechamento dessa janela. Já os governos Dilma (de 2011 a 2014 e de 2015 a 2016 – pois não se completou até 2018, por conta de uma manobra ou golpe institucional¹⁸) tiveram que administrar o pacto de classes, em condições econômicas desfavoráveis, em que a crise arrasou as frágeis bases do consentimento por parte da classe trabalhadora, sobretudo com o fim do ciclo de alta nos preços das *commodities* e da recessão mundial.

No final do segundo mandato de Lula, a fatia correspondente à exportação de bens primários entre as exportações brasileiras subiu de 28 para 41%, no que o espaço dos bens manufaturados caiu de 55 para 44%; no final do primeiro mandato de Dilma, as matérias-primas eram responsáveis por mais de metade do valor das exportações. Mas de 2011 em diante, os preços das principais mercadorias comercializadas pelo país entraram em colapso: o minério de ferro caiu de 180 dólares para 55 dólares a tonelada, a soja caiu de aproximadamente 40 dólares a saca para 18 dólares, o petróleo cru baixou de 140 dólares para 50 dólares o barril. E reagindo ao fim da bonança do

¹⁸ Ao refletir sobre o conceito de golpe de Estado, Alvaro Bianchi (2016) considera que ele deve deixar claro quem é o protagonista, os meios que caracterizam a ação e os fins desejados. O *sujeito* do golpe de Estado moderno é uma fração da burocracia estatal. O golpe de Estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os *meios* são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O *fim* é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais (BIANCHI, 2016).

comércio exterior, o consumo interno também entrou em declínio (ANDERSON, 2016).

Dessa forma, a crise econômica impulsionou uma crise política. É importante ressaltar, conforme Iasi (2017), que a crise política tem o seu fundamento nos processos cíclicos da acumulação de capitais, na alteração da composição orgânica do capital, na tendência de queda na taxa de lucro, nas barreiras e desproporções que o próprio processo de valorização coloca em movimento, ainda que a relação entre crise econômica e crise política não seja tão simples.

O PT teve uma grande serventia para as classes dominantes, quando esteve à frente da Presidência da República por 13 anos (de 2003 a 2016), até o momento em que conseguiu garantir a sua lucratividade, apassivando a classe trabalhadora. Todavia, com o aprofundamento da crise, o governo intensificou os ataques contra a classe trabalhadora, para atender às demandas do capital. Os trabalhadores insatisfeitos retomaram as mobilizações, e o PT foi perdendo a capacidade de segurar a classe. Parte dos setores burgueses, que antes o apoiava, foi se deslocando para a oposição, para impor um reordenamento político-econômico.

Perry Anderson (2016) aponta que, no último ano do governo Lula, quando a economia global ainda estava a se recuperar da primeira onda do crash financeiro de 2008, a economia brasileira cresceu 7,5%. No governo Dilma, com o aprofundamento da crise, o crescimento da economia experimentou uma queda vertiginosa, desacelerando para um crescimento de 2,72%, em 2011, de apenas 1%, em 2012, e continuaria caindo até chegar a praticamente zero, em 2014. A inflação ficou acima de 6%. Em abril de 2013, o Banco Central aumentou os juros de forma abrupta, minando a tentativa de Guido Mantega (do PT), o ministro das Finanças, em baixá-la, logo no início do governo Dilma. E, ainda no primeiro semestre desse ano, aconteceram manifestações, que se iniciaram contra o aumento das passagens de ônibus, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas que, rapidamente, se espalharam para várias partes do país, incorporando, também, outras pautas. Rapidamente, a aprovação do governo caiu. Mudaram as expectativas sobre o Brasil a partir de 2013. O país mergulhou numa recessão a partir de 2014 e as agências de riscos mudaram o lugar da cotação do Brasil.

O PT, que, de acordo com Perry Anderson (2016), desfrutara do maior e mais longo índice de aprovação, no Brasil, tornou-se o partido mais impopular. Ao ponto de, segundo o

autor, confidencialmente, o Lula ter lamentado o fato de terem ganhado as eleições, mas perderem logo em seguida. Muitos militantes se questionaram se o partido iria sobreviver.

Ainda em 2014, depois da eleição presidencial, que foi bastante polarizada, na qual Dilma Rousseff havia sido reeleita, utilizando um discurso de que, ao contrário do seu adversário, Aécio Neves, do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), não retiraria direitos dos trabalhadores. Logo em seguida, após vencer essa eleição, com uma vantagem de apenas 3%, Dilma mudou o seu rumo e passou a defender a necessidade de austeridade. A reação de grande parte dos seus eleitores foi de que a sua vitória poderia ser qualificada como “estelionato”. Ela acabou cumprindo o programa dos seus adversários de campanha (ANDERSON, 2016).

Ainda no seu governo, os imperativos tornaram-se os cortes nos gastos sociais: reduzir o crédito dos bancos públicos, leiloar propriedades do Estado e aumentar tributos para trazer o orçamento de volta a uma situação de superávit primário. O Banco Central aumentou a sua taxa de juros para 14,25%. Foram aprovadas as medidas 664 (que alterou os critérios e dificultou o acesso à pensão por morte e auxílio doença) e 665 (que dificultou o acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial). Surgiu uma proposta de reforma da previdência. A aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 555, que é a chamada Lei de Responsabilidade das Estatais, que prevê maior abertura de capital das empresas de economia mista, além da proibição de que trabalhadores ligados ao sindicato ou mesmo membros de organização política possam fazer parte dos conselhos das empresas. Volta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), com o objetivo de viabilizar e assegurar a possibilidade privatização de empresas ou federalização como parte de acordo de negociação das dívidas. Aprovação do Projeto de Lei (PL) 4567 (que acaba com a exclusividade da Petrobrás na extração do petróleo da camada do pré-sal). A Agenda Brasil (um programa “neoliberal” de retirada e restrição de direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, indígenas e ambientais), aumento na tarifa de luz, de água, dos combustíveis, entre outras medidas.

O efeito desse pacote foi o de mergulhar o país numa recessão generalizada – queda nos investimentos, diminuição do poder de compra dos salários, aumento do desemprego. Enquanto o PIB contraía, as receitas fiscais diminuía, piorando ainda mais o quadro de déficit e dívida pública. “Nenhum índice de aprovação do governo poderia ter aguentado a rapidez de tal deterioração econômica” (ANDERSON, 2016).

Setores importantes das classes dominantes, como setores da FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), Partidos que faziam parte da base aliada (PSB, PP,

PMDB e outros), foram gradativamente se deslocando para a oposição ao governo. Esse processo foi intensificado depois da disputa eleitoral polarizada, de 2014, quando aconteceram várias manifestações de massa, protagonizadas pelas classes médias (com a participação de setores da extrema-direita), combinadas com ação parlamentar, jurídica e midiática, desestabilizando o governo, culminando na sua queda em 12 de maio de 2016.

Dilma Rousseff foi afastada do cargo de Presidente da República, em decorrência de um processo de *impeachment*. Na verdade, uma manobra (ou golpe institucional), protagonizada pelos seus ex-aliados, especialmente o PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, mesmo sem a comprovação do seu envolvimento nas acusações de crimes de responsabilidade fiscal. No seu lugar, assumiu o então vice-presidente, Michel Temer, do PMDB (atual MDB – Movimento Democrático Brasileiro). Ainda, principalmente o seu Partido, o PT, foi hostilizado e bombardeado de acusações de crimes de corrupção, associado à tentativa de “golpe Comunista”, forte intervenção do Estado na economia, descontrole com as contas públicas, etc. Um contexto bastante conservador, em que mesmo os partidos de esquerda, que se mantiveram na oposição durante as gestões dos governos do PT, foram atacados.

Contra essa frente, que tipo de apoio o PT poderia esperar? Os sindicatos, ainda que mais ativos no governo Dilma, eram apenas uma sombra do seu antigo passado. Os pobres continuaram a ser beneficiários passivos do governo petista, que nunca se dispôs a educá-los ou a organizá-los, quanto muito mobilizá-los em torno de uma força coletiva. Movimentos sociais – dos sem-terra e dos sem-teto – foram mantidos distantes do governo. Os intelectuais acabaram por ser marginalizados (ANDERSON, 2016).

Contudo, ainda assim, aconteceram manifestações por parte de seguimentos da classe trabalhadora, que se colocaram contra as medidas adotadas, mas apoiavam o governo Dilma, como a CUT e o MST, mas não foi suficiente.

Nesse sentido:

Sem contar com uma força-tarefa popular capaz de lidar com a pressão das elites do país, Dilma sem dúvida torceu para que, após a sua apertada reeleição, ao bater em retirada economicamente, com uma política inicial de apertar os cintos semelhante à que Lula fez nos seus primeiros anos no poder, pudesse então reproduzir o mesmo tipo de viragem no rumo. Mas as condições externas impediram qualquer comparação possível. A dança das mercadorias já se foi e uma recuperação, seja lá quando vier, parece não ter sustentação (ANDERSON, 2016).

Valério Arcary (2018) explica que o entendimento do golpe é algo complexo para hipóteses que destacam apenas um fator. Para o autor, interpretações unilaterais, incompletas, conduzirão a conclusões equivocadas. As políticas anticíclicas do governo Dilma, por exemplo, embora criticadas por um setor do capital financeiro, antes de 2015, não foi hegemônica.

A classe dominante se unificou e decidiu apostar no golpe, sob pressão da mobilização dos setores médios impulsionada pela extrema-direita, fundamentalmente, em função do resultado de 2014; da dificuldade da alternância eleitoral diante do prestígio do PT e de Lula; da estagnação econômica provocada pela queda dos investimentos como consequência da taxa média de lucros; e da pressão de uma fração do imperialismo que condicionou investimentos no Brasil à redução dos custos produtivos: peso fiscal do Estado, proporção dívida pública/PIB, e elevação do salário médio acima de US\$700,00. (ARCARY, 2018).

Para Arcary (2018), a questão-chave deve ser a análise da multiplicidade de fatores que empurraram a classe média para a campanha de derrubada do governo. Ocorreu um processo de deslocamento dos setores médios para a oposição, sobretudo, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, ainda nas manifestações de 2013. Em 2015 e 2016, os setores médios voltaram às ruas, agora, furiosamente, inconformados com a vitória eleitoral do PT em 2014, e provocados pela inflação da educação e saúde privadas e demais serviços em alta; pelo endividamento das famílias; pela tendência de queda do salário médio da escolaridade superior; pela estagnação do crescimento; pelo peso crescente do IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física); pelo crescimento da criminalidade; e, finalmente, pelo bombardeio das denúncias de corrupção.

Valério Arcary (2018) explica que as vitórias eleitorais do PT só foram possíveis em função do contexto externo de valorização do preço das *commodities*, que ofereceu o fundamento para as taxas de crescimento econômico que alicerçaram a estratégia “ganha-ganha” das políticas sociais que levaram a classe dominante a sustentar os governos liderados pelo PT, mesmo depois do escândalo do “mensalão”, e ampliaram a base social dos governos do PT. Mas a tendência do capitalismo contemporâneo não é de ampliação de reformas. Mesmo nos países centrais, o que acontece é o contrário. A não compreensão dessas restrições históricas à concessão de reformas conduz a interpretações equivocadas e ilusões políticas de conciliação de classes.

A incapacidade do PT de mobilizar trabalhadores e setores populares, à altura do desafio colocado pela campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, de acordo com o

autor, é uma das chaves para a compreensão da derrota. O PT não conseguiu se defender, porque, mesmo quando estava sob pressão, apostou na via das negociações com a classe dominante e os partidos da ordem. Nesse sentido, pesou a decisão do PT de privilegiar as alianças no Congresso Nacional, e se negarem a se apoiar na mobilização popular durante os seus treze anos de governo, até na hora do golpe; pesou a insatisfação da classe trabalhadora organizada diante dos ataques, principalmente do governo Dilma, a partir da vitória de 2014, cedendo às pressões da classe dominante por um ajuste fiscal; pesou a dificuldade de mobilização da ampla maioria do povo pobre que não tem instrumentos de auto-organização; pesou a extrema burocratização dos sindicatos; pesou a fragilidade orgânica do PT, ainda o maior partido, mas que se transformou em um aparelho eleitoral profissionalizado, impotente diante da tarefa de levar milhões às ruas.

O golpe foi um processo político com suporte jurídico. Portanto, seus protagonistas estavam no interior do Estado (políticos, juristas), articulados com setores burgueses, com a influência da mídia. O congresso e o senado (formados, em sua maior parte, por políticos corruptos) junto ao judiciário utilizaram, para garantir uma imagem de legalidade ao golpe, o argumento de irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais” para cobrir déficits nas contas públicas, que foi uma prática corriqueira em todos os governos anteriores. (JINKINGS, 2016), (LOWY, 2016). Tanto que, dois dias após o *impeachment*, o governo Temer, junto com o presidente da Câmara dos deputados, Rodrigo Maia, do partido Democratas (DEM), sancionaram a Lei 13.332/2016, que flexibiliza as regras para abertura de créditos suplementares sem a necessidade de autorização do Congresso, altera a lei orçamentária e garante maior flexibilidade de administração para o presidente, ou seja, autoriza as chamadas “pedaladas fiscais” (BRASIL DE FATO, 2016).

O golpe teve uma aparência de legalidade, sobretudo, porque o governo Dilma, principalmente nos anos finais do seu mandato, foi tão desgastante com a classe trabalhadora, que, para derrubá-lo, os setores golpistas não precisaram utilizar o recurso das forças armadas, embora setores militares tivessem pressionado pelo afastamento da Dilma. Utilizaram o recurso do *impeachment*, que é previsto na legislação.

Além disso, durante todo o período do PT no governo, mesmo contando com o apoio de grandes Movimentos Sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) - um dos maiores movimentos sociais do Brasil e da América Latina (PETRAS; VELTEMEIR, 2008) -, em nenhum momento, mesmo na iminência de ser derrubado, o governo atuou no sentido da realização de suas (dos movimentos) reivindicações, como é o

caso da reforma agrária¹⁹. Ao invés de buscar apoio na mobilização da classe trabalhadora, de acordo com Iasi (2017), a forma política adotada, desde o primeiro mandato de Lula, que iniciou tendo que realizar um “ajuste” (com contenção de gastos, equilíbrio fiscal e monetário, reforma da previdência, etc.), baseou-se no presidencialismo de coalizão, que é a formação de uma bancada de sustentação no Congresso Nacional, a partir de cargos no Executivo, da negociação de emendas orçamentárias e financiamento de campanhas dos partidos e parlamentares da base aliada.

Entretanto, esse expediente não é apenas uma contingência conjuntural à qual o governo petista foi levado por chegar à Presidência sem uma maioria parlamentar, mas uma expressão de um compromisso de classe coerente com o desenvolvimento da estratégia adotada e o momento de sua implementação. A presença dos grandes interesses do capital monopolista desde o primeiro governo do PT, em todos os segmentos essenciais (a grande indústria, bancos, agronegócio, comércio exportador/importador etc.) foi a marca do pacto social proposto no 12º Encontro Nacional do PT que prepara a vitória eleitoral de 2002, fundada na ampliação das alianças e no rebaixamento programático. Dadas essas características, muitos afirmam que os governos petistas que se seguem de 2002 até 2016, quando são interrompidos pela manobra institucional golpista que leva ao governo interino de Temer, não são propriamente a expressão da estratégia democrática popular, mas evidência de seu abandono em nome de um pragmatismo político que visa a mera permanência no governo. Ainda que a aparência dos fatos assim indique, nos parece que a questão deva ser analisada com mais profundidade (IASI, 2017, p. 422).

Algumas organizações fazem uma avaliação de que o golpe contra o governo Dilma e a derrota da classe trabalhadora não significou nada para a estratégia democrático-popular, pois afirmam que os governos do PT não foram expressão de tal estratégia, mas a evidência de seu abandono, e que, portanto, é preciso construir uma verdadeira alternativa democrático-popular. Nesse sentido, tais organizações consideram correta a formulação da estratégia

¹⁹ A reforma agrária pode ser entendida como democratização do acesso a terra e às condições de produção. No seu programa de reforma agrária, o MST (2013) defende, como medidas fundamentais: Estabelecer um tamanho máximo de propriedade rural para cada família de agricultor, somados todos os imóveis que houver no país, estabelecido por região (por exemplo, fixar em 35 módulos fiscais que representam uma média nacional de mil hectares). Desapropriar todas as fazendas acima desse módulo, independentemente do nível de produção e de produtividade; 2. Garantir acesso à terra a todas as famílias que quiserem nela morar e trabalhar; 3. Desapropriar todas as propriedades rurais de empresas estrangeiras, bancos, indústrias, comércio, empresas construtoras e igrejas, que não têm na agricultura como atividade principal; 4. Desapropriar as grandes propriedades que não cumprem com a função social. A função social é determinada pela necessidade de produzir de acordo com o potencial da região, com respeito ao meio ambiente e às leis trabalhistas. O valor pago na desapropriação deve ser equivalente àquele declarado para efeito de pagamento de impostos, descontando-se os prejuízos ambientais que houver, as dívidas de imposto e em bancos públicos; 5. Expropriar, sem nenhum pagamento, todas as fazendas onde há trabalho escravo, trabalho não pago, contrabando ou cultivo de psicotrópicos (MST, 2013, p. 151).

democrático-popular e permanecem vinculadas a ela. É o caso da Consulta Popular; do MST; de correntes do PSOL, a exemplo da corrente majoritária Ação Popular Socialista - APS; das Brigadas Populares (2016).

Entre as organizações que fazem a avaliação de que os governos petistas não são expressão de uma estratégia democrática popular, a Consulta Popular (2016), por exemplo, chegou a declarar que: “A derrota não é de um projeto democrático-popular que não chegou a se efetivar, mas de uma experiência que paga o preço de não ter tido centralidade no poder político, nas reformas estruturais e por não ter apostado na mobilização popular” (CONSULTA POPULAR, 2016). Já a APS (2016) afirmou a necessidade de constituição de ações unitárias de defesa dos direitos do povo e da legalidade democrática, mas que isso não deveria “ser confundido com submissão ao PT e à agenda eleitoral de Lula, que não são alternativas para um novo projeto político de caráter democrático e popular que acumule para uma construção socialista.” E destacava, entre as lutas imediatas, a necessidade de “construção de uma alternativa verdadeiramente de esquerda, democrática e popular dos trabalhadores, rumo ao socialismo!” (APS, 2016).

Iasi (2017) aponta que essa impressão deriva de duas evidências: o abandono dos eixos programáticos centrais (antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista) e a conformidade nos horizontes da ordem capitalista. No entanto, uma estratégia não pode ser confundida com um programa ou a afirmação da ação imediata. O autor considera que o pragmatismo, a aliança com a burguesia monopolista, o abandono dos eixos centrais do programa democrático-popular em nome de uma mera democratização da sociedade e do Estado burguês e, por fim, a restrição do horizonte governamental nos marcos da ordem burguesa são expressões da adequação – e conseqüente deformação – da Estratégia democrática popular às condições reais de exercício do poder governamental (IASI, 2017).

Iasi (2017) explica que há descaracterizações e deformações, mas são distinções entre a intenção política original e sua objetivação madura na situação de governo. O autor ressalta que a forma assumida não é mera objetividade inescapável; havia outras possibilidades de objetivação da estratégia democrática-popular; formas mais radicalizadas, como as da Venezuela e da Bolívia. No entanto, as opções políticas do PT no governo acabaram por conformar uma alternativa muito rebaixada dessa estratégia adotada.

O ponto-chave desse rebaixamento da radicalidade potencial da estratégia é a opção pela governabilidade pelo alto. É preciso questionar a percepção que tal caminho era o único dada uma objetividade incontornável de uma correção de forças institucional desfavorável que levava a inevitabilidade das alianças com forças de centro e de direita no Parlamento para se manter a

governabilidade. Tal conclusão só se dá exatamente pela prévia delimitação das condições da governabilidade no âmbito da institucionalidade do Estado burguês. Era possível, ainda que inegavelmente mais instável e certamente tensa, uma governabilidade que buscasse se apoiar nas bases sociais que levaram à vitória eleitoral, compensando a correlação de forças desfavorável na institucionalidade com uma sustentação social e de classe (IASI, 2017, p. 425).

Essa opção pragmática pela governabilidade não acontece como uma peça fora da estratégia, mas como um elemento plenamente coerente com seu desenho geral. O projeto democrático deveria respeitar às regras do jogo, o ordenamento político, jurídico e seus fundamentos econômicos. Tal postura daria estabilidade ao governo petista para que seguisse o acúmulo de forças para a hipotética futura retomada do programa antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista. O que se esperava era claramente que a burguesia não interromperia o processo político uma vez que se garantiriam as condições para o processo de acumulação capitalista. O acúmulo de forças, agora tendo por centro o exercício do governo, continuaria por meio de políticas sociais compensatórias, valorização do salário mínimo, incentivo ao crédito para o consumo e uma certa manutenção dos níveis de emprego (IASI, 2017).

De acordo com Iasi (2017), este pragmatismo do projeto democrático popular na situação de governo foi eficiente: em primeiro lugar, porque alcança seu objetivo imediato, que era perpetuar-se no governo por quatro mandatos consecutivos - fato inédito para uma força que tem sua origem na esquerda e mesmo para governos de forças burguesas, excetuando aquelas que se impuseram pela força. Em segundo lugar, porque, aproveitando-se do momento econômico favorável, equilibrou o pacto social, garantindo patamares extremamente favoráveis à acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que dirige sua política social para o enfrentamento das manifestações mais agudas da miséria absoluta e uma inserção via consumo pela facilitação do crédito e proteção do valor de compra dos salários. Este último fator produziu uma base de sustentação político eleitoral, principalmente nas camadas mais pobres.

O desenho geral da estratégia democrático-popular coloca que o acúmulo de força, nos movimentos sociais, criaria as condições para eleger um governo democrático-popular, que, iniciando as reformas, levaria a passagem para o socialismo. Chegar à Presidência da República, nesse sentido, tem uma enorme importância estratégica, sobretudo, porque, da forma como o PT apresenta, altera o próprio caráter de classe do Estado Burguês. Ele estaria

em disputa. E a tese do acúmulo de força seria um longo e dificultoso processo, até uma possível futura condição favorável para reformas mais profundas.

Iasi, Figueiredo e Neves (2019) explicam que, nas estratégias democráticas, a exemplo da estratégia democrático popular:

[...] ainda que o objetivo final declarado seja criar as condições para um dia se chegar ao socialismo (o objetivo pode ser outro: por exemplo, fortalecer-se a própria democracia, tomada como fim em si), os embates presentes são organizados em torno do aprofundamento da democracia e de conquistas sociais tidas como relacionadas a ela. Deixa-se, assim, o objetivo socialista de lado, momentânea ou permanentemente (p. 15).

Nesse sentido, durante todo esse período, em que o PT esteve na presidência da república, as suas resoluções continuaram colocando a existência da questão agrária e a necessidade de se avançar na reforma agrária, como parte do seu projeto democrático e popular de horizonte socialista, como no 13^a Encontro, realizado em 2006, em São Paulo; no 3^o Congresso, que ocorreu em 2007, em São Paulo; no 4^o Congresso, que foi realizado em duas fases: uma primeira em fevereiro de 2010 e em setembro de 2011, as duas etapas em Brasília; no 5^o Congresso, que também ocorreu em duas fases: A primeira em dezembro de 2013, em Brasília, e a segunda em junho de 2015, em Salvador-BA – todavia, nesse congresso, foi apresentada apenas como deliberação para a realização de cursos de formação sobre o tema do socialismo; e, por último, no 6^o Congresso, realizado em junho de 2017, depois do golpe, onde, inclusive, o PT (2017) avalia que:

Os ideais e valores do socialismo democrático se constituem, para nós, nos referenciais para formulação das bandeiras de luta, para resgatar o que está sendo destruído pelo governo golpista e aprofundar a construção de nosso programa alternativo para o país, que deve avançar nas reformas democrático-populares iniciadas nos governos Lula e Dilma (PT, 2017, p. 35).

Na avaliação do PT (2017), os governos Lula e Dilma contribuíram na direção de uma estratégia democrático-popular de horizonte socialista. Não concordamos com essa avaliação, mas essa formulação estratégica dá margem para esse tipo de interpretação - por acreditar que as políticas sociais contribuíram para o acúmulo de força na perspectiva do socialismo-democrático-gradualista-petista - e para o tipo de ação, que foi adotada pelo PT, conforme analisado. Avalia-se que o PT teve uma grande responsabilidade na derrota vivenciada pela classe trabalhadora com Golpe, principalmente pela política de conciliação de classes, que contribuiu para a despolitização dos trabalhadores, abrindo caminho para os setores

reacionários. Em meio à crise do capital, o PT intensificou os ataques e foi se desgastando com a classe trabalhadora. E os setores da direita e da extrema direita, não apenas manipularam em cima desse desgaste, apresentando a crise como um problema da gestão do PT, como associando essas posições com posições comunistas. Nesse sentido, cresceram as posições mais reacionárias, antiesquerda e anticomunista. A estratégia democrático-popular não se realizou da forma como foi planejada, não gerando o acúmulo de forças na perspectiva do “socialismo”, apesar de ter criado uma base de apoio eleitoral. A rigor, facilitou o Golpe.

CAPÍTULO 3 - O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E A REVOLUÇÃO PERMANENTE

Como podemos verificar, a avaliação antiga do Partido Comunista Brasileiro (PCB) considerava que o capitalismo no Brasil estava obstaculizado pela dependência ao imperialismo e pela economia agrária baseada no latifúndio e relações feudais. Desse modo, apontava uma estratégia de caráter democrático-nacional (também conhecida como democrático-burguesa), para desenvolver o capitalismo, realizar as tarefas democráticas (como a reforma agrária), desenvolver as forças produtivas e, só em seguida, realizar a revolução socialista.

Já o Partido dos Trabalhadores (PT) avaliava que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil era desigual e desequilibrado regionalmente, com a superexploração, a dependente do imperialismo; incompleto com o latifúndio, pequenos produtores, pequenas e médias empresas. Uma formação territorial dividida em duas: o Sul e Centro Sul do país, com uma formação moderna, avançada do ponto de vista capitalista, com o predomínio do capital monopolista (mas, mesmo essa região, ainda, não completou a centralização), e o restante do país, que é atrasado, com o predomínio de pequenas e médias empresas e, no campo, o latifúndio e os pequenos produtores. Nesse sentido, o caráter da estratégia é democrático e popular, para acumular forças, superar esses entraves e avançar na consciência da importância do socialismo.

Apesar das diferenças nas alianças para a execução das respectivas estratégias (uma, a do PCB, envolvendo a chamada burguesia nacional, e a do PT excluindo-a) - e de, ao contrário do PCB, o PT não falar em feudalismo -, há uma grande semelhança na análise da formação territorial: ambos analisam entraves ao desenvolvimento do capitalismo no país, a dependência ao imperialismo, o latifúndio, os pequenos produtores, a desigualdade regional, e, por isso mesmo, ambos não apontam diretamente para uma estratégia socialista. É preciso uma mediação democrática (no caso do PCB, democrático-nacional; no caso do PT, democrático-popular) para resolver essas tarefas.

É importante destacar que muitas organizações e intelectuais, ainda, analisam a formação territorial brasileira pelo dualismo do “atraso” e da “modernidade”, uma formação composta por dois setores independentes. Um considerado moderno, porque percorreu um caminho capitalista; e o outro atrasado (ainda que, em alguns casos, não utilize explicitamente essa palavra), em que predomina a economia de base agrária, que atrasa o seu desenvolvimento e o do setor moderno. Desse modo, a conclusão dessas análises é não

apontar diretamente para uma estratégia de caráter socialista. É preciso uma mediação democrática para realizar essas tarefas, para, só em seguida, realizar o socialismo.

Consideramos que a formação territorial brasileira não poderia (e não pode) ser analisada pelo dualismo do “atraso” e “da modernidade”, mas, como considera Iasi (2007), pela forma particular de manifestação do capitalismo em sua fase mais desenvolvida: o imperialismo, ou seja, na totalidade das relações capitalistas mundiais. Dessa forma, uma contribuição teórica, para compreender essa relação, é a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria da revolução permanente, sistematizada por Leon Trotski.

No seu livro sobre a História da Revolução Russa, Trotsky (2007), procurando entender como um país considerado atrasado²⁰ foi o primeiro a realizar uma revolução com o proletariado no poder, não vai, simplesmente, reunir um amontoado de fatos, mas vai procurar entender as suas leis, as suas determinações.

Explica o autor:

Os processos que ocorrem na consciência das massas não são nem autônomos nem independentes. Independente da ira dos idealistas e ecléticos, a consciência é, todavia, determinada pelas circunstâncias. Nas condições históricas que formaram a Rússia, sua economia, suas classes, seu Estado, na ação de outros estados sobre ela, devemos ser capazes de encontrar as premissas tanto da Revolução de Fevereiro quanto da de Outubro, que a substituiu. Dado que o maior enigma é o fato de que um país atrasado foi o primeiro a colocar o proletariado no poder, cabe a nós procurar a solução deste enigma nas peculiaridades daquele país atrasado – isto é, suas diferenças com outros países (TROTSKY, 2007, p. 11).

Trotsky (2007) ressaltava que a Rússia se encontrava encravada entre a Europa e a Ásia, não só geograficamente, mas também de um ponto de vista social e histórico.

Diferenciava-se da Europa ocidental, mas sem confundir-se com o Oriente asiático, embora se aproximando de um ou outro continente em distintos momentos de sua história, em um ou outro aspecto. No oriente, impôs-se o jogo tártaro, elemento importantíssimo na formação e estrutura do Estado russo. O ocidente era um inimigo muito mais temível, mas ao mesmo tempo era um mestre. A Rússia não podia assimilar as formas do Oriente, obrigada como estava a se acomodar constantemente a pressão econômica e militar do Ocidente (TROTSKY, 2007, p. 20).

Para Trotsky (2007), os países atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Mas isso não significa que as sigam servilmente,

²⁰Demier (2017) ressalta que a própria noção de “atraso” é passível de ser problematizada, pois, de algum modo, pode levar a um entendimento de que há uma espécie de linha histórica evolutiva a ser seguida pelas nações.

reproduzindo todas as etapas de seu passado. O autor considera, como exemplo, o caso do proletariado na Rússia, que não foi se formando gradualmente ao longo dos séculos, arrastando atrás de si o peso do passado, como na Inglaterra, mas aos saltos, por uma transformação súbita das condições de vida, das relações sociais, rompendo bruscamente com o passado.

Segundo Trotsky (2007):

O capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução da humanidade. “Com isto se exclui já a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas distintas nações. Obrigado a seguir os países avançados, o país atrasado não ajusta seu desenvolvimento a concatenação das etapas sucessivas (TROTSKY, 2007, p. 20).

Os países historicamente atrasados são praticamente obrigados a assimilar os aspectos dos países avançados, antes do prazo previsto, saltando etapas intermediárias. A isso ele chama de privilégio dos países historicamente atrasados.

Os selvagens passam da flecha ao fuzil de um golpe, sem recorrer à trilha que, no passado, separaram essas duas armas. Os colonizadores europeus da América não tiveram necessidade de começar a história desde o princípio. Se a Alemanha ou os Estados Unidos puderam ultrapassar economicamente a Inglaterra foi precisamente porque ambos os países vinham atrasados na marcha do capitalismo. (...) O desenvolvimento de uma nação atrasada induz, forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira característica, as distintas fases do processo histórico, aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo e combinado” (TROTSKY, 2007, p. 20-21).

Todavia, Trotsky (2007) adverte que a possibilidade de passar por cima das fases intermediárias não é nunca absoluta; está sempre condicionada, em última instância, pela capacidade de assimilação econômica e cultural do país. Além disso, os países atrasados rebaixam sempre o valor das conquistas tomadas do estrangeiro ao assimilá-las à sua cultura mais primitiva. Desse modo, o processo de assimilação toma um caráter contraditório. Assim, por exemplo, a introdução dos elementos da técnica ocidental, sobretudo militar e manufatureira, sob Pedro I, traduziu-se no agravamento do regime servil como forma fundamental da organização do trabalho. O armamento e os empréstimos europeus – incontestáveis produtos de uma cultura mais elevada – determinaram o fortalecimento do tsarismo, que, por sua vez, se colocou como um obstáculo ao desenvolvimento do país.

O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países

atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, como fala Trotsky (2007), os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Dessa lei do desenvolvimento desigual deriva outra que se chama de desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas (TROTSKY, 2007).

Tanto o PT, quanto o PCB focam suas análises no que consideram como aspectos modernos e atrasados, com o objetivo de saber se o Brasil está ou não maduro para o socialismo. Ao considerarem que o capitalismo, no Brasil, precisa chegar a um determinado estágio de desenvolvimento (para estar pronto para o socialismo), além de desconsiderarem e o isolarem da totalidade das relações capitalistas mundiais, a análise indica, a adoção de um padrão histórico, como se todos os países tivessem que passar até estarem “maduros” para o socialismo.

Trotsky (2007) analisa que os países historicamente atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Nesse processo, temos a combinação das formas arcaicas e modernas, e a possibilidade do salto das etapas intermediárias antes do prazo previsto. Nesse sentido, ao contrário do PT, que analisa o desenvolvimento desigual como uma anomalia no capitalismo brasileiro, para Trotsky (2007), o desenvolvimento desigual (e combinado) é algo próprio do capitalismo. Além disso, enquanto o PT e o PCB focam suas análises (de forma dual) em aspectos considerados modernos e atrasados, Trotsky (2007) observa uma tendência de combinação (fusão) de formas arcaicas e modernas.

A dimensão da lei do desenvolvimento desigual e a do desenvolvimento combinado (ou simplesmente a teoria do desenvolvimento desigual e combinado), analisada por Trotsky (2007), estão relacionadas à assimilação dos países atrasados às conquistas materiais e ideológicas dos países avançados, o salto por cima das etapas intermediárias, antes do prazo previsto (desenvolvimento desigual) e a combinação das formas arcaicas e modernas (desenvolvimento combinado).

No entanto, a possibilidade de saltar as fases intermediárias não é absoluta. Está condicionada pela capacidade de assimilação econômica e cultural do país. Além disso, os países atrasados rebaixam o valor das conquistas dos países avançados ao assimilá-las à sua cultura mais primitiva. Nesse caso, o processo de assimilação toma um caráter contraditório.

Em outro texto, “O marxismo e a nossa época”, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é analisada a partir da relação entre as metrópoles e os demais países.

Trotsky (2016), quando analisa uma consideração de Marx - feita no prefácio da primeira edição do livro “O capital” -, na qual ele afirma que “o país industrialmente mais

desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro” (MARX, 2013), avalia que tal afirmação não poderia ser entendida literalmente em hipótese alguma.

O crescimento das forças produtivas e o aprofundamento das incompatibilidades sociais são indubitavelmente a sorte que corresponde a todos os países que tomaram o caminho da evolução burguesa. No entanto, a desproporção nos “ritmos” e medidas, que sempre se produzem na evolução da humanidade, não somente se tornam especialmente agudas sob o capitalismo, como também dão origem à completa interdependência da subordinação, da exploração e da opressão entre os países de tipo econômico diferente (TROTSKI, 2016, p. 65).

Trotsky (2016) aponta que apenas uma minoria de países realizou completamente essa evolução sistemática e lógica da força de trabalho, passando pela manufatura doméstica, até a fábrica, que Marx submeteu a uma análise tão detalhada. O capital comercial, industrial e financeiro invadiu de fora os países atrasados, destruindo, em parte, as formas primitivas da economia nativa e, em parte, sujeitando-os ao sistema industrial e bancário do ocidente. Sob o açoitado do imperialismo, as colônias e semicolônias se viram obrigadas a prescindir das etapas intermediárias, apoiando-se, ao mesmo tempo, artificialmente num nível ou no outro. O desenvolvimento da Índia não duplicou o desenvolvimento da Inglaterra; completou-o.

No entanto, para poder compreender o tipo combinado de desenvolvimento dos países atrasados e dependentes como a Índia é preciso esquecer o esquema clássico de Marx, derivado do desenvolvimento da Inglaterra. A teoria operária do valor guia igualmente os cálculos dos especuladores da City de Londres e as transações monetárias nos rincões mais remotos de Haidebarad, com a diferença que no último caso adquire formas mais simples e menos astutas (TROTSKI, 2016, p. 65-66).

A desproporção no desenvolvimento trouxe consigo tremendos lucros para os países avançados que, embora em graus diversos, continuaram se desenvolvendo às custas dos países atrasados, explorando-os, transformando-os em colônias ou, pelo menos, tornando impossível para eles figurar entre a aristocracia capitalista. As fortunas da Espanha, da Holanda, da Inglaterra, da França foram obtidas, não somente com a exploração e acumulação do trabalho excedente de seu proletariado e destroçando sua pequena burguesia, mas também com a pilhagem sistemática de suas possessões de ultramar. A exploração de classes foi complementada e sua potencialidade aumentada com a exploração das nações (TROTSKI, 2016).

Trotsky (2016) avalia que a burguesia das metrópoles foi capaz de assegurar uma posição privilegiada para o proletariado desses países, especialmente para as suas camadas superiores, mediante o pagamento com lucros obtidos nas colônias. Sem isso, teria sido impossível qualquer tipo de regime democrático estável. Em sua manifestação mais desenvolvida, a democracia burguesa foi e continua sendo uma forma de governo unicamente acessível às nações mais aristocráticas e mais exploradoras. A antiga democracia baseava-se na escravidão; a democracia imperialista baseia-se na exploração das colônias.

O autor, ainda, analisa o caso dos Estados Unidos, considerando que, apesar de formalmente não ter colônias, é a nação mais privilegiada da história. Os ativos imigrantes chegados da Europa se apropriaram de um continente excessivamente rico, exterminaram a população nativa, ficaram com a melhor parte do México e embolsaram a parte da riqueza mundial. Os depósitos de gordura que acumularam naquele momento continuam lhes sendo úteis ainda na época da decadência, pois lhes serve para azeitar as engrenagens e as rodas da democracia (TROTSKI, 2016). Todavia, é preciso ressaltar que Trotsky foi assassinado em 1940, ainda no início da Segunda Guerra Mundial, e não viu os EUA se consolidarem como potência imperialista hegemônica mundial.

Tanto a recente experiência histórica quanto a análise teórica testemunham que a velocidade do desenvolvimento de uma democracia e sua estabilidade estão na proporção inversa da tensão das contradições de classe. Nos países capitalistas menos privilegiados (Rússia, por um lado, Alemanha, Itália etc., por outro) incapazes de engendrar uma aristocracia do trabalho numerosa e estável, a democracia nunca se desenvolveu em toda sua extensão e sucumbiu à ditadura com relativa facilidade. No entanto, a contínua paralisia progressiva do capitalismo prepara a mesma sorte para as democracias privilegiadas e mais ricas. A única diferença está na data. A inexorável deterioração nas condições de vida dos trabalhadores torna cada vez menos possível para a burguesia conceder às massas o direito de participar na vida política, mesmo dentro dos marcos limitados do parlamentarismo burguês. Qualquer outra explicação do processo manifesto do deslocamento da democracia pelo fascismo é uma falsificação idealista da realidade, seja engano ou autoengano (TROTSKI, 2016, p. 67).

De acordo com Trotsky (2016), o imperialismo, enquanto destrói a democracia nas velhas metrópoles do capital, impede a ascensão da democracia nos países atrasados. O fato de que, na nova época, nenhuma das colônias ou semicolônias tenha realizado uma revolução democrática — principalmente no campo das relações agrárias — deve-se inteiramente ao imperialismo, que se converteu no principal obstáculo para o progresso econômico e político.

Espoliando a riqueza natural dos países atrasados e restringindo deliberadamente seu desenvolvimento industrial independente, os magnatas monopolistas e seus governos concedem simultaneamente seu apoio financeiro, político e militar aos grupos semifeudais mais reacionários e parasitas de exploradores nativos. A barbárie agrária artificialmente conservada é, hoje em dia, a praga mais sinistra da economia mundial contemporânea. A luta dos povos coloniais por sua libertação, passando por cima das etapas intermediárias, transforma-se na necessidade da luta contra o imperialismo e, desse modo, está em consonância com a luta do proletariado nas metrópoles. Os levantes e as guerras coloniais, por sua vez, fazem tremer, mais que nunca, as bases fundamentais do mundo capitalista e tornam menos possível que nunca o milagre de sua regeneração (TROTSKI, 2016, p. 68).

Podemos observar, de maneira aplicada à lei do desenvolvimento desigual e combinado, a combinação de formas arcaicas e modernas e o salto por cima das etapas intermediárias. A análise de Trotski (2016) pode ser sintetizada da seguinte forma: o capitalismo realizou uma interdependência da subordinação, da exploração e opressão entre os países de economia distinta. O capital comercial, industrial e financeiro invadiu os países atrasados, destruindo e/ou sujeitando as formas primitivas da economia nativa à economia capitalista dos países ocidentais. Sob o auge do imperialismo, as colônias e semicolônias foram obrigadas a queimar ou excluir etapas intermediárias.

Todavia, o imperialismo se converte em um obstáculo para o progresso econômico e político dos países coloniais, semicoloniais ou dependentes, porque ele, ao mesmo tempo, destrói a democracia nas antigas metrópoles do capital e impede a ascensão da democracia nos países atrasados. Isso pode ser evidenciado, na análise do autor, com o fato de que, nesses países (colônias ou semicolônias), não se realizou revolução democrática — sobretudo no campo das relações agrárias.

Trotski (2016) indica uma articulação (econômica, política e militar) entre os magnatas monopolistas e seus governos com os grupos semifeudais mais reacionários e parasitas de exploradores nativos. A barbárie agrária é artificialmente conservada e torna-se a praga mais sinistra da economia mundial contemporânea. Nesse sentido, a luta dos povos coloniais por sua libertação, passando por cima das etapas intermediárias, transforma-se na necessidade da luta contra o imperialismo e, desse modo, fazem tremer as bases fundamentais do mundo capitalista.

Essa compreensão do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, de Trotski, é intimamente ligada à sua concepção de revolução permanente.

3.1 A Revolução Permanente

A teoria da revolução permanente, sistematizada por Trotsky (2007), possui, ao menos, três grandes dimensões:

1) refere-se à realização das tarefas democráticas, propostas pelos países burgueses atrasados, que conduziria diretamente à ditadura do proletariado, que, por sua vez, coloca as tarefas socialistas na ordem do dia, ou seja, que a revolução permanente coloca que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado. Torna-se permanente o desenvolvimento revolucionário, que vai da revolução democrática à transformação socialista da sociedade;

2) refere-se à transformação das relações sociais num processo contínuo. Profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se, formam combinações e relações recíprocas, de tal modo complexas, que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista;

3) refere-se à dimensão internacional da revolução socialista, que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista apenas começa no âmbito nacional, mas não para nele. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. É preciso revoluções proletárias também nos países avançados. Desse ponto de vista, a revolução nacional não se constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente.

De acordo com Trotsky (2007), a sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo. Por isso mesmo, ao apresentar a teoria da revolução permanente, em contraposição à teoria do socialismo em um só país, o autor considera que pretender construir o socialismo no interior dos limites nacionais significava, a despeito de triunfos temporários, fazer as forças produtivas recuarem em relação ao capitalismo. Era uma utopia reacionária querer criar, no quadro nacional, um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país, que faz parte da unidade mundial.

É importante destacar que, sobre a dimensão da permanência do processo revolucionário, na conexão entre a realização das tarefas democráticas e a transformação socialista da sociedade, Marx e Engels (1850) haviam destacado na “Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas”. Analisando a luta de classes na Alemanha, os autores apontavam o caráter permanente do processo revolucionário. Consideravam que o partido do proletariado não poderia se contentar com reivindicações da democracia pequeno-burguesa. Ao passo que os pequeno-burgueses democratas quisessem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, tais tarefas, o interesse e a tarefa do partido do proletariado, deveria se tornar permanente a revolução até que todas as classes mais ou menos possidentes estivessem afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas também em todos os países dominantes do mundo inteiro, tivessem avançado a tal ponto que tivesse cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estivessem concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas.

Isso implica dizer que, para eles, não se tratava da transformação da propriedade privada, mas apenas do seu aniquilamento; não se tratava de encobrir oposições de classes, mas de suprimir as classes, nem de aperfeiçoar a sociedade existente, mas de fundar uma nova. E tinham de ser eles próprios (os operários) a fazer o máximo pela sua vitória final, esclarecendo-se sobre os seus interesses de classe, tomando quanto antes a sua posição de partido autônomo, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequeno-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do proletariado. O seu grito de batalha deveria ser: a revolução em permanência.

Engels (1847) também havia destacado a dimensão internacional da revolução, na mesma perspectiva do Trotsky (2007). Respondendo à pergunta se a revolução poderia realizar-se apenas num único país, Engels (1847) afirmava que não, pelo fato de a grande indústria ter criado o mercado mundial e levado todos os povos da terra – e, nomeadamente, os civilizados – a tal ligação uns com os outros que cada povo está dependente daquilo que acontece a outro. Além disso, em todos os países civilizados, ela igualou de tal maneira o desenvolvimento social que, em todos esses países, a burguesia e o proletariado se tornaram as duas classes decisivas da sociedade e a luta entre elas é a luta principal dos nossos dias. A revolução comunista não será, portanto, uma revolução simplesmente nacional; será uma revolução que se realizará simultaneamente em todos os países civilizados, isto é, pelo menos na Inglaterra, na América, na França e na Alemanha. Ela desenvolver-se-á em cada um destes países mais rápida ou mais lentamente, consoante um ou outro país possuir uma indústria

mais avançada, uma maior riqueza, uma massa mais significativa de forças produtivas. Ela terá, igualmente, uma repercussão significativa nos restantes dos países do mundo, transformará totalmente e acelerará muito o seu atual modo de desenvolvimento. Ela é uma revolução universal e terá, portanto, também um âmbito universal.

Trotsky (2007) considera que o marxismo procede da economia mundial, analisada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade interdependente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. A guerra imperialista não foi senão uma das manifestações desse fato.

10. A revolução socialista não pode realizar-se nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta (TROTSKY, 2007, p. 208).

A construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classe em escala nacional e internacional. Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; e no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. É nisso que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista, que já passou por um longo período de democracia e de parlamentarismo.

O desenvolvimento da revolução mundial elimina a questão colocada em termos de “países maduros” e “países não maduros” para o socialismo. Com a criação do mercado mundial, da divisão mundial do trabalho e das forças produtivas mundiais, o capitalismo preparou o conjunto da economia mundial para a construção do socialismo. Não significa que todos os países do mundo estão maduros para a revolução socialista. Para o autor, indiscutivelmente, em seu conjunto, a economia mundial está madura para o socialismo. Mas não significa, de modo algum, que todo país, considerado isoladamente, esteja na mesma situação. Para Trotsky (2007), há diferença (enorme) entre países avançados e países atrasados, mas sempre subordinada às relações de dominação capitalista. As formas e os

métodos de dominação da burguesia são bastante diversos nos diferentes países. Num dos polos, temos a dominação direta e absoluta dos Estados Unidos; noutro polo, o capital financeiro, adaptando-se às instituições caducas da Idade Média asiática, submete-as, utiliza-as e lhes impõe seus métodos — a Índia. Mas, em ambos os casos, domina a burguesia. Isso leva a supor que também a ditadura do proletariado terá, nos diferentes países, um caráter extremamente variado quanto à sua base social, às suas formas políticas, às suas tarefas imediatas e ao seu ritmo. “Seja como for, só a hegemonia revolucionária do proletariado, transformando-se em ditadura do proletariado depois da conquista do poder, poderá dar às massas populares a vitória sobre o bloco dos imperialistas, dos feudais e dos burgueses nacionais” (TROTSKY, 2007, p. 179).

Para o autor, não é verdade que a economia mundial represente apenas a simples soma de frações nacionais uniformes. Não é verdade que os traços específicos não passem de um "complemento dos traços gerais". Na realidade, as particularidades nacionais formam a originalidade dos traços fundamentais da evolução mundial. Essa originalidade pode determinar a estratégia revolucionária por longos anos. Bastaria recordar que o proletariado de um país atrasado conquistou o poder muito antes que o dos países avançados. Essa simples lição histórica demonstra que seria de todo errôneo basear a atividade dos partidos comunistas em alguns traços gerais, isto é, em um tipo, modelo abstrato de capitalismo nacional. Não é verdade, de modo algum, que "o internacionalismo dos partidos comunistas" se baseia nisso. Na realidade, “baseia-se na falência do Estado nacional, que é uma sobrevivência e que entrava o desenvolvimento das forças produtivas. Não se pode reorganizar nem mesmo compreender o capitalismo nacional sem encará-lo como parte da economia mundial” (TROTSKY, 2007, p. 40-41).

De acordo com Trotsky (2007), a divisão (simplificadora) do mundo entre países maduros e não maduros para o socialismo impede os comunistas de fazerem um estudo sério da originalidade de cada país.

No entanto, um bom sistema de reivindicações e de ações, assim como um bem definido programa de luta pela influência sobre as massas operárias e camponesas só podem basear-se no estudo pormenorizado da originalidade de cada país, isto é, do entrelaçamento real das diferentes etapas do desenvolvimento histórico. Um país que não fez ou não terminou sua revolução democrática apresenta particularidades extremamente importantes, que devem constituir a base do programa da vanguarda proletária. É só com um programa nacional assim compreendido que cada Partido Comunista pode empenhar-se, com bom êxito, numa luta efetiva contra a burguesia e a sua agência democrática, conquistando a maioria da classe operária e dos trabalhadores em geral (TROTSKY, 2007, p. 179-180).

Segundo Trotsky (2007), a originalidade de um tipo nacional e social é a cristalização das desigualdades de sua formação. E aponta que o desenvolvimento das forças produtivas, o florescimento ou definhamento de certas épocas históricas, a exemplo da Idade Média, o regime das corporações, o absolutismo esclarecido, o parlamentarismo, a desigualdade no desenvolvimento dos diferentes domínios da economia, das diferentes classes, das diferentes instituições sociais, dos diversos elementos da cultura constituem os fundamentos das "particularidades" nacionais.

Todo país atrasado, incorporando-se ao capitalismo, passou por diferentes fases de dependência para com os outros países capitalistas; essa dependência podia aumentar ou diminuir, mas a tendência geral da evolução capitalista foi sempre no sentido de um enorme desenvolvimento das relações mundiais, manifestando-se no crescimento do comércio exterior, no qual se acha incluído, naturalmente, o comércio de capitais. A dependência da Inglaterra em relação à Índia possui, certamente, um caráter qualitativo diverso do que possui a dependência da Índia para com a Inglaterra. Mas, essa diferença é determinada, em última análise, pela diversidade de suas forças produtivas, e não por seu grau de autonomia econômica. A Índia é uma colônia e a Inglaterra uma metrópole. Se, porém, a Inglaterra fosse, hoje, submetida a um bloqueio econômico, pereceria mais depressa do que a Índia. Aí temos, de passagem, uma ilustração demonstrativa da realidade da economia mundial (TROTSKY, 2007, p. 47).

As particularidades econômicas dos diferentes países não têm uma importância secundária. Bastam comparar a Inglaterra e a Índia, Os Estados Unidos e o Brasil. “Os traços específicos da economia nacional, por mais importantes que sejam, constituem, em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta que se chama a economia mundial e que serve, afinal de contas, de base ao internacionalismo dos partidos comunistas” (TROTSKY, 2007, p.41).

Quando se examinam a Inglaterra e a Índia, como duas variedades extremas do tipo capitalista, chega-se à conclusão de que o internacionalismo dos proletariados inglês e hindu se funda na inseparável interdependência das condições, dos fins e dos métodos, e não na sua identidade. Os triunfos do movimento de libertação na Índia desencadeiam o movimento revolucionário na Inglaterra e vice-versa. Uma sociedade socialista autônoma não pode ser construída na Índia, nem na Inglaterra. Os dois países deverão fazer parte de uma unidade mais alta. Só isso constitui a base firme do internacionalismo marxista (TROTSKY, 2007, p. 43).

As probabilidades de vitória na luta dependem, naturalmente e, sobretudo, do papel do proletariado na economia do país e, por conseguinte, do grau de desenvolvimento capitalista.

Mas esse não é o único critério. Não é menos importante saber se existe nesse país um problema "popular", de grande envergadura e de empolgante atualidade, que interesse à maioria da nação e cuja solução só possa ser dada por medidas revolucionárias extremamente audazes. É o caso do problema agrário e o do problema nacional, em suas diferentes combinações. Dada a acuidade do problema agrário e dado o caráter odioso da opressão nacional, o proletariado dos países coloniais, a despeito de sua juventude e do seu desenvolvimento relativamente fraco, pode chegar ao poder, colocando-se no terreno da revolução nacional-democrática, mais cedo do que o proletariado de um país avançado que se coloque num terreno puramente socialista, a exemplo da revolução russa (TROTSKY, 2007).

Trotsky (2007) explica que um país pode estar "maduro" para a ditadura do proletariado e, contudo, não o estar ainda para a construção independente do socialismo, ou mesmo para grandes medidas de socialização. Ainda existe, manifestando sua força tanto nas relações entre países como na correlação das diferentes séries de fenômenos dentro de um mesmo país. A conciliação do desenvolvimento desigual da economia e da política só pode ser obtida na escala mundial. Isso significa que o problema da ditadura do proletariado não pode ser considerado exclusivamente nos limites da economia e da política nacional. Nenhum país do mundo poderá construir o socialismo dentro dos quadros nacionais. A isso se opõem não só as forças produtivas que, altamente desenvolvidas, ultrapassam os limites nacionais, como também as forças produtivas que, insuficientemente desenvolvidas, impedem a nacionalização. Em ambos os casos, as contradições só poderão ser suprimidas por meio da revolução internacional. Essa maneira de colocar a questão exclui a própria possibilidade de perguntar se determinado país está ou não maduro para o socialismo. É, todavia, indiscutível que o país atrasado terá mais dificuldade as tarefas da ditadura proletária. Mas, a história não trabalha por encomenda, e o proletariado dos países atrasados não tem o direito de escolher.

Trotsky (2007) considera que:

2. Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacionais-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas.

3. Tanto a questão agrária como a questão nacional conferem ao campesinato, como enorme maioria da população dos países atrasados, um papel primordial na revolução democrática. Sem a aliança entre o proletariado e o campesinato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, nem mesmo ser colocadas a sério. Essa aliança das

duas classes, porém, só se realizará numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal.

4. Quaisquer que sejam as primeiras etapas episódicas da revolução nos diferentes países, a aliança revolucionária do proletariado com os camponeses só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária organizada como partido comunista. Isso significa, por outro lado, que a vitória da revolução democrática só é concebível por meio da ditadura do proletariado apoiada em sua aliança com os camponeses e destinada, em primeiro lugar, a resolver as tarefas da revolução democrática (TROTSKY, 2007, p. 205-206).

Trotsky (2007) aponta que, nos países de desenvolvimento retardatário, colonial e semicolonial, a solução das tarefas democráticas e nacionais libertadoras passa pela ditadura do proletariado apoiada nos camponeses - mesmo considerando a importância revolucionária do campesinato, para o autor, ele não pode ser independente e nem dirigente. O camponês segue o operário ou o burguês. Isso significa que a “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” só é concebível como ditadura do proletariado apoiada nos camponeses. A direção é do operário.

6. Uma ditadura democrática do proletariado e dos camponeses, como regime diferente, quanto ao conteúdo de classe, da ditadura do proletariado, só seria realizável se pudesse existir um partido revolucionário independente que exprimisse os interesses da democracia camponesa e pequeno-burguesa em geral e, com o auxílio do proletariado, fosse capaz de conquistar o poder e determinar o seu programa revolucionário. A experiência de toda a história contemporânea e, sobretudo, da história da Rússia no transcurso dos 25 últimos anos, nos mostra qual é o obstáculo intransponível que se opõe à formação de um partido camponês. É a falta de independência econômica e política da pequena burguesia (campesinato) e a sua profunda diferenciação interna que permitem a aliança de suas camadas superiores com a grande burguesia por ocasião dos acontecimentos decisivos, sobretudo por ocasião das guerras e das revoluções, enquanto as camadas inferiores se aliam ao proletariado, obrigando as camadas médias a escolher entre as duas forças. Entre o regime de Kerensky e o poder bolchevique, entre o Kuomintang e a ditadura do proletariado, não há nem pode haver nenhum regime intermediário, isto é, nenhuma ditadura democrática dos operários e dos camponeses (TROTSKY, 2007, p. 207).

Mesmo considerando que não pode haver regime intermediário entre Kerensky e o poder dos bolcheviques, ou entre o Koumintang e a ditadura do proletariado, ou seja, mesmo considerando que não é possível nenhuma ditadura democrática dos operários e dos camponeses, Trotsky (2007) propõe não repelir as palavras de ordem democráticas nem mesmo na época da revolução, isto é, os revolucionários russos não fizeram isso, nem mesmo na época de organização direta dos soviets. “Só o fizemos depois da tomada do poder,

quando os verdadeiros soviets, aos olhos das massas, entraram em luta com as verdadeiras instituições da democracia” (p.201). É o que, segundo ele, na linguagem de Lenin, significava: não saltar por cima da etapa democrática no desenvolvimento de um país. Interpretamos essa consideração do autor de modo que, embora não acreditasse que as tarefas democráticas pudessem ser realizadas, pela via do regime, eram essas reivindicações que colocavam a classe em luta, sendo importante levantar essas bandeiras para influenciar na mobilização dos trabalhadores.

Para Trotsky (2007), a ditadura do proletariado será colocada, inevitável e muito rapidamente, diante de tarefas que a levarão a fazer incursões profundas no direito burguês da propriedade. No curso do seu desenvolvimento, a revolução democrática se transforma diretamente em revolução socialista, tornando-se, pois, uma revolução Permanente. Nesse sentido, a conquista do poder pelo proletariado apenas inaugura a revolução.

“Os diferentes países chegarão ao socialismo com ritmos diferentes. Em determinadas circunstâncias, certos países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado antes dos países avançados, mas só depois destes chegarão eles ao socialismo” (TROTSKY, 2007, 209).

Um país atrasado, colonial ou semicolonial, cujo proletariado não esteja bastante preparado para conduzir o campesinato e conquistar o poder é, por isso mesmo, incapaz de levar a bom termo sua revolução democrática (como em 1905, na Rússia, que a revolução ficou no meio do caminho e, depois, foi derrotada). Por outro lado, num país em que o proletariado chegue ao poder em virtude de uma revolução democrática, o destino ulterior da ditadura e do socialismo dependerá, afinal, menos das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional.

Conforme verificamos, tanto para o PT, quanto para o PCB, a questão que se coloca é se o Brasil está ou não “maduro” para o socialismo. Dessa forma, a análise foca (de maneira dual) aspectos considerados modernos e atrasados. Assim, essas análises consideram que o país não está maduro e propõem uma mediação democrática, com o objetivo de desenvolver autonomamente as forças produtivas no país, até o estágio em que o Brasil fique maduro para o socialismo. Não está colocada a luta pelo socialismo, porque é preciso realizar as tarefas democráticas em atraso, que entravam o desenvolvimento do capitalismo no país, o desenvolvimento das forças produtivas. Ao colocarem a questão dessa forma (moderno ou não para o socialismo), focando a análise no suposto dualismo, com essa pretensão de uma mediação democrática, apesar de considerarem “a dependência do imperialismo” como um dos obstáculos à sua “maturidade”, desconsideram e o isolam da totalidade das relações

capitalistas mundiais. O imperialismo, nesse sentido, é encarado apenas como um inimigo externo, e não como um estágio do capitalismo.

Trotsky (2007) parte da economia mundial, compreendida não como adição de unidades nacionais, mas como uma totalidade, uma realidade interdependente, criada pelo mercado mundial, pela divisão internacional do trabalho e pelo desenvolvimento das forças produtivas mundiais. Com o domínio do capitalismo mundial, o processo revolucionário acarreta erupções violentas, interna e externamente. Independente do país (se atrasado ou avançado), a revolução começa na arena nacional e só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o planeta, num processo permanente. Nesse sentido, o desenvolvimento da revolução mundial elimina a questão colocada em termos de “países maduros” e “países não maduros” para o socialismo. Para o autor, indiscutivelmente, em seu conjunto, a economia mundial está madura para o socialismo.

Todavia, de acordo com Trotsky (2007), as particularidades econômicas dos diferentes países não têm uma importância secundária. Essa originalidade pode determinar a estratégia revolucionária por vários anos. Isso leva a supor que o processo revolucionário terá, nos diferentes países, um caráter variado de acordo com sua base social, suas formas políticas, suas tarefas imediatas e seu ritmo.

Nessa perspectiva, para Trotsky (2007), considerar que a economia mundial está madura para o socialismo, não significa que cada país, tomado isoladamente, esteja na mesma situação. A conciliação do desenvolvimento desigual da economia e da política só pode ser obtida na escala mundial. Isso significa que o problema da ditadura do proletariado não pode ser considerado exclusivamente nos limites da economia e da política nacional. Uma sociedade socialista autônoma não pode ser construída em nenhum país. A essa construção se opõem tanto as forças produtivas, que já ultrapassam os limites nacionais, como as forças produtivas que, insuficientemente desenvolvidas, impedem a nacionalização. Em ambos os casos, as contradições só poderão ser suprimidas por meio da revolução internacional. Esse raciocínio elimina a questão de um país está ou não maduro para o socialismo. No entanto, é indiscutível que o país atrasado terá mais dificuldade com as tarefas da ditadura proletária. Mas a história não trabalha por encomenda, e o proletariado dos países atrasados não tem o direito de escolher. Num país em que o proletariado chega ao poder em virtude de uma revolução democrática, o destino ulterior da ditadura e do socialismo dependerá, afinal, menos das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional. Para tanto, as chances de vitória na luta dependem tanto do papel do proletariado na economia do país, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, como da

existência de um problema “popular”, de interesse da maioria da nação, cuja solução possa ser dada por medidas revolucionárias; é o caso do problema agrário e do problema nacional. Nesse sentido, o proletariado dos países atrasados pode chegar ao poder, colocando-se no terreno da revolução nacional-democrática, antes do proletariado dos países avançados, que se coloque num terreno puramente socialista. No entanto, nos países atrasados, a solução das tarefas democráticas e nacionais libertadoras, passa pela ditadura do proletariado apoiada nos camponeses, diferente do PCB e do PT, que, ao considerarem que o Brasil não está “maduro” para o socialismo, e apontarem para a necessidade uma mediação democrática, para realizar as tarefas em atraso. Para Trotsky (2007), as tarefas democráticas e nacionais libertadoras, passam pela ditadura do proletariado apoiada nos camponeses, pois avaliava não ser possível nenhum regime intermediário. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo não acreditando que as tarefas democráticas pudessem ser realizadas, pela via do regime, o revolucionário propõe que essas bandeiras sejam levantadas, pois eram essas as reivindicações que colocavam a classe em luta.

Segundo Trotsky (2007), no curso do seu desenvolvimento, a revolução democrática se transforma diretamente em revolução socialista, num processo permanente, uma vez que será colocada diante de tarefas que a levarão a fazer incursões profundas no direito burguês da propriedade.

No contexto da revolução russa, para Trotsky (2007), apenas a ditadura do proletariado, arrastando atrás de si os camponeses, poderia realizar as tarefas democráticas, deixadas para trás pela burguesia, que era débil, impotente e contrarrevolucionária. Teria que combinar a realização das tarefas democráticas (como a solução da questão agrária) com medidas socialistas, no caminho da internacionalização e mundialização do processo revolucionário, posto que a revolução só poderia ser vitoriosa com a vitória do proletariado em escala internacional e mundial. Esse é o fundamento da teoria da revolução permanente.

**2ª PARTE – O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO E A QUESTÃO
AGRÁRIA NO BRASIL**

CAPÍTULO 4 - A TERRA E A EXPANSÃO DE RELAÇÕES CAPITALISTAS

Temos, no campo, uma realidade em que se apresentam empresas capitalistas, bancos, proletários, camponeses; indígenas; quilombolas. Na busca por entender a realidade que envolve esses sujeitos e constitui a questão agrária no Brasil, e como podemos caracterizá-la numa perspectiva estratégica, precisamos entender a relação que se estabelece entre a expansão do capital e a concentração de terras no Brasil. Nesse sentido, vamos começar pela própria condição de existência do capitalismo.

Marx (2005) analisa que “o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam trabalho.” (p. 828). Isto é, a relação capitalista de produção só pode nascer e se desenvolver, quando o proprietário de meios de produção encontra o trabalhador livre, vendendo sua força de trabalho.

Quando Marx (2005) analisa o processo histórico de formação do modo de produção capitalista, a chamada acumulação primitiva – isto é, o processo histórico de dissociação entre trabalhadores e meios de produção (considerado primitivo porque constitui o ponto de partida da acumulação capitalista, a pré-história do capital e do modo de produção capitalista) -, ele considera que a dissociação entre trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam trabalho são a condição básica e necessária da existência da produção capitalista.

Marx (2011) considera que esses são os dois polos do mercado, que têm de confrontar-se: o proprietário dos meios de produção, empenhado em aumentar a soma dos valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e os “trabalhadores livres”, vendedores da própria força de trabalho. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, transformando em capital os meios de subsistência e de produção, os produtores diretos em assalariados. Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra, no mercado, o trabalhador livre, vendendo a sua força de trabalho.

O capitalista compra força de trabalho, porque ela é a única, dentre as mercadorias, envolvida no processo de produção, que gera mais valor do que a que ela contém, pois só o trabalho cria valor, cria riqueza, que se mede pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma determinada mercadoria. Assim, estabelece-se o valor da mercadoria. No entanto, o capitalista paga ao trabalhador, sob a forma de salário, em dinheiro, apenas o necessário para ele (o trabalhador) se reproduzir na condição de vendedor de força de

trabalho, de tal modo que o salário do trabalhador é limitado pelo valor da mercadoria, mas o valor da mercadoria não é limitado pelo salário do trabalhador (MARX, 2004).

De acordo com Marx (2011), o valor da força de trabalho é determinado, como o de outras mercadorias, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção e reprodução, isto é, para manter-se, o trabalhador necessita de certa soma de meios de subsistência, de tal modo que, em linhas gerais, o valor da força de trabalho reduz-se ao valor de uma soma de meios de subsistência necessários a sua produção, a sua manutenção e a sua reprodução sob a exploração do capital.

O excedente, o trabalho que o capitalista deixa de pagar é a mais-valia, que se realiza plenamente na circulação/comercialização da mercadoria, sob a forma de lucro para o capitalista. E o capital, desse modo, é essa relação social de produção, “na qual o proprietário do meio de produção, ao comprar força de trabalho, extrai mais valia e acumula privadamente a riqueza socialmente produzida” (IASI, 2011). É a relação social dominante específica da sociedade burguesa, na qual o valor se valoriza por meio da exploração da força de trabalho livre (assalariada). O termo designa também esse mesmo valor medido monetariamente, como trabalho alheio consolidado sob a forma de dinheiro e de mercadorias, incluída nelas a própria força de trabalho. Marx (2005) explica que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada por meio de coisas. É uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção.

Essa relação se expressa na fórmula $D \text{ (Dinheiro)} - M \text{ (Mercadoria)} - D' \text{ (Dinheiro com acréscimo de mais-valia)}$. “É precisamente esse ‘aumento’ que transforma dinheiro em ‘capital’, enquanto particular relação social de produção historicamente determinada” (LENIN, 2006, p. 30).

Marx (2005) chama a atenção para o fato de que “não constituem capital os meios de produção e de subsistência, de propriedade do produtor direto. Só se tornam capital em condições nas quais sirvam também de meios para explorar e dominar o trabalhador” (p. 882). No entanto, “quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação [entre trabalhadores e a propriedade dos meios de produção], mas a reproduz em escala cada vez maior” (MARX, 2005, p. 828).

É importante ressaltar, também, que a mais-valia pode se fragmentar em diversas partes. “Suas frações cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem, por isso, formas diversas, independentes entre si, tais como lucro, juros, ganho comercial, renda da terra, etc.” (MARX, 2005, p. 657). De acordo com Marx (2004), a concentração da terra permite que o proprietário dela se aproprie de uma parte da mais-valia, sob a denominação de renda da terra.

A terra é um bem natural, que não pressupõe trabalho em sua constituição, mas, ao ser envolvida na lógica do sistema capitalista, a terra pode assumir tanto a equivalência de capital (na exploração da força de trabalho), como mercadoria (podendo ser comprada e vendida). O processo de conversão dos meios de produção em capital também ocorre com a terra. Ela também se transforma em mercadoria, pois a tendência do capital é dominar tudo e subordinar todos os setores e ramos da produção. A propriedade da terra permite ao proprietário cobrar um tributo pelo acesso a ela ou mesmo aos seus frutos. Esse tributo é, historicamente, conhecido como renda da terra (MARTINS, 1981).

A renda da terra antecede a consolidação do modo de produção capitalista. Nessa forma, não capitalista, ela é diretamente produto excedente, é a fração da produção, que é paga ao proprietário da terra pelo acesso a ela; é a parcela da produção além da parte necessária à subsistência do trabalhador. Já na forma capitalista, ela é sempre sobra acima do lucro médio, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que mais-valia, isto é, trabalho excedente (OLIVEIRA, 2007). Ou seja, quando o capitalista se torna também proprietário da terra, não tendo que pagar o tributo (renda da terra) a ninguém para fazê-la produzir, a renda da terra aparece como um lucro acima do lucro médio em suas mãos.

Numa situação em que o capitalista se apropria da terra, segundo Oliveira (2007), a renda da terra (também conhecida como renda territorial ou renda fundiária) é um lucro extraordinário, porque é uma fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio, sobra acima do lucro, produto do trabalho excedente, é uma fração específica da mais-valia.

Quando o capitalista adquire terra, ele adquire também o poder de se apropriar de uma parte da mais-valia social. Ainda que não coloque a terra para produzir, mesmo assim ela lhe permite apropriar-se de uma parte da riqueza socialmente produzida.

Quando o proprietário diz que a sua terra está “valorizando” ele denuncia exatamente o caráter irracional da propriedade fundiária: como pode a terra valorizar-se se ela permanece improdutiva, se ela não incorpora trabalho, se não devolve produtos? Isso só pode acontecer se o trabalho que valoriza a propriedade não precisa ser feito necessariamente na propriedade. À medida que cresce a necessidade de frutos da terra para alimentar o povo, à medida que a terra já trabalhada é insuficiente para atender essa necessidade, o valor da terra cresce – a sociedade estará disposta a repartir com os proprietários uma parte crescente da sua riqueza para que os alimentos possam ser produzidos (MARTINS, 1981, p. 166).

Martins (1981) explica que é preciso que se disponha de capital para acompanhar como capitalista essa capacidade concentrada de se apropriar de uma massa maior de mais-valia, podendo extrair um lucro extraordinário.

Quando a terra é concentrada, ela não aumenta em nada a capacidade de produção do trabalhador nem a capacidade do capitalista extrair mais-valia do trabalho agrícola. Ela aumenta, no entanto, a capacidade do proprietário se apropriar da mais-valia social que em parte deverá ser distribuída aos proprietários de terra pelo simples fato de que são proprietários privados” (MARTINS, 1981, p. 167-168).

Contudo, o capital pode se apropriar da agricultura sem necessariamente concentrar a terra. Isso ocorre porque existem duas formas diferentes de expansão e controle do capital sobre a agricultura: a territorialização e a monopolização do território (sem a territorialização) pelo capital. É a combinação entre as relações de produção capitalista e relações não capitalistas de produção (OLIVEIRA, 2005).

No caso da territorialização, o capital expropria os camponeses, transforma a terra em capital e explora a força de trabalho assalariada. Nesse caso, o conflito entre camponeses e capitalistas ocorre, a partir do momento em que os camponeses precisam ser expropriados dos meios fundamentais de sua reprodução, para que o capital possa garantir a sua territorialização. A territorialização do capital é o processo pelo qual ele se instala na agricultura mediante o controle da terra, seja por meio da compra ou do arrendamento, bem como a contratação de trabalhadores assalariados, que realiza a sua produção (PAULINO, 2007).

Já na monopolização do território pelo capital, os camponeses permanecem na terra, mas o capital sujeita a renda da terra, gerada pelos camponeses, à sua lógica (OLIVEIRA, 2004). O capital monopoliza as frações do território dominadas pelos camponeses para se apropriar da renda da terra gerada pelo trabalho familiar, e que está contida nos produtos que os camponeses necessitam colocar no mercado. Isso acontece tanto nos casos em que a produção camponesa se constitui em matérias-primas para a indústria, quanto nos casos em que o destino da produção é o consumidor final, em que ocorre a intervenção do capital (PAULINO, 2007).

Em sua intensa necessidade de acumular riqueza, por meio da exploração do trabalho, o capital tende a se expandir, territorializando-se e/ou monopolizando o território, sem necessariamente se territorializar.

4.1 A Transição do Trabalho Escravo para o Livre e a Concentração da Propriedade da Terra no Brasil

De acordo com Smith (1984), “a acumulação pela acumulação e a necessidade inerente de expansão econômica conduzem a expansão espacial assim como a expansão social do domínio do trabalho assalariado” (SMITH, 1984, p. 131).

O processo de exploração que ajudou a unificar o mercado mundial é progressivamente ocultado pelo processo de colonialismo, que não apenas lança as sociedades pré-capitalistas no mercado mundial mas eventualmente introduz a relação especificamente capitalista de trabalho assalariado em tais sociedades. Embora haja exceções significativas, incluindo-se a permanência da escravidão e a fossilização das relações pré-capitalistas de produção a serviço do mercado mundial capitalista, o trabalho assalariado torna-se, cada vez mais, universal (SMITH, 1984, p. 131).

A produção capitalista baseia-se na separação entre trabalhadores e a propriedade direta dos meios de produção, e na sua transformação em trabalhador assalariado do capitalista. Assim, Marx (2005) considera que os trabalhadores precisam ser “livres”, no sentido de não serem parte direta dos meios de produção, como o escravo e o servo, e por não serem donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, ou seja, na produção capitalista, os trabalhadores não podem ser parte direta dos meios de produção e nem proprietários destes, para serem envolvidos na relação de trabalho assalariado, na extração e acumulação de mais-valia.

É importante lembrar que a mais-valia pode se fragmentar em diversas partes. “Suas frações cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem, por isso, formas diversas, independentes entre si, tais como lucro, juros, ganho comercial, renda da terra, etc.” (MARX, 2005, p. 657). Nesse sentido, a transformação dos meios de produção em capital no campo, também ocorre com a terra.

A terra é um bem natural, que não pressupõe trabalho em sua constituição, é um instrumento fundamental de produção e não pode ser confundida com capital. No entanto, ao ser envolvida na lógica do sistema do capital, ela passa a assumir a forma de propriedade privada, de equivalência de capital, seja na forma de mercadoria, para ser comprada ou vendida, seja como meio para explorar a força de trabalho alheia (MARTINS, 1981).

No Brasil, a terra só assumiu, de fato, equivalência de capital, a partir da suspensão do regime de sesmarias, em 1822, e a aprovação da Lei de Terras, de 1850. Até então, no período da colonização, a terra não era propriedade privada (MARTINS, 2004). Quem a obtivesse, por meio de doações de capitânias hereditárias ou sesmarias, tinha apenas a posse, uma concessão. A terra continuava sob o domínio do rei de Portugal (GANCHO; et al, 1991), (MARTINS, 1997). A aprovação da Lei de Terras permitiu a quem tinha doação legalizar e

ficar como proprietário. As demais terras se tornariam devolutas. Além disso, proibia a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra, ou seja, quem não obteve terra durante o regime de sesmarias, a partir daí, só poderia obtê-la se comprasse (MARTINS, 1997).

De acordo com Martins (2004), antes dessa lei, a terra era praticamente destituída de valor.

Genericamente falando, ela não tinha a equivalência de capital, alcançando às vezes um preço por conta das indenizações oferecidas a posseiros encravados no interior das sesmarias, para pagamento de seus roçados. Isso porque a ocupação de terra obedecia a dois caminhos distintos: de um lado o pequeno lavrador que ocupava terras presumivelmente devolutas; de outro, o grande fazendeiro que, por via legal obtinha cartas de sesmarias mesmo em áreas onde já existiam posseiros. A carta de sesmaria tinha precedência sobre a mera posse, razão por que em geral o sesmeiro ou comprava a roça do ocupante ou o expulsava ou o incorporava como agregado de sua propriedade. Quando a presença de posseiros era muito grande, a desocupação da terra podia ser onerosa, não compensando a confirmação da sesmaria já obtida. A aplicação de dinheiro na terra envolvia um grande risco por falta de mercado imobiliário. (MARTINS, 2004, p. 24-25).

O que tinha preço era o bem sujeito a comércio. Não havia mercado de terras, mas existia mercado de escravos, de tal modo que eles (os escravos) eram mais valiosos do que a terra. Assim, os escravos possuíam tanto a função de fonte de trabalho, sendo, portanto, fator “privilegiado” da produção, como eram a principal condição para a captação de recursos por meio de empréstimos, etc. Nesse sentido, a terra sem os escravos, praticamente, não tinha importância econômica. Essa realidade foi alterada por meio da pressão pelo fim do regime escravista, exercida pelas grandes potências capitalistas da época, especialmente a Inglaterra²¹, (MARTINS, 1997).

²¹“As primeiras pressões da Inglaterra contra o tráfico negreiro e o primeiro acordo nesse sentido ocorreram nos anos de 1820, como um dos componentes do processo de Independência do país. Em 1822, poucos meses antes era suspenso o regime sesmarial” (MARTINS, 2010, p. 124). Podeleski (2009) ressaltava que, na ata da reunião do Conselho de Estado Pleno – Senado Federal, de 11 de julho de 1850, ocorre a discussão sobre o Bill Aberdeen (uma legislação da Inglaterra promulgada em 8 de agosto de 1845), o qual apresentava a imposição do Governo Britânico, expondo as repressões contra a continuidade do tráfico negreiro no Brasil. Dessa forma, para a autora, além da preocupação com as grandes extensões de terras para a lavoura destinada à exportação, as elites ainda tiveram que se preocupar com a substituição da força de trabalho escrava pela força de trabalho livre, na temerosidade de escassez de força de trabalho. Desse modo, há também um aumento no incentivo à imigração europeia, dificultando, porém, a aquisição de terras aos colonos - o que os movimentaria para a oferta da sua força de trabalho para lavouras.

Naquela época, acabar com a escravidão no Brasil, sem um mecanismo que bloqueasse o acesso à terra, produzia alguns impasses para escravistas, aqueles que possuíam a terra, como a falta de garantias sobre quem poderia vir a substituir os escravos nas fazendas. Nesse sentido, “era necessário, portanto, criar um direito de propriedade que fosse, ao mesmo tempo, um obstáculo ao livre acesso à terra por parte dos ex-escravos, daqueles que viessem a ser libertados da escravidão” (MARTINS, 1997, p. 14).

Desse modo, o mecanismo encontrado foi a Lei de Terras - aprovada duas semanas após a Lei Eusébio de Queirós de 04 de setembro de 1850, que fez cessar a importação de negros africanos, e o incentivo à imigração, principalmente de europeus, expropriados em seus países de origem, para substituir o modelo escravista de exploração da força de trabalho (MENDES, 2009), ou seja: sob a pressão da Inglaterra, pelo fim do trabalho escravo no Brasil, adotaram-se medidas que foram substituindo a força de trabalho escrava pela livre, ao mesmo tempo em que se criaram mecanismos para evitar o livre acesso à terra.

Segundo Martins (2004), isso aconteceu porque já estava claro, naquela época, que o trabalho criava valor e esse valor não se confundia com a pessoa do escravo, mas se materializava nos resultados do trabalho, de modo que, na crise do regime escravista, a renda capitalizada no escravo foi transfigurada em renda territorial capitalizada, ou seja, a renda capitalizada passa do escravo para a terra (do predomínio num para o outro), e essa transfiguração é engendrada na crise do trabalho escravo, especialmente, para bloquear o acesso à terra e garantir a sujeição do trabalho ao capital. Daí, portanto, como meio para extorquir o trabalho. Nessa perspectiva, “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 2004, p. 32).

A edição da Lei Eusébio de Queirós e da Lei de Terras, em 1850, garantiu um excedente populacional de trabalhadores à procura de terras e a “falta dela” para trabalhadores em um dos países com maior disponibilidade de terras no mundo (MARTINS, 1997).

A combinação desses mecanismos (a implantação da Lei de Terras, a Lei Euzébio de Queiroz e a política de imigração) atendeu tanto aos interesses daqueles que possuíam a terra, como da potência capitalista da época, a Inglaterra, que buscava expandir mercado. É importante ressaltar que não se tratou de uma transição imediata de relações de trabalho escrava para relações de produção capitalistas a partir do trabalho assalariado. Permaneceram formas de relações como parceria, colonato, etc. nas quais o pagamento acontece por meio da renda da terra. No entanto, a combinação desses mecanismos consolidou um regime de propriedade privada da terra, que garantiu tanto a sua transformação em mercadoria, como a

exploração da força de trabalho na grande propriedade, além, é claro, de plantar a semente para a expansão das relações capitalistas de produção no Brasil.

4.2 A Questão Agrária nas Diferentes Formas de Expansão do Capitalismo – A Expansão de Relações Capitalistas de Produção e a Mediação Terra-Capital-Trabalho no Brasil

A expansão das relações capitalistas de produção no Brasil diferenciou-se da forma como ocorreu em países da linha de frente do capitalismo, a exemplo da Inglaterra, e nos EUA (SOUSA, 2014). Nesses países, a forma como tais relações se expandiram ocasionou conflito entre os proprietários fundiários e a burguesia industrial, e resultou na vitória da burguesia industrial e na distribuição das terras. No Brasil, a expansão das relações de produção capitalista não provocou um embate de classes capaz de promover uma distribuição de terras. Esse fato marcou a formação territorial e a dinâmica da luta de classes (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Nessa perspectiva, faz-se necessário buscar entender os motivos pelos quais a expansão de relações de produção capitalistas promoveu conflitos entre proprietários fundiários e burgueses industriais, resultando na distribuição de terras, e quais foram os mecanismos que impediram que isso ocorresse no Brasil.

É importante registrar, de acordo com Moraes (2011), que os processos e resultados vivenciados nas zonas centrais, originárias das relações capitalistas não, necessariamente, se reproduziram (ou se reproduziriam) em todas as partes da economia-mundo criada por esse modo de produção, como indicam as concepções antigas do PCB e as do PT, que os países teriam que passar pelos mesmos processos sociais.

Moraes (2011) recorda que Lenin havia identificado dois caminhos de instalação das relações capitalistas: um baseado na pequena propriedade fundiária e no trabalho familiar; e outro de latifúndios assentados em relações de trabalho servis.

Na análise de Moraes (2011), são destacadas algumas vias de desenvolvimento do capitalismo, tais como: a via clássica e a via prussiana, na Europa; e a via americana, a via das plantações (ou plantations), a via das fazendas, no continente americano.

Segundo o autor, o caso inglês pode ser visto como referência de uma via clássica, caracterizada por: destruição da ordem feudal precedente, cercamento e divisão das terras, ruptura dos laços de servidão, diferenciação interna do campesinato, expulsão dos trabalhadores do campo para a cidade, urbanização significativa, incremento da proto-industrialização, constituição de uma classe mercantil articulada nacionalmente, e

notadamente, como culminância de tais processos, a concorrência de uma revolução política, afastando a antiga aristocracia do comando do aparelho de Estado. Porém, tal encadeamento de processos não pode ser generalizado, como se fossem essas as características da gênese de todas as formações sociais capitalistas.

Também, na Europa, ocorre uma situação diferente da via clássica, naquelas áreas que constituem a primeira periferia de avanço das relações capitalistas, e que conformam a chamada via prussiana (ou junker) de desenvolvimento desse modo de produção. Essa via, tendo mencionado reino germânico como paradigmático, manifestou-se em várias partes do continente, sendo característica dos processos vivenciados pelas regiões centrais e orientais da Europa. Sua particularidade assentava-se na ocorrência de uma “modernização das instituições do feudalismo” (mais do que sua destruição) expressa em elementos como: o não parcelamento da terra senhorial, a emergência da “segunda servidão” e o controle nobre dos aparatos estatais. Enfim, esse caminho sedimentou a manutenção e mesmo a re-vivência de vários traços da velha ordem feudal, agora subordinados à lógica do capitalismo. A via prussiana submeteu áreas que compunham parte essencial da economia-mundo em gestação, cumprindo funções vitais para seu funcionamento como, por exemplo, a produção em grande escala de cereais exportados pelo mar Báltico.

São três as vias de desenvolvimento nos estabelecimentos coloniais europeus no continente americano: 1) Via americana (ou farm), agruparia aqueles arranjos sociais baseados em propriedades pequenas e médias tocadas com diminuta força de trabalho (familiar, no geral), onde a malha fundiária era entrecortada por razoável urbanização, com os núcleos urbanos, constituindo fóruns de representação política dos proprietários, o que acabou por gerar uma estrutura política de forte identidade comunitária. Esse é o sistema arquétipo da região colonial da Nova Inglaterra e de parte do oeste norte-americano. 2) Nas áreas intertropicais, desenvolveu-se o escravismo colonial, que caracterizava a via das plantações (ou das plantations), organizando zonas de povoamento agrário abastecidas pelo tráfico de escravos africanos ou, notadamente, na produção monocultora de gêneros tropicais para o mercado capitalista. O Brasil e a porção meridional dos Estados Unidos constituem o universo espacial de manifestação dessa via. 3) A via das fazendas (ou das haciendas) teve a servidão indígena como relação de trabalho básica no estabelecimento sistemas de produção também bastante mercantilizados. É o caso do México.

Vamos analisar alguns desses casos, começando pelos que geraram conflitos no seio da classe dominante e resultaram na distribuição das terras, como ocorreu com o desenvolvimento do capitalismo, na Inglaterra e nos EUA. Tais conflitos aconteceram muito

em função da diferença entre terra e capital, que criou as condições históricas da existência de duas classes sociais distintas: os proprietários da terra e os capitalistas (MARTINS, 1981).

No caso da Inglaterra, o conflito aconteceu entre os proprietários fundiários e a burguesia industrial. Marx (2005) aponta que, enquanto os proprietários fundiários - na obsessão pelo monopólio da propriedade fundiária e, portanto, pela garantia e expansão dos ganhos com a cobrança de renda da terra - se organizaram para impedir a importação de cereais por meio das leis dos cereais²², os capitalistas, buscando aumentar os seus lucros a partir da diminuição do custo de reprodução da força de trabalho, gerada pela queda do preço dos alimentos, organizaram-se para suprimir todas as restrições à importação de cereais. O resultado desse conflito foi o triunfo da burguesia industrial sobre os proprietários fundiários.

No caso dos EUA, Mazzeo (1995) analisa que se estruturaram duas formas de ocupação do território. Ao norte, estabeleceu-se uma ocupação de povoamento, sobretudo por parte de camponeses fugitivos de guerras religiosas e das condições de miséria a que estavam submetidos em seus países de origem. Ao sul, estabeleceu-se uma forma de ocupação territorial muito parecida com a do Brasil, isto é, pelo latifúndio escravista e uma produção, para o mercado externo, de produtos tropicais como o tabaco, o algodão e o açúcar. No norte, desenvolveu-se uma economia com pequenas manufaturas e com atividades comerciais que determinaram o surgimento de uma burguesia integrada ao processo histórico mundial da época (o período das revoluções burguesas, que vai do século XVIII até a primeira metade do século XIX, por volta de 1848). Essa burguesia assumirá uma postura revolucionária e será responsável pela condução política do processo de independência em relação à Inglaterra, em 1776, sendo que, no século seguinte, avançará sobre a estrutura escravista do sul, na Guerra Civil de 1861-1865, destruindo o latifúndio escravista, que estrangulava o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. A vitória dessa burguesia industrial sobre o latifúndio escravagista garantiu a distribuição de terras, que aconteceu mediante uma lei de colonização, que estabelecia um tamanho máximo de propriedade, cerca de 89 hectares por família, e que mesmo os ex-escravos poderiam se apropriar da terra.

A definição dos limites para a concentração de terras foi fundamental para fragilizar o poder oligárquico e, ao mesmo tempo, aumentar a oferta de alimentos, o que dotou os

²² Foi uma série de leis cujo objetivo era a defesa dos interesses dos proprietários de terra ingleses. As primeiras datam ainda do século XV. Em 1815, garantia poder irrestrito aos proprietários fundiários, inclusive proibindo a importação de grãos, caso o valor não obedecesse às normas estabelecidas na lei. Em 1828, o objetivo era elevar as taxas de importação de cereais toda vez que os preços caíam no mercado interno e vice-versa. E, já em junho de 1846, o Parlamento inglês suprimiu todas as restrições à importação de cereais submetendo os proprietários fundiários ingleses à competição com a propriedade fundiária do estrangeiro.

capitalistas da maior fatia do valor oriundo do trabalho não pago, do trabalho excedente extraído dos trabalhadores (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

A burguesia ascendeu à condição de classe dominante no momento em que conseguiu minar o poder dos proprietários fundiários, tidos como obstáculo aos propósitos de acumulação do capitalismo industrial. Isso porque a fórmula de acumulação original pressupõe a apropriação da mais-valia a partir da redução do custo de reprodução da força de trabalho, sendo os alimentos um fator nada desprezível na composição destes custos (PAULINHO; ALMEIDA, 2010, p. 82).

Um processo muito diferente desses, que acabamos de analisar, aconteceu na Alemanha. Segundo Moraes (2017), uma característica desse país foi a expansão tardia das relações capitalistas de produção. Até então, a Alemanha era um aglomerado de feudos (ducados, principados, reinos), cuja única ligação reside em alguns traços culturais comuns. Nesse contexto, o próprio país não existe enquanto tal, pois, ainda, não se constituiu como Estado Nacional. Só passou a ter unidade econômica no decorrer do século XIX e unidade política a partir de 1870, com a unificação nacional.

De acordo com o autor, a Alemanha não conhecia a monarquia absoluta (forma de governo própria do período de transição), nem qualquer outro tipo de governo centralizado. O poder está nas mãos dos proprietários de terras, sendo absoluto e a nível local – a estrutura feudal permanece intacta. É nesse quadro que as relações capitalistas vão penetrar, sem romper (ao contrário, conciliando) com a ordem vigente, um relativo desenvolvimento do capitalismo, engendrado por agentes sociais próprios do feudalismo – a aristocracia agrária; uma transformação econômica, que se opera sem alterar a estrutura de poder existente. O capitalismo se expande no país, a partir da grande propriedade fundiária e sem alterar essa estrutura. A antiga classe dominante transita para o capitalismo, sem alterar a estrutura fundiária e, portanto, sem alterar o fundamento da estrutura de poder, mas pela destinação dada à produção: o latifúndio, que possuía uma economia fechada, de autoconsumo, passa a produzir para um mercado. Entretanto, as relações de trabalho não se alteram - a servidão (forma de relação de trabalho própria do feudalismo) permanece como base de toda a produção. Nessa perspectiva, há uma combinação de elementos tipicamente feudais com outros próprios do capitalismo: produção para o mercado, com trabalho servil.

Moraes (2017) aponta que, até o século XVIII, o comércio local não se desenvolve, sendo a produção destinada ao exterior. O comércio entre as unidades, os principados e os ducados alemães, também não se intensifica, em função das barreiras alfandegárias existentes entre eles. Em função disso, pouco se desenvolvem as cidades, e também a classe que lhes é

própria – a burguesia. Esta, pulverizada e débil, é, na verdade, uma pequena burguesia local; não consegue impor seus interesses, como suas congêneres francesa ou inglesa. Não ocorreu, na Alemanha, uma revolução democrático-burguesa. A burguesia alemã só se desenvolverá à sombra do Estado, e de um Estado comandado pela aristocracia agrária. Só a partir do século XIX, com a sedimentação das relações capitalistas e, principalmente, o expansionismo napoleônico, vai acender nas classes dominantes alemãs a ideia de unificação nacional. Essa meta passa a ser, a partir de um certo momento, uma necessidade para a própria continuidade do desenvolvimento alemão, que havia se acelerado com o bloqueio continental imposto por Bonaparte, a partir de uma incipiente industrialização em algumas cidades, além de incrementar o comércio interno. Tal ideal de unidade vai ter sua primeira manifestação concreta com a formação, em 1815, da “Confederação Germânica”, que congregou todos os principados alemães e os reinos da Áustria e da Prússia. Apesar de não constituir ainda uma unificação nacional, estabeleceu maiores laços econômicos entre seus membros, com o fim dos impostos aduaneiros entre eles.

A Prússia e a Áustria disputavam a hegemonia dentro da Confederação. O segundo passo, no sentido da unificação, foi forjado na repressão aos levantes populares de 1848. Naquele ano, a vaga revolucionária, que assola a Europa, manifesta-se também em várias cidades da Confederação Germânica: Viena, Berlim, Frankfurt, entre outras. A reação das classes dominantes locais, a esses movimentos, aproxima-as, pois se estabelecem alianças e ações unificadas, e mesmo centralizadas num comando comum. Assim, na contrarrevolução, formou-se um bloco reacionário unitário, estreitaram-se os laços políticos e militares. Além disso, a proposta da unificação constava do ideário dos revolucionários, o que, por reflexo, reforçou-a ao nível das próprias classes dominantes locais, que perceberam o respaldo das massas à unificação. A consciência desse fato e a possibilidade próxima da unificação acirraram a disputa, entre a Áustria e a Prússia pelo comando e domínio do processo, que culminou com a guerra entre dois reinos. A vitória da Prússia determinou que a unidade fosse estabelecida sob a sua direção, imprimiria suas características na nova nação. E a principal delas era a organização militarizada da sociedade e do Estado. A direção deste estava nas mãos da aristocracia junker, os proprietários de terras, os mais claros representantes da velha ordem feudal. Sob essa liderança, ergueu-se uma monarquia, que desenvolveu uma política cultural nacionalista, chauvinista, assentada numa política exterior agressiva e expansionista. Nesse sentido, foram inúmeras as guerras de conquista empreendidas por Bismarck, o primeiro ministro da Prússia e do Estado Alemão. Este emergia como mais uma unidade do centro do mundo capitalista, industrializada, porém sem colônias. A unificação tardia da

Alemanha, que não impediu um relativo desenvolvimento interno, deixou-a de fora da partilha dos territórios coloniais. Isso alimentava um expansionismo latente, que aumentaria com o próprio desenvolvimento interno. Daí o agressivo projeto imperial, o propósito constante de anexar novos territórios.

Analisaremos outro processo, o caso da Rússia, pelo fato de a questão agrária ter se apresentado como um problema insolúvel pela via do regime capitalista, assumindo um caráter revolucionário na perspectiva da classe trabalhadora e, especialmente pelo fato de ter sido o caso concreto a partir do qual Trotsky (2007) analisou o desenvolvimento desigual e combinado e a revolução permanente, que, posteriormente, foi confirmada em outros processos revolucionários vitoriosos, a exemplo de Cuba (IASI, 2009) e China (ARCARY, 2017b). Valério Arcary (2017b) explica que a pressão objetiva, a força da necessidade histórica, que está na raiz do processo no qual o proletariado junto a outras classes exploradas e oprimidas substitui a burguesia na realização de tarefas democráticas e radicaliza o processo até a transição socialista se manifestou com tal intensidade que levou as direções políticas desses processos muito além do que eram as suas intenções originais. A revolução agrária na China e em Cuba colocou a necessidade da independência nacional e a ruptura com o imperialismo. E de forma ainda mais aguda, a necessidade de defender a revolução, cercada em um país pela contrarrevolução implacável, exigiu a expropriação capitalista, além de, mesmo que de uma forma limitada, colocar, também, a defesa da internacionalização da revolução.

Em todos esses casos (na Rússia, na China e em Cuba), foram revoluções em países considerados “atrasados”, que não pararam na chamada etapa democrática. Vamos ao caso da Rússia.

4.2.1. O CASO DA RÚSSIA

No período da revolução, em 1917, a Rússia era um país, predominantemente, agrário, cujas principais características eram a formação de uma população de cerca de 150 milhões de habitantes, de várias nacionalidades, onde, aproximadamente, 80% encontravam-se no campo. Portanto, conforme Trotsky (2017), a indústria ocupa um lugar mínimo, em relação ao campo, e isso significa, no conjunto, uma baixa produtividade do trabalho nacional. A economia camponesa permanecia, frequentemente, ao nível do século XVII.

De acordo com Trotsky (2017), a estrutura de classe do país apresentava um caráter contraditório. O capital financeiro da Europa industrializava a economia russa num ritmo acelerado. A burguesia industrial logo adquiria o caráter do grande capital monopolista, de inimiga do povo. Além disso, os acionistas estrangeiros viviam fora do país, enquanto, por outro lado, os operários eram autenticamente russos. Uma burguesia russa numericamente débil, que não possuía nenhuma raiz nacional, defrontava-se, dessa forma, com um proletariado relativamente forte e com profundas raízes no povo. O proletariado russo, jovem, resoluto, não constituía, apenas, uma pequena minoria da nação. As reservas de sua potência revolucionária encontravam-se fora de seu próprio seio: no campesinato, que vivia numa semisservidão, e nas nacionalidades oprimidas. O regime político que vigorava era uma monarquia absolutista, marcado pela exploração e opressão por parte de uma minoria de grandes proprietários, que concentravam terras, riquezas e poder. Já havia uma tendência dos capitalistas se tornarem proprietários de terra, e de esses últimos se tornarem capitalistas (LENIN, 1982), (CANARY, 2017), (SALLES, 2012).

As principais organizações, que havia na Rússia, eram os chamados constitucionalistas democratas, ou Kadetes, que era o partido da burguesia liberal, os quais defendiam a instituição de liberdades democráticas formais e retirar o poder do czar por meio de uma constituição; os Anarquistas, cuja principal concepção estratégica era a transição imediata daquela situação para uma sociedade sem classes e sem Estado; Os socialistas revolucionários, SR's, partido que se baseava nos camponeses, defendiam reforma agrária e um socialismo de tipo agrário, a partir das comunidades agrárias; e o Partido Operário Social-Democrata Russo, POSDR, partido dos marxistas, dos operários, que defendia o estabelecimento do socialismo científico, a partir da indústria e das cidades. Esta última organização dividiu-se a partir de 1903 e 1905, muito em função de divergências de concepções organizativas e estratégicas. No que se refere à divergência principal de cunho estratégico - embora todos eles defendessem a necessidade de uma etapa revolucionária democrático-burguesa (com exceções como Trotsky), para aumentar as forças produtivas do trabalho social e socialização deste -, em linhas gerais, dava-se em torno da direção desse processo: Os Mencheviques, que, em geral, defendiam uma aliança entre o operariado e a burguesia; e os Bolcheviques, que defendiam uma aliança operário-camponesa (ALENCAR; SOUSA, 2017), (CANARY, 2017) (POMAR, 2016).

Em 1917, três anos de duração da Primeira Guerra Mundial (deflagrada em 1914), o país se encontrava novamente (em 1904, a Rússia já havia entrado em guerra contra o Japão, pela disputa por territórios da Ásia, e fora derrotada, em 1905) mergulhado numa profunda

crise e a insatisfação com o regime Czarista aumentou. Em 23 de fevereiro, ou março, pelo calendário moderno, no dia em que se comemorava o dia da mulher, as operárias da indústria têxtil começaram uma greve, exigindo melhores condições de trabalho e o fim da guerra. O movimento rapidamente se espalhou e tomou as ruas, exigindo a renúncia do czar. O governo tentou reprimir, mas o exército se dividiu e uma parte passou para o lado dos rebeldes. A burguesia também rompeu com o czar e apoiou o movimento. A classe trabalhadora tomou o palácio do czar, e, finalmente, ele abdicou. A revolução de “fevereiro” triunfou. Após a derrubada do czar, instalou-se, de um lado, um governo provisório constituído por políticos liberais em aliança com os Mencheviques e parte dos SR’s e, de outro lado, os soviets (conselhos) ressurgiram (eles haviam surgido, pela primeira vez, na chamada revolução de 1905) por várias cidades da Rússia (ALENCAR; SOUSA, 2017), (TOLEDO, 2016).

Apesar de ter adotado algumas medidas inadiáveis, exigida pela oposição – tais como a redução da jornada de trabalho de 12h para 8h; anistia aos presos políticos e permissão para regresso dos exilados –, o governo provisório não tinha o objetivo de resolver os problemas da maioria da população: Não retiraram a Rússia da Guerra e nem fizeram a reforma agrária, por exemplo, (CANARY, 2017), (POMAR, 2016), (TOLEDO, 2016).

Lenin, que estava exilado na Alemanha, retornou ao país em abril de 1917. Como vimos no capítulo 1, nos seus textos lançados a partir desse período, sobretudo a partir do texto conhecido como “Teses de Abril”, ele alterou a sua antiga posição de defender uma revolução democrático-burguesa para a Rússia. Considerou que o poder de Estado havia passado para as mãos da burguesia e dos latifundiários aburguesados e que a revolução democrático-burguesa estava concluída na Rússia. Além disso, ele analisa que a dualidade de poderes, com a formação dos soviets, apontava um momento de transição no desenvolvimento da revolução, no qual ela já foi além dos limites da revolução democrático-burguesa, ainda que não tenha chegado uma ditadura pura do proletariado e do campesinato. Nesse sentido, ele passa a defender a ruptura completa com todos os interesses do capital.

Muitos foram os acontecimentos até que, em 7 de novembro de 1917 (ou 25 de outubro, pelo calendário russo), a classe trabalhadora e os bolcheviques tomassem o poder, articulando a organização da classe trabalhadora em organismos de autodeterminação, que, naquele caso, foram os soviets, com uma vanguarda revolucionária organizada em um partido centralizado. Eles tiveram que adotar algumas medidas urgentes, como retirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial, em março de 1918, assinando o tratado de Brest Litovsk, com os Alemães; Reverter as propriedades privadas dos meios de produção, bancos, fábricas, terras - 150 milhões de hectares recuperados; Resistir na guerra civil, enfrentando as forças

contrarrevolucionárias com o apoio de dezenas de potências imperialistas, que invadiram o país. E os avanços foram enormes, com a declaração dos direitos do povo trabalhador de 1918; Autodeterminação das nações oprimidas; Fim à propriedade privada da terra e dos meios de produção; Abolição da educação privada; Alfabetização; Arte e Cultura deixaram de ser privilégio de classe; Direitos políticos das mulheres (aborto livre e gratuito); Creches populares; Separação da igreja da educação e do Estado, e muitas outras conquistas, em vários aspectos da vida social, inclusive na ciência, tendo lançado o primeiro satélite e os primeiros seres humanos no espaço, entre outros (CONTRAIMAGEM, 2007), (ALENCAR; SOUSA, 2017), (TOLEDO, 2016), (CANARY, 2017), (POMAR, 2016).

Trotsky (2017) considera que, para o triunfo da revolução de outubro (ou novembro pelo atual calendário) de 1917, houve uma série de premissas históricas, questões estruturais – como: 1) A podridão das velhas classes dominantes, da nobreza, da monarquia, da burocracia; 2) A debilidade política da burguesia, que não tinha nenhuma raiz nas massas populares; 3) O caráter revolucionário da questão agrária; 4) O caráter revolucionário do problema das nacionalidades oprimidas; 5) O peso social do proletariado; - quanto questões conjunturais, tais como: 6) A experiência da revolução de 1905 ou, segundo Lênin, "o ensaio geral" da revolução de 1917 e, com ela, os soviets, como forma de auto-organização da classe trabalhadora; 7) A guerra imperialista, que aguçou todas as contradições, arrancou as massas do seu estado de imobilidade, preparando-as para o caráter grandioso da catástrofe; Além, é claro, da condição que foi fundamental para assegurar a vitória do proletariado: 8) o Partido Bolchevique.

Todavia, o revolucionário russo destaca que a questão agrária formava a base da revolução. A antiga servidão, que mantinha a autocracia, resultava duplamente insuportável nas condições da nova exploração capitalista.

No outono de 1917, quase todo o país era um vasto campo de levantes camponeses. De 621 distritos da velha Rússia, 482, isto é, 77% estavam conflagrados pelo movimento. A luz do incêndio iluminava a sublevação nas cidades. Porém - podereis objetar - a guerra camponesa contra os latifundiários é um dos elementos clássicos da revolução burguesa e não da revolução proletária. Eu respondo: completamente justo. Assim aconteceu no passado. Mas, agora, a impotência do capitalismo para viver num país atrasado revela-se no fato de que a sublevação camponesa não empurrou para a frente a burguesia, na Rússia, senão, pelo contrário, colocou-a no campo da reação. Ao Campesinato, para não fracassar, não lhe restava outro caminho senão a aliança com o proletariado industrial. Esta ligação revolucionária com as classes oprimidas Lênin previu, genialmente, e preparou, há muito tempo. Se a burguesia pudesse resolver, francamente, a questão agrária, com toda a segurança, o proletariado não poderia conquistar

o poder em 1917. Chegando demasiadamente tarde, mergulhada precocemente na decrepitude, a burguesia russa, egoísta e covarde, não teve a ousadia de levantar a mão contra a propriedade feudal. E assim deixou o poder ao proletariado e, ao mesmo tempo, o direito de dispor da sorte da sociedade burguesa. Para que o Estado Soviético fosse realidade, era sobretudo necessária a ação combinada destes fatores de natureza histórica distinta: a guerra camponesa, isto é, um movimento que é característico da aurora do movimento burguês, e a sublevação proletária, que anuncia o crepúsculo do capitalismo. Aí reside o caráter combinado da revolução russa. Bastava que o urso camponês se levantasse sobre as patas traseiras para mostrar o terrível de sua fúria. Mas urso camponês carecia de capacidade para dar à sua revolta uma expressão consciente: tem sempre a necessidade de um guia. Pela primeira vez na história do movimento social o campesinato sublevado encontrou um dirigente leal; o proletariado. Quatro milhões de operários da indústria e dos transportes lideraram cem milhões de camponeses. Tal foi a relação natural e inevitável entre o proletariado e a classe camponesa na revolução (TROTSKY, 2017).

Desde 1905, Trotsky já avaliava o processo revolucionário, na Rússia, da seguinte maneira: em relação às suas tarefas imediatas, a revolução é uma revolução burguesa. Contudo, a burguesia russa é contrarrevolucionária. Por conseguinte, a vitória da revolução só é possível como vitória do proletariado. O proletariado vitorioso não se deterá no programa da democracia burguesa e passará imediatamente ao programa do socialismo. A revolução russa será a primeira etapa da revolução socialista mundial.

Contudo, os processos revolucionários em outros países, especialmente na Alemanha, foram derrotados. Os revolucionários na Rússia tiveram, entre outras questões, que administrar a aliança operário-camponesa no enfretamento do bloco contrarrevolucionário. Foi assim no período que ficou conhecido como “comunismo de guerra”, entre 1917 e 1921, durante a guerra civil, cuja expressão mais simples foi a requisição forçada da produção dos camponeses, para alimentar as cidades e o Exército Vermelho. Como resultado dessas requisições, o campesinato, que constituía a imensa maioria da população russa, reduziu a produção e se colocou paulatinamente contra o governo soviético, sobretudo os kulaks (camponeses ricos), que sabotavam a revolução (PAULO NETTO, 1986), (POMAR, 2011).

Outro período foi a partir de 1921; para manter a aliança operário-camponesa e garantir o funcionamento da economia, o Partido Comunista Russo (denominação assumida, em 1918, pelos bolcheviques) adotou uma solução transitória, que foi a Nova Política Econômica (NEP), que era uma concessão a elementos da economia de mercado, na qual os camponeses passaram a ter o direito de vender o excedente de sua produção, devendo apenas pagar impostos ao governo. Acabaram as requisições forçadas (POMAR, 2011). Os camponeses voltaram a abastecer as cidades. Todavia, o isolamento internacional, o “atraso”

da sociedade russa e as distorções produzidas pela NEP, impulsionaram uma série de polêmicas entre os revolucionários.

Entre as várias polêmicas daquele período, uma das mais importantes dizia respeito a como ampliar a industrialização do país, cuja economia era majoritariamente composta pela pequena produção familiar camponesa. Grosso modo, dois caminhos foram propostos. O primeiro deles prevê um longo período de estímulo à pequena produção camponesa, cujo crescimento econômico geraria as bases para uma ampliação da indústria. O segundo deles prevê reduzir o número de pequenas propriedades camponesas (que seriam reunidas em cooperativas ou fazendas coletivas), gerando assim o mercado (tanto de mão-de-obra, quanto de consumo) necessário para uma industrialização rápida (POMAR, 2011).

No final dos anos 20, o Partido Comunista Russo optou pelo caminho da coletivização (e a liquidação dos kulaks) e a industrialização aceleradas/forçadas. O campesinato foi forçado a adotar formas coletivas de produção e os operários foram convocados a um enorme esforço produtivo. Nessa perspectiva, em pouco tempo, cerca de dez anos, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) transformou-se numa potência industrial, que enfrentou e derrotou o nazismo, na Segunda Guerra Mundial (POMAR, 2011) (PAULO NETTO, 1986).

Em síntese, a revolução russa aconteceu em um cenário no qual o capitalismo já estava em um estágio imperialista, reafirmando a importância da escala mundial. Todavia, era um país predominantemente agrário; em transição do feudalismo para o capitalismo; com a realização de uma tendência de os capitalistas se tornarem proprietários de terra, e dos proprietários de terras se aburguesarem. Nesse sentido, a questão agrária assumiu um caráter revolucionário na perspectiva da classe trabalhadora – dada a impossibilidade de a burguesia solucioná-la. Aliás, segundo o Trotsky (2017), se a burguesia tivesse condições de resolver a questão agrária, a tendência era de que o proletariado não tivesse chegado ao poder em 1917. Nessa perspectiva, a revolução russa combinou, entre outras questões já destacadas, luta camponesa e luta operária, indo além da etapa democrático-burguesa para o socialismo.

4.2.2 O CASO BRASILEIRO

No caso brasileiro, não houve embate nem no seio da classe dominante, nem entre elas e as classes subalternas capaz de forçar a distribuição de terras. Nesse sentido, o processo foi

mais próximo ao caso Alemão, no sentido da permanência das antigas classes dominantes e da grande propriedade fundiária.

Paulino e Almeida (2010) analisam que aconteceu o contrário do que ocorreu na Inglaterra e nos EUA. Não aconteceu, aqui, um forte embate de classes entre a oligarquia agrária e a burguesia industrial, porque parte da classe dominante, envolvida com economia agrário-exportadora, foi gradativamente transformando-se em burguesia industrial. Parte relevante da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora, principalmente com a produção cafeeira do século XIX, foi direcionada para as atividades urbano-industriais, a princípio como uma forma de viabilizar a própria economia agrário-exportadora, para aumentar os ganhos com a atividade agrícola e, em seguida, no próprio processo de industrialização do país.

Segundo Mazzeo (1995), a burguesia brasileira não conseguiu desvencilhar-se da estrutura colonial, não rompeu revolucionariamente com a ordem que consubstancia na manutenção do latifúndio escravista e configura a economia agroexportadora e de importação de bens industrializados. A burguesia agrária foi gradativamente transformando-se em burguesia industrial. A acumulação de capitais pelo campo será enormemente impulsionada pela produção cafeeira do século XIX, ainda que a industrialização decorrente dessa acumulação possua características secundárias em relação às atividades agroexportadoras. O objetivo, de início, era viabilizar, cada vez mais, a produção de café (MAZZEO, 1995). Nessa perspectiva, Mazzeo (1995) aponta que, no segundo decênio do século XX, profundas alterações são verificadas na economia, repercutindo intensamente no processo de industrialização do país. A chamada Revolução de 1930 (que, segundo o autor, não passou de um golpe de Estado, liderado por uma fração modernizadora da burguesia, representada por Getúlio Vargas), é um marco nesse processo de industrialização do país.

Assim, a despeito de o monopólio da oligarquia agrária sobre o aparelho de Estado ter ruído na década de 1930, quando toma corpo a política urbano-industrial, os proprietários fundiários, ao invés de serem banidos, como aconteceu no capitalismo clássico, dela participaram ativamente, na condição de agentes do negócio agroexportador suficientemente capitalizados para integrar o sistema produtivo urbano (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 84).

De acordo com Martins (1997), o governo Vargas não enfrentou os proprietários de terra e seus aliados. Na verdade, foi nesse governo que se estabeleceram as bases para um pacto político, no qual os proprietários de terra não dirigiam o governo, mas não eram contrariados por ele.

De acordo com Conceição (2012), desde os anos de 1930, na hegemonia da ditadura varguista, têm sido montadas políticas conciliatórias para a garantia da circulação do capital. As alianças de classes, sob o signo da fusão latifúndio e indústria, viabilizaram a sujeição da renda da terra, por meio de negociação política, possibilitando a consolidação do capital industrial.

O tripé Estado, capital, mercado irá estabelecer a dialética contraditória entre a estrutura e a história da formação política econômica brasileira cristalizada no fortalecimento da aliança, latifúndio e indústria, condição de produção, expansão e acumulação do capital, marca indelével do modelo de desenvolvimento, que perpassará o tempo/espço das determinações contraditórias da estrutura política econômica social brasileira (CONCEIÇÃO, 2012, p. 135-136).

O marco desse processo de industrialização do Brasil foi a chamada Revolução de 1930. De acordo com Francisco de Oliveira (2011), ela marca o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial, ainda que a participação da indústria na economia só supere a da agricultura em 1956.

O autor resgata a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotski, na análise sobre a expansão do capitalismo no Brasil, e considera que essa expansão acontece introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, e não de maneira dual, numa separação sem conexão entre arcaico e moderno, como na análise do PT.

Francisco de Oliveira (2011) destaca que um conjunto de medidas foram adotadas para garantir um novo modo de acumular, principalmente com a intervenção do Estado, destruindo as regras da economia agrário-exportadora, confiscando lucros parciais (a exemplo do café); aumentando o custo relativo dos empréstimos à agricultura, enquanto buscava diminuir os da indústria; rebaixando o custo de capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamentos para a indústria, regulando o preço da força de trabalho e formando um exército industrial de reserva; mas, principalmente, na expansão de créditos a taxas de juros negativas, investindo na produção (como exemplo: Volta Redonda e Petrobras). “O Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema” (OLIVEIRA, 2011, p. 41).

Nessa circunstância, a agricultura ganha um novo papel, mantém-se ativa, mas sem o estímulo como setor e unidade central do sistema. De um lado, fornece um contingente de força de trabalho, que forma o exército industrial de reserva. De outro lado, fornece alimentos e matéria-prima, não obstaculizando o processo de acumulação urbano-industrial. Ainda são introduzidas “novas relações de produção no campo, que tornam viável a agricultura

comercial de consumo interno e externo pela formação de proletariado rural” (OLIVEIRA, 2011, p. 47-48). Eis alguns elementos que ajudam a tornar compreensível como, no Brasil, a burguesia conseguiu aumentar os seus lucros, a partir da redução do custo de reprodução da força de trabalho: formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva; um proletariado sem garantia de direitos e produção de subsistência fornecendo, principalmente, alimentos.

Essa realidade não apenas mostra a diferença da forma como o capitalismo se expandiu no processo da via clássica e no Brasil, como também contraria a análise, feita pela antiga formulação do PCB e pelo PT, da questão agrária como algo em atraso, um entrave para o processo de acumulação do capital, como se os países tivessem que repetir os processos dos países de via clássica. Ela, a questão agrária, faz parte da forma como o capitalismo se expandiu no país. A concentração de terras viabilizou a acumulação de capitais. Além disso, a formação de um proletariado rural indica que a questão agrária não poderia ser tratada apenas como tarefa democrática, uma vez que parte dela apresenta, diretamente, a contradição capital/trabalho no campo e, portanto, coloca-se diretamente num âmbito socialista. Analisaremos essa dimensão da questão agrária mais adiante, na seção 4.4.1.

No conjunto, o modelo permitiu que o sistema deixasse os problemas de distribuição da propriedade – que pareciam críticos no fim dos anos de 1950 – ao mesmo tempo que o proletariado rural que se formou não ganhou estatuto de proletariado: tanto a legislação do trabalho praticamente não existia no campo como a previdência social não passa de uma utopia; isto é, do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural (OLIVEIRA, 2011, 45).

Francisco de Oliveira (2011) avalia que essa é a natureza da conciliação entre o crescimento industrial e agrícola, pois não só aconteceu o tratamento de controle da economia agrário-exportadora, com os confiscos parciais de lucro, mas também isso foi compensado com o fato de o crescimento urbano-industrial ter permitido às atividades agropecuárias manterem seu padrão, baseado numa superexploração da força de trabalho.

Ainda mais, é somente a partir da constituição de uma força de trabalho urbana operária que passou a existir também um operariado rural em maior escala, o que, do ponto de vista das culturas comerciais de mercado interno e externo, significou sem nenhuma dúvida, reforço à acumulação (OLIVEIRA, 2011, p. 46).

Conforme o autor, as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho, principalmente nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam um excedente não reinvestível em si mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana.

Ainda, segundo Oliveira (2011), a tese do setor atrasado que se impõe como obstáculo ao desenvolvimento do setor moderno não encontra sustentação histórica, pelo fato de a economia brasileira ter experimentado uma taxa secular de crescimento desde o século XIX.

A partir dos anos cinquenta do século XX, aproximadamente, começa a haver uma espécie de revolução tecnológica no próprio campo (MARTINS, 1997). A partir desse período, houve um processo maior de integração entre atividades agropecuária, industrial e com os setores de serviços. Aconteceram grandes mudanças técnicas na agropecuária, conhecidas como “revolução verde”, que a tornou menos dependente das condições naturais e mais dependentes de insumos e equipamentos artificiais, ampliando o mercado de produção e venda desses produtos (CAMPOS, 2011).

O Estado foi de suma importância no sentido de assegurar essa modernização tecnológica, a mecanização de grandes fazendas, com financiamento subsidiado, e outros mecanismos, além de processos de expropriação e mobilidade do trabalho, que também provocaram conflitos e luta pela terra. A mobilização que surgiu desse processo despertou inquietações no pacto da classe dominante, que se viu forçada a garantir o bloco hegemônico, lançando mão da Ditadura Empresarial-Militar.

Eis as circunstâncias do Golpe Militar de 1964. Com ele, a questão agrária passou a adquirir novos contornos, pois a intervenção dos militares obedeceu a um princípio claro: o da concentração empresarial na atividade agrícola, por meio da liquidação do patrimônio devoluto em favor de grandes capitalistas (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 12-13).

A concentração de terra aumentou durante o período da Ditadura Empresarial-Militar de 1964 (como podemos verificar na tabela abaixo), garantindo a concentração empresarial na atividade agrícola, por meio da liquidação de grande parte do patrimônio devoluto em favor de grandes capitalistas.

Tabela 10: Brasil - Grandes propriedades no período de 1967 a 1978

Ano	Total de imóveis rurais	Total de hectares	% de grandes propriedades (maiores que 1000ha)	Número de grandes imóveis	% de área ocupada por grandes propriedades	Área ocupada por grandes propriedades
1967	3.638.931	360.104.300	1,4%	50.945	48,9%	176.091.002
1972	3.387.173	370.275.187	1,5%	50.548	51,4%	193.749.742
1978	3.071.085	419.901.870	1,8%	56.546	57%	246.023.591

Fonte: INCRA apud Oliveira (2007).

Em 1967, por exemplo, o Brasil possuía 3.638.931 imóveis rurais. Desses, 1,4% (50.945) eram imóveis classificados como grandes propriedades (mais de 1000 hectares) e ocupavam 48,9% (176.091.002 ha) da área total de 360.104.300 hectares. Já em 1972, o número total de imóveis era de 3.387.173 e as grandes propriedades representavam apenas 1,5% (50.548), ocupando 51,4% (193.749.742 ha) da área total (370.275.187 ha). E em 1978, o total de imóveis era 3.071.085, e as grandes propriedades representavam 1,8% (56.546), ocupando 57% (246.023.591 ha) da área total (419.901.870 ha) (INCRA apud OLIVEIRA, 2007).

Já as pequenas propriedades foram diminuindo nesse período, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 11: Pequenas propriedades no período de 1967 a 1978

Ano	Total de imóveis rurais	Total de hectares	% de pequenas propriedades (menores que 100ha)	Número de pequenas imóveis	% de área ocupada por pequenas propriedades	Área ocupada por pequenas propriedades
1967	3.638.931	360.104.300	86,4%	3.144.036	18,7%	67.339.504
1972	3.387.173	370.275.187	85,8%	2.905.416	17,5%	61.096.524
1978	3.071.085	419.901.870	83,8%	2.581.838	14,8%	59.939.629

Fonte: INCRA apud Oliveira (2007).

As pequenas propriedades, com área inferior a 100 hectares, representavam em número em 1967, 86,4% (3.144.036), mas ocupavam uma área de apenas 18,7% (67.339.504 ha). Em 1972, eram 85,8% (2.905.416) e detinham 17,5% (61.096.524 ha) da superfície agricultável e, em 1978, eram 83,8% (2.581.838) ocupando 14,8% (59.939.629 ha) da área total (INCRA apud OLIVEIRA, 2007).

Delgado (2003) analisa que houve um aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o capital internacional. Consolidou as bases do

processo de modernização com a permanência da grande propriedade, um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador (que também é chamado de modernização conservadora), que, simultaneamente, à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial.

Para Delgado (2003, p. 58):

Esse processo de modernização técnica e de integração com a indústria é caracterizado “por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhorada e combustíveis líquidos, etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação, etc.). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas, etc.). Estes blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado.

O agronegócio, na acepção brasileira do termo, segundo o autor, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas de Estado, isto é, o agronegócio é uma associação do grande capital com a grande propriedade fundiária, sob a mediação do Estado, junto ao comércio internacional (DELGADO, 2003).

Para Christiane Campos (2009), o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados aos processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do país em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo e intensificando desigualdades socioespaciais.

O agronegócio envolve, conforme Christiane Campos (2009), uma ampla articulação de capitais, sob o controle de grupos econômicos multinacionais e cuja maximização de lucros é viabilizada, de um lado, por se inserir em um contexto de mundialização do capital em forma neoliberal, em que os capitais têm ampla liberdade de circulação, em que ocorre uma rápida difusão de informações, técnicas e tecnologias e, simultaneamente, uma intensa precarização do trabalho em todos os países capitalistas. “Por outro lado, o agronegócio se

viabiliza por meio da apropriação dos espaços nos Estados para garantir recursos e condições políticas e jurídicas favoráveis às suas atividades” (CAMPOS, 2009, p. 32).

Com o avanço do chamado neoliberalismo no Brasil, a partir dos anos de 1990, de acordo com a autora, o Estado reduz, drasticamente, seu papel de investidor direto, inclusive nas atividades agropecuárias, proporcionando um aumento da participação de conglomerados estrangeiros em vários setores do agronegócio; a intensificação dos processos de concentração e centralização de capitais nos complexos agroindustriais e uma grande expansão espacial das atividades vinculadas ao setor em vários estados do país, provocando vários impactos socioespaciais. “Nesse sentido, é que consideramos pertinente considerar o agronegócio como a face neoliberal de expansão do capital no campo brasileiro” (CAMPOS, 2011, p. 106).

No que tange à política-econômica, o agronegócio defende as propostas neoliberais que resultam na abertura de novos locus de acumulação de capital, como as privatizações e as parcerias público-privadas, bem como a redução do papel do Estado na regulação do mercado de trabalho, no controle de recursos naturais e na garantia de direitos sociais universais, como saúde e previdência. Entretanto, reivindica políticas protecionistas, créditos subsidiados e investimentos estatais para viabilizar maior capacidade produtiva e rentabilidade aos setores do agronegócio. As forças hegemônicas do agronegócio no Brasil defendem que a base da economia do país deve ser a produção e a exportação de commodities. E é nessa perspectiva que intervêm nas políticas agrária, agrícola, industrial, ambiental, cambial, tributária e trabalhista no país (CAMPOS, 2011, p. 108-109).

O agronegócio defende as políticas neoliberais, porque elas garantem a sua expansão e territorialização. De acordo com Campos (2011), existe, no Brasil (e provavelmente em outros países da América Latina), uma aliança formada entre o Agronegócio-latifúndio-Estado, que cria as condições favoráveis para a territorialização do agronegócio no contexto de implantação das políticas neoliberais no país. A autora explica que: “as modernas produções do agronegócio no Brasil se desenvolvem sob uma arcaica estrutura fundiária e com o apoio de uma ‘mão bem visível’ do Estado” (CAMPOS, 2011, p. 121).

Segundo a autora, a principal contribuição do Estado para a territorialização do agronegócio é por meio de investimentos para equipar o território, facilitando os processos de produção e circulação de *commodities*. Em todas as regiões do país, são os investimentos públicos, especialmente do governo federal, que dão suporte à expansão territorial do agronegócio. É o Estado que realiza as principais obras na infraestrutura de transportes (rodoviário, aeroportuário, ferroviário e portuário), de energia, entre outras que vão moldando os espaços conforme as demandas do capital. Ou seja, o Estado instrumentaliza e viabiliza a

territorialização das empresas, entre as quais as do agronegócio, em múltiplos pontos do território nacional e uma maior fluidez das mercadorias e do próprio território, pelo encurtamento das distâncias e aceleração do processo de valorização do valor. O Estado, em todas as esferas governamentais, ainda, cria uma série de facilidades para a expansão do agronegócio entre as quais as isenções de impostos, a concessão de áreas para implantação de indústrias ou de experimentos agropecuários, sem contar a aprovação de leis como a liberação dos transgênicos e mais flexibilidade nas regras ambientais.

Além disso, o Estado também atua por meio de investimento direto. É o caso das empresas de celulose, por exemplo, em que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do governo federal, é um dos grandes financiadores e, em alguns casos, é sócio dos investimentos de expansão, que resultam em aumento da concentração de terras. Além do financiamento de grandes projetos, por meio dos bancos de desenvolvimento nacional e/ou regional, o Banco do Brasil também é uma importante fonte de capitalização de grandes empresas do agronegócio por meio do crédito rural, dentre outros exemplos.

A atuação do Estado, por meio de bancos estatais, mostra como ele patrocina o agronegócio. Todavia, os Bancos não apenas financiam o agronegócio, como se apropriam das terras. É o que mostra a análise de Ariovaldo de Oliveira (2011), conforme destacamos na seção 2.5, com casos como o do Banco do Brasil S/A e o do Banco Bradesco S/A, que estão entre os maiores proprietários de terras do país, em 4º e 6º lugar, com 164.974ha e 131.347ha, respectivamente, possuindo terras em todos os estados do Brasil.

Para Campos (2011):

A aliança com o latifúndio revela que, no seu processo de territorialização, o agronegócio traz elementos novos – nos aspectos técnicos, nas articulações políticas, na articulação de capitais investidos nos negócios de base agropecuária, entre outros – mas também carrega as heranças da história e da espacialidade do modo capitalista de produção no território brasileiro. Entre essas heranças está o latifúndio (CAMPOS, 2011, p. 121).

Em síntese, de acordo com Iasi (2007), no Brasil, o capitalismo se expandiu a partir de uma integração subordinada à ordem imperialista. Além disso, a expansão do capitalismo no campo brasileiro favoreceu a concentração da terra e a permanência de estruturas agrárias tradicionais, fato que marcou, em grande medida, a própria dinâmica da luta de classes.

Não houve, no Brasil, um embate entre classes sociais, que alterasse a estrutura fundiária, a partir do fim da grande propriedade fundiária. Ao contrário, a burguesia emergiu

de parte da grande propriedade fundiária, impulsionando a concentração de terras e, ao mesmo tempo, a acumulação do capital. Esse processo resultou em uma enorme contração de terras, que atravessou a história e mantém-se presente nos dias atuais. A concentração de terras fez parte da forma como o capitalismo se expandiu, impulsionando a desigualdade social e espacial e os conflitos no campo.

4.3 O Desenvolvimento Geográfico Desigual do Capitalismo

De acordo com Neil Smith (1984), o desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo. É (no mínimo) expressão geográfica das contradições do capital. Ele analisa o desenvolvimento desigual (ou a produção desigual do espaço sob o capitalismo) a partir das tendências contraditórias para a diferenciação e para a igualização, que determinam a produção capitalista do espaço.

O autor analisa a diferenciação do espaço geográfico como a própria divisão territorial do trabalho, que deriva da divisão social do trabalho mais geral, e a igualização das condições de produção como resultante da universalização do trabalho abstrato na forma de valor.

A acumulação de capital avança não simplesmente através da divisão do trabalho, mas pelo nivelamento dos modos de produção pré-capitalistas ao plano do capital. O desenvolvimento da divisão do trabalho é possível somente na medida em que o capital conquista o modo de produção. A universalização da relação salário-trabalho pressagia ao trabalhador uma liberdade oferecida com uma mão — a liberdade de comprar e vender sua força de trabalho — mas tomada com a outra. (SMITH, 1984, p. 170).

As duas tendências, para a igualização e para a diferenciação, são inerentes ao capital. A igualização das condições e do nível de produção é tanto um produto da universalização do trabalho abstrato como a tendência para a diferenciação.

Smith (1988) explica que o capital herda um mundo geográfico, que já está diferenciado em complexos padrões espaciais. Na medida em que a paisagem fica sob o domínio do capital (e se torna cada vez mais funcional para ele), esses padrões são agrupados em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais. Três escalas primárias surgem com a produção do espaço sob o capitalismo: o espaço urbano, a escala da nação-Estado e o espaço global. Em diferentes graus, cada uma dessas escalas separadas é historicamente dada antes da transição para o capitalismo. Mas, em extensão e em substância, elas são completamente transformadas nas mãos do capital. Da mesma forma que a integração

espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma de valor, assim também a diferenciação de espaços absolutos (mensuráveis, localizáveis, identificáveis) como escalas particulares da atividade social é uma necessidade intrínseca para o capital.

A escala urbana é determinada pelo uso do solo. Na medida em que o uso residencial, industrial, de lazer e outros usos do solo são diferenciados e coordenados no nível intra-urbano, a coesão do espaço urbano resulta da cooperação de uma função diferente do capital. Por mais que o fenômeno do desenvolvimento urbano resulte da centralização do capital de produção, sua diferenciação interna resulta da divisão entre esse e outros usos do solo, sendo dirigido por meio do sistema de renda do solo. O autor ressalta que há um acordo entre a literatura burguesa e a marxista de que a renda do solo desempenha o papel fundamental na mediatização da diferenciação geográfica do espaço urbano.

A renda do solo de um certo espaço é determinada por um certo número de coisas, incluindo suas propriedades (tamanho, forma de superfície, utilização atual, etc.) e sua relação com outros melhoramentos e lugares (centro da cidade, transporte, rede de esgotos, etc). O sistema de renda do solo nivela o espaço urbano à dimensão de valor de troca, mas o faz como um meio de então coordenar e integrar o uso dos espaços individuais dentro do espaço urbano como um todo. A igualização do espaço urbano na estrutura de renda do solo torna-se o meio para sua diferenciação. Os usos competitivos são geograficamente selecionados, em primeiro lugar, através do sistema de renda do solo. Entretanto, não há certamente garantia alguma de integração efetiva. Na medida em que alguns equipamentos urbanos são consumidos em comum e podem servir simultaneamente como meio de produção e de reprodução, nenhum capital individual pode ser capaz ou pode ter o desejo de fornecê-los. Para manter as condições para um desenvolvimento ordenado do espaço urbano, o Estado (no nível local ou nacional) geralmente intervém, desde que seja capaz de mudar os rumos do mercado imobiliário. A racionalidade do mercado imobiliário é trocada pela lógica política direta do planejamento urbano. Dado o consumo coletivo de meios de transporte e a importância do deslocamento para o trabalho, isto é particularmente crucial no que tange à construção dos meios de transporte, mas também se aplica à rede de esgotos, eletricidade, de água, etc. A ordem do mercado imobiliário é modificada em nome de uma ordem coletiva para o capital, mas o resultado efetivo poderia bem ser a desordem (SMITH, 1988, p. 200).

No caso da escala global ou internacional, o autor explica que o capitalismo herda a escala global na forma do mercado mundial. A produção dessa escala é uma das condições que torna possível o desenvolvimento do capitalismo. O mercado mundial baseado na troca se transformou numa economia mundial baseada na produção e na universalidade do trabalho assalariado.

Enquanto a escala urbana é o produto de um processo de diferenciação executado por meio da centralização do capital, a escala internacional é, puramente, um produto da

tendência para a igualização. A estratégia do capital para a universalidade é a tentativa de reduzir a força de trabalho do mundo à condição de mercadoria. Da mesma forma que a necessidade de acumulação implica a centralização do capital responsável pela formação de uma escala urbana distinta, a mesma necessidade leva à igualização de uma escala global de produção.

Como resultado, a diferenciação geográfica do globo, de acordo com o valor da força de trabalho, tem sua réplica numa série de características espaciais mais fixas, tais como uma acentuada divisão internacional do trabalho e uma diferenciação sistemática entre a composição orgânica do capital em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas. (...) Mesmo as economias recém-industrializadas estão severamente circunscritas às suas funções na divisão internacional do trabalho e ao controle internacional do capital. No final, permanece a contradição entre os meios de acumulação e as condições necessárias para a acumulação. Na medida em que se originou com a acumulação primitiva e com a oposição do capital às sociedades pré-capitalistas, conserva a forma dicotômica. Mas, hoje, ela é mais uma questão de desenvolvimento num pólo e de desenvolvimento do subdesenvolvimento, no outro (para usar a expressão perspicaz de Frank), que uma questão de "articulação de diferentes modos de produção". Os modos de produção pré-capitalistas foram integrados ao sistema capitalista mundial como "exteriores internalizados". Como tal, não realizaram a transição completa da integração formal para a real e a integração real do espaço-economia global é necessariamente incompleta. Quanto mais a força de trabalho é mercadorizada na economia mundial, mais o valor da força de trabalho se torna um instrumento de ruptura de tendência para a integração espacial (SMITH, 1988, p. 204).

De acordo com Smith (1988), se a escala urbana e a global representam, respectivamente, a perfeita expressão geográfica das tendências contraditórias para a diferenciação e para igualização, a escala da nação-Estado é um produto menos direto dessa contradição. O impulso para a produção dessa escala vem da circulação de capital, mais especificamente das injunções da competição entre diferentes capitais no mercado mundial.

Para o autor, tanto o subdesenvolvimento como o desenvolvimento ocorrem em todas as escalas espaciais, e o capital tenta se movimentar geograficamente, de tal maneira que, continuamente, explora as oportunidades de desenvolvimento, sem sofrer os custos econômicos do subdesenvolvimento.

Como podemos observar, a partir da análise de Smith (1988), sobre as tendências para a igualização (das condições de produção com a universalização do trabalho abstrato na forma de valor) e para a diferenciação (como expressão da divisão social e territorial do trabalho), na produção desigual do espaço geográfico sob o capitalismo, que isso é uma característica própria da dinâmica do capitalismo, e não uma anomalia, conforme, principalmente a análise

do PT, ao considerar a desigualdade regional da formação territorial brasileira. A compreensão desse processo de igualização e diferenciação é imprescindível na crítica à análise dual dos aspectos considerados atrasados e modernos.

Todavia - apesar de considerar tais tendências (para a igualização e para a diferenciação) na produção desigual do espaço sob o capitalismo, que a acumulação de capital avança não apenas por meio da divisão do trabalho, mas pelo nivelamento dos modos de produção pré-capitalistas ao plano do capital. Smith (1988) considera que os modos de produção pré-capitalistas foram integrados ao sistema capitalista mundial como ‘exteriores internalizados’. Como tal, não realizaram a transição completa da integração formal para a real, e a integração real do espaço-economia global é necessariamente incompleta.

Principalmente na formulação do PT, fica evidente uma consideração semelhante na formação territorial brasileira. Um dos problemas, identificados pelo partido, é que o capitalismo, no Brasil, é incompleto, pois o desenvolvimento desigual recria setores de pequenos proprietários e não completa a mercantilização do campo, eliminando o latifúndio tradicional. Isso justifica a estratégia democrático-popular, como necessária para acumular forças e solucionar essas tarefas em atraso, antes do socialismo.

Tais análises sobre a “incompletude” (seja da integração real do espaço-economia global, seja do desenvolvimento do capitalismo no país) pode sugerir um modelo ideal de processo a ser seguido por diferentes formações territoriais, um processo capitalista inconcluso, que precisa ser concluído.

A relação entre as tendências para a igualização e diferenciação também são explicadas por Moraes (2011) da seguinte forma: a tendência de expansão, que é intrínseca ao capitalismo acarreta uma homogeneização diferenciadora dos lugares terrestres, que os torna mais iguais e mais diversos ao mesmo tempo. As várias sociedades e civilizações se aproximam ao entabularem relações e ao participarem de circuitos comuns, ficando assim mais parecidas exatamente pela submissão à lógica capitalista e por reproduzirem, nesse processo, alguns dos traços constitutivos desse modo de produção. Contudo, as relações entabuladas trazem uma hierarquia bem rígida que se objetiva em trocas desiguais, intercâmbios injustos, hierarquia de posições diferenciadas. Por isso, no próprio processo de homogeneização, são recriadas distinções e diferenças, emergindo com destaque as próprias situações geográficas antípodas de centro e periferia, outro elemento estrutural da espacialidade capitalista, um resultado espacial em diferentes escalas da tônica concentradora e centralizadora já comentada.

Entretanto, segundo Moraes (2011), pode-se falar de formas capitalistas de valorização do espaço e de uma valorização capitalista do espaço. As formas capitalistas de valorização referem-se às formas de dominação que o capitalismo exerce sobre diferentes formas de produção não capitalistas. E a valorização capitalista do espaço designaria a forma própria do capital submeter sua base espacial.

Nos espaços periféricos, as formas de valorização do espaço introduzidas pela subordinação dos lugares à lógica e dinâmica do capitalismo não reproduzem especificamente o modelo de valorização capitalista do espaço. Neles, esse modo de produção vai reviver, criar ou assimilar elementos estranhos a sua essência original (a do “capitalismo propriamente dito”), revelando nessa adaptação/dominação toda a particularidade dos processos históricos em seus movimentos contraditórios. Trata-se por tanto, numa conceituação rigorosa, de uma produção capitalista de relações não capitalistas de produção (conforme a já consagrada expressão de José de Souza Martins), cuja espacialidade expressa nas formas capitalistas de valorização do espaço a manifestação local da valorização capitalista do espaço (MORAES, 2011, p. 22).

Moraes (2011) analisa que, “nos espaços periféricos, as formas de valorização do espaço introduzidas pela subordinação dos lugares à lógica e dinâmica do capitalismo não reproduzem especificamente o modelo de valorização capitalista do espaço” (p. 22). Ou seja, o capitalismo exerce formas diferentes (e não idênticas/iguais) de dominação e, nesse sentido, as diferentes formações territoriais não têm que passar necessariamente pelos mesmos processos. Nesse sentido, analisaremos a questão, levantada pelo PT, sobre a incompletude do capitalismo, pelo fato de seu desenvolvimento desigual recriar pequenos proprietários e não eliminar o latifúndio tradicional.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005) considera que a análise da agricultura brasileira deve ser feita no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção mundial.

Esse entendimento passa necessariamente pelo entendimento de desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo que segue reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, produz também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como relações camponesas de produção, a peonagem etc.; todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2005, p. 73-74).

Em sua tendência expansiva, o capital avança por meio da territorialização e/ou monopolização do território sem necessariamente se territorializar, articulando relações de produção capitalistas com relações não capitalistas de produção. Dessa forma, Oliveira (2005)

explica que uma das características fundamentais da estrutura agrária brasileira é a expansão de relações não capitalistas de produção, principalmente camponesa e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, o caráter concentrador da terra. Nesse texto, o autor aponta alguns dados, praticamente do mesmo período de surgimento do PT e de suas análises, entre 1970 e 1985, sobre o crescimento do número absoluto de posseiros: de 811.367 para 1.054.542, de 16% para 30%. Já os parceiros conheceram de 20%, passando de 380.191 para 455.813.

No caso dos estabelecimentos, entre 1950 e 1985, com área inferior a 100 ha, passou de 1.629.995 para 5.225.162 estabelecimentos. Os que possuem menos de 10 ha, nesse conjunto, passaram de 654.557 para 3.064.822 estabelecimentos.

Em relação à área ocupada pelos estabelecimentos: os estabelecimentos com menos de 100 ha passaram de 36 milhões de ha para 80 milhões. Os estabelecimentos com área inferior a 10 ha passaram de 1.893.439ha para 9.986.637 ha. Já a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1.000 ha (50.000) passaram de 95 milhões de há para mais de 164 milhões de ha. Nesse caso, segundo o autor, podemos verificar o crescimento simultâneo da área dos latifúndios e da dos camponeses.

O capitalismo combina relações capitalistas com relações não capitalistas de produção e, nesse sentido, os países não seguem um modelo ideal de processo (como indicam as análises de Smith e do PT). Dessa forma, diferente do PT, que considera esse processo (de desenvolvimento desigual e recriação do campesinato e do latifúndio) como uma anomalia, reflexo de um capitalismo incompleto, para Oliveira (2005), ele (o processo) é próprio da dinâmica do capitalismo.

A reprodução de relações não capitalistas, no campo, tem acontecido, sobretudo por meio da combinação de relações capitalistas e não capitalistas de produção, da combinação de processos de mobilidade e permanência, dos processos de resistência e luta pela terra, e, inclusive, por meio de estratégias do próprio capital.

Alguns autores clássicos da questão agrária, a exemplo de Chayanov e Kautsky, haviam dado maior atenção às relações não capitalistas.

Chayanov (1981), por exemplo, avaliava que, na moderna teoria econômica, havia se tornado costume pensar todos os fenômenos econômicos exclusivamente em termos capitalistas. “Todos os princípios de nossa teoria – renda da terra, capital, preço e outras categorias – formaram-se dentro do marco de uma economia baseada no trabalho assalariado, que busca maximizar lucros” (CHAYANOV, 1981, p. 133). O autor afirmava que todos os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica eram vistos como insignificantes, ou em

extinção; no mínimo, considera-se que não têm influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico.

Apesar de afirmar reconhecer o domínio do capital financeiro e mercantil no comércio mundial e o papel que desempenha na organização atual da economia mundial (afirmava ter que aceitar essa última tese), Chayanov (1981) considerava que a aplicação de tais afirmações não deveriam ser estendidas a todos os fenômenos da vida econômica, pois não seria possível progredir no pensamento econômico apenas com categorias capitalistas, uma vez que uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera da produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada.

Desse modo, a preocupação central de Chayanov (1981) é a fundamentação teórica para compreender o que ele chama de sistemas econômicos não capitalistas, a partir da formulação de categorias que lhes são próprias. Ele analisa as relações não capitalistas, especialmente a unidade de produção familiar camponesa, a partir da sua dinâmica interna, principalmente a relação entre a satisfação das demandas e a penosidade do trabalho.

Em síntese, ele combate a ideia de uma teoria econômica universal e analisa cada sistema particular. O risco dessa operação é considerar os “sistemas” isoladamente, e não perceber a dominação que a produção dominante exerce sobre as outras, conforme destacamos, principalmente quando debatemos sobre o método, na nossa introdução, a partir de Marx (2008), além da análise realizada no início desse capítulo 4.

Além disso, ao analisar a economia socialista, Chayanov comete o equívoco de falar do Comunismo como um sistema de coletivismo Estatal.

Na ordem econômica comunista que deve desempenhar essa tarefa, a economia nacional é concebida como uma única e enorme unidade econômica de todo o povo. A vontade popular dirige através dos órgãos estatais – seus instrumentos – e o Estado administra a unidade econômica segundo um plano unificado, que utiliza plenamente todas as possibilidades técnicas e todas as condições naturais favoráveis. Dado que a economia é concebida como única unidade, a troca e o preço enquanto fenômenos sociais objetivos estão fora do sistema. Os produtos manufaturados deixam de ser valores significativos num sentido monetário ou de troca; permanecem apenas enquanto bens, distribuídos de acordo com um plano estatal de consumo. Toda a peculiaridade econômica deste regime se reduz a traçar planos estatais para o consumo e a produção, e a estabelecer um equilíbrio entre ambos (CHAYANOV, 1981, P. 157-158).

O Estado é produto e manifestação do antagonismo inconciliável das classes (LENIN, 2010). Quando a sociedade se divide em classes sociais, surge o Estado para manter a ordem

de dominação de uma classe por outra. Ele é sempre a organização da classe dominante em poder político. O Comunismo representa a socialização dos meios de produção e, portanto, a superação da sociedade de classes e do Estado. É a auto-organização dos trabalhadores, livremente associados, em escala internacional. O Estado existe ainda, no período de transição socialista, que é uma transição ao comunismo, que começa em um país, mas deve se realizar internacionalmente. Enquanto cada um não poder trabalhar de acordo com as suas capacidades e retirar da produção social tudo aquilo que necessita, alguém terá que distribuir o trabalho, fiscalizar as quantidades oferecidas, definir critérios, zelar por sua aplicação, punir os desvios em relação às regras e normas estabelecidas: o Estado ainda não desapareceu (IASI, 2010).

Em relação à Kautsky, Virginia Fontes (2010) lembra que o mesmo avaliava a existência de setores econômicos refratários, por sua natureza, ao capital.

4.3.1 A ANÁLISE DE KAUTSKY

Kautsky (1986) avaliava que a questão agrária era um tema imenso e que os trabalhos produzidos, sob a perspectiva do socialismo moderno, eram em número insuficiente (ou desconhecidos). Kautsky (1986) afirmava que a sua preocupação sobre o tema da questão agrária era, precisamente, o papel desempenhado pelas formas pré-capitalistas da agricultura no seio da sociedade capitalista.

Kautsky (1986) considerava que, embora o modo de produção capitalista fosse dominante na sociedade, não era a única forma de produção existente; ao lado do capitalismo, podem ser encontrados remanescentes, conservados, de outros modos de produção pré-capitalistas, bem como germes de um novo modo de produção superior em várias formas de economia estatal e comunal, como também nas cooperativas. Da mesma forma, a oposição entre a classe dos capitalistas e o proletariado assalariado não é a única que existe. Ao lado dessas classes, existem muitas outras, inclusive que constituem produtos de formas pré-capitalistas, em parte, produzidas pelas próprias necessidades do capitalismo, ou se desenvolvem à sombra do mesmo.

Kautsky (1986) apontava que o desenvolvimento capitalista na agricultura era muito mais complicado do que o processo que ocorria na indústria, uma vez que “coexistem nele, em ação simultânea, tendências as mais diversas, atuando em sentidos diferentes, de modo que, nesse emaranhado, as tendências são frequentemente difíceis de reconhecer.” (p. 126).

Entre as diferenças dos processos que ocorriam na indústria e na agricultura, apontadas pelo autor, o solo constituía a principal delas.

Nesse particular, ressalta principalmente a grande diferença que se apresenta entre os meios de produção industrial, passíveis de reprodução ilimitada, e o meio principal de produção da agricultura, o solo, que não costuma representar, em condições normais, nenhuma grandeza multiplicável (KAUTSKY, 1986, p. 130).

Para o autor, a natureza do solo constituía, sob o domínio da propriedade privada, universalmente um entrave enorme ao desenvolvimento do grande estabelecimento agrícola, interferência que a indústria desconhecia.

Além disso, para Kautsky (1986), a situação do solo seria outra particularidade, pois, nos países “civilizados tradicionais”, as extensões passíveis de acréscimo às áreas já cultivadas são mínimas e praticamente desprezíveis em comparação com a capitalização anual da classe capitalista. “O dono de terras só tem condições de ampliar a área de sua propriedade apelando para o processo de centralização, ou seja, reunindo várias áreas em uma só” (p. 130). Já na indústria, segundo Kautsky (1986), o processo de acumulação pode realizar-se independente de qualquer centralização.

Onde o meio principal de produção agrícola, ou seja, o solo se converte em propriedade particular e passa a imperar a pequena propriedade, podem-se reunir os pequenos estabelecimentos e fazer deles um grande. É nesse caso específico que o desaparecimento do pequeno estabelecimento serve de pressuposto obrigatório para o estabelecimento da grande empresa. E não é só isso. Para que a centralização resulte efetivamente na formação de um grande estabelecimento, os pequenos estabelecimentos desapropriados têm que constituir uma área contínua, ininterrupta. Um banco hipotecário pode executar centenas de hipotecas de propriedades agrícolas, sem que, com isso, o conjunto forme uma grande empresa, pois, normalmente, essas pequenas unidades encontram-se espalhadas por localidades várias, bem afastadas uma das outras. Ao banco não resta, então, outra alternativa, senão a de vender essas pequenas unidades novamente em separado, da forma que as adquiriu, ou de subdividi-las em parcelas menores ainda, mais aceitáveis por parte dos compradores, daí surgindo um número maior ainda de pequenos estabelecimentos. (p. 130).

Kautsky (1986) avaliava que, onde predomina a pequena propriedade fundiária, dificilmente, iria se formar uma grande propriedade fundiária, por piores que fossem as condições de conservação da pequena propriedade, ou por maior que seja a superioridade do grande estabelecimento.

De acordo com Kautsky (1914), as possibilidades de investimento na indústria são imensamente maiores do que na agricultura. Isso não significa que um proprietário de terras que exerça a agricultura de forma capitalista, tem menos oportunidades de acumular lucros do que um capitalista industrial, mas que as possibilidades de investir capital na agricultura são todas mais limitadas do que as possibilidades de investir na indústria. As causas dessa diferença podem ser encontradas em várias considerações de ordem técnica e social.

A agricultura depende da produção e reprodução de organismos vivos. Esse processo não pode ser arbitrariamente facilitado ou prorrogado por meio do aumento do número de trabalhadores dedicados a ele. Já na indústria, ao contrário, pode se desenvolver indefinidamente enquanto a oferta de trabalho e matéria-prima existirem (KAUTSKY, 1914).

Diferente da agricultura, na indústria, pode haver o aumento de firmas, de seu tamanho médio e do número total de trabalhadores empregados (na agricultura, esse aumento é limitado pelo tamanho da propriedade), mesmo sem nenhuma mudança nos métodos de produção (KAUTSKY, 1914).

O impacto do avanço da técnica também ocorre de maneira diferente na indústria e na agricultura. Na indústria, a tendência de diminuição do número de trabalhadores ocorre de maneira apenas relativa. Já na agricultura, a tendência é relativa e absoluta. Além disso, os produtos da agricultura são menos variados do que os da indústria, e seu valor é mais estável (KAUTSKY, 1914).

Kautsky (1914) também considerava que a concorrência no setor industrial é maior do que na agricultura, de modo que o capitalista industrial deve prezar pelo seu mercado com muito mais cuidado do que o latifundiário. As dificuldades do agricultor em relação a seu mercado são colocadas pelo atravessador, não pelos seus concorrentes.

Para Kautsky (1914), a relação entre as duas zonas muda constantemente em detrimento da indústria. O capital industrial aumenta constantemente, e a agricultura fica cada vez mais atrasada. Dessa forma, o autor afirma que há uma tendência, no modo de produção capitalista, de desenvolver a indústria mais do que a agricultura. Ele considera que essa é uma razão importante para as crises periódicas que afetam o setor industrial, e que, assim, restaura a proporção correta entre os diferentes ramos da produção. Por outro lado, a capacidade de crescimento e expansão da indústria capitalista aumenta a pressão para estender a zona industrial à zona agrícola, proporcionando para indústria, não apenas gêneros alimentícios e matérias-primas, mas também, consumidores.

A importância da zona agrícola para a indústria é dupla e a desproporção entre elas pode também ser expressa de duas maneiras. Primeiro, o mercado dos produtos industriais nas zonas agrícolas não pode crescer tão rápido quanto à produção industrial, o que se caracteriza como uma superprodução. E em segundo, a agricultura não pode prever a quantidade de alimentos e matérias primas necessárias para acompanhar o rápido crescimento da produção industrial. Esses dois fenômenos podem parecer mutuamente excludentes, mas na verdade, são estritamente inter-relacionados na medida em que derivam da desproporção entre produção industrial e agrícola, e não por outras causas tais como flutuações na produção de ouro ou alterações no poder dos produtores vis-à-vis aos consumidores através de cartéis, políticas comerciais e políticas fiscais (KAUTSKY, 1914).

Um dos dois fenômenos, escassez ou superprodução, pode facilmente variar de um para o outro, pois derivam dessa desproporção. O aumento nos preços anuncia uma crise, embora a crise surja como excesso de produção e traz com ela um colapso dos preços. Por outro lado, a movimentação constante dos países capitalistas industrializados para ampliar a zonas agrícolas envolvidas nas relações comerciais com eles, assume as mais variadas formas, uma vez que essa movimentação é uma das próprias condições de existência do capitalismo (KAUTSKY, 1914).

Segundo Kautsky (1914), o livre comércio e o imperialismo são formas dessa movimentação dos países capitalistas industrializados para as zonas agrícolas. Para ele, o livre comércio era visto como a última expressão do capitalismo, assim como imperialismo é hoje. O livre comércio passou a imperar graças à superioridade da indústria capitalista inglesa, que tinha o objetivo de tornar o mundo uma zona agrária que iria adquirir os produtos industriais da Inglaterra e fornecer-lhe gêneros alimentícios e matérias-primas na troca. Já o imperialismo, para Kautsky (1914), que substituiu o livre comércio, foi particularmente encorajado a partir do sistema de exportação de capital para as zonas agrárias que emergiram ao mesmo tempo. Nesse sentido, o intercâmbio de materiais entre agricultura e indústria aumentou consideravelmente.

Virginia Fontes (2010) critica a análise de Kautsky por não se aprofundar nas relações sociais predominantes em cada ramo de atividade, ou nas conexões entre elas, e enfatiza a singularidade de cada atividade, insistindo na diferença qualitativa entre o trabalho na terra e o trabalho industrial.

Nessa linha de raciocínio, ao menos uma parcela da agricultura seria um “peso” para o capitalismo (que, para ele, é fundamentalmente sinônimo de indústria urbana), seria algo de quase permanentemente externo ao capitalismo. A oposição cidade-campo, característica dos primórdios do capitalismo, longe de diluir-se no predomínio geral do capital, se aprofundaria e uma das razões residiria na natureza do agrário,

independentemente das relações sociais de trabalho que nele se instaurassem (FONTES, 2010, p. 69).

Segundo Fontes (2010), Kautsky realiza uma generalização problemática, embora derivada de atenta observação empírica. De fato, o ritmo de transformação do conjunto das relações sociais no campo não é o mesmo do vigente nas regiões urbanas, pois, de acordo com a autora, relações de trabalho de formatos variados seguiram – e continuam – existindo na agricultura, seja como persistência de formas anteriores, seja como modalidades híbridas, resultantes de modulações variadas de dominação direta do capital na produção. No entanto, de acordo com a autora, supor que o imperialismo derivava centralmente de uma contradição entre indústria desenvolvida e a agricultura refratária (ou incapaz de capitalizar-se na velocidade necessária) desconsiderava as profundas transformações (inclusive de produtividade) que a própria produção agrícola poderia experimentar, ainda que, nela, subsistindo uma pluralidade de formas sociais de trabalho e produção. Entretanto, segundo Fontes (2010), essa pluralidade jamais foi prerrogativa unicamente agrária, uma vez que, também nas regiões urbanas, plêiades de atividades se desenvolveram crescentemente, submetidas ao predomínio mercantis (artesanatos e pequenos empreendimentos), regularmente subsumidas ao capital, de maneira formal ou direta. Processos similares atingiram populações rurais e urbanas. Muitos trabalhadores, em diferentes atividades, tentaram (e seguem tentando, como os camponeses) preservar suas formas históricas de existência. Submetidos à intensa mercantilização e a sucessivas expropriações, muitas dessas atividades foram contraditória e simultaneamente preservadas, modificadas e mutiladas (FONTES, 2010).

Nesse sentido, vamos analisar melhor o fenômeno do imperialismo, as transformações promovidas e seus rebatimentos, especialmente no campo.

4.4 O estágio imperialista do desenvolvimento do capitalismo

É da dinâmica própria do sistema do capital, baseada na exploração do trabalho e na acumulação privada da riqueza produzida, aliada à concorrência entre os capitalistas, impulsionar a desigualdade social e espacial, a concentração e a centralização do capital, além de sua expansão em escala mundial.

Costa (2008) explica que, na medida em que o sistema transforma dinheiro em capital, o trabalho não pago vai sendo acumulado pelos proprietários dos meios de produção. Com a

acumulação do capital, em termos especificamente capitalistas, e o desenvolvimento das forças produtivas, estimulado pela competição, amplia-se a massa de riqueza nas mãos do capitalista e desenvolve-se o processo de concentração do capital.

Esse processo proporciona um salto de qualidade quando os capitais, maiores ou mais bem-sucedidos, exercem uma força de atração sobre outros capitais menores, resultando no processo de centralização do capital ou a junção (associação, fusão, incorporação) de capitais já constituídos em capitais maiores (COSTA, 2008).

Em outras palavras, o processo de acumulação do capital é oriundo da constante apropriação do trabalho não pago no processo de produção. A cada novo ciclo de produção aumenta o capital acumulado nas mãos dos proprietários dos meios de produção, levando a uma concentração cada vez maior de capital. Em função da aguerrida concorrência entre os capitalistas, que implica em melhorias tecnológicas e aumento da produtividade do trabalho, os capitalistas que não se adaptam ao novo patamar de desenvolvimento de forças produtivas, são derrotados ou absorvidos pelos capitais maiores, resultando numa centralização de capitais e na constituição de grandes empresas (COSTA, 2008, p. 76).

De acordo com Lenin (2012), o enorme aumento da indústria e o rápido processo de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo. Ao atingir um determinado grau de desenvolvimento, a concentração, por si mesma, conduz ao monopólio. Essa transformação da concorrência em monopólio constitui, segundo Lenin (2012, p. 39), “um dos fenômenos mais importantes - para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo moderno”.

Lenin (2012) chega a resumir a história dos monopólios da seguinte maneira: 1) de 1860 a 1870, o grau superior, o ápice de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2) depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, que, ainda, constituem apenas uma exceção, ainda não são sólidos, representando somente um fenômeno passageiro; 3) auge de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo.

Todavia, Lenin (2012) analisava que:

Nem todos os ramos da indústria possuem grandes empresas; por outro lado, uma particularidade extremamente importante do capitalismo chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento é a chamada combinação, ou seja, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que, ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço), ou

desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (por exemplo a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção de embalagens etc.) (LENIN, 2012, p. 39)

Apesar de ter considerado que nem todos os ramos da indústria possuíam grandes empresas, para Lenin (2012), uma particularidade extremamente importante do capitalismo, nesse estágio de desenvolvimento, é a “combinação”, que, em sua análise, está relacionada ao domínio, que uma empresa exerce sobre diferentes ramos da indústria, seja em fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima, seja como papel auxiliar em relação a outros.

Nesse sentido, Lenin (2012) já observava, naquela época, que o cenário era marcado pelo estrangulamento, por parte dos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jogo, à sua arbitrariedade, e não mais à luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre estabelecimentos tecnicamente atrasados e estabelecimentos de técnica avançada. “O monopólio, uma vez que foi constituído e controlando bilhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’” (LENIN, 2012, p. 87). Nessa perspectiva, já podemos observar, a partir desse momento, a tendência de que as lutas, por mais específicas que sejam, já se chocam com a ordem capitalista em curso, uma vez que o monopólio tende a penetrar em todos os aspectos da vida social.

De acordo com Lenin (2012), a partir de meados do século XIX, o capitalismo entra em uma fase particular de seu desenvolvimento: a fase imperialista. Ele destaca algumas características dessa fase do capitalismo: 1) a transição de um estágio do capitalismo de livre concorrência para fase monopolista. A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado que deu origem aos monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial, formando o capital financeiro e uma oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilha o mundo entre si, e 5) a conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância, em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou (LENIN, 2012, P. 124-125).

O revolucionário polemiza com a concepção de Kautsky sobre imperialismo, que, de acordo com Lenin (2012, p. 126), pode ser sintetizada da seguinte maneira: O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda a nação capitalista industrial em submeter ou anexar regiões agrárias cada vez mais extensas, independentes da nacionalidade de seus habitantes.

Segundo Lenin (2012), o que é característico do imperialismo não é precisamente o capital industrial, mas o capital financeiro. Não é um fenômeno casual o fato de, na França, precisamente o desenvolvimento particularmente rápido, do capital financeiro, coincidindo com um enfraquecimento do capital industrial, ter provocado, a partir da década de 1880, uma intensificação extrema da política anexionista (colonial). O que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais (apetites alemães a respeito da Bélgica, dos franceses quanto à Lorena), pois, em primeiro lugar, o fato de a divisão do globo já está concluída obriga, para se fazer uma nova partilha, a estender a mão sobre todo o tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios nem tanto diretamente para si, mas para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia (para a Alemanha, a Bélgica tem uma importância especial como ponto de apoio contra a Inglaterra; assim como Bagdá é importante como ponto de apoio para a Inglaterra contra a Alemanha etc.).

Lenin (2012) analisa que Kautsky separa a política do imperialismo da sua economia, falando das anexações como da política “preferida” pelo capital financeiro, e opondo a ela outra política burguesa possível, segundo ele, sobre a mesma base do capital financeiro. Conclui-se, então, que os monopólios, na economia, são compatíveis com um comportamento não monopolista, não violento, não anexionista, em política. Conclui-se que a partilha territorial do mundo, terminada precisamente na época do capital financeiro, e que é a base da peculiaridade das formas atuais de rivalidade entre os maiores Estados capitalistas, é compatível com uma política não imperialista. Isso leva a se dissimularem, a se ocultarem as contradições mais fundamentais desse estágio do capitalismo, em vez de desvelá-las em toda a sua profundidade; o resultado é o reformismo burguês em vez de marxismo.

Kautsky discute com Cunow, apologista alemão do imperialismo e das anexações, cujo raciocínio tão cínico quanto vulgar é o seguinte: o imperialismo é o capitalismo contemporâneo; o desenvolvimento do capitalismo é inevitável e progressivo; consequentemente, o imperialismo é progressivo; consequentemente devemos prosternar diante do imperialismo e glorificá-lo! Este raciocínio se assemelha, de certo modo, à caricatura que os

populistas russos faziam dos marxistas em 1894 e 1895: se os marxistas – diziam eles – consideram que o capitalismo é inevitável e progressivo na Rússia, eles devem se dedicar a abrir tabernas e a fomentar o capitalismo. Esta é a resposta de Kautsky a Cunow: não, o imperialismo não é o capitalismo contemporâneo, mas apenas uma das formas da sua política; podemos e devemos lutar contra essa política, lutar contra o imperialismo, contra as anexações etc. A objeção, completamente plausível na aparência, mas equivale, na realidade, a uma defesa mais subtil, mais velada (e por isso mesmo mais perigosa), da conciliação com o imperialismo, pois uma “luta” contra a política dos trusts e dos bancos que deixe intactas as bases da economia de uns e outros não passa de reformismo e pacifismo burgueses, não vai além das boas e inofensivas intenções. Voltar as costas às contradições existentes e esquecer as mais importantes, em vez de desvelá-las em toda a sua profundidade, esta é a teoria de Kautsky, que nada tem a ver com o marxismo. E, naturalmente, o único objetivo de semelhante teoria, é defender a unidade com os Cunow! (LENIN, 2012, p. 129).

A crítica que Lenin (2012) faz a Kautsky - em relação à separação da política do imperialismo da sua economia e, portanto, a consideração das investidas externas dos países imperialistas desconectadas do seu desenvolvimento econômico capitalista, levantando uma luta, apenas, contra uma forma de manifestação, não tocando na raiz do problema – também serve para a análise (antiga) do PCB e do PT, uma vez que o imperialismo é visto apenas como manifestação externa, e não como um estágio do capitalismo.

De acordo com Lenin (2012), Kautsky considerava que, “do ponto de vista puramente econômico, não está excluído que o capitalismo passe ainda por uma nova fase: a aplicação da política dos cartéis à política externa, a fase do ultraimperialismo”, isto é, o superimperialismo, a união dos imperialismos de todo o mundo, e não a luta entre eles, a fase em que as guerras sob o capitalismo cessem, a fase da “exploração geral do mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente”. Lenin (2012) explica que, se, por ponto de vista puramente econômico, entende-se a “pura” abstração, tudo o que se pode dizer reduz-se à seguinte tese: o desenvolvimento se dá em direção do monopólio; portanto, vai na direção do monopólio mundial único, de um truste mundial único. Isso é indiscutível, mas, ao mesmo tempo, é algo completamente vazio, como seria dizer que o “desenvolvimento se dá” no sentido da produção de gêneros alimentícios em laboratórios. Nesse sentido, a “teoria” do ultraimperialismo é tão absurda como seria a “teoria da ultra-agricultura”. As ocas divagações de Kautsky sobre o ultraimperialismo estimulam, entre outras coisas, a ideia profundamente errada, que joga água no moinho dos apologistas do imperialismo, de que a dominação do capital financeiro atenua a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, as acirra.

Na fase imperialista, sob o domínio do capital financeiro, o capitalismo não atenua, e sim acentua a diferença entre o ritmo de desenvolvimento dos diversos componentes da economia mundial. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo. Não existe desenvolvimento igual deles no capitalismo, como o PT pretendia realizar por meio da estratégia democrático-popular, ao constatar a desigualdade regional da formação territorial brasileira.

Ao analisar o lugar do imperialismo na história, Lenin (2012) destaca algumas das principais manifestações do capitalismo monopolista:

Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Ele é formado pelas associações monopolistas dos capitalistas, pelos cartéis, pelos sindicatos e pelos trustes. Nos princípios do século XX, conquistaram completa supremacia nos países avançados, e se os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados anteriormente pelos países de tarifas alfandegárias protecionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra, com o seu sistema de livre-comércio, mostrou esse mesmo fato fundamental, apenas um pouco mais: o nascimento de monopólio como consequência da concentração da produção.

Segundo: os monopólios vieram acirrar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria básica e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica. O monopólio das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e acirrou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, que, de modestas empresas intermediárias no passado, transformaram-se em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a “união pessoal” do capital industrial e bancário, e concentraram, em suas mãos, somas de milhares e milhares de milhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. Uma oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente desse monopólio.

Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos “velhos” motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas “esferas de influência”, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral.

Quando as colônias das potências europeias na África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela “livre conquista”, poder-se-ia dizer, de territórios. Mas quando 9/10 da África já estavam já ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo estava já repartido, começou, inevitavelmente, a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo.

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. É com relevo cada vez maior que emerge, como urna das tendências do imperialismo, a formação de “Estados” rentistas, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do “corte de cupões”. Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não, certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo se desenvolve com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este desenvolvimento não só é cada vez mais desigual, em geral, como a desigualdade se manifesta também, em particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra) (LENIN, 2012, p. 167).

Isso ocorre, como Lenin (2012) explica, pela tendência própria do capitalismo em separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o rentista, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo em seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; a situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os restantes.

A formulação (antiga) do PCB e do PT indica a expectativa de uma inserção não subordinada na ordem imperialista, de desenvolver autonomamente as forças produtivas. Essa perspectiva indica uma separação entre a atuação imperialista e o seu estágio de desenvolvimento econômico. No entanto, podemos verificar que o imperialismo é o capitalismo numa fase de desenvolvimento em que se consolida a dominação dos monopólios, do capital financeiro, a exportação de capitais, inicia-se a partilha do mundo pelos trustes internacionais e entre as potências imperialistas.

Lenin (2012) analisava, já naquele período, a conclusão da partilha do mundo entre as potências capitalistas mais importantes da época, a tendência de “combinação” ou de domínio de uma empresa sobre diferentes ramos da produção e, portanto, a tendência do capital monopolista em penetrar e dominar todos os aspectos da vida social. Isso significa que as lutas tendem a se chocar com a ordem capitalista em curso e que a tentativa de desenvolver autonomamente as forças produtivas, uma inserção não subordinada na ordem imperialista (como indica a formulação antiga do PCB e do PT) ou um capitalismo nacional de forma autônoma, esbarra-se no estágio imperialista do capital.

4.4.1 DA CRÍTICA DE RUY MAURO MARINI AO IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO

Escrevendo em outro contexto histórico, Ruy Mauro Marini (2000) explicou os mecanismos que viabilizaram as alianças de classes, inviabilizando a antiga estratégia democrático-burguesa do PCB. Para Marini (2000), identificar a revolução brasileira com o desenvolvimento capitalista é um equívoco semelhante à imagem de uma burguesia anti-imperialista e antifeudal. De acordo com o autor, na verdade, o desenvolvimento capitalista prolongou a vida do velho sistema semicolonial de exportação. Da mesma forma, ao invés de libertar o país do imperialismo, vinculou-o a este ainda mais estreitamente, de maneira subalterna, dependente, e acabou por levá-lo a uma etapa subimperialista, que corresponde à impossibilidade definitiva de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil.

Marini (2000) explica que, durante o governo militar de Castelo Branco, ficou evidente tanto a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia norte-americana, como a de converter-se em centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina e na África, criando, inclusive, as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira com o Golpe de 1964: não se trata apenas de aceitar passivamente as decisões norte-americanas (ainda que a correlação de forças, muitas vezes, leve a isso), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave. Nesse sentido, o contexto do golpe, conforme já analisamos, e o projeto político-econômico da burguesia brasileira, conforme análise do autor, evidenciava o equívoco da perspectiva estratégica de aliança com a burguesia para desenvolver um capitalismo autônomo.

Segundo o autor, isso não se deve apenas a um desejo de liderança política, por parte do Brasil, mas ocorre pelos problemas econômicos colocados pelo caminho seguido pela burguesia brasileira em prol do desenvolvimento integrado. O estabelecimento da aliança entre a burguesia e as classes oligárquicas, vinculadas à exportação, que selou o golpe de 1964, colocou-a diante da impossibilidade de romper as limitações que a estrutura agrária, baseada na concentração fundiária, impõe ao mercado interno brasileiro (o campo se mostra incapaz de abastecer os mercados urbanos do país, fornecer matérias-primas e alimentos para as cidades, o que provoca alta nos preços. Tudo isso, consequência do caráter atrasado da agricultura, resulta da concentração da propriedade da terra, com repercussão no nível de vida da classe operária). O próprio projeto de reforma agrária adotado pelo governo Castelo Branco não admite outra forma de alterar essa estrutura senão por meio da extensão do desenvolvimento do capitalismo ao campo, em longo prazo (MARINI, 2000). Desse modo, como não pode contar com o crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente, não lhe resta outra alternativa a não ser expandir-se para o exterior e garantir uma reserva externa de mercado para sua produção, o que colocou a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde, na verdade, a um subimperialismo ou a uma extensão indireta do imperialismo norte-americano (o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à norte-americana) (MARINI, 2000).

Ao optar pela integração ao imperialismo e a expansão econômica nos ingressos de capitais estrangeiros, a burguesia brasileira concorda em intensificar o processo de renovação tecnológica da indústria. Atende, assim, aos interesses da indústria norte-americana, que busca instalar, além de suas fronteiras, um parque industrial integrado, que absorva aos equipamentos que a rápida evolução tecnológica torna obsoletos. E, mais ainda, que desenvolva complementarmente níveis da produção industrial, no quadro da nova divisão internacional do trabalho (na qual os países industrializados deverão ceder as primeiras fases de elaboração de matérias-primas aos países em vias de desenvolvimento, especializando-se aqueles nas fases mais avançadas de elaboração e acabamento dos produtos, entre outros) (MARINI, 2000).

Assim, seja por sua política de reforço de sua aliança com o latifúndio, seja por sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultará da modernização tecnológica. Não lhe resta outra alternativa senão expandir-se para o exterior e torna-se então necessário para ela garantir uma reserva externa de mercado para sua

produção. O baixo custo de produção que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a criar, aponta na mesma direção: exportação de produtos manufaturados. (MARINI, 2000, p. 69).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar, quase como um paralelo, uma questão central na explicação de Ruy Mauro Marini (2000) sobre a realidade brasileira e latino-americana, que é a superexploração do trabalho. As transações entre nações que intercambiam distintos tipos de mercadorias, de acordo com determinada divisão internacional do trabalho, isto é: transações entre países favorecidos e desfavorecidos resultam num intercâmbio desigual em favor dos primeiros e implica uma cessão ou transferência de valor dos segundos para os primeiros. As nações desfavorecidas lançam mão de um mecanismo de compensação, um incremento de valor intercambiado, que pode ser tanto no plano de intercâmbio de produtos similares, como produtos originários de diferentes esferas de produção. Em todo caso, o capitalista da nação desfavorecida aumenta o grau de exploração do trabalho, pela intensidade e/ou pela prolongação da jornada, além de outro procedimento realizado, que caracteriza a superexploração do trabalho: a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho (é nisso que radica, segundo o autor, a essência da dependência latino-americana. A dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, cujas relações de produção das nações subordinadas são modificadas/recriadas para assegurar a reprodução da dependência). Nesse sentido, a circulação tende a se realizar no âmbito do mercado externo. Primeiro, a exportação de mercadorias e, em seguida, a exportação de capitais.

Marini (2000) avalia que a noção de “burguesia nacional”, capaz de realizar as tarefas que a burguesia monopolista levou a cabo, é insustentável, não apenas pelos interesses de preservação da ordem contra toda ameaça proletária (e, nesse sentido, em 1964, a burguesia estava atenta às lições da experiência da revolução cubana), mas, principalmente de ver que a atuação política dessa chamada “burguesia nacional” expressa o seu atraso econômico e tecnológico, correspondendo a uma posição reacionária, mesmo em relação ao desenvolvimento capitalista.

O motor desse desenvolvimento está constituído, sem lugar de dúvida, pela indústria de bens intermediários e de equipamentos, isto é, aquele setor em que reina soberana a burguesia monopolista associada aos grupos estrangeiros. São as necessidades próprias desse setor que impulsionaram ao capitalismo brasileiro para a etapa subimperialista, único caminho que encontrou o sistema para seguir com seu desenvolvimento. A esta alternativa, a “burguesia nacional” nada tem que contrapor, senão uma demagogia nacionalista e populista, que apenas encobre sua incapacidade

para fazer frente aos problemas colocados pelo desenvolvimento econômico. (MARINI, 200, p. 100).

De acordo com Marini (2000), para as grandes massas do povo, o problema está, inversamente, numa organização econômica que não apenas admita a incorporação do processo tecnológico e a concentração das unidades produtivas, mas que as acelerem, sem que isso implique agravar a exploração do trabalho em âmbito nacional e subordinar definitivamente a economia brasileira ao imperialismo. Tudo reside em conseguir uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, isto é, que aumente a capacidade de emprego e de produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e de consumo. Como isso não é possível no marco do sistema capitalista, não resta ao povo brasileiro senão um caminho: “o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo” (MARINI, 2000, p. 102).

Para Marini (2000), o verdadeiro estado de guerra civil implantado pelas classes dominantes no Brasil – do qual a Ditadura Militar de 1964 é expressão – não pode ser superado mediante fórmulas de compromissos com alguns estratos burgueses. A inutilidade desses compromissos, frente à marcha implacável das contradições que coloca o desenvolvimento do sistema, impulsiona necessariamente a classe operária para as trincheiras da revolução. Por outro lado, o caráter internacional, que a burguesia subimperialista pretende imprimir à sua exploração, identifica a luta de classes do proletariado brasileiro com a guerra antiimperialista que lavra no continente.

Virgínia Fontes (2010) reconhece a importância das contribuições de Ruy Mauro Marini, principalmente sua avaliação sobre o papel imperialista desempenhado pelo Brasil. Contudo, a autora apresenta algumas considerações sobre o conceito de superexploração, que procura dar conta, de maneira estrutural, do peculiar desenvolvimento do capitalismo nas periferias, por meio de dois aspectos fundamentais: o truncamento da lei do valor, que tem por base a permanência do latifúndio (que colocaram os trabalhadores do campo em precárias condições de existência e envileceram os salários urbanos), e a precariedade do mercado interno.

Virgínia Fontes (2010) lembra que: “a lei do valor se define a partir das condições reais e concretas de existência da população, correlacionada ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto dos trabalhadores, nas condições históricas e sociais dadas” (p. 352). Nessa perspectiva, a autora explica que, se há um truncamento estrutural, ele não se limita às periferias, mas precisa ser explicado por circunstâncias internacionais complexas.

Dessa forma, situações eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica, mas podem expressar o processo desigual e combinado de expropriação do povo do campo.

Para Fontes (2010), a manutenção dos latifúndios e seu papel estreitamente complementar ao processo de industrialização brasileira, contribuíram durante longo tempo, para o rebaixamento do valor da força de trabalho urbana, embora não necessariamente traduzida na redução da vida útil do conjunto da classe trabalhadora, ou mesmo do segmento da classe trabalhadora urbana. Também a concorrência entre os trabalhadores, impulsionada pela formação de um exército industrial de reserva, a partir das expropriações da população do campo, e a permanência de uma produção agrícola de gêneros alimentícios de baixo custo contribuíram para aproximar a subsistência urbana das precárias condições de vida rural (submetidos a variadas relações de trabalho, em sua grande maioria não assalariada). Isso retardou o processo da generalização da industrialização do campo, que não incorporou a intensificação da produtividade para o fornecimento de gêneros a baixo custo para o mercado interno, assegurados por relações de trabalho não assalariado (pequenos produtores, meeiros, parceiros, ou outras modalidades), mantendo a parte mais significativa da produção da grande propriedade para o mercado externo e o amealhamento de divisas internacionais. Essas divisas, por seu turno, foram deslocadas para os setores capitalistas urbanos industriais, assegurando a expansão e rápida concentração da industrialização. “Não obstante, isso não configura uma exceção à lei do valor no que concerne à força de trabalho, uma vez que tal valor se definia exatamente pelas condições sócio-históricas de reprodução do conjunto dessa mesma força, nos campos e nas cidades.” (p. 353).

Sobre o argumento da dupla exploração sofrida pelos trabalhadores brasileiros, a autora considera que isso, de fato, ocorria uma vez que os capitais de diferentes procedências extraíam internamente mais-valor. A massa total de mais-valor aqui extraída era compartilhada entre tais burguesias. Isso, inclusive, explica a subalternidade burguesa, pela exportação de bens primários, sofrendo permanente sangria com a deterioração dos termos de troca; e por permitir a abertura do mercado de força de trabalho para a exploração direta pelo capital-imperialismo externo, deixando de auferir parcela do mais-valor internamente produzido. Com isso, condenava também o conjunto da vida social, ao permitir a sangria permanente de parcela substantiva do valor criado internamente, por meio de remessas de lucros, de pagamentos de juros, etc.

O conceito de superexploração do trabalho se, por um lado, não resolve a especificidade da subalternização da classe trabalhadora brasileira, nem da periferia do

capitalismo (uma vez que se volta, na atualidade, também, contra as classes trabalhadoras dos países centrais), por outro lado, conserva sua importância, pois indica a possibilidade de que as classes dominantes se apropriem de parcela do trabalho necessário (portanto, dos recursos do fundo de reposição do trabalho) dos trabalhadores para convertê-lo em capital, a exemplo do que ocorre com os fundos de pensão. Evidencia, de maneira forte, um problema de fundamental relevância para a compreensão do capital-imperialismo contemporâneo. As expropriações de direitos que ocorrem mundo afora, em paralelo à oferta de serviços industrializados para aliviar as necessidades antes supridas como direitos, podem ser analisadas como formas de superexploração do trabalho. Parcela do salário – trabalho necessário – destina-se seja à compra de um bem expropriado aos trabalhadores, como saúde, educação, etc., seja à constituição de fundos para suportar tais despesas no futuro, como planos de saúde ou fundos de pensões para as aposentadorias mitigadas ou extintas. Neste último caso, parcela dos salários se converte em capital. Além disso, existe o uso capitalista da força de trabalho sem contrato, ou a expropriação do próprio contrato de trabalho, de tal forma que se instaura uma jornada sem limites, cuja remuneração explicita uma imposição econômica, social e política de patamares infra-históricos de subsistência dos trabalhadores.

Essa é uma forma peculiar de truncamento do valor da força de trabalho, que resulta da descontratação em massa pelas empresas e, portanto, pela disponibilização de massas extensas de trabalhadores que, existindo sob condições sociais plenamente mercantis, são obrigados a vender sua força de trabalho abaixo do valor histórico, social, cultural e politicamente constituído (FONTES, 2010, p. 355).

Em relação ao mercado interno, que Marini analisa como truncado (incapaz de realizar plenamente a reprodução dos trabalhadores), Fontes (2010) explica que o principal problema é que sua expansão (do mercado interno) foi considerada do ponto de vista da produção econômica estrito senso, e, portanto, tratada a partir do consumo interno, deixando de lado a produção das relações sociais fundamentais para a expansão capitalista, ou seja, a expropriação massiva da população, o que a impede de produzir sua própria subsistência (mesmo que em condições penosas ou difíceis, como a dos trabalhadores rurais brasileiros).

Não se trata apenas da oferta de bens necessários para a população, mas da produção de uma população necessitada do consumo mercantil de certos bens. O processo de expansão do mercado interno é duplo: ele é a produção social de massas expropriadas aptas a se converterem em mera força de trabalho, totalmente dependentes do mercado para subsistirem, ao lado da imposição de uma dada forma de produção econômica destinada a suprir, somente (ou prioritariamente) através do mercado, as necessidades sociais e históricas dessas populações. A própria extensão das expropriações no

contexto do avanço da industrialização foi um dos elementos para a transformação das relações de produção dominantes no campo e fator de extensão do mercado interno (FONTES, 2010, p. 354-355).

Além disso, a tese de Marini sobre o mercado interno pode corresponder a um momento do processo de expansão capital-imperialista brasileiro dos anos 1960, modificada rapidamente, a partir da década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que resultou em intensa difusão do crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares. Para a autora, Marini e outros autores desconsideravam que um processo de industrialização de características substitutivas de importação voltava-se prioritariamente para o próprio mercado interno e que sua própria expansão alterava as condições desse mercado, com exceção das situações de crises (FONTES, 2010).

Todavia, apesar das considerações à obra de Ruy Mauro Marini, Virgínia Fontes (2010) reconhece a sua importância, sobretudo por ter sido o primeiro, e praticamente único autor, a apontar, ainda muito cedo, o papel imperialista que o Brasil desempenha em outros países. O conceito de subimperialismo, utilizado por ele, possui a importância de indicar explicitamente a dupla relação do capital-imperialismo brasileiro – a de predomínio, por um lado, e de subalternidade, de outro. No entanto, apesar do trabalho do autor, o imperialismo seguiu e segue sendo considerado, no Brasil, como algo externo, de fora para dentro, malgrado a crescente transnacionalização de capitais brasileiras, que hoje se expressa por meio de investimentos externos diretos e da extração de mais-valia em vários países do mundo, principalmente na América Latina.

Virgínia Fontes (2010) explica que essa posição (de considerar o imperialismo apenas como algo externo) é compreensível, uma vez que há atuação aqui das transnacionais estrangeiras e da expansão econômica permanente de capitais de procedência estadunidense, ao lado da enorme influência política, militar, ideológica e cultural dos Estados Unidos no Brasil. Mas essa posição é problemática, pois ignora as implicações internas e externas da expansão de capitais brasileiros (em múltiplas associações) para o exterior; pode, ao contrário, confortar o conjunto do capital-imperialismo e, por omissão, confundir as lutas de classe, desviando seu foco e reduzindo sua capacidade de opor-se de maneira decidida a todas as formas de capital-imperialismo.

Contudo, a autora também se recusa a utilizar o conceito de subimperialismo, pois alerta que a utilização desse conceito envolve aceitar as noções de escassez de mercado interno e superexploração da força de trabalho como traço estrutural da periferia do

capitalismo, criticadas por ela. Fontes (2010) utiliza o conceito de capital imperialismo como uma forma de caracterizar a fase atual do imperialismo.

Segundo a autora, as características centrais do capital-imperialismo baseiam-se no predomínio do capital monetário (fusão de todos os tipos de capitais, ou da forma mais concentrada do capital), expressando a dominação da pura propriedade capitalista e seu impulso avassaladoramente expropriador, que resultaram em modificações profundas no conjunto da vida social.

Virgínia Fontes (2010) explica que o crescimento do imperialismo conduziu a um novo salto no patamar de acumulação de capital, impulsionado por um enorme processo de expropriações sociais, que altera quantitativa e qualitativamente, mais uma vez, seu teor ao longo dessa expansão. O aumento da concentração e centralização do capital agudizou, de maneira extrema e contraditória, o papel da pura propriedade capitalista, diante de qualquer outra injunção social, humana ou ambiental. Há uma extrema potencialização da propriedade capitalista, que se torna abstrata (pelo volume de concentração de capital, que supera as dimensões das empresas e de qualquer empreendimento singular, configurando-se como o fetiche da pura forma monetária), desigualitariamente socializada (pois grupos interpenetrados de proprietários concorrentes administram a propriedade do dinheiro de maneira colegiada, promovendo novas hierarquias no interior de uma própria classe dominante, aprofundando a desigualdade em todas as esferas da vida social. Capturam recursos monetários de todas as instâncias sociais para convertê-los em capital) e extremamente destrutiva (destruição humana, social, ambiental ao perseguirem e inverterem atividade humana em formas de extração de mais-valia).

Fontes (2010) aponta que, diferente do período de Lenin (1870-1924) e Trotsky (1879-1940) - em que os países centrais submeteram o resto do mundo, de base predominantemente agrária, convertido numa extensa periferia, a intenso processo de colonização (controle territorial, econômico, político e militar) e de redução à condição semicolonial daqueles formalmente independentes -, o período pós-Segunda Guerra Mundial resultou numa gigantesca expansão do imperialismo, desordenada e desigual, para países, até então, coloniais ou semicoloniais, assim como as formas específicas que precisou adotar a grande potência dominadora, os Estados Unidos, que impele a caracterizá-lo, na atualidade, como capital-imperialismo. “Ao final da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo iniciava sua conversão contraditória para capital-imperialismo, formato doravante obrigatório, inclusive, para os “novos” retardatários” (FONTES, 2010, p. 151-152).

O teor da partilha do mundo deixou de ser imediato e colonial (controle territorial, econômico, político e militar), para tornar-se mediato, sobretudo pela integração subordinada na dupla teia do controle econômico e da formação política segmentadora da dinâmica nacional e internacional, sem prejuízo do crescimento da prepotência militar e policial do capital-imperialismo, em especial dos Estados Unidos. A forma da subordinação econômica é, a rigor, a que melhor corresponde à própria dinâmica social capitalista. Ora, é a própria necessidade quem subjuga a classe trabalhadora ao capital, tornando-a “trabalho” para o capital. Esta “liberdade” do trabalhador – a expropriação de todas as certezas, garantias e formas de assegurar sua existência – expande-se aceleradamente. Importante sempre lembrar que a produção internacional de massas de expropriados é condição necessária, mas não suficiente para a exploração capitalista. Assim, inúmeras expropriações foram levadas a termo por guerras internacionais ou fomentadas localmente, sem que a forma predominante da exploração caracteristicamente capitalista – extração de mais-valor sobre trabalhadores formalmente livres – tenha imediatamente lugar. Geram-se enormes bolsões de populações disponíveis, conservadas como forças de reserva, em condições subumanas, mas dependentes do mercado para sua subsistência. Em outros termos, estamos assistindo à massificação planetária de trabalhadores disponíveis, já existindo sob condições mercantis, fornecendo os exemplos das terríveis condições de exploração à qual se pode chegar (FONTES, 2010, p. 204-205).

Falar em capital-imperialismo remete a uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, nascida ainda no período da Guerra Fria, que exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas consorciando-os. No capital-imperialismo, a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou por meio de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (da terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica (da água, por exemplo) (FONTES, 2010).

O Brasil, há muito tempo, integra, de maneira subalterna, o circuito internacional da divisão do trabalho capitalista, além de experimentar, na sua dinâmica interna, o predomínio do capital monetário, convertendo-se em país capital-imperialista. Sob a ditadura empresarial-militar de 1964, ocorreu impactante impulso à monopolização da economia, ao lado da implantação de um sistema financeiro. A partir da década de 1980, cresceu a exportação de capitais voltados para a extração de mais valia no exterior (investimentos diretos brasileiros no exterior) ao lado das exportações de mercadorias ou de *commodities* (situação que permanece atualmente). Desse modo, ocorreu uma mudança qualitativa em três direções. A primeira, de assenhorear-se de fontes de matérias primas nos demais países do continente; a segunda, de exploração da força de trabalho em outros países (não apenas de exportação de produtos, mas da submissão de trabalhadores de outras nacionalidades à truculência da

burguesa brasileira, com o uso de milícias, informações privilegiadas, tanto da parte de empresas brasileiras quanto de multinacionais aqui implantadas); A terceira, da expansão capital-imperialista, que favoreceu as políticas de alívio por gotejamento a determinadas pressões sociais internas, bem como constituiu em novo fator ufanista e obscurecedor das relações de exploração, internas e externas (FONTES, 2010).

Para Lucas Lima (2015), o estágio atual do imperialismo é marcado por uma enorme hegemonia do capital financeiro, pelo enorme poder das grandes corporações empresariais, pelo entrecruzamento de capitais - oriundos de diversas formações sociais - e no recrudescimento das expropriações primárias e secundárias.

O imperialismo contemporâneo consiste da presença de grandes corporações multinacionais, denominadas por muitos de empresas monopolistas ou oligopolistas, de desmesurada pujança econômica e de lobby político para a continuidade da reprodução ampliada do capital, especialmente, para o alcance de lucros extraordinários. Essas empresas atuam em um cenário de avassaladora hegemonia do capital financeiro, sobretudo, de sua dimensão mais especulativa, o capital fictício, transformando-as em corporações com elevado grau de concentração e centralização do capital. Elas combinam a extração de mais-valor, a punção sobre os lucros e, também, a mera valorização fictícia de seus investimentos (LIMA, 2015, p. 283).

Lima (2015) explica que tanto o capital portador de juros como o capital fictício se inscrevem nos juros cobrados pelo uso do dinheiro, mas, enquanto o capital portador de juros se relaciona diretamente com a produção, punccionando o mais-valor, o capital fictício, que se origina do capital portador de juros, é alheio à produção. Ele se substantiva na valorização do valor, mediada pela especulação.

O processo de concentração e centralização do capital apresenta-se de forma bastante avançada e as grandes corporações combinam, cada vez mais, a exploração direta de mais-valor com investimento em operações financeiras. Nesse sentido, o capital financeiro apresenta, hoje, uma enorme capacidade de ordenar a economia em escala mundial e, ao mesmo tempo, se manifesta, cada vez mais, em atividades fictícias (LIMA, 2015).

Segundo Lucas Lima (2015), diferente da época da análise dos primeiros críticos do imperialismo, em que havia um seleto grupo de países imperialistas, detentores de companhias monopólicas nacionais, que exploravam uma imensa maioria de países periféricos; com o processo de internacionalização da produção capitalista e a acumulação mundializada de capitais, ao longo do século XX, emergiram corporações multinacionais radicadas em países periféricos com operações, inclusive, em países centrais do capitalismo, como a Europa e os Estados Unidos. Além disso, formou-se um mercado financeiro em escala

mundial, em que as corporações também se capitalizam por meio de players, situados, inclusive em países periféricos.

Há uma ressignificação de fronteiras dos Estados para assegurar torrenciais deslocamentos de massas de capitais. Dessa feita, a conhecida idéia de corporações nacionais já não corresponde a rigor à realidade, pois, apesar de continuarem dispondo de proteção e subsídios dos Estados que comandam politicamente o território onde radicam, as corporações estão crescentemente envolvidas em operações no exterior e parcela expressiva de suas ações está nas mãos de outros players (LIMA, 2015, p. 284).

Há uma interpenetração de capitais de diferentes formações sociais e, nesse sentido, o sistema imperialista atual articula economias centrais e periféricas na busca de valorização produtiva e fictícia de capitais; de modo que as hierarquias econômicas entre as nações não são suficientes para traçar uma fronteira entre países imperialistas e não imperialistas, uma vez que há corporações empresariais, altamente financeirizadas e de alcance multinacional, radicadas em países considerados periféricos (LIMA, 2015).

Nesse sentido, Lima (2015), apesar de reconhecer a importância das contribuições dos teóricos da dependência, como Ruy Mauro Marini, apresenta alguns destaques. Nas formulações dos teóricos da dependência havia Estados imperialistas, subimperialistas e não imperialistas. A tese partia do pressuposto de que as economias periféricas sofriam as injunções da expansão das economias centrais, de modo que a expansão do desenvolvimento gerava o subdesenvolvimento. As formulações dos teóricos da dependência, assim como dos primeiros teóricos do imperialismo, estavam focadas em uma disputa entre economias nacionais mediadas pelo Estado. Os autores direcionavam suas investigações no sentido de diferenciar a dinâmica da acumulação no centro e na periferia, não se preocuparam em analisar o processo de concentração e centralização de capitais, que, em proporções inferiores às atuais, começava a associar tradicionais rivais econômicos (LIMA, 2015).

Ainda de acordo com Lima (2015), os teóricos da dependência não observaram, também, duas tendências importantes do desenvolvimento capitalista: 1) Que a presença de atividades produtivas no exterior permite, em longo prazo, o desenvolvimento das forças produtivas no país que recebe tais atividades. 2) E que o florescimento de atividades produtivas capitalistas nos países conduziu a processos de concentração e centralização do capital que deram origem a corporações com sede nesses países.

Assim, não se faz compatível falar em nações imperialistas e subimperialistas. Em verdade, àquelas nações consideradas subimperialistas, a exemplo do Brasil, alcançaram uma economia monopolista com forte

atuação do capital financeiro ao seu modo, e na contemporaneidade integram o sistema imperialista mundial como sócios menores. Estes sócios menores não estabelecem uma relação de cooperação antagônica com sócios maiores, mas uma cooperação contraditória em que as rivalidades e disputa pelo controle de mercado não são superados, mas amalgamados em uma articulação instável em escala mundial que visa assegurar a continuidade da reprodução ampliada do capital. Empregar a expressão subimperialista – ainda que esteja orientada a ressaltar as discrepâncias econômicas entre as formações sociais – acarreta inúmeras interpretações, inclusive, aquelas que enxergam com simpatia as operações externas de corporações transnacionais radicadas nos países periféricos numa espécie de vingança do oprimido (LIMA, 2015, p. 277-278).

Lima (2015) analisa, ainda, que, no estágio atual do imperialismo, a noção de partilha territorial foi ressignificada. O recurso ao conflito armado não está descartado (e, dada a irracionalidade do capital, jamais poderá ser dispensado), mas a partilha territorial não está fundamentada, predominantemente, no conflito bélico, mas principalmente no poder econômico das grandes corporações. O controle do território deixou de ser imediato para ser mediato, contando com a participação de empresas multinacionais radicadas na periferia (LIMA, 2015).

Nessa perspectiva, os ataques contra a classe trabalhadora, em nações centrais e periféricas, são indissociáveis do imperialismo contemporâneo. São vários exemplos de expropriações secundárias - com o desemprego estrutural, a diminuição dos salários, a violação das leis trabalhistas e outras – e o recrudescimento das expropriações primárias, com a expansão do capital em formações sociais não capitalistas, as expropriações de terras camponesas e indígenas, para o crescimento do agronegócio. A hegemonia do capital financeiro intensificou as pressões sobre as terras destinadas ao autoconsumo e às terras comunais. O capital tem destruído as sementes crioulas, patentizando espécies de plantas endêmicas, entre outros (LIMA, 2015).

Ainda no caso do campo, Lucas Lima (2015) destaca que uma das manifestações do imperialismo contemporâneo é a valorização do capital por meio do agronegócio, que alcança o mais alto grau de mercantilização da terra e de tudo direta e indiretamente relacionado a ela. O capital financeiro também domina a agricultura, e o seu interesse pela aquisição monopólica de terras aumentou. A produção de alimentos, outrora tão imprescindível à garantia da soberania e segurança alimentar de um país e ao controle do valor da força de trabalho, converteu-se numa produção, que tem como fim último remunerar o capital financeiro, uma vez que os alimentos tornaram-se *commodities* comercializados em bolsas de valores. Há, ainda, um crescimento da produção de cereais, no modelo do agronegócio, para

agrocombustíveis, aumento dos alimentos transgênicos, aumento dos agrotóxicos. Tudo isso contribui para uma crise alimentar sem precedentes, reduzindo a área destinada à produção de alimentos, ameaçando a soberania e a segurança alimentar, impulsionando a concentração fundiária e o aumento do preço da terra.

Como podemos verificar, aconteceram mudanças significativas no sistema imperialista. Sua configuração não é mais a mesma da época dos primeiros críticos, na qual um grupo de países centrais imperialistas submetiam o restante do mundo. Diferente desse período, na época atual, emergiram corporações multinacionais radicadas em países periféricos, a exemplo do Brasil, com operações em outros países, inclusive em países centrais. Houve um processo de interpenetração de capitais de diferentes países, na busca pela valorização produtiva e fictícia de capitais. O controle sobre o território passou a ser mais mediato do que imediato, contando com a participação de monopólios radicados nos países periféricos. A superexploração da força de trabalho, hoje, não constitui uma exceção da periferia, mas ocorre também nos países centrais. São vários exemplos de recrudescimento de expropriações primárias e secundárias.

O campo não ficou de fora. Essa articulação de capitais aconteceu por meio do chamado agronegócio. O capital tem garantido a sua dominação, não apenas por meio das expropriações de terras e da exploração da força de trabalho, mas também se apropriando e destruindo as sementes crioulas, em detrimento das sementes transgênicas e dos processos de patenteação; destruindo a soberania e a segurança alimentar para garantir o processo de acumulação, sobretudo mediante a commoditização dos alimentos e a sua comercialização em bolsas de valores; do aumento do uso de agrotóxicos, dos transgênicos, dos agrocombustíveis, entre outros.

Dessa forma, não é que o campo se mostra incapaz de abastecer os mercados urbanos do país, fornecer matérias primas e alimentos para as cidades, aumentando os preços dos alimentos, e, tudo isso como resultado do caráter atrasado da agricultura, que resulta da concentração da propriedade da terra – como analisava Ruy Mauro Marini (2000). Há meios suficientes para produzir alimentos para todos, mas eles estão subordinados à lógica do capital, controlados por um punhado de grandes capitalistas, ou seja, se não há produção suficiente direcionada para as cidades e para a classe trabalhadora em geral, isso acontece pelo estágio avançado da dominação capitalista, inclusive sobre o campo. Segundo Conceição (2012, p. 151), “a inserção do modelo do agronegócio responde ao complexo das mediações do sistema metabólico do capital, que tem, no objetivo do lucro, a redução da produção familiar camponesa e a fome como forma especulativa de acumulação”. De acordo com a

autora, o agronegócio controla 70% dos territórios produtivos; 90% dos recursos públicos para o financiamento e produz somente 50% dos alimentos; enquanto o campesinato possui apenas 30% dos territórios produtivos; apenas 10% dos recursos públicos de créditos, no entanto, produz 50% dos alimentos. (CONCEIÇÃO, 2012). Isso ocorre, como afirma Christiane Campos (2009), porque a prioridade do agronegócio é produzir *commodities*, e não alimentos.

Em análise sobre as tendências de atuação do capital na agricultura, organizada para contribuir com o VI Congresso Nacional do MST, em 2013, Stédile (2013) destaca mudanças estruturais no Brasil, como a dependência do exterior; prioridade na produção de soja, milho, cana-de-açúcar, eucalipto, carvão; as 50 maiores empresas controlam a produção de *commodities*; centralização do capital que atua na agricultura; Esses capitais necessitam de créditos num valor próximo do que consegue produzir (em torno de R\$ 120 bilhões para produzir um PIB de R\$150 bilhões).

De acordo com o autor, os grandes e médios proprietários, que representam o agronegócio, controlam 85% das terras e, praticamente, toda a produção de *commodities*. Também houve concentração por produto e, em 2010, 80% das *commodities* e das terras se destinavam a soja, milho e cana. Houve aumento da produtividade por hectare e por trabalhador, combinada com monocultivos, uso intensivo de venenos e máquinas agrícolas. Nesse sentido, Stédile (2013) destaca que houve um aumento no tamanho e na potência das máquinas (tratores e colheitadeiras), mas não no número de unidades. Na década de 1970, o mercado de tratores era de 75 mil unidades/ano. Nos últimos anos, baixou para 36 mil unidades/ano, embora tenha aumentado a potência média. No geral, os índices de mecanização da agricultura brasileira são baixíssimos, se comparados com os volumes de produção.

É importante registrar que nos resultados preliminares do censo agropecuário de 2017 - sujeitos a alterações, conforme destacamos anteriormente e, segundo a AGB (2017) com uma redução de 60% das informações, em termos quantitativos e qualitativos - foram confrontados os dados dos censos agropecuários de 1975 a 2017. O resultado obtido foi um crescimento no número de tratores, passando de 323.113, em 1975, para 1.228.634, em 2017; E uma redução do número de pessoal ocupado na atividade agropecuária foi diminuindo a cada ano, passando de 20.345.692, em 1975, para 15.036.978, em 2017.

Para Stédile (2013), o agronegócio possui prioridades regionais para a expansão de determinadas atividades. A soja é prioridade para todas as regiões. A cana, na região Centro-Sudeste; a madeira para produção de carvão, na região Norte do país e em Minas Gerais;

frutas irrigadas, no semiárido nordestino; e, no litoral do Nordeste, o camarão cultivado; A pecuária extensiva nas regiões mais degradadas e na fronteira agrícola, reservando a terra para o avanço paulatino do capital; a pecuária leiteira, na região Sul; algodão, no Centro-Oeste.

A expansão do capital procura incorporar novas áreas para o agronegócio na região Centro-Oeste, no bioma do cerrado, no sul da Amazônia e pré-Amazônia, no chamado Mapito (sul do Maranhão, sul do Piauí, oeste da Bahia e norte de Tocantins) (STÉDILE, 2013). O autor destaca que, nesse sentido, o capital enfrenta alguns empecilhos jurídicos para sua expansão, como o Código Florestal, que impõe uma reserva nativa, em cada propriedade, de 80% para o bioma da Amazônia e de 40% para o cerrado. E também as áreas de quilombolas, que, depois de reconhecidas, não podem mais ser vendidas, além das áreas indígenas. Nessa perspectiva, os povos indígenas enfrentam a sanha do capital com maior vigor no Centro-Oeste. Na verdade, os governos/Estado burguês já vêm removendo esses “empecilhos” há algum tempo.

Segundo Stédile (2013), houve um aumento acelerado na desnacionalização da propriedade da terra, com avanço de empresas estrangeiras. Mas é impossível ter aferição estatística, pois o capital estrangeiro compra as ações de empresas brasileiras, que possuem as terras sem a necessidade de alterar o cadastro no INCRA. No entanto, estima-se que as empresas estrangeiras devem controlar mais de 30 milhões de hectares de terras no Brasil (STÉDILE, 2013).

Todavia, é importante registrar que Ariovaldo de Oliveira (2010) trata a questão da aquisição de terras por parte de estrangeiros, primeiro como tragédia, principalmente durante o período da ditadura, quando mais de 28 milhões de hectares foram transacionados, na maioria das vezes, de forma ilícita; e, recentemente, como farsa, pela pouca expressão territorial que os estrangeiros possuem no país (4,184 milhões de hectares, que equivalem a 0,5% do território brasileiro), e porque visou retirar do centro do debate político a questão da reforma agrária e tentar encobrir a opção dos governos do PT pela contrarreforma agrária.

O autor mostra que a análise de dados sobre o número absoluto dos imóveis registrados em nome de estrangeiros, mesmo com toda a flexibilização na legislação para permitir a sua aquisição, caiu, conforme podemos verificar na tabela a seguir:

Tabela 12: Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil

Número de imóveis de estrangeiros no Brasil	Ano
43.403	1972
35.010	1978
23.937	1992
27.274	1998
33.219	2007
34.591	2008
34.371	2009

Fonte: Oliveira (2010)

A aquisição de terras por estrangeiros no Brasil passou de 43.403, em 1972, para 35.010, em 1978 e para 23.937, em 1992. Depois, em 1998, há um pequeno aumento para 27.274; outro aumento para 33.219, em 2007; e um pouco mais em 2008, quando atingiu 34.591. Mas, em 2009, o número volta a cair para 34.371. Quanto à área ocupada, a evolução, no mesmo período, revela um quadro parecido com aqueles referentes ao número de imóveis.

Tabela 13: Área ocupada pelos imóveis de estrangeiros no Brasil

Área ocupada pelos imóveis de estrangeiros no Brasil (hectares)	Ano
7.161	1972
6.865	1978
2.615	1992
3.033	1998
3.833	2007
4.039	2008
4.348	2009
4.500	2010

Fonte: Oliveira (2010)

A área ocupada pelos imóveis de estrangeiros no Brasil passou, em 1972, à área ocupada pelos imóveis era de 7.161 milhões de hectares e caiu para 6.865, em 1978. Em 1992, a queda foi maior, chegando a 2.615 milhões de hectares. Desse ano em diante, o crescimento foi pequeno, porém, constante: em 1998, a área era de 3.033 milhões; em 2007, igual a 3.833; em 2008, foi de 4.039; em 2009, atingiu 4.348 milhões e em 2010, chegou a 4.500 milhões de hectares. Logo, os dados de 2009, embora em processo de crescimento,

mostram a insignificância territorial das terras em poder de estrangeiros no Brasil, face às disposições legais vigentes, ou seja, ocupam apenas 0,53% do território brasileiro.

No entanto, o autor relata que, há muito tempo, o capital nacional e estrangeiro são entrelaçados. O processo de mundialização do capital, nos anos de 1980 e 1990, apenas soldou, em outro patamar, econômico e político, essa relação. O autor cita vários casos em que isso ocorreu, tais como: o caso da associação entre a Cosan, a Mobil, a Shell; o caso da fusão, envolvendo o grupo Santelisa vale (aliança entre a família Junqueira e Biagi) que se fundiu com a Louis Dreyfuss Commodities, dando origem à LDC-SEV. Há também, neste setor, o caso do Grupo Moema (aliança entre as famílias Biagi e Junqueira) que se fundiu com a Bunge; o caso, ainda, do Grupo Moema (também da aliança entre as famílias Biagi e Junqueira) que se fundiu com a Bunge; o caso do francês Tereos, do Açúcar Guarani S/A, que tem participação de 31,4% da Petrobras Biocombustível; o caso da PBio, que tem também, associação com o grupo São Martinho através da Nova Fronteira Bioenergia S/A; da associação com Cosan, Odebrecht e Copersucar, Camargo Correa e Uniduto na Lógum, empresa de logística de etanol; a aliança entre a Archer Daniel Midland (ADM) e o ex-ministro da agricultura Antonio Cabrera na usina Limeira do Oeste, no Triângulo Mineiro; Entre as empresas japonesas, a sojitz e a ETH Bioenergia S/A do conglomerado Odebrecht S/A; a Itochu e a Bunge em usinas de açúcar e etanol no Brasil; aliança entre Mitsui (já aliada da Vale) e a Petrobras na Usina Itarumã, em Goiás; o grupo indiano Shree Renuka Sugars adquiriu 4 usinas no Brasil – 2 integralmente, além de dois terminais portuários, e em 2, o grupo comprou 50,34% das ações do grupo Equipav das famílias Toletto, Vitorazzo e Tarallo, que ficaram com os outros 49,66%; a indiana Shree Renuka Sugars e o grupo Olam International, de Cingapura, também, constituíram uma parceria, no Brasil, para realizar investimentos em açúcar e etanol; o grupo de Hong Kong, Noble Group adquiriu da família Fernandes, do grupo Cerradinho, as duas usinas localizadas nos municípios de Catanduva e Potirendaba em São Paulo; A trading suíça Glencore também associou-se à família Garieri passando a controlar 70% da usina de etanol Rio Vermelho, de Junqueirópolis/SP. A Adecoagro S/A, que tem, entre seus sócios, o bilionário George Soros, adquiriu a Angélica Agroenergia S/A localizada em Angélica no Mato Grosso do Sul e Usina Monte Alegre no sul de Minas Gerais.

De acordo com Oliveira (2010), há também um processo em que grupos nacionais "compram", quer dizer, fundindo-se com grupos internacionais. São os casos do Grupo Votorantin, comprando as ações do grupo norueguês na Aracruz Celulose, depois da venda de 49,99% das ações do Banco Votorantin para o Banco do Brasil. Como desdobramento da

compra, a VCP fundiu-se com a Aracruz, formando-se a Fibria. Neste mesmo setor do plantio de florestas, ocorreu também a fusão entre a Duratex e a Sapitel, criando a maior empresa mundial de produção de painéis de madeira. A JBS (Friboi) adquiriu a Swift argentina, a Swift Foods & Company norte-americana, a Inalca italiana, a Smithfield Beef norte-americana, a australiana Tasman e, por fim, associou-se ao Grupo Bertin, tornando-se a maior empresa mundial de carne bovina. O mesmo aconteceu parcialmente com o Marfrig Group que possui atuações na Argentina, Uruguai, Chile e comprou o segmento de peru da francesa Doux Frangosul e a Seara Alimentos da Cargill no Brasil.

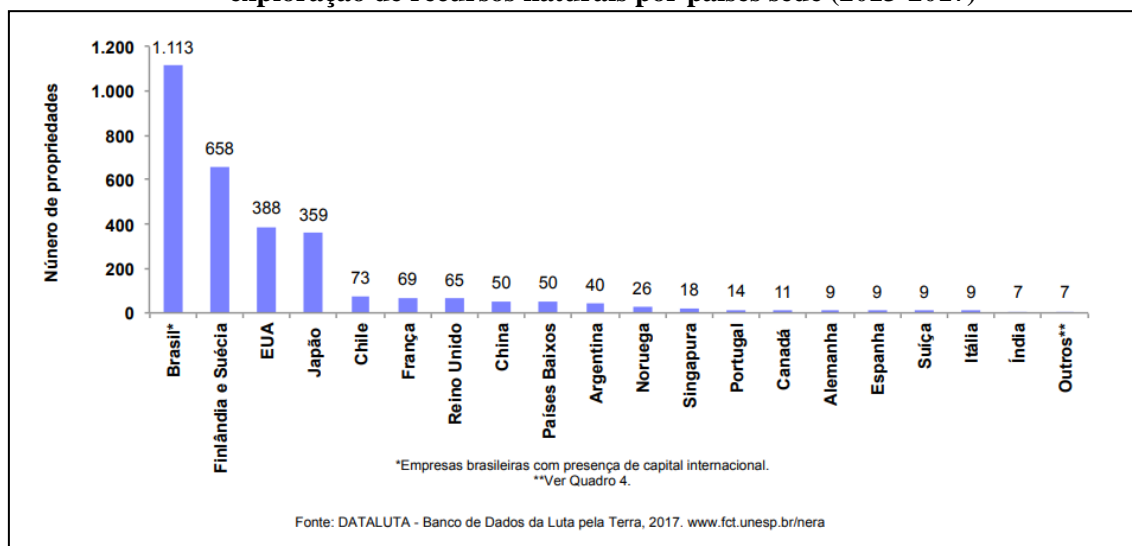
“No setor de suco concentrado de laranja, cabe destacar a já antiga aliança da Cutrale com a Coca Cola, fazendo com que ela assumisse plantas industriais da multinacional na Flórida nos Estados Unidos” (OLIVEIRA, 2010, p. 83).

A SLC Agrícola abriu seu capital e tem sua produção negociada em bolsas de valores. A Agrifirma, que tem, entre seus investidores, o britânico Jacob Rothschild; também é uma empresa de capital aberto; na época da análise de Oliveira (2010), pretendia se tornar a primeira empresa “nacional” a ser listada na bolsa de Hong Kong. Outra empresa que abriu seu capital na bolsa de Nova York, no início do ano de 2011, foi a Adecoagro. A empresa tem, entre seus sócios, o bilionário George Soros. A Radar Propriedades Agrícolas é subsidiária da Cosan e foi criada em 2008. É mais uma empresa para atuar no mercado imobiliário rural. Outra empresa que atua no mesmo segmento é a Calys Agro. A Vision Brazil Investments é, também, uma empresa que atua para que investidores estrangeiros possam alocar seus recursos em setores como Agricultura, Financiamento e Crédito na área agrícola, Produção de terras agrícolas, Imobiliário. Outra empresa que atua nesse formato é a Tiba Agro, a empresa BrasilAgro, a LG Agro, a Cantagalo General Grains, Enrique Bañuelos, Agrinvest. A Sollus Capital é também um exemplo de empresa que adquire terras com capital estrangeiro e brasileiro. Outro caso é a empresa argentina Los Grobo, além de associada à Sollus Capital, que atua no Brasil através da Ceagro. Por fim, entre essas empresas que estão atuando no Brasil, está o Grupo El Tejar argentino. Ele atua no Brasil através da empresa "O Telhar Agropecuária Ltda", através de seu country manager Javier Angió, e tem sede em Primavera do Leste/MT. São vários casos de aberturas de capital, fusões, associações e aquisições feitas com a participação do BNDES e dos fundos de pensão dos trabalhadores das estatais brasileiras (OLIVEIRA, 2010).

Em nossa avaliação, o processo de aquisição de propriedades de terras, no Brasil, por parte do capital internacional não inviabiliza a sua fusão com o capital de origem brasileira. Os números do DATALUTA (2017) apontam um número de 120 empresas de capital

internacional na exploração de recursos naturais no Brasil, dentre as quais, cerca de 22 empresas brasileiras com presença de capital estrangeiro. A figura 4, logo abaixo, mostra um gráfico do número de propriedades de empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais por países.

Figura 04: Brasil - Gráfico do número de propriedades de empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais por países sede (2013-2017)



DATALUTA (2017)

Como podemos verificar, são cerca de 2.984 propriedades de empresas de capital internacional, sendo que, dessas, 1.113 são de empresas brasileiras com presença de capital internacional. Além disso, como veremos mais adiante, na seção 5.1, durante o governo Temer, o INCRA emitiu uma Instrução Normativa de número 88, que trata da aquisição e do arrendamento de imóvel rural por pessoa natural estrangeira, o que evidencia a existência de demanda.

Nesse sentido, do ponto de vista da estrutura das classes sociais, Silva (1988), no Encontro Nacional do MST, realizado em fevereiro de 1988, em Piracicaba-SP, já havia destacado a tendência de aprofundamento da integração de capitais no campo, de modo que, para o autor, já não se poderia mais falar em capitais bancários, capitais industriais e capitais agrários, senão entrelaçados na agricultura.

os grandes bancos, o Bradesco, o Itaú, etc. são os donos das maiores propriedades em cada estado. As maiores empresas industriais, os maiores grupos são também os maiores proprietários rurais desses blocos, desses complexos industriais. Houve também uma crescente integração dos capitais na constituição de blocos de capitais no campo. De modo que hoje falar em burguesia agrária é no mínimo estar defasado vinte anos na História. A burguesia agrária é hoje é parte de uma burguesia brasileira, de uma

burguesia em geral, internacionalizada inclusive com interesses profundamente imbricados entre si (SILVA, 1988, p. 139-140).

Stédile (2013) analisa que se formou, no campo, uma classe dominante composta por aproximadamente 450 mil estabelecimentos ou empresários capitalistas, que controlam 300 milhões de hectares, para a produção de *commodities*. 2,2 milhões de trabalhadores assalariados no agronegócio - menos do que na década de 1980, que variava entre 6 e 10 milhões de trabalhadores, entre permanentes e temporários.

Entre camponeses e agricultores familiares, há 4,8 milhões de famílias. Desses, 1 milhão seriam camponeses, que vivem de seu trabalho familiar, contratam esporadicamente trabalho assalariado e estão integrados no mercado, têm acesso às linhas de créditos do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Os outros 3,8 milhões são camponeses pobres, que produzem para sobreviver e comercializam o excedente.

Temos também populações indígenas e quilombolas no campo brasileiro. De acordo com o IBGE (2010), a população indígena é de 896 mil pessoas. São 572 mil, ou 63,8 %, morando na área rural. Desses, 517 mil, ou 57,5 %, em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. Ao contrário do que acontece com a população brasileira em geral, na qual a maioria reside nas cidades, no caso dos povos indígenas, a maioria reside no campo: “Enquanto 84,4% da população nacional residem em centros urbanos, esse percentual atinge apenas 36,2% no caso dos indígenas, revelando, com isso, um estreito vínculo com a terra” (IBGE, 2010). Além disso, em todos os Estados da Federação, inclusive no Distrito Federal, há populações indígenas. A Funai também registra 69 referências de indígenas, ainda, não contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista (FUNAI, 2019).

Em relação à população quilombola, o IBGE irá sistematizar uma metodologia que incorpore dados relacionados às comunidades quilombolas de todo o país, ainda, para o próximo censo demográfico, previsto para 2020 (AGÊNCIA BRASIL, 2018), (CONAQ, 2018). Segundo o Ministério dos Direitos Humanos (2018), iniciativas como a coleta de dados sobre grupos tradicionais pelo Cadastro Único (CadÚnico) - que é um conjunto de informações utilizadas pelo governo federal, estados e municípios, sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza - e Chamada Nutricional Quilombola, permitem estimar que, em 2016, a população negra tradicional era formada por 639.677 pessoas, o que representaria cerca de 0,3% da população brasileira. Mas, ainda, há muita divergência sobre esse dado.

A situação do conjunto dos trabalhadores envolve: *a)* aqueles que se mantêm na terra, ainda que com dificuldades; *b)* os que não têm terra, mas permanecem no campo na condição de parceiros, meeiros, rendeiros, etc.; *c)* aqueles que não têm terra e veem na luta a possibilidade de conquistá-la. Já no que se refere à sujeição do trabalho nas empresas do agronegócio, temos: *I)* trabalhadores que possuem terra, mas que, pela dificuldade imposta por meio da monopolização do território pelo capital de manter a reprodução do modo de vida do grupo familiar, praticam o trabalho assalariado. Isso acontece muito nos acampamentos e assentamentos do MST; *II)* os que foram expropriados dos meios sociais de sua reprodução e, para sobreviverem, vendem a força de trabalho; *III)* aqueles que não têm e não tiveram vínculo com a terra e, sem condições de vida na cidade, são explorados no campo (SOUSA, 2014).

Em linhas gerais, na sociedade capitalista, a relação de produção que constitui o capital surgiu e se desenvolveu mediante a separação entre o trabalhador e a propriedade dos meios pelos quais realizam trabalho. O trabalhador precisa ser expropriado para vender-se ao capitalista. Os capitalistas exploram a força de trabalho dos trabalhadores com o objetivo de extrair mais-valia (o valor – tempo de trabalho - a mais, que foi produzido pelo trabalhador, mas que não é pago pelo capitalista) e acumularem riqueza. A mais-valia, extraída mediante a exploração do trabalho, pode ser dividida em várias partes: lucros, juros e a renda da terra, que é o preço cobrado pelos proprietários de terra pelo acesso aos seus frutos. Ainda que não coloque a terra para produzir, ela permite, ao seu proprietário, apropriar-se de uma parte da mais-valia social, uma vez que o trabalho que valoriza a propriedade não precisa, necessariamente, ser feito nela.

Nesse sentido, em sua intensa necessidade de acumular riqueza, o capital tende a se expandir sobre o campo, para se apropriar dos resultados do trabalho, seja mediante a apropriação da terra e/ou dos seus frutos. Isto é, seja mediante a territorialização do capital no campo, seja mediante a monopolização do território sem, necessariamente, se territorializar.

Toda essa dinâmica capitalista conduz a processos de concentração e centralização do capital (aquisições, associações, incorporações), com rebatimento na estrutura das classes sociais, de modo que, no campo brasileiro, temos uma realidade que envolve, por um lado, a tendência de combinações de capitais (de vários setores e origem), a expansão do agronegócio e a exploração capitalista da força de trabalho, que não pode ser considerada tarefa democrática em atraso. Essa realidade, não apenas faz parte da forma como o capitalismo se expande no país, como também, coloca-se diretamente num campo socialista. Temos, por outro lado, uma articulação dessa tendência com outra, que é a do capital, utilizando a terra

como reserva de valor, objeto de especulação; subordinando agricultores familiares e camponeses - as relações não capitalistas de acumulação do capital -; migrando para se apropriar de terras indígenas, de quilombolas, de camponeses, daqueles que querem e reivindicam a terra e as condições de produção para garantirem a reprodução do modo de vida do grupo familiar. Essa realidade, por não colocar diretamente a contradição capital-trabalho e a socialização do trabalho, pode ser considerada como tarefas e/ou reivindicações democráticas. No entanto, elas também se chocam com o capital e a sua forma de se expandir no campo brasileiro, de modo que a questão agrária no Brasil constitui uma combinação de tarefa democrática e socialista, que faz parte da forma como o capital se expandiu.

Temos mudanças estruturais, em grande medida, produzidas pelo domínio do agronegócio sobre o campo brasileiro. 1) Há uma enorme integração de capitais (de vários setores e origem, brasileira e internacional) com repercussões no campo brasileiro: aquisições, fusões e associações entre capitais. 2) Há um controle de empresas estrangeiras sobre terras no Brasil. 3) Há uma tendência de concentração de terras, especialmente nas regiões de expansão do agronegócio, e concentração de recursos. 4) Há uma tendência de “flexibilização” das leis, principalmente ambientais e trabalhistas, para permitir a mais ampla liberdade de movimento para o capital, a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho, sobretudo por meio do agronegócio e da mineração. 5) Há um maior controle do capital sobre a produção dos alimentos, destruindo a soberania e a segurança alimentar, sobretudo por meio da commoditização dos alimentos, da sua comercialização em bolsas de valores, dos transgênicos, dos agrocombustíveis, além do avanço dos agrotóxicos. 6) Há uma articulação entre a utilização da terra produtiva e improdutivamente (como reserva de valor e objeto de especulação). O agronegócio tem colocado para produzir terras que, antes, eram utilizadas apenas para especulação. No entanto, grande parte das terras, ainda, são utilizadas dessa forma, são especulativas e rentistas. A expansão do agronegócio contribui para elevar o grau de utilização, o preço da terra, a especulação imobiliária, a especulação em torno do preço dos alimentos, a concentração fundiária. Nesse sentido, vale ressaltar que grandes bancos estão entre os maiores proprietários de terras. Tudo isso mediante a 7) diminuição e o combate aos assentamentos, a demarcação de terras indígenas e quilombolas, 8) além da retirada de direitos trabalhistas e a exploração da força de trabalho em condições análogas à da escravidão.

A antiga estratégia democrático-nacional (do PCB) e a estratégia democrático-popular (do PT) apresentam o imperialismo e a questão agrária como entraves ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, desse modo, não apontam diretamente para uma estratégia socialista.

É preciso uma mediação democrática. Todavia, se antes, na época de Lenin e, depois, na época de Ruy Mauro Marini, já estava claro que a luta contra o imperialismo deveria ter sido encarada na perspectiva estratégica de uma luta contra o capital - e não de uma mediação democrática, contra algumas de suas manifestações, para desenvolver um capitalismo autônomo, como nas estratégias referidas -, no contexto atual, sobretudo com o nível de interpenetração de capitais, essa perspectiva assume um caráter ainda mais radical. Da mesma forma, tornou-se ainda mais equivocado apostar em uma aliança estratégica com a burguesia, inclusive, para realizar reformas progressivas, como uma reforma agrária que alterasse a estrutura fundiária.

A questão agrária no Brasil constitui uma combinação de tarefa democrática e socialista, que faz parte da forma como o capital se expande e, cuja solução se choca com a ordem capitalista em curso, seu estágio de acumulação; portanto, passa pela sua superação. A consideração da questão agrária apenas como tarefa democrática ou apenas como tarefa socialista significa ignorar (ou minimizar) uma ou outra dimensão.

No caso da estratégia democrático-burguesa, a experiência do PCB, conforme analisamos no primeiro capítulo, demonstrou que a avaliação da questão agrária como tarefa democrática compatível com o regime capitalista e de interesse da burguesia foi derrotada pelo Golpe empresarial-militar de 1964, que evidenciou que a burguesia não tinha esse interesse. Entre as reivindicações que ela combateu, estava, justamente, a reforma agrária.

No caso da estratégia democrático-popular, do PT, identificou setores que se colocavam diretamente como tarefa socialista, mas analisou de maneira desconectada (ou dual) essa realidade da dimensão democrática da questão agrária, dando destaque a essa última, como se fosse possível solucioná-la dentro do capitalismo. No entanto, como vimos no segundo capítulo, mesmo moderando o programa para chegar ao governo, o PT não solucionou reivindicações democráticas e houve continuidade da concentração de terras, com variação positiva no índice de Gini; persistência das grandes propriedades improdutivas; e o número de assentamentos foi diminuindo de um mandato para o outro. Não conseguiu atender demandas democráticas, e essas vêm sofrendo profundos retrocessos nos governos da direita e da extrema direita, conforme analisaremos no capítulo seguinte, o capítulo 5.

Dessa maneira, pela forma como o capitalismo se expandiu, especialmente no campo brasileiro; pela estrutura de classes, pelo domínio e interpenetração de capitais no campo; pelas lições da experiência com o PCB e com o PT; considera-se que não é a solução da questão agrária uma condição prévia para uma estratégia e uma revolução socialista, mas, ao contrário, é a revolução condição para a solução da questão agrária.

Toda essa realidade tende a ser agravada em meio à atual conjuntura, com o aprofundamento da crise do sistema do capital e os ataques, que estão sendo levados adiante pelas classes dominantes, especialmente no Brasil, com a força que os setores da extrema direita vêm ganhando.

CAPÍTULO 5 - OS GOVERNOS DA DIREITA E DA EXTREMA DIREITA E SUAS AGENDAS PARA O CAMPO BRASILEIRO

5.1 O governo Temer

O golpe que substituiu Dilma Rousseff por Michel Temer, na Presidência da República, foi realizado, fundamentalmente, para acelerar e aprofundar a retirada de direitos dos trabalhadores, impor uma forma político-econômica ainda mais “neoliberal” e um reordenamento econômico e político no Brasil e na América Latina de maneira ainda mais subalterna aos EUA.

Por contar com o apoio de segmentos importantes da classe trabalhadora, o PT tinha dificuldades de garantir um ataque na velocidade e profundidade exigida pelas classes dominantes. Já o governo Temer não possuía essa contradição. Não contava com uma forte base de apoio dos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora. Foi um governo para agilizar os ataques e, nesse sentido, aprovou a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241 (que altera a constituição, impondo limites de investimentos nas áreas sociais por 20 anos). Aprovou uma reforma trabalhista, que ataca os direitos dos trabalhadores contidos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), coloca o acordado sobre o legislado diante de uma conjuntura defensiva para os trabalhadores; negociações individuais para fragmentar a classe; flexibilização da jornada de trabalho, podendo se estender por até 12 horas diárias, de 44 horas semanais para 60 horas; possibilidade de submeter mulheres grávidas a locais insalubres e vários outros ataques contra os trabalhadores e suas organizações políticas. Aprovação do Projeto de Lei Complementar - PLP 257, que, depois, se tornou o Projeto de Lei da Câmara - PLC 54 (que congela salário, barra concurso público e abre precedentes para privatizações). Aprovação do Projeto de Lei - PL 4567 (que acaba com a exclusividade da Petrobrás na extração do petróleo da camada do pré-sal). Teve proposta, não submetida à votação, de reforma da previdência, que reduz o valor mínimo da aposentadoria e aumenta a idade para os trabalhadores se aposentarem, entre várias outras.

Iasi (2017) considera que podemos agrupar as medidas em três ordens: *a*) medidas de caráter econômico, tais como as que foram mencionadas; *b*) medidas de caráter ideológico, sobretudo baseadas num fundamentalismo religioso, que ataca as liberdades democráticas, liberdade de pensamento, como o “projeto escola sem partido”, que tem o claro objetivo de impedir qualquer reflexão crítica e as liberdades democráticas, além de outras medidas; *c*)

medidas jurídicas e políticas, como a reforma política restritiva e concentradora de poder para aqueles que já legislam sobre ela, a efetivação da “Lei da ordem”, “Lei de Segurança Nacional”, Lei Antiterrorismo. Muitas dessas medidas foram iniciativas dos governos do PT.

No caso do campo, o governo Temer reproduziu o seu objetivo fundamental de levar adiante uma agenda de ataques aos trabalhadores, a começar pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Ouvidoria Agrária Nacional e a vinculação do INCRA e cinco secretarias anteriormente vinculadas ao MDA (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal) para a responsabilidade da Casa Civil sob administração de Eliseu Padilha, do PMDB (BORGES, 2016), com o objetivo de reduzir a atuação nas atividades relacionadas ao atendimento das demandas dos setores populares (LEITE et. al., 2018), (LIMA; PEREIRA; BARBANTI, 2018); Desestruturação do corpo técnico, com a dispensa de muitos profissionais ligados às atividades agrárias, especialmente ao MDA (MATTEI, 2018); Desestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), principalmente com o corte de recursos que deveriam ser repassados para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB - (MATTEI, 2018). “Em 2016, foram destinados ao Programa R\$ 439 milhões. Já em 2017, foram somente R\$ 150 milhões, o que representou uma redução de 66% em um único ano” (CPT, 2018). Além de ter cortado mais de 56% dos recursos destinados à segurança alimentar e nutricional para o ano de 2018 (CPT, 2018).

Os cortes no orçamento foram de grandes proporções: A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à casa civil, criada após a extinção do MDA, recebeu 37% a menos do que estava dotado no orçamento (LIMA; PEREIRA e BARBANTI, 2018); O valor destinado à obtenção de terras, em 2018, foi de 83,7 milhões, sendo que, em 2015, esse valor foi de 800 milhões; O orçamento para a Assistência Técnica nos assentamentos, em 2015, foi de 355,4 milhões, e em 2018, foi 19,7 milhões (CPT, 2019).

O governo, ainda, lançou a Medida Provisória (MP) 733, que autorizou os maiores devedores da União, inscritos na Dívida Ativa da União, e com débitos originários das operações de securitização e Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), a liquidarem o saldo devedor com abatimentos entre 60% a 95%. Dívidas acima de 1 milhão de reais ganharam descontos de até 65%, além de outras benesses como a suspensão do ajuizamento e do prosseguimento das execuções fiscais em andamento até o final de 2017 (LEITE et. al., 2018), (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 733, DE 2016).

Foram lançadas as MPs 756 (vetada integralmente em 19 de junho de 2017) e 758 (vetada parcialmente e convertida na Lei nº 13.452, de 19 de junho de 2017), de 19 de dezembro de 2016, que permitiram diminuir mecanismos de controle fundiário e ambiental de unidades de conservação e ampliar a exploração de áreas sensíveis na Amazônia. A redução da área da Flora e a criação da APA ampliaram riscos de desmatamento e devastação, devido à redução do status de conservação de uma grande área da Floresta Nacional do Jamanxim (LEITE et. al., 2018), (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 756, DE 2016), (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 758, DE 2016). É importante ressaltar que, embora algumas medidas tenham sido vetadas, elas evidenciam as pressões e reivindicações de grandes empresários e as tendências do capital no campo.

Também foi lançada a MP 793, que trata do Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Trata-se de um “Refis Rural”, uma mescla de perdão e refinanciamento de dívidas previdenciárias com o Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural) (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 793, DE 2017). Esta MP, no entanto, perdeu sua vigência por decurso de prazo (não foi votada no Congresso no prazo regimental de 90 dias) em 28 de novembro de 2017. A contribuição ao Funrural incide sobre a receita bruta da comercialização da produção e é paga pelos empregadores para custear a aposentadoria dos trabalhadores. O Supremo Tribunal Federal considerou essa cobrança inconstitucional em 2011, mas mudou de posicionamento em 2017. Nesse sentido, foi articulada a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018. Essa Lei recriou o programa de parcelamento de dívidas junto ao Funrural (LEITE et. al., 2018), (LEI Nº 13.606).

A direção do Incra emitiu a Instrução Normativa nº 88, de 13 de dezembro de 2017, que trata da aquisição e do arrendamento de imóvel rural por pessoa natural estrangeira residente no País, pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil e pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira. Essa Instrução flexibiliza o reconhecimento de transações irregulares (LEITE et. al., 2018), (INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 88 DE 13/12/2017).

Foi lançada a MP 759, em 2016, convertida na Lei 13.465, juntamente com o decreto 9.311, tratando da regularização fundiária, com o objetivo de desobrigar e inviabilizar ações do Estado e regulamentar o mercado para a comercialização das terras públicas. Estabeleceu-se a proibição do título de domínio coletivo de entidade representativa, o processo passa a ser individualizado; o condicionamento da inscrição das famílias acampadas no CadÚnico do governo federal, para burocratizar ainda mais o reconhecimento das famílias acampadas;

possibilidade de celebração de contrato de integração, que pode funcionar como terceirização, sem interferência do trabalho das famílias; criou-se o conceito de “conclusão de investimentos”, para isentar o Estado de responsabilidade com os projetos de assentamentos e das famílias beneficiária dos programas de reforma agrária, sob um discurso de “emancipação dos assentamentos” (LEITE et. al., 2018) (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 2016) (LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017), (DECRETO Nº 9.311, DE 15 DE MARÇO DE 2018).

O governo tem priorizado a entrega de títulos definitivos das terras destinadas à reforma agrária (favorecendo, inclusive, ocupantes irregulares em detrimento do processo de sucessão familiar no meio rural) (LEITE et. al., 2018). Em 2017, foi entregue um total de 123.553 títulos de terra a assentados, sendo 26.523 Títulos de Domínio, que transferem o imóvel rural ao beneficiário em caráter definitivo, e 97.030 Contratos de Concessão de Uso, que transfere o imóvel rural ao beneficiário em caráter provisório, assegurando acesso à terra, créditos e outros programas do governo federal. É importante ressaltar que esse dado supera a soma dos últimos dez anos (CPT, 2019). Essa última funciona como pré-requisito da primeira. No entanto, o governo Temer “alterou a legislação relativa a essas cláusulas, reduzindo as exigências para a titulação definitiva, com o objetivo de acelerar o processo de disponibilização destas no mercado de terras” (ALENTEJANO, 2018, p. 312). Segundo Porto-Gonçalves et. al. (2018), a Lei 13.465 disponibiliza para o mercado os 88.619.077 hectares de terras dos assentamentos e, com isso, estimula a ação do poder privado.

O governo Temer comprometeu-se com uma política de utilização industrial dos recursos da biomassa, basicamente uma proposta da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que se centra na produção de biocombustíveis – que se tornou a lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017 - da política nacional de biocombustíveis) – cujos princípios foram apresentados na 23ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23), em Bonn, na Alemanha, e que colocou o Brasil em um grupo de mais 18 países que pretendem atuar conjuntamente no uso econômico dos recursos naturais. É uma política centrada no uso extensivo do solo para biocombustíveis e bioenergia derivada da soja e da cana-de-açúcar, e que é apoiada pelo agronegócio e setores da indústria (LIMA; PEREIRA; BARBANTI, 2018) (LEI Nº 13.576, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017). Segundo Lima et. al. (2018), tal política:

deve se concentrar em fontes de energia de biomassa, mas essa alternativa aguarda condições de mercado que sejam extremamente favoráveis ao capital. O que deve incluir uma precificação extremamente atraente; uma

nova legislação tornando obrigatório o uso de biocombustíveis nos transportes pesados; e mudanças em políticas agrícolas para aumentar a presença de culturas energéticas perenes, rotação curta de culturas, intercalação de culturas e agrossilvicultura (LIMA; PEREIRA; BARBANTI, 2018, p. 408).

Durante o governo Temer, também, veio à tona o Projeto de Lei (PL) 827/2015, conhecido como Projeto de Lei de Proteção aos Cultivares, que visa proibir agricultores de produzir, distribuir e armazenar sementes, e, ainda, quer estabelecer *royalties* para agricultores que plantem as chamadas cultivares. Na verdade, quer passar para as grandes empresas o controle sobre o uso de sementes, plantas e mudas modificadas, e propõe o pagamento de *royalties* sobre espécies de plantas que foram alteradas, como as híbridas. O projeto é de autoria do deputado ruralista Dilceu Sperafico (PP-PR). A última atualização é de novembro de 2017 (CAMPELO, 2017), (PL 827/2015).

Da mesma forma, veio à tona o Projeto de Lei dos Agrotóxicos (alterações no Projeto de Lei Nº 6.299, DE 2002), relatório do deputado Luiz Nishimori (PR-PR), com o então ministro da Agricultura, Blairo Maggi (PP), defendido pela bancada ruralista, que facilita o registro desses produtos no País. A expectativa dos parlamentares é que a votação fique para depois das eleições de 2018. O PL troca a palavra "agrotóxico" por "pesticida", "defensivos agrícolas" e "produtos fitossanitários", além de concentrar poderes no Ministério da Agricultura para a aprovação de novos produtos e prever a adoção de uma tabela de grau de risco para novas substâncias no Brasil, permitindo que produtos hoje vetados pela lei atual - por conterem substâncias cancerígenas, teratogênicas (que causam malformações) e mutagênicas (que provocam mutações genéticas) - passem a ser analisados conforme um grau de tolerância (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 2018), (DANTAS, 2018), (KLIASS, 2018).

Surgiu, também, o projeto de lei nº 4576/16, de autoria do deputado Edinho Bez (MDB-SC), também de relatoria deputado Luiz Nishimori (PR-PR), que torna mais rígidas as regras para a venda de produtos orgânicos. A proposta foi aprovada por unanimidade na Comissão de Agricultura da Câmara, em 15 de junho de 2018, e seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Após a análise do colegiado, seguirá para o plenário da Câmara. O texto do PL da Restrição prevê que a venda de produtos orgânicos diretamente ao consumidor seja feita exclusivamente por agricultor familiar cadastrado pelo governo (PL 4576/2016). Pelo projeto, os agricultores familiares poderão comercializar a produção própria, de outros produtores cadastrados ou de produtos que possuam a certificação de procedência prevista na Lei da Agricultura Orgânica. A venda só poderá ser feita sem certificação de procedência se o consumidor e o órgão fiscalizador puderem rastrear o processo de produção

e ter acesso ao local de produção ou processamento. O PL prevê, ainda, que a venda de produtos orgânicos ficará restrita às feiras livres ou propriedades particulares. A interpretação do que seria abrangido pelo termo “propriedades particulares” nessa lei tem gerado controvérsia. Críticos, à medida, acreditam que o termo pode ser interpretado restritivamente para abranger apenas propriedades como a própria horta ou casa do agricultor familiar. Atualmente, a venda pode ser feita também em estabelecimentos como supermercados desde que a mercadoria tenha o selo SisOrg (JUSTIFICANDO, 2018), (REUTERS, 2018).

O governo Temer, ainda, lançou, no Diário Oficial da União, em 16 de outubro de 2017, uma Portaria (instrumento que não exige consulta ao Poder Legislativo) de nº 1129 de 13/10/2017 do Ministério do Trabalho, propondo uma reformulação do conceito de “trabalho escravo” no artigo 149 do Código Penal. O conceito atual concentra a caracterização do “trabalho escravo” na negação da dignidade da pessoa do trabalhador ou da trabalhadora, fazendo dela uma “coisa”, fosse ela presa ou não. Em linhas gerais, a lei afirmava que o flagrante de trabalho escravo só poderá acontecer doravante se – e unicamente se – houver constatação do impedimento de se deslocar e em ambiente de segurança armada, coação, ameaça e violência contra ele. A portaria também estabelecia que os autos de infração relacionados a flagrante só terão validade se juntado um boletim de ocorrência lavrado por autoridade policial que tenha participado da fiscalização – atualmente, competência exclusiva dos fiscais do ministério do trabalho, à anuência de policiais. Além disso, também travava o trabalho dos auditores fiscais com um elenco de exigências de rotinas (CPT, 2017) (PORTARIA Nº 1129 DE 13/10/2017). A portaria teve seus efeitos suspensos no mesmo mês de sua divulgação, em face da decisão liminar da Ministra Rosa Weber, nos autos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental distribuída pelo Partido Político Rede de Sustentabilidade (CPT, 2018).

Todavia, esses ataques, por parte do governo, não aconteceram sem a resistência e o enfrentamento por parte dos trabalhadores, como podemos observar na tabela abaixo, nos dados disponibilizados pela CPT (2019) sobre o campo.

Tabela 14: Comparação dos conflitos no campo Brasil (2009-2018)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências (1)	528	638	805	816	763	793	771	1.079	989	964
Ocupações/Retomadas	290	180	200	238	230	205	200	194	169	143
Acampamentos	36	35	30	13	14	20	27	22	10	17
Total (2)	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295	1.168	1.124
Assassinatos	25	30	29	34	29	36	47	58	70	25
Pessoas Envolvidas	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735	530.900	590.400
Hectares	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	240	204	230	168	141	131	80	68	66	86
Assassinatos		1			1					
Pessoas Envolvidas	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751	530	1.465
Superexploração	45	38	30	14	13	10	4	1		3
Assassinatos		1			2		1	1		2
Pessoas Envolvidas	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2		12
Total	285	242	260	182	154	141	84	69	66	1.477
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	45	87	68	79	93	127	135	172	197	276
Assassinatos	1	2		2	2		2	2	1	1
Pessoas Envolvidas	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355	177.090	368.465
Outros (3)										
Nº de Conflitos		4		36	12					
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas		4.450		26.005	1.350					
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536	1.431	1.489
Assassinatos	26	34	29	36	34	36	50	61	71	28
Pessoas Envolvidas	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843	708.520	960.342
Hectares	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494

Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT (2019).

Como podemos verificar, nos dados da CPT (2019), o período do governo Temer (2016 a 2018) registrou o maior número de conflitos no campo, principalmente por motivos de terra e água, desde 2009. Foram 1.536 conflitos, em 2016, 1.431, em 2017 e 1.489, em 2018. Além disso, registrou os maiores números de pessoas envolvidas em conflitos (909,843 em 2016 e 960.342 em 2018).

Contudo, durante esse período, o PT (e aliados de esquerda, como o PCdoB), não apenas não organizaram um plano de luta para resistir aos ataques, como também ajudaram, direta e indiretamente, o governo na aprovação de medidas, a exemplo do caso, envolvendo o senador Jorge Vianna (do PT) - vice presidente do senado, que, em 2016, teve a oportunidade de ficar na presidência do senado e cancelar a votação do Projeto de Emenda a Constituição (PEC) 55, do congelamento de investimentos por 20 anos, quando o ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, promulgou a liminar pedindo afastamento de Renan Calheiros (PMDB), o então presidente do senado, e, no entanto, Jorge Viana articulou para que Renan Calheiros continuasse no cargo e não atrasasse a votação da PEC (PARDAL, 2016a), (OLIVEIRA, 2016) – e no caso da CUT (a maior central sindical do país, ligada ao PT) e outras Centrais Sindicais, que facilitaram para o governo Temer, não apenas cancelando atos contra a reforma da previdência no final de 2017 (CUT, 2017), mas também,

não articulando um plano de lutas, marcando manifestações muito distantes uma da outra, dividindo o movimento.

A tática adotada pela direção do PT, durante todo esse período, foi a de deixar o governo aprovar os ataques contra a classe trabalhadora e se desgastar, para voltar com Lula nas eleições presidenciais de 2018 e iniciar um novo mandato presidencial em 2019. A direção do PT sabia que, estando na presidência antes disso, teria que optar entre a classe dominante e a classe trabalhadora: enfrentar a burguesia, barrando os ataques contra a classe trabalhadora, ou manter ataques e minar a sua base de apoio nos trabalhadores. Era o que estava acontecendo com o governo Dilma (PT). Até a luta por Eleições Diretas, durante a primeira denúncia contra Temer²³, foi só um meio de agitação política, para responder à ansiedade da base, não uma luta a ser levada a sério, pela sua concretude. No entanto, o Lula foi preso, acusado por crimes de corrupção, inviabilizado de participar da disputa eleitoral para presidência da república em 2018, e o PT acabou perdendo a disputa eleitoral desse ano.

As pautas que vieram à tona no governo Temer - mesmo aquelas que não foram aprovadas -, evidenciam interesses capitalistas e tendências do capital no campo, tais como a redução de atividades relacionadas ao atendimento de demandas dos setores populares, especialmente com os cortes no orçamento, a desestruturação de programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos; o combate à produção orgânica e, por outro lado, os investimentos e outras formas de estímulos ao agronegócio, como a flexibilização da legislação para permitir a sua expansão sobre unidades de conservação; a monopolização de sementes por parte de grandes empresas; a liberação de agrotóxicos; a liberação do trabalho análogo à escravidão; e, até mesmo, a entrega de títulos definitivos das terras destinadas à

²³Durante o governo Temer surgiram duas denúncias contra o presidente e foram arquivadas. Os processos de investigação não foram aprovados na Câmara dos deputados. A primeira denúncia ocorreu em junho de 2017, quando o procurador geral da República, Rodrigo Janot, denunciou Temer por corrupção passiva. Janot relata como Michel Temer, por meio de seu ex-assessor Rodrigo Loures, teria praticado o crime de corrupção passiva e favorecido executivos da empresa JBS. Temer teria recebido R\$ 500 mil em propina e aceitado a "promessa" de receber até R\$ 38 milhões ao longo de nove meses (MILHORANCE, 2017). Em agosto, a Câmara barrou a primeira denúncia por um placar de 263 a 227, com 19 ausências e duas abstenções (CARAM et. al., 2017). A segunda denúncia contra Temer foi realizada em setembro de 2017, também por Rodrigo Janot, por organização criminosa e obstrução da Justiça (VLADIMIR NETTO et. al. 2017). Membros do PMDB teriam praticado ações ilícitas em troca de propina, por meio da utilização de diversos órgãos públicos. A denúncia foi feita principalmente contra Michel Temer, e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria Geral), Eduardo Cunha, Henrique Alves, Geddel Vieira Lima, Rodrigo Rocha Loures, além do empresário Joesley Batista, um dos donos do grupo J&F, e o executivo Ricardo Saud. Essa última denúncia foi arquivada em outubro de 2017, na câmara dos deputados, por um placar de 251 a 233, com 25 ausências e duas abstenções (CALGARO et. al., 2016).

reforma agrária, com o objetivo de acelerar o processo de disponibilização dessas no mercado de terras.

5.2 A eleição de Bolsonaro

A conjuntura mundial atual é marcada, sobretudo, por uma profunda crise do capital, que tem precarizado ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora, e pelo crescimento da extrema direita.

A precarização das condições de vida dos trabalhadores é evidenciada por meio da retirada de direitos, do aumento do grau de exploração, nos níveis de desemprego, na restrição das liberdades democráticas, nas opressões e nos ataques às organizações políticas da classe. A classe dominante precisa retirar o capitalismo da crise, atacando a classe trabalhadora. Essa realidade tem impulsionado mobilizações dos trabalhadores em vários países do mundo. No entanto, em muitos deles, sobretudo pela ausência de organizações revolucionárias com inserção, setores da extrema direita têm crescido, manipulando em cima da insatisfação, canalizando-a para colocar os trabalhadores em conflito, uns contra os outros. É o que tem acontecido, não apenas em países da Europa, a exemplo da Áustria, Hungria, República Checa, Eslováquia, Alemanha, Polônia, Holanda, Suécia, Suíça, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Itália, mas também nos EUA e em países da América Latina.

Nesse sentido, o sistema imperialista atua com uma forma política ainda mais agressiva (e xenofóbica), para se apropriar das riquezas de vários países, explorar força de trabalho e garantir as taxas de lucro de grandes empresas capitalistas, evidenciadas principalmente na atuação dos EUA. Este país, que já havia invadido o Afeganistão, em 2001, e o Iraque, em 2003, investiu pesado na intervenção na Líbia, em 2011, e na guerra na Síria, de 2011 aos dias atuais; além das ameaças ao Líbano, ao Irã e à Coreia do Norte e de continuarem apoiando o Estado de Israel, para matar e expulsar palestinos de suas terras. Na América Latina, os EUA mantêm o bloqueio (não apenas econômico, mas político e cultural) contra Cuba; instalaram bases militares na Colômbia e apoiaram abertamente o terrorismo de Estado praticado naquele país (PCB, 2012); apoiam os governos neoliberais, como na Argentina e no Chile; e também apoiam (e apoiaram) as tentativas de golpe na Venezuela e na Bolívia, além do apoio que deram aos golpes em Honduras, em 2009, no Paraguai, em 2012, no Brasil, em 2016, na Bolívia, em 2019.

No Brasil, como vimos, a crise do capital erodiu as bases da política de colaboração de classes do PT, fazendo com que setores burgueses, que antes o apoiavam, migrassem para a oposição, por desejarem um ataque, de forma mais rápida e profunda, sobre os trabalhadores. As mobilizações em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) - que se iniciaram ainda no final de 2014, quando o então candidato do PSDB, Aécio Neves, contestou o resultado do segundo turno das eleições, que foi apertado (Dilma Rousseff ganhou por 51,68% contra 48,36% de Aécio Neves) - impulsionaram grupos de extrema direita, que já haviam se apresentado nas mobilizações que ocorreram no ano de 2013. O Golpe, em 2016, articulou essas mobilizações, sobretudo das classes médias, com ação parlamentar, jurídica e midiática. Jair Messias Bolsonaro, então deputado federal, começou a ganhar destaque nesse contexto, pelo apoio ao golpe contra o governo Dilma, pelos seus discursos conservadores, antiesquerda e anticomunista, seu apoio à tortura, à ditadura empresarial militar de 1964, suas posições contra mulheres, homossexuais, negros, indígenas.

Valério Arcary (2018b) explica que os aspectos objetivos determinantes para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), nas eleições presidenciais do Brasil, em 2018, foram:

(a) a estagnação com viés de queda da renda, com o impacto da inflação dos serviços, e o aumento dos impostos, que empurraram a classe média para a direita; (b) a perplexidade entre amplas franjas dos trabalhadores de que a vida piorava com o desemprego agravada pela desmoralização de que os governos do PT seriam corruptos; (c) o aumento da violência urbana, das taxas de homicídio, e o fortalecimento do crime organizado que deslocaram grandes massas populares para a extrema-direita; (d) a reação de um setor mais retrógrado da sociedade, mais racista, misógino e homofóbico, ao impacto da transição urbana, geracional e cultural da sociedade; (e) por último, mas não menos importante, o giro da burguesia para o choque fiscal selvagem e, finalmente, para o apoio a Bolsonaro, diante da estagnação crônica, mesmo depois de dois anos de governo “gradualista” de Temer (ARCARY, 2018b).

Além disso, alguns acontecimentos, em 2018, contribuíram para o fortalecimento da candidatura de extrema direita, representada por Bolsonaro: 1) Na greve de caminhoneiros, que ocorreu entre os meses de maio e junho de 2018, a extrema direita influenciou na reivindicação da bandeira reacionária da intervenção militar, que ganhou o movimento; 2) No dia 6 de setembro de 2018, durante o processo eleitoral, aconteceu o episódio da facada, que retirou Bolsonaro dos debates e deu destaque à sua condição de saúde, causando comoção e revolta contra o atentado; 3) A candidatura de Geraldo Alckmin, do PSDB, não conseguiu

subir nas pesquisas eleitorais; 4) Um esquema de caixa 2 em favor de Bolsonaro, chamado de disparo de mensagens, onde os empresários pagavam para reproduzir notícias falsas contra o PT, no aplicativo do whatsapp (MELLO, 2018); 5) Além, é claro, da prisão do Lula, que era, então, o primeiro colocado nas pesquisas eleitorais. Tudo isso, somado ao contexto bastante conservador e ao fato de Bolsonaro ter construído um marketing eleitoral de candidato “honesto” e defensor da “família tradicional e dos bons costumes”, foi fundamental para elegê-lo presidente do Brasil.

Todavia, é importante ressaltar que, apesar do slogan de “candidato honesto”, Bolsonaro possuía funcionária fantasma, que, na verdade, era vendedora de açaí (MATTOSE; BRAGON, 2018a); Participou de esquema de lavagem de dinheiro da empresa JBS Friboi (BRITO, 2017); Recebia auxílio moradia, enquanto adquiria inúmeros imóveis (MATTOSE; BRAGON, 2018b); O esquema de caixa 2 para reprodução de notícias falsas, conforme já mencionado. Além disso, Bolsonaro possui vários anos de mandato pelo Partido Progressista (PP), que é um resquício da ditadura empresarial militar e um dos partidos mais corruptos do país, com o maior número de deputados investigados no Superior Tribunal Federal (STF) (PEREIRA, 2017); Foi do “Patriota”, que está na lista dos partidos que receberam propina das empreiteiras - nas eleições de 2014. Esse partido recebeu o equivalente a: R\$ 1.117.880,00. O PSL, atual partido de Bolsonaro também está nessa lista por receber uma quantia de R\$ 537.840 das empreiteiras (RESENDE, 2015); Tentou aliança com o PR (outro partido corrupto, que também está na lista dos que receberam das empreiteiras - recebeu R\$ 26.917.500), mas foi recusada; Tentou aliança com o general da reserva do Exército Augusto Heleno, que é filiado ao Partido Republicano Progressista – PRP - (também famoso por corrupção – recebeu R\$ 89.000 das empreiteiras), mas também foi recusada (TORRES, 2018) – até conseguir um aliado, como candidato a vice-presidente na chapa, o general da reserva do Exército, Hamilton Mourão, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), que também está na lista de doações das empreiteiras por receber uma quantia de R\$1.483.000. Bolsonaro, ainda, votou com Michel Temer os ataques contra a classe trabalhadora, a exemplo da PEC, que congela investimento nas áreas sociais por 20 anos e da reforma trabalhista (G1, 2016), (G1, 2017).

Logo no início de 2019, tornou-se pública a investigação feita pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) sobre Flávio Bolsonaro, senador e filho de Jair Bolsonaro, que também faz parte do PSL (isto é, faz parte do mesmo grupo político e defende o mesmo projeto do pai), juntamente com o seu ex-assessor parlamentar, Fabrício Queiroz (além da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, entre outros), por movimentações financeiras atípicas.

Flávio Bolsonaro, ainda, tenta barrar a investigação, acionando o STF e lançando mão da prerrogativa — tantas vezes criticada por ele, seu pai e irmãos — do foro privilegiado (ALESSI, 2019). Flávio Bolsonaro também prestou homenagens aos milicianos Adriano Magalhães e Ronald Paulo Alves Pereira, que eram suspeitos de participação na morte da vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A mãe e a esposa do miliciano Adriano Magalhães trabalharam, até novembro de 2018, no gabinete de Flávio Bolsonaro, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), quando ele era deputado estadual no estado (MIRANDA, 2019).

Bolsonaro foi eleito, no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, com 55,54% dos votos válidos, contra 44,46% do seu adversário, Fernando Haddad, do PT. Ele (Bolsonaro), ainda, ajudou a eleger uma bancada reacionária no congresso - a exemplo do seu partido, o PSL, que saltou de 1 deputado federal, em 2014, para 52 deputados federais, em 2018 (CAESAR, 2018a); No senado, em que seu partido não tinha nenhum senador em 2014, conseguiu eleger 4 senadores em 2018 (CAESAR, 2018b); e no governo dos estados, em que o PSL saltou de 0 para 3 governadores (BBC, 2018); além, é claro, de candidatos de outros partidos que foram eleitos com o seu apoio.

A eleição de Bolsonaro significa a continuidade e o aprofundamento do Golpe - e isso ficou ainda mais evidente, quando o então juiz Sergio Mouro, principal articulador da prisão do Lula, ganhou um superministério em seu governo -, pois o seu principal objetivo é radicalizar a agenda de Michel Temer contra a classe trabalhadora, além de consolidar um realinhamento político-econômico internacional do Brasil de maneira ainda mais subalterna aos EUA, e impulsionar este último em seu avanço e domínio sobre a América Latina. Bolsonaro representa uma alternativa de extrema-direita do grande capital apoiado, fundamentalmente, nas classes médias, com influência também em setores da classe trabalhadora. Possui várias outras características, como o nacionalismo-fraudulento (sobretudo pela submissão aos EUA), o racismo, a xenofobia, a homofobia, o machismo. É um movimento que visa, não apenas retirar direitos e restringir as liberdades democráticas, mas combater a esquerda e os movimentos sociais. Executar os setores ativos da classe trabalhadora.

Nesse sentido, de acordo com Iasi (2019), Bolsonaro e o movimento bolsonarista são fascistas, ainda que não tenham consolidado um regime fascista no Brasil. O fascismo, segundo o autor, é uma expressão do capital monopolista altamente desenvolvido, na forma financeira; um projeto da pequena burguesia, sua expressão política e ideológica, com apoio dos trabalhadores, mas que executa os interesses do grande capital. No entanto, a

consolidação de um regime fascista pressupõe uma transformação do Estado, dotando-o de um caráter fascista, uma forma particular de ser do Estado, que destrói a institucionalidade democrática. Isso, ainda, não aconteceu, muito embora tenham iniciativas nessa direção, como o Projeto de Lei 882/19 (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2019), que define o chamado “excludente de ilicitude”, com o objetivo de reduzir ou deixar de aplicar penas para o aparato repressivo em atuações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Do ponto de vista internacional, esse movimento interrompeu um ciclo anterior, no qual PT havia chegado à presidência da república, em 2003, juntamente com os chamados governos populares, mediante a vitória eleitoral de Hugo Chávez, na Venezuela, em 1999; de Evo Morales, na Bolívia, em 2005; de Rafael Correa, no Equador, em 2007, assim como outras experiências de colaboração de classes, a exemplo da Argentina, com Néstor Kirchner (2003 a 2007) e Cristina Kirchner (de 2007 a 2015). Nesse sentido, o PT atuou com uma política internacional que, ainda que numa perspectiva capitalista de defender os interesses dos monopólios de origem brasileira em outros países, o fato é que estabelecia relações com países que atuam/atuaram com certa independência frente aos EUA, a exemplo dos países citados (Venezuela, Bolívia, Equador), além de países como Cuba, China, Rússia.

A eleição de Bolsonaro, ao priorizar uma relação ultrassubalterna aos ditames dos EUA, consolida uma ruptura nas relações com a maioria desses países, e reposiciona o Brasil política e economicamente no cenário internacional. Nesse sentido, o governo cubano que, desde 2013, enviava médicos para o Brasil, por meio do programa Mais Médicos, decidiu se retirar do programa e pelo retorno dos profissionais ao seu país, depois de declarações hostis de Bolsonaro contra o povo cubano (G1, 2018); Bolsonaro, que, em janeiro de 2019, estava em Davos, na Suíça, participando do Fórum Mundial Econômico, posicionou-se a favor da tentativa golpe na Venezuela, apoiado pelos EUA (BBC, 2019); Bolsonaro, ainda em janeiro de 2019, já recebeu a visita do presidente conservador da Argentina, Mauricio Macri, para tratar, dentre outras questões, do Mercosul e da situação da Venezuela, que está suspensa de participar do bloco (BARBIÉRI; MAZUI, 2018).

Do ponto de vista interno, as principais propostas de campanha de Bolsonaro foram: a) a reforma da previdência, aumentando a idade e o tempo de contribuição, diminuindo a remuneração das aposentadorias, além da mudança do atual regime de repartição, que é pública e baseada na solidariedade entre gerações, para um regime de capitalização, que é privada e individual; b) retirada de direitos; c) privatizações de empresas estatais; d) redução de impostos das empresas para atrair capital; e) reforma administrativa, principalmente eliminando ministérios, para cortar “gastos”; f) redução da maioridade penal de 18 para 16

anos; g) reformulação do Estatuto do Desarmamento, para garantir, entre outras questões, a “legítima” defesa da propriedade privada e h) tipificar como terrorismo as ocupações de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro (O CAMINHO DA PROSPERIDADE - PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO, 2018), (G1, 2018b).

Vale destacar que, sobre a proposta de reformulação do Estatuto do Desarmamento, Bolsonaro assinou, ainda no primeiro mês de mandato, em janeiro de 2019, um decreto que facilita a posse de arma de fogo em todo o país (MAZUI; BARBIÉRI, 2019). O governo pretendia apressar a votação de outra medida que liberava o porte de armas nas áreas rurais, que foi aprovado na câmara e estava tramitando no senado (JORNAL NACIONAL, 2019). Dessa forma, fica ainda mais evidente que um dos objetivos dessa medida é combater os movimentos sociais da cidade e do campo, especialmente o MST, uma vez que o próprio Bolsonaro deu declarações nesse sentido, afirmando, inclusive, querer que matem os militantes do MST (CANAL RURAL, 2017), (DIÁRIO ARAPIRACA, 2017). Essas medidas, embora não tenham sido (ainda) aprovadas, evidenciam os interesses do governo.

Nessa perspectiva, no caso do campo, Bolsonaro, também, defendeu a fusão entre os ministérios da agricultura e do meio ambiente, com o objetivo de evitar conflito de interesse, especialmente em torno de legislação ambiental (que ele defendeu flexibilizar e acabar com multas), estimular o agronegócio (G1, 2018b); Acabar com reservas de terra de indígenas e de quilombolas (CONGRESSO EM FOCO, 2017); Não demarcar mais terras indígenas (BBC, 2018b); Titularizar terras indígenas e permitir que vivam de *royalties* de mineradoras, de hidrelétricas, de exploração e venda de biodiversidade (G1, 2018c) - Da mesma forma, defende essa ideia para as terras Quilombolas (BRESCIANI, 2018); Bolsonaro também defende a venda de terras para o capital estrangeiro (G1, 2018d).

Bolsonaro montou uma estrutura de governo com 22 ministérios (e não 15, conforme prometido durante a campanha): Casa Civil; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria de Governo; Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Advocacia-Geral da União (AGU); Banco Central; Economia; Agricultura; Meio Ambiente; Direitos Humanos; Ciência, Tecnologia e Comunicação; Relações Exteriores; Defesa; Cidadania; Educação; Saúde; Justiça e Segurança Pública; Turismo; Infraestrutura; Desenvolvimento Regional; Transparência; Minas e Energia (VILELA, 2018). 7 desses ministérios (o da Secretaria de Governo; o de Minas e Energia; o da Ciência, Tecnologia e Comunicação, que indicou mais 6 militares para compor a sua equipe; o da Defesa; o da Transparência; o da Infraestrutura, que conta com outros 3 militares na pasta; o Gabinete de Segurança Institucional) e o cargo de Porta-Voz do Governo são ocupados por militares - além do fato de o próprio Bolsonaro ser

capitão do exército, e o seu vice-presidente, Hamilton Mourão, ser general do exército (JORNAL NACIONAL, 2019b). Ele garantiu um enorme espaço para os militares dentro do seu governo, o maior desde a redemocratização. José Sarney, que assumiu sua gestão em 1985, também contou com 7 militares nos ministérios. Mesmo o governo Médici e Geisel, durante a ditadura empresarial militar, tiveram 4 militares nos ministérios, cada um (ESQUERDA DIÁRIO, 2018a).

Foram extintos 7 ministérios: Transportes, Portos e Aviação Civil; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Esporte; Cidades; Cultura; Segurança Pública e Trabalho. A eliminação deste último compromete, entre outras questões, a estrutura de fiscalização e combate ao trabalho análogo à escravidão.

Bolsonaro também não levou adiante a proposta de fusão do Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente, uma vez que, segundo ele, os próprios ruralistas não quiseram, para, entre outras coisas, evitar pressões internacionais (JORNAL NACIONAL, 2018). Todavia, ele indicou, para o ministério do meio ambiente, Ricardo Salles, que é do Partido Novo; é ligado ao movimento Endireita Brasil; foi secretário de Meio Ambiente de governo de Geraldo Alckmin em São Paulo; é réu numa ação de improbidade administrativa movida por quatro promotores do Ministério Público de São Paulo. A ação diz respeito à elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tiete, em 2016. Foram cometidas irregularidades com o objetivo de privilegiar grupos ligados à mineração e à FIESP (ESQUERDA DIÁRIO, 2018b). Além disso, Ricardo Salles critica o IBAMA pelo que ele considera ser “uma indústria das multas”. É crítico ao “aquecimento global”. Para ele trata-se de “debate secundário”, e que ele vê muito espaço para que ocorra mais desmatamento (ESQUERDA DIÁRIO, 2018a).

Já para o ministério da agricultura, Bolsonaro indicou Tereza Cristina, do Partido Democratas (DEM), liderança da bancada ruralista e da Frente Parlamentar do Agronegócio. Foi redatora da PL do Veneno para liberar o uso de agrotóxicos conhecidamente tóxicos; é amiga dos irmãos Joesley, da JBS, e foi fartamente financiada pelos mesmos em eleições anteriores. Uma das primeiras ações anunciadas foi garantir a anistia do que os ruralistas devem no FunRural, uma fortuna de R\$17 bilhões, que Bolsonaro sinaliza aceitar para agradar ao agronegócio (ESQUERDA DIÁRIO, 2018a).

O governo Bolsonaro tentou fazer com que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que, antes, era vinculada ao Ministério da Justiça e passou a ser vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, não pudesse mais demarcar terras indígenas. Este último ministério ficará sob a responsabilidade de Damares Alves, que foi fundadora da

ONG Atini, em 2006, e presidente da mesma em 2015, denunciada, no Ministério Público, por tráfico de criança indígena, exploração sexual e incitação ao ódio contra indígenas (FÓRUM, 2018), (CARTA CAPITAL, 2018). E o Ministério da Agricultura ficaria responsável pela “identificação, delimitação, demarcação e registros” das terras indígenas e quilombolas (BBC, 2019b). No entanto, o Superior Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a Medida Provisória 886/19, de Bolsonaro, que retirava da FUNAI a responsabilidade sobre a demarcação de terras indígenas, e transferia tal competência ao Ministério da Agricultura (BRASIL DE FATO, 2019). É importante ressaltar que, mesmo as medidas que não foram aprovadas, evidenciam os interesses de setores burgueses.

Também está, entre as primeiras medidas do governo Bolsonaro, a liberação de registros de agrotóxicos altamente tóxicos. Em janeiro de 2019, o governo (junto ao Ministério da Agricultura, do Ibama e da Anvisa) estavam analisando 1.345 pedidos de registro de agrotóxicos e ingredientes ativos. Em 2018, 450 agrotóxicos foram registrados no Brasil, um recorde histórico. Desses, apenas 52 são de baixa toxicidade (GRIORI, 2019). Até outubro de 2019, o governo Bolsonaro liberou 382 novos registros de agrotóxicos (DULCE, 2019).

O governo Bolsonaro vem dismantando os órgãos de fiscalização, a exemplo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que deverá informar previamente os locais de fiscalização; perseguição e demissão de funcionários ligados à área ambiental; corte de verbas (95% das verbas destinadas para a área foram cortadas); revisando as unidades de conservação e preservação ambiental; revisão do código florestal, prevendo, por exemplo, anistia que elimina o dever de recomposição de florestas desmatadas, perdão para aqueles que tenham desmatado ilegalmente determinados biomas até a data de sua descrição específica nas leis ambientais (o cerrado, em 1989, os pampas, o pantanal e a caatinga, em 2000), dando prazo para aqueles que desmataram confirmem adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), responsável pela adequação das terras irregulares às normas do Código Florestal; viabilizando o aumento do desmatamento, a exemplo do que vem ocorrendo com a Amazônia, cujo desmatamento somou cerca de 102 quilômetros quadrados em abril de 2019 (em comparação a 8 quilômetros quadrados no mesmo período de 2018) (GALVANI, 2019), (TATEMOTO, 2019), (HERMANSON, 2019).

É um contexto tão reacionário que, para agilizar o atendimento de suas reivindicações, a bancada ruralista pressionou o governo e conseguiu derrubar o general Franklimberg de Freitas, do cargo de presidente da FUNAI, em junho de 2019, e o general João Carlos Jesus

Corrêa, do cargo de presidente do INCRA (BORGES, 2019), (PRAZERES; MAIA, 2019). Sobretudo no contexto de exoneração deste último, havia notícias de maior pressão da bancada ruralista, pela regularização fundiária (distribuição de títulos fundiários), para a viabilização de financiamento.

Em síntese, a chegada de Bolsonaro ao governo representa uma conjuntura reacionária e defensiva para as organizações da classe trabalhadora. É a continuidade piorada do golpe e um aprofundamento de sua agenda de ataques contra os trabalhadores, para descarregar a crise nas suas costas e garantir a maior liberdade de movimento para o capital, por meio da utilização do aparato estatal para a retirada de direitos, os cortes no orçamento para as áreas sociais, as privatizações, a flexibilização da legislação - como fica evidente, sobretudo no campo, com a liberação de agrotóxicos, a flexibilização da legislação ambiental, o desmonte da estrutura de fiscalização e combate ao trabalho análogo à escravidão, o combate à demarcação de terras indígenas e quilombolas, a venda de terras ao capital estrangeiro, esses e outros benefícios para viabilizar o avanço do agronegócio e da mineração, inclusive a tendência de maior repressão e criminalização da luta e dos movimentos sociais. O perigo real de maior execução da vanguarda da classe trabalhadora, pela utilização do aparato estatal e/ou por meio de milícias.

Todavia, é importante ressaltar, que, em meio a todo esse contexto, predomina na esquerda, inclusive no PT, que, ainda, é o maior partido desse campo político, uma aposta no caminho eleitoral, com o objetivo de ocupação de espaços institucionais; a prioridade da oposição no parlamento, na ampliação das alianças, deixando as mobilizações da classe trabalhadora para um segundo plano e reproduzindo a ilusão na neutralidade do Estado, no caráter republicano das instituições (POMAR, 2019), (IASI, 2019), (ARCARY, 2019). Ou seja, não conseguiu extrair lições, estratégicas e táticas, da derrota que estamos vivenciando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O golpe que destituiu Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), da Presidência da República do Brasil, em 2016, impulsionou, entre outras questões, uma avaliação sobre a experiência petista de hegemonia da classe trabalhadora, e (re) colocou, no centro do debate, entre as organizações de esquerda e os intelectuais, a questão da estratégia da revolução brasileira.

Nesse sentido, buscou-se contribuir com esse debate, a partir da análise da questão agrária – compreendida, aqui, como expressão de uma relação sociedade-espço, como a sociedade se relaciona e se apropria da terra, seu controle e o da produção, de modo geral, e como isso é colocado em questão no movimento real de classes sociais. Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi analisar a questão agrária na formação territorial brasileira desde uma perspectiva de caracterização estratégica, dialogando com as estratégias da esquerda brasileira, que hegemonizaram a classe trabalhadora, em diferentes momentos.

Nessa perspectiva, a importância da presente pesquisa para a ciência geográfica ocorre na medida em que, apesar da diversidade e da relevância das questões de pesquisas sobre a questão agrária na Geografia, não há tantos estudos com a preocupação de entendê-la a partir de uma perspectiva de caracterização estratégica. Por outro lado, a Geografia torna-se fundamental, pela compreensão da dinâmica da produção capitalista do espaço, da formação territorial brasileira e, desse modo, da questão agrária.

As estratégias da esquerda brasileira, que, em diferentes momentos, hegemonizaram a classe trabalhadora – a estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sobretudo entre as décadas de 1940 e 1960, e a estratégia democrático-popular, do Partido dos Trabalhadores (PT), do final dos anos de 1980 aos dias atuais -, apresentaram análises que consideraram entraves ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esse seria incompleto ou obstaculizado pela dependência ao imperialismo, pela presença do latifúndio, pelos pequenos produtores e pela desigualdade regional. Por esse motivo, essas estratégias não apontam diretamente para uma estratégia socialista. É preciso uma mediação democrática, para realizar tais tarefas, desenvolver as forças produtivas capitalistas até o ponto em que fiquem maduras para o socialismo, ou seja, tanto nas formulações antigas do PCB, quanto nas do PT, a questão agrária foi tratada como algo em atraso, um entrave, um obstáculo para a acumulação do capital no país e para a transição socialista.

No caso do PCB, analisava que, no Brasil, o capitalismo estava obstaculizado pela dependência ao imperialismo e pela economia agrária baseada no latifúndio e relações feudais e apontava a estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa, em aliança com a chamada burguesia nacional, para desenvolver o capitalismo, realizar as tarefas democráticas (como a reforma agrária), desenvolver as forças produtivas e, só em seguida, realizar a revolução socialista. No entanto, o golpe de 1964 demonstrou que, ao contrário das avaliações do partido, a burguesia preferia uma aliança, ainda que, numa condição subalterna, com o capital monopolista internacional, e não uma aliança com a classe trabalhadora em torno do projeto defendido pelo partido. Além disso, entre as demandas da classe trabalhadora que a classe dominante combateu estava, justamente, a reforma agrária.

Nesse sentido, vale lembrar que o PCB alterou a sua concepção estratégica, especialmente nos últimos congressos, apontando para uma estratégia socialista, a partir de uma análise de que o Brasil possui uma formação capitalista completa, com o predomínio de relações assalariadas; a propriedade privada burguesa dos meios de produção; a consolidação de monopólios que atuam de maneira interligada e inseparável da forma imperialista; a capitalização do campo; o monopólio moderno da agricultura; eliminou o latifúndio improdutivo, utilizado como reserva de valor; e que, portanto, no caso da luta pela terra e pela Reforma agrária, é uma tarefa que ficou para trás na pauta burguesa e passa a ser incompatível com o monopólio capitalista na agricultura.

Já no caso do PT, a leitura indica o desenvolvimento do capitalismo no Brasil de maneira desigual e desequilibrado regionalmente, dependente do imperialismo; incompleto com o latifúndio, pequenos produtores, pequenas e médias empresas. Uma formação social dividida em duas: o Sul e Centro Sul do país, com uma formação moderna, avançada do ponto de vista capitalista, com o predomínio do capital monopolista (mas, mesmo essa região, ainda não completou a centralização), e o restante do país, que é atrasado, com o predomínio de pequenas e médias empresas e, no campo, o latifúndio e os pequenos produtores. Apesar de ter identificado setores que se colocavam diretamente como tarefa socialista (grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, grandes empresas comerciais e de serviços e bancos), o PT considerou que o latifúndio, o monopólio da propriedade da terra e pequenos produtores inviabilizavam uma estratégia diretamente socialista e que era preciso uma mediação democrática. Nesse sentido, o caráter da estratégia é democrático e popular, para acumular forças, superar esses entraves e avançar na consciência da importância do socialismo.

O desenho geral da estratégia democrático-popular coloca que o acúmulo de força, nos movimentos sociais, cria as condições para eleger um governo democrático-popular, que, iniciando as reformas, levaria a passagem para o socialismo. Nessa formulação, chegar à Presidência da República tem uma importância estratégica, uma vez que altera o próprio caráter de classe do Estado Burguês. Ele estaria em disputa. Coloca, ainda, que o acúmulo de força é um longo e dificultoso processo, até uma possível condição favorável para reformas mais profundas.

Durante a sua trajetória, o PT foi, gradativamente, moderando o programa e ampliando o leque de alianças, para que fosse possível vencer nas eleições. Nessa perspectiva, o PT chegou à Presidência da República e buscou conciliar uma política de desenvolvimento do capitalismo com uma política assistencialista. No entanto, em meio ao aprofundamento da crise do capital, sofreram um golpe, em 2016, articulado com as instituições e os mecanismos próprios da institucionalidade do Estado burguês - contrariando a crença do Estado burguês em disputa e a tese do acúmulo de força.

Em relação à questão agrária, mesmo moderando o programa para chegar ao governo, o PT não conseguiu solucionar reivindicações democráticas, e houve continuidade da concentração de terras, com variação positiva no índice de Gini; persistência das grandes propriedades improdutivas; e o número de assentamentos foi diminuindo de um mandato para o outro.

Todavia, algumas organizações fazem uma avaliação de que as derrotas de 1964 a 2016, com o PCB e o PT, não significaram derrotas da estratégia democrático-nacional (ou democrático-burguesa) e da estratégia democrático-popular, de modo que permanecem vinculadas a elas. É o caso da A Nova Democracia; do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) - que também a chama de “Projeto Nacional de Desenvolvimento” e outras denominações -, que permanecem vinculados à estratégia democrático-burguesa; E o caso da Consulta Popular; do MST; de correntes do PSOL, a exemplo da corrente majoritária Ação Popular Socialista - APS; das Brigadas Populares, que permanecem vinculados à estratégia democrático-popular. Além dessas organizações, o próprio PT continua reafirmando tal estratégia nas suas resoluções.

Muitas organizações e intelectuais, ainda, analisam a formação territorial brasileira pelo suposto dualismo de setores independentes, do “atraso” e da “modernidade”. Um considerado moderno, porque percorreu um caminho capitalista; e o outro atrasado (ainda que, em alguns casos, não utilize explicitamente essa palavra), em que predomina a economia de base agrária, que atrasa o seu desenvolvimento e o do setor moderno. A conclusão dessas

análises é não apontar diretamente para uma estratégia e uma revolução de caráter socialista. É preciso uma mediação democrática, para, só em seguida, realizar o socialismo.

Leon Trotsky, por meio da análise do desenvolvimento desigual e combinado e da revolução permanente, apresenta outra concepção metodológica na formulação estratégica.

Enquanto o PCB e o PT enfatizam a questão de o Brasil estar ou não maduro para o socialismo, considerando, de forma dual, aspectos modernos e atrasados, com a pretensão de uma mediação democrática, para desenvolver autonomamente as forças produtivas, ou seja, desconsiderando e isolando o país da totalidade das relações capitalistas mundiais. E, nesse sentido, o imperialismo passa a ser visto, apenas, como um inimigo externo, e não um estágio do capitalismo. O desenvolvimento desigual aparece como uma anomalia no capitalismo. A análise adota um padrão histórico, como se todos os países tivessem que passar até estarem “maduros” para o socialismo.

Trotsky parte da economia mundial, como uma totalidade, criada pelo mercado mundial, pela divisão internacional do trabalho e as forças produtivas mundiais. Ele analisa uma tendência de combinação de formas atrasadas e modernas e o desenvolvimento desigual como algo próprio do capitalismo.

Partir da economia mundial, obviamente, não significa ignorar as particularidades dos diferentes países; mas considerar que a economia mundial está madura para o socialismo. Uma sociedade socialista autônoma não pode ser construída em nenhum país isoladamente. A ela se opõem tanto as forças produtivas, que ultrapassaram as fronteiras nacionais, como as que, insuficientemente desenvolvidas, impedem a socialização. Desse modo, a conciliação do desenvolvimento desigual só pode ser obtida em escala mundial. Também avalia uma tendência das tarefas democráticas serem realizadas pela ditadura do proletariado apoiada nos camponeses, pois avalia não ser possível nenhum regime intermediário entre a ditadura da burguesia e a do proletariado.

O capitalismo, ao integrar todo o mundo em uma mesma história mundial, bloqueou a possibilidade de repetição isolada das etapas históricas (escravismo, feudalismo, etc.), que foram vivenciadas em outros países. Certas relações sociais de produção só podem reaparecer hegemônicas pelo capitalismo ou descaracterizadas do seu conteúdo original. O Brasil surgiu inserido no contexto de expansão internacional do comércio, na transição do feudalismo para o capitalismo. A produção dominante articulava a concentração da terra com a monocultura e o trabalho escravo para o comércio internacional. Essa realidade elimina a análise de feudalismo na nossa formação territorial.

Na sociedade capitalista, a relação de produção dominante, a relação capitalista de produção, baseiam-se na propriedade privada dos meios de produção, exploração da força de trabalho, na extração de mais-valia e sua acumulação privada. A acumulação pela acumulação impulsiona a expansão espacial do domínio do capital. Ele avança introduzindo relações especificamente capitalistas e/ou dominando e se apropriando de relações não capitalistas. A produção do espaço sob o domínio do capital acontece de forma desigual, mediante a sua tendência para a igualização (com a universalização do trabalho abstrato na forma valor) e para a diferenciação (como expressão da divisão social e territorial do trabalho). O capital se expande por meio da territorialização e da monopolização do território sem necessariamente se territorializar. Nesse processo, combina relações capitalistas com relações não capitalistas de produção. Dessa forma, além de não seguir um modelo ideal de processo, a recriação do latifúndio e do campesinato não são anomalias no capitalismo.

Nesse sentido, diferente do que aconteceu em outros países, a expansão de relações capitalistas de produção no Brasil não provocou distribuição de terras. Não houve embate entre classes sociais fortes o suficiente para promover alterações na estrutura fundiária e pôr um fim na concentração de terras. Não aconteceu nem no seio da classe dominante, como ocorreu na Inglaterra e nos EUA, nem entre elas e as classes subalternas, como na Rússia. O processo, aqui, foi mais próximo ao caso da Alemanha, onde a antiga classe dominante transitou para o novo regime e a propriedade fundiária foi preservada. No entanto, diferente desse país, no Brasil, não houve feudalismo. A classe dominante transitou de uma economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial, mantendo a concentração da terra.

A concentração de terras foi funcional ao processo de acumulação de capitais, na formação de um exército industrial de reserva, fornecendo matérias-primas e alimentos, e na redução do custo de reprodução da força de trabalho, não obstaculizando o processo de acumulação urbano-industrial. No campo, ainda, formou-se um proletariado rural, sem direitos, que viabilizou uma agricultura comercial de consumo interno e externo. Desse modo, a concentração de terras fez parte da forma como o capitalismo se expandiu no país.

Na configuração atual da questão agrária no Brasil, há uma integração de capitais de vários setores e origem (nacional e internacional): aquisições, fusões e associações entre capitais; além do controle de empresas estrangeiras sobre terras no Brasil. O campo brasileiro apresenta uma estrutura de classes formada por grandes empresários (com integração de vários setores e origem de capitais); trabalhadores assalariados no agronegócio, permanentes e temporários; aqueles que possuem terra, ainda que, em muitos casos, precariamente; e aqueles que foram expropriados e retornam ao campo por meio da luta pela terra.

Na sociedade capitalista, a relação de produção que constitui o capital surgiu e se desenvolveu mediante a separação entre o trabalhador e a propriedade dos meios pelos quais realizam trabalho. O trabalhador precisa ser expropriado para vender-se ao capitalista. Os capitalistas exploram a força de trabalho do trabalhador com o objetivo de extrair mais-valia (o valor – tempo de trabalho - a mais, que foi produzido pelo trabalhador, mas que não é pago pelo capitalista) e acumularem riqueza. A mais-valia, extraída mediante a exploração do trabalho, pode ser dividida em várias partes, a exemplo da renda da terra, que é o preço cobrado pelos proprietários de terra pelo acesso aos seus frutos. Ainda que não coloque a terra para produzir, ela permite, ao seu proprietário, apropriar-se de uma parte da mais-valia social, uma vez que o trabalho que valoriza a propriedade não precisa, necessariamente, ser feito nela.

Nesse sentido, em sua intensa necessidade de acumular riqueza, o capital tende a se expandir sobre o campo, para se apropriar dos resultados do trabalho, seja mediante a apropriação da terra e/ou dos seus frutos. Isto é, seja mediante a territorialização do capital no campo, seja mediante a monopolização do território sem, necessariamente, se territorializar.

Toda essa dinâmica capitalista conduz a processos de concentração e centralização do capital (aquisições, associações, incorporações), com rebatimento na estrutura das classes sociais, de modo que, no campo brasileiro, temos uma realidade que envolve, por um lado, a tendência de combinações de capitais (de vários setores e origem), a expansão do agronegócio e a exploração capitalista da força de trabalho, que não pode ser considerada tarefa democrática em atraso. Essa realidade, não apenas faz parte da forma como o capitalismo se expande no país, como também, coloca-se diretamente num campo socialista. Temos, por outro lado, uma articulação dessa tendência com outra, que é a do capital, utilizando a terra como reserva de valor, objeto de especulação; subordinando agricultores familiares e camponeses - as relações não capitalistas de acumulação do capital -; migrando para se apropriar de terras indígenas, de quilombolas, de camponeses, daqueles que querem e reivindicam a terra e as condições de produção para garantir a reprodução do modo de vida do grupo familiar. Essa realidade, por não colocar diretamente a contradição capital-trabalho e a socialização do trabalho, pode ser considerada como tarefas e/ou reivindicações democráticas. No entanto, elas também se chocam com o capital e a sua forma de se expandir no campo brasileiro, de modo que a questão agrária no Brasil constitui uma combinação de tarefa democrática e socialista, que faz parte da forma como o capitalismo se expandiu e, cuja solução, se choca com a ordem capitalista em curso; seu estágio de acumulação, portanto, passa pela sua superação.

É importante registrar que, sem a compreensão do método de Marx, o materialismo histórico e dialético, e, portanto, da teoria marxista, especialmente a sua explicação sobre valor e a extração de mais-valia, dificilmente entenderíamos a essência da articulação entre as dimensões democráticas e socialista da questão agrária, os motivos pelos quais o capital se interessa por terra e a conexão entre a sua utilização produtiva e improdutivamente; a relação entre as relações de produção capitalista e as relações não capitalistas de produção.

A articulação do capital monopolista, na grande propriedade fundiária, conhecido como agronegócio, tem provocado mudanças estruturais, com a sua expansão sobre o campo brasileiro. Há uma tendência de aumento da concentração de terras, na medida em que o agronegócio se expande, além da concentração de recursos. Nos últimos anos, os governos (Estado burguês) vêm promovendo uma intensa “flexibilização” das leis, principalmente ambientais e trabalhistas, para permitir a mais ampla liberdade de movimento para o capital, a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho, sobretudo por meio do agronegócio e da mineração.

Existe ainda uma tendência de maior controle do capital sobre a produção dos alimentos, destruindo a soberania e a segurança alimentar, sobretudo por meio da commoditização dos alimentos, da sua comercialização em bolsas de valores, dos transgênicos, dos agrocombustíveis, além do avanço dos agrotóxicos.

Há uma articulação entre a utilização da terra produtiva e improdutivamente. O agronegócio está colocando para produzir terras, que, antes, eram utilizadas como reserva de valor, de modo que tem contribuído para elevar o grau de utilização, o preço da terra, a especulação imobiliária, a especulação em torno do preço dos alimentos, a concentração fundiária. Nesse sentido, ao contrário das formulações mais recentes do PCB, muitas terras, ainda, são utilizadas como reserva de valor, para especulação. É importante registrar que grandes bancos estão entre os maiores proprietários de terras.

Tudo isso tem ocorrido mediante a diminuição e o combate aos assentamentos, a demarcação de terras indígenas e quilombolas; a entrega de títulos definitivos das terras destinadas à reforma agrária, com o objetivo de acelerar o processo de disponibilização dessas no mercado de terras; os cortes no orçamento, a desestruturação de programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, o combate à produção orgânica; a retirada de direitos trabalhistas e a exploração da força de trabalho em condições análogas à da escravidão; a tendência de maior repressão e criminalização da luta e dos movimentos sociais.

Dessa maneira, pela forma como o capitalismo se expandiu, especialmente no campo brasileiro; pela estrutura de classes, pelo domínio e interpenetração de capitais no campo;

pelas tendências do capital no campo, pelas lições da experiência com o PCB e com o PT; considera-se que não é a solução da questão agrária uma condição prévia para uma estratégia e uma revolução socialista, mas, ao contrário, é a revolução condição para a solução da questão agrária.

REFERÊNCIAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio. **Associados**. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/institucional/associados>>. Acesso em: 12 de março de 2020.

ACÇÃO POPULAR SOCIALISTA (APS). **Nota da APS-PSOL sobre o impeachment de Dilma Rousseff**. Disponível em: <<https://acaopopularsocialista.com/2016/08/31/nota-da-aps-psol-sobre-o-impeachment-de-dilma-rousseff/>>. Acesso em 18 de Set. de 2019.

AGB - Associação de Geógrafos Brasileiros. **Sobre as alterações no Censo Agropecuário Nacional – IBGE**. Disponível em: <<http://www.unesp.br/portal#!/noticia/26338/sobre-as-alteracoes-no-censo-agropecuário-nacional---ibge/>>. Acesso em: 09 de Setembro de 2017.

AGÊNCIA BRASIL. **Censo de 2020 deve incluir dados sobre comunidades quilombolas**. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/censo-de-2020-deve-incluir-dados-sobre-comunidades-quilombolas>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

ALENCAR, Rodrigo; SOUSA, Ronilson Barboza de. 100 anos Revolução Russa: Um breve balanço. **Revista Contexto Educação**, Petrolina-PE, nº 15, p. 22-25, julho/dezembro de 2017.

ALENTEJANO, Paulo. **A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira?**. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/issue/view/2129/showToc>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

ALESSI, Gil. **Flavio Bolsonaro vai a STF por foro privilegiado e eleva temperatura da crise Queiroz**. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/17/politica/1547754056_100066.html>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

ANDERSON, Perry. **A Crise no Brasil, por Perry Anderson (parte 1)**. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/crise-no-brasil-parte-1/42445>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

_____. **A Crise no Brasil, por Perry Anderson (parte 2)**. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/crise-no-brasil-por-perry-anderson-parte-2/42457>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

_____. **A Crise no Brasil, por Perry Anderson (parte 3)**. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/crise-no-brasil-por-perry-anderson-parte-3/42470>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

A NOVA DEMOCRACIA. **Revolução democrática contra a farsa eleitoral**. 2018a. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-216/9572-revolucao-democratica-contra-a-farsa-eleitoral>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

_____. **A farsa da eleição Semicolonial e semifeudal.** 2018b. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-215/9494-a-farsa-da-eleicao-semicolonial-e-semifeudal>>. Acesso em 18 de Set. de 2019.

_____. **No que deu a colaboração de classes petista.** 2018c. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-218/9978-no-que-deu-a-colaboracao-de-classes-petista>>. Acesso: 18 de Set. de 2019.

ARAGÃO, Wagner de Alcântara. **Desigualdade no Campo.** Disponível em: <<https://medium.com/@brasilobserver/desigualdade-no-campo-c579a652ecca>>. Acesso em 06 de Fevereiro de 2018.

ARCARY, Valerio. **Três táticas dividem a esquerda diante do governo Bolsonaro.** 2019. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/06/19/tres-taticas-dividem-a-esquerda-diante-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em 06 de Jan. de 2020.

_____. **As revoluções tardias são as mais radicais.** 2018. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/colunistas/as-revolucoes-tardias-sao-as-mais-radicais/>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

_____. **Dois anos depois: dez argumentos para compreender o golpe jurídico-parlamentar.** Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2018/05/15/dois-anos-depois-dez-argumentos-para-compreender-o-golpe-juridico-parlamentar/>>. 2018b. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

_____. **Uma nota sobre desigualdade social no Brasil.** 2017. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2017/01/26/uma-nota-sobre-a-desigualdade-social-no-brasil/>>. Acesso em 26 de Set. de 2019.

_____. **Trotsky e a revolução russa à luz da teoria da revolução permanente.** 2017b. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2018_06_29_20_50_59.pdf>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA. **Greve geral contra o governo golpista.** 2016. Disponível em: <<https://valterpomar.blogspot.com/2016/05/greve-geral-contra-o-governo-golpista.html>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Orçamento Geral da União.** Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-graficodo-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 10 de Fev. de 2014.

BARBIÉRI, Luiz Felipe; MAZUI, Guilherme. **Bolsonaro recebe presidente argentino Mauricio Macri nesta quarta-feira em Brasília.** 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/16/bolsonaro-recebe-presidente-argentino-mauricio-macri-nesta-quarta-feira-em-brasilia.ghtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

BARREIRA, Marcos. **Movimentos sociais e reforma agrária: um balanço crítico.** 2018. Disponível: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-22-Artigo-03.pdf>>. Acesso em: 26 de Set. de 2019

BBC. Crise na Venezuela: Brasil e EUA reconhecem líder da oposição Juan Guaidó como presidente interino do país. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46980502>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

_____. **Governo Bolsonaro: Quais são as primeiras e principais medidas já tomadas pelo novo governo.** 2019b. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46735873>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

_____. **Eleições 2018: 13 partidos governarão Estados a partir do ano que vem.** 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45997508>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

_____. **Bolsonaro presidente: As propostas com as quais Jair Bolsonaro se elegeu presidente do Brasil.** 2018b. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46012309>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

BIANCHI, Alvaro. **O que é um golpe de Estado?**. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>>. 2016. Acesso em 27 de Set. de 2019.

BORGES, André. **Presidente da FUNAI é exonerado do cargo.** Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-da-funai-confirma-que-foi-exonerado-do-cargo,70002866144>>. Acesso em: 12 de Out. de 2019.

BORGES, Lisely. **Temer transfere secretarias da reforma agrária e Incra para Casa Civil.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/05/30/temer-transfere-secretarias-da-reforma-agraria-e-incra-para-casa-civil.html>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

BRASIL DE FATO. **STF mantém demarcação com Funai; ministro aponta “comportamento ilícito” de Bolsonaro.** 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/08/01/stf-mantem-demarcacao-com-funai-ministro-ataca-comportamento-ilicito-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

_____. **Dois dias após impeachment, governo Temer sanciona lei que autoriza pedaladas fiscais.** 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais/>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

BREDOW, Sabrina Monique Schenato; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; CUNHA, André Moreira. **O ciclo de alta nos preços das commodities e a economia brasileira: uma análise dos mecanismos externos de transmissão entre 2002 e 2014.** 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8648336>>. Acesso em: 26 de Set. de 2019.

BRESCIANI, Eduardo. **Bolsonaro defende que áreas quilombolas possam ser vendidas.** 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-que-areas-quilombolas-possam-ser-vendidas-22859321>>. Acesso em; 02 de Out. de 2019.

BRIGADAS POPULARES. **Unidade aberta em defesa do Brasil:** Nota de Conjuntura das Brigadas Populares - Abril de 2016. Disponível em:

<<https://brigadaspopulares.org.br/unidade-aberta-em-defesa-do-brasil-nota-de-conjuntura/>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

BRITO, Fernando. **A manobra de Bolsonaro para sair da “lista da Friboi**. 2017. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/manobra-de-bolsonaro-para-sair-da-lista-da-friboi.html>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

CAESAR, Gabriela. **Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido**. 2018a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

_____. **Saiba como eram e como ficaram as bancadas no Senado, partido a partido**. 2018b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/mdb-rede-e-pp-elegem-o-maior-numero-de-senadores.ghtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

CALGARO, Fernanda; MODZELESKI, Alessandra; CARAM, Bernardo. **Por 251 votos a 233, Câmara rejeita enviar ao STF segunda denúncia contra Temer**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/segunda-denuncia-contra-temer.ghtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Entenda o conceito de excludente de ilicitude**. 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/589060-ENTENDA-O-CONCEITO-DE-EXCLUDENTE-DE-ILICITUDE>>. Acesso em 05 de Jan. de 2020.

CAMPELO, Lilian. **Projeto de lei quer proibir agricultores de produzir, distribuir e armazenar sementes**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/11/projeto-de-lei-quer-proibir-agricultores-de-produzir-distribuir-e-armazenar-sementes/>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares Campos. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 200p.

_____. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio – o caso de Cruz Alta-RS**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre-RS, 2009, 232p.

CANAL RURAL. **“Quero que matem esses vagabundos do MST”, diz Bolsonaro**. 2017. Disponível em: <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/quero-que-matem-esses-vagabundos-mst-diz-bolsonaro-69789/>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

CANAY, Henrique. **O que foi a revolução de fevereiro na Rússia?**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dQ6gHRwtZz8>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

CARAM, Bernardo; MODZELESKI, Alessandra; GARCIA, Gustavo; CALGARO, Fernanda. **Câmara rejeita denúncia e livra Temer de responder a processo no Supremo**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/votacao-denuncia-temer-camara.ghtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

CARDOSO, Alessandra. **Desmonte da legislação ambiental e do Estado: dois lados de uma mesma moeda**. 2017. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2017/11/16/desmonte-da-legislacao-ambiental-e-do-estado-dois-lados-de-uma-mesma-moeda-por-alessandra-cardoso/>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011, 157p.

CARTA CAPITAL. **Damara Alves é fundadora de ONG acusada de tráfico de crianças**. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/damara-alves-e-fundadora-de-ong-acusada-de-traffic-de-criancas/>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CHEGA DE SUFOCO - METROVIÁRIOS; CONSPIRAÇÃO SOCIALISTA – CS; INSURGÊNCIA (PSOL); LIBERDADE, SOCIALISMO E REVOLUÇÃO – LSR (PSOL); NOVA ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA – NOS (PSOL); PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB; SOCIALISMO OU BARBÁRIE – SOB (PSOL). **Unidade da esquerda na luta!**. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/11158/unidade-da-esquerda-na-luta/>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

COGGIOLA, Osvaldo. **História do capitalismo**: das origens até a Primeira Guerra Mundial. 2014. Disponível em: <<http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/08/OCogg-HIST%C3%93RIA-DO-CAPITALISMO.pdf>>. Acesso em 20 de Abril de 2016.

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Censo de 2020 deve incluir dados sobre comunidades quilombolas**. Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/censo-de-2020-deve-incluir-dados-sobre-comunidades-quilombolas/>>. Acesso em 27 de Set. de 2019.

CONGRESSO EM FOGO. **Bolsonaro: “Quilombola não serve nem para procriar”**. 2017. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

COSME, Claudemir Martins. **Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora**. 2016. Disponível: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/4467/3449>>. Acesso em: 26 de Set. de 2019.

CONSULTA POPULAR. **O golpe será derrotado nas ruas**. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/noticia/o-golpe-ser%C3%A1-derrotado-nas-ruas>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

CONTRAIMAGEM. **Eles se Atreveram: A Revolução Russa de 1917**. 2007. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kyByuVvmXY4>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Balanço da Questão Agrária no Brasil – 2018**. 2019. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4588-balanco-da-questao-agraria-no-brasil-2018>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

_____. **Balanço da questão agrária brasileira em 2017**. 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4183-balanco-da-questao-agraria-brasileira-em-2017>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

_____. **Conflitos no campo 2015**. 2016. Disponível em: <[cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?Itemid=0](https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?Itemid=0)>. Acesso em: 26 de Set. de 2019.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, Políticas públicas e reordenamento social e territorial do trabalho. In: ANDRADE, Eliziário Souza; SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Estado e Políticas Públicas: a construção do consenso neoliberal**. Bahia: Eduneb, 2012, p. 135-160.

_____. **A geografia do espaço da miséria**. Scientia Plena, Sergipe, vol. 01, n. 06, 2005.

_____. A genealogia do debate: Lênin e Chayanov. In: **A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe (UFS). Aracaju-SE, 1991, p. 13-66.

COSTA, Edmilson. **A Globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 216p.

CRUZ, Adriana Inhudes Gonçalves da; AMBROZIO, Antonio Marcos Hoelz; PUGA, Fernando Pimentel; SOUSA, Filipe Lage de; NASCIMENTO, Marcelo Machado. **A economia brasileira: conquistas dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro**. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/1/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20_P-final_BD.pdf>. Acesso em 16 de março de 2020.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas**. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/115/121>. Acesso em: 20 de Jan. de 2013.

CURADO, Marcelo. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula**. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Especial%20Capa/Marcelo%20Curado.pdf>>. Acesso em 16 de março de 2020.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Greve do dia 5 adiada**. 2017. Disponível em:

<<https://www.cut.org.br/noticias/greve-do-dia-5-suspensa-porque-governo-recuou-e-retirou-da-pauta-do-dia-6-votaca-353b>> Acesso em: 01 de Out. de 2019.

DANTAS, Carolina. **Projeto de lei quer mudar legislação dos agrotóxicos no Brasil; entenda**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/projeto-de-lei-quer-mudar-legislacao-dos-agrotoxicos-no-brasil-entenda.ghtml>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Brasil 2016**. 2017. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2016.pdf>. Acesso em: 26 de Set. de 2019.

_____. **Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Brasil 2014**. 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2014.pdf>. Acesso em: 26 de Set. de 2019.

DECRETO Nº 9.311, DE 15 DE MARÇO DE 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9311.htm>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

DELGADO, Guilherme. **A questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/Guilherme-C-Delgado-A-Questao-Agraria-no-Brasil.PDF>>. Acesso em: 20 de Jan. de 2013.

DEL ROIO, Marcos. O PCB e a estratégia da revolução brasileira. **Novos temas**, São Paulo, nº 7, 2012.

DEMIER, Felipe. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira**. Disponível em: <<http://revistaoutubro.com.br/blog/>>. Acesso em: 20 de Jan. de 2013.

DIÁRIO ARAPIRACA. **Bolsonaro defende em vídeo uso de armas contra invasões do MST**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8FYF8l5-jbU>>. Acesso em 02 de Out. de 2019.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Relatório da Lei dos Agrotóxicos é aprovado; plenário só deve votar após eleições**. 2018. Disponível em: <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/2903072/relatorio-da-lei-dos-agrotoxicos-e-aprovado-plenario-so-deve-votar-apos-eleicoes>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

DULCE, Emilly. **Governo libera mais 57 agrotóxicos e soma deste ano chega a 382 novos registros**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/03/governo-libera-mais-57-agrotoxicos-e-soma-deste-ano-chega-a-382-novos-registros/>>. Acesso em 11 de Out. de 2019.

ENGELS, Friedrich. **Princípios básicos do comunismo**. 1847. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

ESQUERDA DIÁRIO. **Quem são os 22 reacionários ministros de Bolsonaro?**. 2018a. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Quem-sao-os-22-reacionarios-ministros->

de-Bolsonaro>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

_____. **Mais um ministro réu, Ricardo Salles para o Meio Ambiente.** 2018b. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Mais-um-ministro-reu-Ricardo-Salles-para-o-Meio-Ambiente>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma Agrária no governo Lula: A Esperança.** Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso em: 06 de Abril de 2016.

_____. Vinte anos do MST e a perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra. 2004. p. 273-291.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. 384p.

FÓRUM. **ONG de futura ministra dos Direitos Humanos é acusada de tráfico de crianças indígenas.** 2018. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/ong-de-futura-ministra-dos-direitos-humanos-e-acusada-de-trafico-de-criancas-indigenas/>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Quem são.** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

G1. **Cuba decide deixar programa Mais Médicos no Brasil e cita declarações 'ameaçadoras' de Bolsonaro.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/14/cuba-decide-deixar-programa-mais-medicos-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

_____. **Saiba mais sobre as propostas de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad para o país.** 2018b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/23/saiba-mais-sobre-as-propostas-de-jair-bolsonaro-e-fernando-haddad-para-o-pais.ghtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

_____. **Bolsonaro defende que índios recebam royalties pela exploração da terra em que vivem.** 2018c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/26/bolsonaro-defende-que-indios-recebam-royalties-pela-exploracao-da-terra-em-que-vivem.ghtml>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

_____. **Jair Bolsonaro: as promessas do candidato do PSL à Presidência.** 2018d. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/11/jair-bolsonaro-as-promessas-do-candidato-do-psl-a-presidencia.ghtml>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

_____. **Saiba como votou cada deputado no segundo turno da PEC 241.** 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/10/saiba-como-votou-cada-deputado-no-segundo-turno-da-pec-241.html>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

_____. **Saiba como votou cada deputado no texto-base da reforma trabalhista.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/saiba-como-votou-cada-deputado-no-texto-base-da-reforma-trabalhista.ghtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

GALVANI, Giovanna. **Dia do Meio Ambiente: 5 pontos que mostram que estamos na contramão.** 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/dia-do-meio-ambiente-5-pontos-que-mostram-que-estamos-na-contramao/>>. Acesso em: 03 de Out. de 2019.

GANCHÓ, Cândida Vilares; LOPES, Helena de Queiroz Ferreira; TOLEDO, Vera Vilhena. **A posse da Terra.** São Paulo: Ática, 1991, 80p.

GEBRIM, Ricardo. Apresentação. In: HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 7-9.

GENRO, Luciana. Política econômica. In: DEMIER, Felipe (coord.). **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil.** Rio de Janeiro: Bom texto, 2003, p. 31-32.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm>. Acesso em 09 de Set. de 2017.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** 3 ed. São Paulo, Ática, 1980.

GRIGORI, Pedro. **Governo liberou registros de agrotóxicos altamente tóxicos.** 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/01/governo-liberou-registros-de-agrotoxicos-altamente-toxicos/?fbclid=IwAR034pQHGlcekfivqpU_S1dUoWgoEZ0VosyeaFWXxJt7r6KorTI2oTzgVlc>. Acesso em: 03 de Out. de 2019.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 35-77.

HERMANSON, Marcos. **Câmara aprova mudança no Código Florestal e "perdoa" produtores rurais que desmataram.** 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/30/camara-aprova-mudanca-no-codigo-florestal-e-perdoa-produtores-rurais-que-desmataram/>>. Acesso em: 03 de Out. de 2019.

IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor. (orgs). **A estratégia democrática popular: Um inventário crítico.** Marília-SP: Lutas anticapital, 2019, 444p.

IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural.** São Paulo: Instituto Caio Prado Jr (ICP), 2017, 437p.

_____. **Os riscos de um fascismo à brasileira.** 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/npcinstitucional/videos/2543862585847457/>>. Acesso em 05 de Jan. de 2020.

IASI, Mauro Luis. **Lula “livre”: três cenários e uma suspeita.** 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/11/lula-livre-tres-cenarios-e-uma-suspeita/>>. Acesso em 06 de Jan. de 2020.

_____. **O PT e a revolução burguesa no Brasil.** Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=596:o-pt-e-arevolucao-burguesa-no-brasil&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 27 de Março de 2014.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2012, 582p.

_____. A atualidade da Revolução Soviética e a questão do Estado. In: PINHEIRO, Milton (org). **Outubro e as experiências socialistas do século XX.** Bahia: Quarteto, 2010. p. 17-58.

_____. **Conjuntura e luta política no médio e longo prazo no Brasil.** 2007. Disponível em: <<http://www.odiarario.info/?p=306>>. Acesso em: 16 de Set. de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. **Censo Agropecuário 2017: Resultados preliminares.** Ministério do planejamento, desenvolvimento e gestão. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, 108p.

_____. **Indígenas.** Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/pt/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/os-indigenas-no-censo-demografico-2010>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

_____. **Censo Agropecuário 2006:** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009, 777p.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2016. **Instrução normativa Nº 88 DE 13/12/2017.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/16069>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

_____. **Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR: Cadastro de imóveis rurais – situação de jurídica – titularidade particular.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/estat-sticas-de-imoveis-rurais-brasil_cadastro_imoveis_rurais_geral_pub_e_priv.pdf>. Acesso em 26 de Set. de 2019.

_____. **Assentamentos de trabalhadores(as) rurais - números oficiais.** 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9608>>. Acesso 28.Set. 2019.

_____. **Relação consolidada de acampados e famílias em vulnerabilidade social – 2015.** 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/7639>>. Acesso em 28. Set. 2019.

_____. Estrutura Fundiária Brasileira – 2012. In: ANDRADE, Erica Ramos; GOMES JUNIOR, Newton Narciso; SILVA, Raimundo Pires. **A balança comercial do agronegócio**

brasileiro e a questão fundiária. Disponível em: <<http://postcolonialist.com/global-perspectives/a-balanca-comercial-do-agronegocio-brasileiro-e-a-questao-fundiaria/>>. Acesso em: 20 de Out. de 2013.

INTERNACIONAL COMUNISTA. **Programa da Internacional Comunista:** adotado pelo VI Congresso Mundial. Moscovo, 1 de setembro de 1928. Disponível em: <<http://www.histsocialismo.com/docs/ProgramaIC1928.pdf>>. Acesso em: 20 de Jan. de 2013.

JINKINGS, Ivana. Apresentação: O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 11-14.

JORNAL NACIONAL. **Casa Civil divulga metas para os cem primeiros dias do Governo Federal.** 2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7323419/programa/>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

_____. **Governo Bolsonaro tem militares em ministérios e cargos estratégicos.** 2019b. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7302145/programa/>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

_____. **Em coletiva, Bolsonaro fala sobre fusão de ministérios e previdência.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/11/01/em-coletiva-bolsonaro-fala-sobre-fusao-de-ministerios-e-previdencia.ghtml>>.

JUSTIFICANDO. **Câmara aprova PL da Restrição de Orgânicos.** 2018. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2018/07/04/camara-aprova-pl-da-restricao-de-organicos/>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986, 400p.

_____. **Imperialismo e a Guerra.** 1914. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11.htm>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

_____. **Ultra-imperialismo.** 1914. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11-1.htm>>. Acesso em 27 de Set. de 2019.

KLIASS, Paulo. **Os gols do agronegócio contra o Brasil.** Disponível em: <<https://outraspalavras.net/sem-categoria/gols-do-agronegocio-contra-o-brasil/>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 1998, 87p.

LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13606.htm>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

LEI Nº 13.576, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13576.htm>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

LEI Nº 13.452, DE 19 DE JUNHO DE 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13452.htm>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

LEITE, Acácio Zuniga; CASTRO, Luís Felipe Perdigão; SAUER, Sérgio. **A questão agrária no momento político brasileiro:** liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/issue/view/2129/showToc>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

LENIN, V. I. **As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução**

(**Projecto de Plataforma do Partido Proletário**). 2017a. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/09.htm>>. Acesso em: 27 de set. de 2017.

_____. **Sobre a dualidade de poderes.** 2017b. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/09.htm>>. Acesso em: 27 de set. de 2017.

_____. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012, 171p.

_____. **O Estado e a Revolução:** o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 182p.

_____. **As três fontes.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, 96p.

_____. Tarefas da juventude na construção do socialismo. In: **As tarefas revolucionárias da juventude.** São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 7-28.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LESBAUPIN, Ivo. **Análise da conjuntura atual.** 2009. Disponível em:

<<http://www.catedralsaojose.org.br/catedral2011/reflexao/3072-analise-da-conjuntura-brasileira-atual.html>>. Acesso em: 26 de Set. de 2019.

LESSA, Sérgio. **A crise atual - dezembro 2016.** Disponível em: <<http://sergiolessa.com.br/a-crise-atual.html>>. Acesso em: 26 de Set. de 2019.

LIMA, Lucas Gama. **A dinâmica imperialista do contemporânea:** Capital sem fronteiras e sua (ir)racionalidade apátrida. Tese de doutorado. Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão-SE, 2015, 303p.

LIMA, Thiago Lima; Pereira, Iale; Barbanti, Olympio. **O agrogolpe e a política externa: desmantelo da diplomacia do combate à fome e fortalecimento do agronegócio**. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/issue/view/2129/showToc>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

LOPES, Íole Ilíada. Estado, Território e pensamento geográfico: discutindo a atualidade de uma interpretação política do espaço. In BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; NETO, Manoel F. Sousa (Orgs). **Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil**. São Paulo: Annablume, USP, 2010.

LÖWY, Michael. **O golpe de Estado de 2016 no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

LUKÁCS, György. **Lenin**. São Paulo: Boitempo, 2012. 124p.

MAFORT, Kelli. **Reforma agrária parada abandona 150 mil famílias acampadas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/25/reforma-agraria-parada-abandona-150-mil-familias-acampadas-no-brasil/>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **As nossas táticas para acumular forças e seguir na luta: Contribuições de Kelli Mafort**. In: Caderno de debates nº1: Preparação para o VI Congresso Nacional do MST – 2013. MST: São Paulo, 2012, p. 68-72.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário – 2016/2017**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/livropap1617.pdf>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2015/2016**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2015-2016.pdf/view>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2014/2015**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/pap-2014-2015.pdf>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2013/2014**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2013-2014.pdf/view>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2012/2013**. Disponível em: <<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2011/2012**. Disponível em: <<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2010/2011**. Disponível em:
<<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2009/2010**. Disponível em:
<<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2008/2009**. Disponível em:
<<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2007/2008**. Disponível em:
<<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2006/2007**. Disponível em:
<<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2005/2006**. Disponível em:
<<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2004/2005**. Disponível em:
<<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2003/2004**. Disponível em:
<<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Agrícola e Pecuário – 2002/2003**. Disponível em:
<<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Emir Sader (Org). Petrópolis-RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. 295p.

MARTINS, Caio; PRADO, Fernando Correa; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; MOTTA, Stefano; SOUZA, Victor Neves de. **A estratégia democrática e popular e um inventário da esquerda revolucionária**. Disponível em:
<<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/67>>. Acesso em: 18 de Set. de 2018.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010, 288p.

_____. **O cativo da terra**. 8. ed. São Paulo: Hucutec, 2004.

_____. **A questão agrária brasileira e o papel do MST.** In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 11-76.

_____. **Os Camponeses a Política no Brasil.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Os Camponeses a Política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital** - Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital - Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011. 894p.

_____. **O Capital** - Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, vol. 1

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, 285p.

_____. **O Capital** - Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Livro 1, vol. 2

_____. Salário, Preço e Lucro. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **A dialética do Trabalho:** Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 57-99.

_____. **Teses sobre Feuerbach.** 1845. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2013, 271p.

_____. **Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas.** 1850. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

MARXISMO21. **Crise política no Brasil: 2016.** Disponível em:
<<https://marxismo21.org/crise-politica-no-brasil/>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

MATTEI, Lauro. **A política agrária e os retrocessos do governo temer.** 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/issue/view/2129/showToc>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Notas Introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil.** Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/notas-introdutorias-como-contribuicao-ao-debate-da-esquerda-socialista-no-brasil/>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

MATTOSO, Camila; BRAGON, Ranier. **Assessora fantasma de Bolsonaro continua vendendo açaí em horário de expediente.** 2018a. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/assessora-fantasma-de-bolsonaro-continua-vendendo-acai-em-horario-de-expediente.shtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

_____. **Com imóvel próprio, Bolsonaro ganha auxílio-moradia da Câmara.** 2018b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1948729-com-imovel-proprio-bolsonaro-ganha-auxilio-moradia-da-camara.shtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1995, 83p.

MAZUI, Guilherme; BARBIÉRI, Luiz Felipe. **Bolsonaro assina decreto que facilita posse de armas.** 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/bolsonaro-assina-decreto-que-facilita-posse-de-armas.ghtml>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar – 2016/2017.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safr_2016_2017_1.pdf>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Safra da Agricultura Familiar – 2015/2016.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/publicacoes/cartilha-plano-safra-2015-2016>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Safra da Agricultura Familiar – 2012/2013.** Disponível em: <<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Safra da Agricultura Familiar – 2011/2012.** Disponível em: <<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **Plano Safra da Agricultura Familiar – 2010/2011.** Disponível em: <<https://faespsenar.com.br/leitura-conteudo/00000043/M00025>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

MEDIDA PROVISÓRIA N° 886, DE 2019. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/137363>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

MEDIDA PROVISÓRIA N° 793, DE 2017. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/130155>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

MEDIDA PROVISÓRIA N° 733, DE 2016. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126142>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

MEDIDA PROVISÓRIA N° 756, DE 2016. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127863>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

MEDIDA PROVISÓRIA N° 758, DE 2016. Disponível em:

<<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127865>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

MEDIDA PROVISÓRIA N° 759, DE 2016. Disponível em:

<<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127879>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

MEDIDA PROVISÓRIA – MP 223/2004. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=266501>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

MELLO, Patrícia Campos. **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp.** 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império.** Cad. CRH [online]. 2009, vol.22, n.55, p. 173184. ISSN 0103-4979.

MILHORANCE, Flávia. **'Não há dúvida de crime de corrupção': o que diz a denúncia de Janot contra Temer.** 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40419086>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Quilombos e Quilombolas: indicadores e propostas de monitoramento de políticas.** 2018. Disponível em:

<<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/quilombos-e-quilombolas-indicadores-e-propostas-de-monitoramento-de-politicas>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

MIRANDA, Eduardo. **Após descobrir relação com milícias, Coaf corre risco no governo Bolsonaro.** 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/02/apos-descobrir-relacao-com-milicias-coaf-corre-risco-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia.** São Paulo: Annablume, 2011, 157p.

_____. **Íntegra espaço e contemporaneidade.** 2009. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=yMMnL6cZbHk&t=2035s>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

_____. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005, 154p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia – Pequena história crítica.** Disponível em:

<<https://www.passeidireto.com/arquivo/2042190/geografia-pequena-historia-criticapdf>>. Acesso em 27 de Set. de 2017.

_____. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia.** São Paulo: Annablume, 2011, 157p.

O CAMINHO DA PROSPERIDADE - PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO. 2018.

Disponível em:

<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo 2015**. 2016. Disponível em: <cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?Itemid=0>. Acesso em: 26 de Set. de 2019.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil 7: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 103-172.

_____. Terras de estrangeiros e estrutura fundiária no Brasil. **XVII Encontro Nacional de Geógrafos**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Campus da Pampulha, Belo Horizonte-MG, 23 de Julho de 2012.

_____. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês**. Disponível em:

<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20questao%20de%20aquisicao%20de%20terras%20por%20estrangeiros%20no%20Brasil%20-%20um%20retorno%20aos%20dossi%C3%AAs%20-%20Ariovaldo%20Umbelino%20de%20Oliveira%20-%202010.pdf>>. Acesso em: 20 de Out. de 2017.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 63-110.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra. 2004. p. 29-70.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011, 150p.

OLIVEIRA, Mariana. **Ministro do STF afasta Renan Calheiros da presidência do Senado**. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/ministro-do-stf-afasta-renan-da-presidencia-do-senado.ghtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

PARDAL, Fernando. **STF debate constitucionalidade do Código Florestal ao gosto do latifúndio**. 2016. Disponível em: <<http://esquerdadiario.com.br/STF-debate-constitucionalidade-do-Codigo-Florestal-ao-gosto-do-latifundio>>. Acesso em: 28 de Set. de 2019.

_____. **PT articulou manutenção de corrupto Renan para não atrasar PEC, e ele elogia a atitude**. 2016a. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/PT-articulou-manutencao-de-corrupto-Renan-para-nao-atrasar-PEC-e-ele-elogia-a-atitude>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). **Resoluções: Conferência Nacional Política de Organização**. Rio de Janeiro, 2016, 71p.

_____. **Organizar a luta contra o ilegítimo governo Temer e os ataques do capital**. 2016. Disponível em: <<http://pcb.org.br/porta12/11050/>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

_____. **Resoluções: XV Congresso do PCB**. São Paulo, 2014, 119p.

_____. **Intervenção do PCB no XIV Encontro Mundial dos Partidos Comunistas e Operários**. 2012. Disponível em: <<https://pcb.org.br/porta12/3920/intervencao-do-pcb-no-xiv-encontro-mundial-dos-partidos-comunistas-e-operarios/>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

_____. **Resoluções: XIV Congresso do PCB**. Rio de Janeiro, 2009, 181p.

_____. **Declaração sobre a política do pcb (março de 1958)**. Disponível em: <https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 05 de Fevereiro de 2018.

_____. **Manifesto de Agosto de 1950**. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/edit?pli=1>. Acesso em: 23 de Ago. de 2013.

_____. **Resoluções do III Congresso do PCB - 1929**. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=127:resolucoes-do3o-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb>. Acesso em 20 de Ago. de 2013.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). **Programa**. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/programa/>>. Acesso em: 18 de Set. de 2019.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **6º Congresso Nacional**: Marisa Letícia Lula da Silva. Disponível em: <<https://pt.org.br/wp-content/uploads/2017/07/caderno-de-resolucoes-do-6-congresso-nacional-do-pt.pdf>>. 2017. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

_____. **V Congresso Nacional**. 2015. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbh/congressos-nacionais-do-pt-resolucoes/>>. Acesso em 27 de Set. de 2019.

_____. **IV Congresso Nacional**. 2011. Disponível em:
<<<https://fpabramo.org.br/csbh/congressos-nacionais-do-pt-resolucoes/>>. Acesso em 27 de Set. de 2019.

_____. **III Congresso Nacional**. 2007. Disponível em:
<<https://fpabramo.org.br/csbh/congressos-nacionais-do-pt-resolucoes/>>. Acesso em 27 de Set. de 2019.

_____. **XIII Encontro Nacional**. 2006. Disponível:
<<https://fpabramo.org.br/csbh/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>>. Acesso em 27 de Set. de 2019.

_____. **Há 16 anos, Lula lançava a “Carta ao Povo Brasileiro”**. 2002. Disponível em:
<<https://pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>> Acesso em: 23 de Set. de 2019.

_____. **XII Encontro Nacional**. 2001. Disponível em:
<<https://fpabramo.org.br/csbh/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>>. Acesso em: 06 de Abril de 2016.

_____. **VI Encontro Nacional**. 1989. Disponível em:
<<https://fpabramo.org.br/csbh/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>>. Acesso em: 06 de Abril de 2016.

_____. **V Encontro Nacional**. 1987. Disponível
em:<<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5901>>. Acesso em: 06 de Abril de 2016.

_____. **IV Encontro Nacional**. 1986. Disponível
em:<<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5901>>. Acesso em: 06 de Abril de 2016.

_____. **Encontro Extraordinário**. 1985. Disponível
em:<<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5901>>. Acesso em: 06 de Abril de 2016.

_____. **III Encontro Nacional**. 1984. Disponível
em:<<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5901>>. Acesso em: 06 de Abril de 2016.

_____. **II Encontro Nacional**. 1982. Disponível
em:<<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5901>>. Acesso em: 06 de Abril de 2016.

_____. **I Convenção Nacional**. 1981. Disponível
em:<<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5901>>. Acesso em: 06 de Abril de 2016.

_____. **Manifesto de Fundação**. 1980. Disponível
em:<<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5901>>. Acesso em: 06 de Abril de 2016.

_____. **Teses de Santo André-Lins**. 1979. Disponível
em:<<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5901>>. Acesso em: 06 de Abril de 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 107p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Geografia Agrária e Questão Agrária. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (Orgs). **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 339-351.

PAULO NETTO, José. O Manifesto Comunista: limites e grandeza teórico-política. In: _____. **Curso Livre Marx-Engels**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 55-72.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 64p.

_____. **Uma face contemporânea da barbárie**. 2010. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/953/uma-face-contemporanea-da-barbarie/>>. Acesso em: 26 de Set. de 2019.

_____. **O que é stalinismo**. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, 98p.

PEREIRA, Joelma. **PP é o partido com o maior número de deputados investigados no STF**. 2017. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/pp-e-o-partido-com-o-maior-numero-de-parlamentares-investigados-no-stf/>>. Acesso em 01 de Out. de 2019.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 79-117.

PINHEIRO, Milton. O PCB no movimento da história: das contradições dos anos de formação às lutas contra o Estado Novo. **Novos temas**, São Paulo, n° 7, 2012.

PODELESKI, Onete da Silva. **Lei de Terras de 1850**. Revista Santa Catarina em História, UFSC, Florianópolis-SC, vol. 01, n. 02, 2009.

POMAR, Valter. **Valter Pomar: Caminho eleitoral não gera força para derrotar golpes**. 2019. Disponível em: <<https://revistaopera.com.br/2019/11/29/valter-pomar-caminho-eleitoral-nao-gera-forca-para-derrotar-golpes/>>. Acesso em: 06 de Jan. de 2020.

_____. **Debate Rumo aos 100 anos da Revolução Russa de 1917**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BhiJ-M360jM&t=1199s>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

_____. **Assim foi temperado o aço**. 2015. Disponível em: <<http://valterpomar.blogspot.com/2011/10/assim-foi-temperado-o-aco.html>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

PORTARIA N° 1129 DE 13/10/2017. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19356195/do1-2017-10-16-portaria-n-1-129-de-13-de-outubro-de-2017-19356171>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; LADEIRA, Julia Nascimento; SILVA, Marlon Nunes; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. **A ruptura política e a questão**

agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/issue/view/2129/showToc>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, 364p.

PRAZERES, Leandro; MAIA, Gustavo. **Pressão de ruralistas derrubou general que presidia o Incra**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/pressao-de-ruralistas-derrubou-general-que-presidia-incra-23987578>>. Acesso em: 12 de Out. de 2019.

PRESTE, Anita. Memória do PCB: **Duas táticas e uma mesma estratégia – do “manifesto de agosto de 1950” à “declaração de março de 1958”**. Disponível em: <http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=284:memoria-do-pcb-duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-adeclaracao-de-marco-de-1958&catid=18:artigos&Itemid=140>. Acesso em: 20 de Set. de 2013.

Projeto de Lei Complementar - **PLP 257/2016**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2080237>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

Projeto de Lei - **PL 4567**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2078295>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

Projeto de Lei - **PL 4576/2016**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2078410>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

Projeto de Lei - **PL 827/2015**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1049258>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

Proposta de Emenda à Constituição – **PEC 241/2016**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>>. Acesso em: 30 de Set. de 2019.

RESENDE, SARA. **Quanto cada partido recebeu das empreiteiras da Lava Jato**. 2015. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/quanto-cada-partido-recebeu-das-empreiteiras-da-lava-jato/>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

REUTERS. **CORREÇÃO - Comissão da Câmara aprova projeto de lei que restringe venda direta de orgânicos**. 2018. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/idBRKBN1JS2F2-OBRS>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, 127p.

SALLES, Edson. **Por que Trotsky? Rússia e a teoria da revolução permanente: 1905 e 1917**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MjNDAOdJPSY>>. 2012. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

SANTOS, Leonardo dos. **As Ligas Camponesas do PCB: A transformação da questão agrária em ação política (1928-1947)**. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em: 20 de Ago. de 2013.

SANTOS, Marleide Maria. **Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão-SE, 2008, 325p.

SANTOS, Milton. Do físico ao Humano. Do Natural ao Artificial. Geografia Física, Geografia Humana. In:_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro; GORENDER, Jacob. et al. **A questão agrária na década de 90**. 4 ed. Porto alegre: UFRGS, 2004. p. 137-143.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: Natureza, Capital e a Produção de Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984, 248p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1967, 414p.

SOUSA, Ronilson Barboza de. **A luta pela terra na (contra)mão da ordem capitalista: uma leitura a partir da luta pela terra do MST no Município de Petrolina/PE**. Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão-SE, 2014, 135p.

STÉDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. In:_____. **A questão agrária no Brasil 7: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 19-38.

_____. **O que queremos para nossa agricultura**. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2010/05/o-que-queremos-para-nossa-agricultura/>>. Acesso em: 30 de Maio de 2010.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, 166p.

TATEMOTO, Rafael. **Cinco pontos que escancaram o esvaziamento da política ambiental no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/Cinco-pontos-que-escancaram-o-esvaziamento-da-politica-ambiental-no-Brasil/3/44268>>. Acesso em: 03 de Out. de 2019.

TOLEDO, Iuri. **A Revolução Russa de 1917**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sdOxLQ4ek1A&t=12s>>. Acesso em: 27 de Set. de 2019.

TORRES, Débora. **Desesperado, Bolsonaro procura alianças para eleições e já foi rejeitado várias vezes**. 2018. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Desesperado-Bolsonaro-procura-aliancas-para-eleicoes-e-ja-foi-rejeitado-varias-vezes>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.

TOTSKY, Leon. **O que foi a Revolução de Outubro**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1932/11/27.htm>>. Acesso em: 27 de set. de 2017.

TROTSKI, Leon. **O marxismo e a nossa época**. São Paulo: Edições Iskra, 2016, 70p.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 215p.

_____. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermmman, 2007, p.09-29.

VILLELA, Fátia. **Menos de 1% das propriedades agrícolas detém quase metade da área rural no país**. 2016. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/12900>>. Acesso em 09 de Set. de 2017.

VILELA, Pedro Rafael. **Onyx apresenta lista dos 22 ministérios do governo Bolsonaro**. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/onyx-apresenta-lista-dos-22-ministerios-do-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 02 de Out. de 2019.

VLADIMIR NETTO; RAMALHO, Renan; MATOSO, Filipe. **Janot denuncia Temer, Joesley e mais 7 ao STF; presidente é acusado de organização criminosa e obstrução de Justiça**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/janot-denuncia-temer-joesley-e-mais-7-ao-stf-por-obstrucao-e-organizacao-criminosa.ghtml>>. Acesso em: 01 de Out. de 2019.